

A CIDADE INCERTA

Barómetro do Observatório
de Luta Contra a Pobreza
na Cidade de Lisboa



Alexandra Castro (Coord.)
Sónia Costa
Marta Santos
Maria José Lobo Antunes
Isabel Guerra

A cidade incerta

Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza
na Cidade de Lisboa

Alexandra Castro (Coord.)
Sónia Costa
Marta Santos
Maria José Lobo Antunes
Isabel Guerra

Ficha Técnica

Título	A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa
Autores	Alexandra Castro (Coordenação) Sónia Costa Marta Santos Maria José Lobo Antunes Isabel Guerra
Edição	EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto Tel. 225420800 Fax. 225403250 E-mail: geral@eapn.pt www.eapn.pt
Design gráfico	make_up design – agosto pires
Foto capa	Sérgio Aires
Produção e Paginação	Sereer, soluções editoriais
Tiragem	500 exemplares
Data da Publicação	2012
Depósito Legal	353279/12
ISBN	978-989-8304-21-6
Apoio	Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Nota: “Esta publicação resulta de um estudo desenvolvido em parceria entre o Dinâmia-CET/ISCTE e o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa”

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
1. O papel dos barómetros – entre o actor e o sistema. Desafios na abordagem conceptual. . .	11
2. A emergência do actor no novo paradigma do estado social.	13
3. Opções metodológicas na operacionalização do Barómetro	23
I. PERFIS SOCIAIS	
A. Trabalhadores pobres em Portugal: entre os baixos rendimentos e a precariedade da inserção laboral.	29
1. Contextos de vulnerabilidade	30
1.1. Trabalhadores e pobreza oscilante	32
1.2. Pobreza intergeracional: memórias de privação na infância e juventude	34
1.3. Incidentes críticos e pobreza oscilante	37
2. Estratégias de gestão da privação.	41
2.1. Eu e os outros: estratégia autonomizante e estratégia activa solidária	44
2.2. Vulnerabilidade e recurso a instituições	47
2.3. Merecimento e abuso no acesso ao apoio social	54
3. Auto-imagem e projecção no futuro	58
4. Retratos de trabalhadores pobres	63
B. Não trabalhadores em idade activa.	67
B1. Desempregados	69
1. Da intergeracionalidade da pobreza aos acidentes de percurso	69
2. Percurso residencial e a centralidade da falta de habitação a custos controlados.	74
3. Fazer face às vulnerabilidades: da gestão da privação quotidiana à projecção do futuro . . .	79
3.1. Pobres ou remediados, mas “ricos de espírito”: a gestão da privação no quotidiano. . .	80
3.2. O papel vital dos laços sociais primários e a evidência das suas fragilidades	82
3.3. Da adesão à recusa no acesso à assistência: apoios e políticas sociais, avaliação e propostas	83
3.4. A projecção do futuro: da apreciação das condições de vulnerabilidade às propostas de solução	90
3.5. Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante	91
3.6. Auto-apreciação desresponsabilizante e activa individualizante	93
4. Retratos de desempregados.	94

B2. Cuidadoras informais	97
1. Contextos de vida	97
1.2. A (não)reversibilidade das situações de exclusão social e a escassez de recursos de apoio à família	99
1.3. As cuidadoras informais a idosos ou a filhos portadores de deficiência: um percurso tendencialmente longo e intenso.	103
1.4. Processos de reconversão urbanística e de requalificação habitacional a influenciar a melhoria das condições residenciais	110
2. Estratégias de gestão da privação face à ausência de rendimentos de trabalho	114
2.1. Família, amigos e comerciantes: o complemento possível às necessidades sentidas	116
2.2. A incontornável estratégia institucional: apoios sociais, expectativas, impactos e propostas	118
3. Futuro e disposições para a acção	128
3.1. Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante	128
3.2. Auto-apreciação desresponsabilizante e activa cooperante	129
3.3. Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante ou individualizante	131
4. Retratos de cuidadoras informais	132
B3. Incapacitados para o trabalho por motivo de doença	135
1. O contexto de vulnerabilidade	135
1.1. A incapacidade para o trabalho: do culminar de longas situações de vulnerabilidade à pobreza accidental	135
1.2. A insatisfação com a habitação social e o acolhimento de Lisboa antiga	141
2. A gestão da vulnerabilidade	145
2.1. O papel complementar das redes de proximidade	147
2.2. A centralidade dos apoios institucionais: a estratégia activa institucional – motivações, expectativas, impactos e propostas	148
3. A projecção no futuro: estratégias para romper com a situação de pobreza/exclusão, sonhos e projectos.	158
4. Retratos de incapacitados para o trabalho	161
B4. Desafiliados	163
1. Percursos de exclusão	165
1.2. Entre o desejo de autonomia e a resignação à dependência	166
1.3. Em trânsito em busca de oportunidades	169
1.4. Instalados na condição de necessidade	173
2. Estratégias de gestão da privação	180
2.1. Eu e os outros: entre a estratégia autonomizante e a estratégia activa solidária	183
2.2. Vulnerabilidade e instituições: expectativas e impacto dos apoios	185
3. Auto-imagem e futuro	190
4. Retratos de desafiliados	195
C. Idosos	197
1. Trajectórias de vida: de uma pobreza constante à pobreza na reforma	200
1.1. A habitação social como âncora para uma existência mais facilitada	205
2. A gestão da vulnerabilidade: do quotidiano às expectativas de futuro	208
2.1. O papel complementar dos laços sociais primários: uma estratégia activa solidária	211
2.2. A estratégia activa institucional como principal alternativa: motivações, expectativas, impactos e propostas	213
2.3. O estatuto de beneficiário: necessidade e reconhecimento, oportunismo e ingratidão ..	216
3. A projecção no futuro	219
4. Retratos de idosos	221

II. POLÍTICAS E APOIOS SOCIAIS: A PERCEPÇÃO DE ENTIDADES E BENEFICIÁRIOS

1. A percepção das entidades sobre as Políticas e modos de intervenção: constrangimentos e propostas 225
2. Beneficiários e entidades: uma visão comparada dos apoios sociais e propostas. 233

CONCLUSÕES

1. As dificuldades no entendimento da pobreza: questões políticas e científicas 237
 - 1.1. O discurso (e a prática) da crise ignora os pobres 237
 - 1.2. Compreender a pobreza ou medi-la? Em defesa de uma postura antropológica 238
2. Numa sociedade de risco, a pobreza como processo oscilante e interactivo: entre o sistema e o sujeito 239
 - 2.1. Pobres iguais a nós. 239
 - 2.2. Pobreza não como estádio mas como processo, ou como estamos sujeitos a uma vulnerabilidade acrescida 242
3. O mal-estar identitário. Um indivíduo sofredor e ocupado pelas tarefas ligadas à sobrevivência. 243
4. As famílias providência: por inevitabilidade e/ou por amor? 247
 - 4.1. Apoio da família sim, mas a que custo? 247
 - 4.2. Desafiliados? Redes e pessoas de referência 248
5. Quando a culpa é do sistema. Quais as oportunidades necessárias? 250
 - 5.1. O discurso da pobreza está mal colocado: pobreza e desenvolvimento 250
 - 5.2. O Futuro depende do jogo entre capacidades pessoais e oportunidades sociais e é encarado de forma activa. 252
 - 5.3. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho 253
 - 5.4. Quando a educação falha 256
 - 5.5. As políticas sociais insuficientes 257
 - 5.6. Uma cidade amigável: Habitação e Saúde. Políticas estruturantes do bem-estar. 260
 - 5.7. O campo controverso das políticas sociais e as auto-justificações do mérito 262
 - 5.8. As contradições entre as intenções e as práticas: um acompanhamento social apressado e uma insuficiência e desadequação dos recursos 264
6. Barómetro e desafios para o futuro 266

ANEXO METODOLÓGICO 271

BIBLIOGRAFIA 279

Índice de Figuras

Figura 1:	Concepções de <i>Empowerment</i>	15
Figura 2:	Modelo conceptual e analítico.	22
Figura 3:	Trabalhadores Pobres – Auto-percepção dos problemas	33
Figura 4:	Problemas e estratégias individuais ou sociais: a visão dos trabalhadores pobres para fazer face às vulnerabilidades	62
Figura 5:	Desempregados – Auto-percepção dos problemas actuais.	79
Figura 6:	Problemas e estratégias individuais ou sociais: a visão dos desempregados para fazer face às vulnerabilidades	91
Figura 7:	Cuidadoras – Auto-percepção dos problemas actuais.	109
Figura 8:	Problemas e estratégias individuais ou sociais: a visão das cuidadoras informais para fazer face às vulnerabilidades	128
Figura 9:	Incapacitados para o trabalho – Auto-percepção dos problemas actuais	145
Figura 10:	Problemas e estratégias individuais ou sociais: a visão dos incapacitados para o trabalho para fazer face às vulnerabilidades.	159
Figura 11:	Desafiliados – Auto-percepção dos problemas	167
Figura 12:	Problemas e estratégias individuais ou sociais: a visão dos desafiliados para fazer face às vulnerabilidades	194
Figura 13:	Idosos – Auto-percepção dos problemas actuais	207
Figura 14:	Auto-percepção dos problemas actuais	252
Figura 15:	Auto-imagem e imagem dos outros quando recebem apoios sociais.	264
Figura 16:	Barómetro e desafios para o futuro	267

Índice de Quadros

Quadro 1: Número de entrevistas realizadas por perfil e território	24
Quadro 2: Tipo de entidades entrevistadas	25
Quadro 3: Grau de escolaridade dos Trabalhadores Pobres	31
Quadro 4: Trabalhadores Pobres: Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)	34
Quadro 5: Trabalhadores Pobres – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	43
Quadro 6: Trabalhadores Pobres – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	56
Quadro 7: Trabalhadores Pobres – Percepção dos apoios sociais e propostas	57
Quadro 8: Desempregados – Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)	70
Quadro 9: Desempregados – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	81
Quadro 10: Desempregados – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	86
Quadro 11: Desempregados – Percepção dos apoios sociais e propostas	89
Quadro 12: Cuidadoras informais – Percepção da situação de pobreza/exclusão e duração dos incidentes críticos	98
Quadro 13: Duração e intensidade da prestação de cuidados por tipo de dependentes	107
Quadro 14: Cuidadoras informais – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	115
Quadro 15: Cuidadoras informais – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	120
Quadro 16: Cuidadoras informais – Percepção dos apoios sociais e propostas	127
Quadro 17: Incapacitados para o trabalho – Percepção da situação de pobreza e duração dos incidentes críticos	136
Quadro 18: Incapacitados para o trabalho – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	146
Quadro 19: Incapacitados para o trabalho – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	154
Quadro 20: Incapacitados para o trabalho – Percepção dos apoios sociais e propostas	157
Quadro 21: Desafiliados: Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)	168

Quadro 22: Desafiados – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	182
Quadro 23: Desafiados: percepção dos apoios sociais e propostas	189
Quadro 24: Desafiados: Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	191
Quadro 25: Idosos – Percepção da situação de pobreza	200
Quadro 26: Idosos – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação	210
Quadro 27: Idosos – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais	217
Quadro 28: Idosos – Percepção dos apoios sociais e propostas	219
Quadro 29: Percepção do trabalho desenvolvido na luta contra a pobreza e propostas das entidades	227
Quadro 30: Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro	241
Quadro 31: Percepção da situação de pobreza /exclusão e duração dos incidentes críticos	242
Quadro 32: Estratégias de gestão do quotidiano	246
Quadro 33: Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro segundo o perfil dos entrevistados	253
Quadro 34: Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados	259

Os Cadernos EAPN, desde o já longínquo primeiro número em 1995, sempre tiveram como principal objectivo serem um instrumento de divulgação de estudos, projectos, boas práticas e quaisquer outros instrumentos que contenham algo de inovador e que possam contribuir para qualificar o combate à pobreza e exclusão social.

Este número, sem, naturalmente, qualquer desmérito para os anteriores (muitos dos quais foram absolutamente essenciais para o nosso trabalho quotidiano), tem um sabor especial.

Todos quantos trabalham em Observatórios e outros tipos de organismos que promovam e produzam investigação saberão bem quão difícil é, particularmente nos dias de hoje, dar-lhe prioridade e fazer com que a mesma seja merecedora dos indispensáveis apoios. A investigação no combate à pobreza, como de resto de forma generalizada, não é valorizada.

O barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável no Concelho de Lisboa tem como finalidade monitorizar a evolução da pobreza na cidade. Pretende-se com este estudo conhecer o impacto de políticas, medidas, programas e iniciativas promovidas pelo Estado e pela Sociedade Civil de combate à pobreza e a intensidade e qualidade desse impacto, bem como tipificar percursos de inclusão / exclusão, suas causas, processos e estratégias das famílias em situação de pobreza. Como resultado último, espera-se que tal instrumento e sua continuidade possa contribuir para: (1) melhorar as condições de vida de quem se encontra em situação ou em risco de pobreza, (2) definir e/ou afinar políticas e programas de combate à pobreza e (3) contribuir para a definição de metodologias que promovam a participação das pessoas em situação de pobreza.

E é por isso mesmo que este Barómetro é para nós tão importante. Este estudo procurou dar cor, luz e forma aos números e estatísticas sobre a pobreza – na

realidade tão escassos, sempre desactualizados e com tão fraca capacidade de nos fornecer uma visão da realidade, sobretudo quando importa captar, ao longo do tempo, os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas da pobreza. É, além disso, um exercício de participação, de dar voz a quem quase nunca a tem, de permitir que a pobreza fale na primeira pessoa.

Como afirmam as próprias autoras “*seguir as mesmas pessoas ao longo do tempo, identificando percursos-tipo e aprofundando os processos que conduzem ou mantêm as pessoas em situações de vulnerabilidade e aqueles que permitem aos sujeitos sair dessa situação é particularmente relevante ao nível das recomendações que podem ser formuladas na promoção de novas iniciativas e medidas de política por parte do Estado e da Sociedade Civil ou de melhorias nas respostas existentes*”. Mas, e talvez mais importante ainda, tendo em consideração os tempos que vivemos, este tipo de metodologia permite ir identificando indicadores-chave de alerta sobre as situações de vulnerabilidade que, de outra forma, dificilmente seriam conhecidos em tempo útil e com a profundidade necessária.

Uma primeira edição de um Barómetro é indispensável já que se trata da montagem de um sistema de observação e de todos os seus critérios de actuação. No entanto, muito mais importante é a possibilidade de o mesmo se manter no tempo com actualizações periódicas. Não escondemos por isso que esta publicação tem assim também como objectivo procurar atrair a atenção de possíveis futuros financiadores capazes de acreditar que lutar contra a pobreza não passa exclusivamente por dar de comer a quem tem fome. Lutar contra a pobreza passa igualmente por ouvir as pessoas, avaliar o que sentem, registar as suas propostas, fazê-las cidadãos activos no processo que poderá conduzir a uma intervenção sobre as causas que verdadeiramente as fizeram reféns da pobreza.

Por último, mas não menos importante, resta-nos agradecer às autoras deste estudo que numa excelente prática de cooperação com o Observatório, bem demonstrativa de como podem e devem colaborar diferentes organismos de investigação em prol de um mesmo objectivo, tão bem souberam responder a um desafio que, também sabemos, não foi fácil de concretizar.

Pe. Agostinho Jardim Moreira
Presidente da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
(entidade promotora do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa)

Este livro apresenta a pesquisa realizada pelo Dinâmia/CET, do ISCTE-IUL para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. O estudo pretendeu operacionalizar um Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável a partir da exploração de três eixos analíticos:

- Detectar os **processos de vulnerabilização** que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida, de forma a potenciar a interpretação da condição, situação e experiência dos beneficiários de medidas de política social;
- Analisar os **recursos individuais** e **disposições de activação** para a construção da autonomia económica e existencial;
- Avaliar o impacto das **dimensões socioeconómicas e político-institucionais** que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade.

1. O papel dos barómetros – entre o actor e o sistema. Desafios na abordagem conceptual

A operacionalização do Barómetro assentou numa metodologia de painel, na medida em que esta assume especial relevância quando se pretende captar ao longo do tempo os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas de pobreza. Seguir as mesmas pessoas ao longo do tempo, identificando percursos-tipo e aprofundando os processos que conduzem ou mantêm as pessoas em situações de vulnerabilidade e aqueles que permitem aos sujeitos sair dessa situação é particularmente relevante ao nível das recomendações que podem ser formuladas na promoção de novas iniciativas e medidas de política por parte do Estado e da Sociedade Civil ou de melhorias nas respostas existentes. Por outro lado, este tipo de metodologia permite ir identificando indicadores-chave de alerta sobre as situações de vulnerabilidade.

As vantagens metodológicas dos estudos longitudinais podem ser sistematizadas, segundo Pollak e Gazier (2007) da seguinte forma:

- a) Oferece uma imagem mais completa do que aquela que resulta dos estudos transversais;
- b) Permite mostrar a heterogeneidade das experiências da pobreza ao distinguir no seio de um grupo quais é que se encontram numa situação de pobreza transitória, recorrente ou crónica;
- c) O enfoque sobre a mesma população ao longo do tempo permite estudar o impacto de determinados eventos sobre as transições dos indivíduos de uma situação para a outra, perceber os efeitos deferidos e as consequências a longo prazo;
- d) Para além do efeito dos eventos críticos ao nível do emprego ou familiares, é possível distinguir qual o papel das outras variáveis sobre as trajetórias da pobreza e a vulnerabilidade de certos grupos em função das suas características individuais, do seu contexto local, ou da evolução do contexto social e económico;
- e) De forma mais fiável e precisa consegue-se reconstituir as trajetórias das pessoas em situação de pobreza, identificando-se a forma como os acontecimentos marcantes surgem e se desenvolvem, colocando em evidência certas relações de causalidade.

Assim, se nos últimos anos se têm vindo a multiplicar o número de observatórios destinados a monitorizar os indicadores de pobreza e exclusão social, bem como a utilização intensiva e extensiva de inquéritos, com particular desenvolvimento dos estudos longitudinais, parece existir uma ausência de trabalhos empíricos destinados a avaliar os impactos das medidas de políticas sociais, nomeadamente nas condições de vida dos segmentos populacionais mais vulneráveis. Leisering sublinha que os «*Panel studies have normally been confined to quantitative analyses of income trajectories, without systematic theoretical references to institutions, policies and political discourses related to the structure of life courses.*» (Leisering, 2003:2). A literatura insiste, frequentemente, sobre a importância de completar a análise estatística com dados mais qualitativos, e em particular de entrevistas biográficas que permitam uma melhor análise das articulações dos eventos nas trajetórias dos indivíduos e as suas relações de causalidade. Todavia, o espaço deixado às metodologias qualitativas é ainda periférico e de complementaridade na medida em que a sua utilidade se restringe a uma melhor adequação das variáveis utilizadas nos inquéritos e assim melhorar a qualidade dos painéis existentes.

Deste modo, se por um lado se evidencia a importância dos indicadores de performance para o acompanhamento das políticas públicas, sobretudo por permitirem colocar em relação os *inputs* (recursos investidos) com os *outputs*

(serviços ou prestações oferecidos), por outro lado, estes serão insuficientes se não se considerar a forma como estes recursos são apropriados pela população-alvo e os impactos previstos e não previstos nos seus percursos de vida.

Neste sentido importa clarificar que o carácter avaliativo do estudo aqui apresentado não incide em nenhuma medida de política social concreta. O foco da investigação privilegia uma abordagem compreensiva e em profundidade dos processos sociais e biográficos que estruturam as dinâmicas de exclusão/inclusão, dando-se relevo ao sentido que os actores dão às suas vivências e a percepção que têm das suas capacidades e das oportunidades que lhes são oferecidas. Assim, a opção por uma estratégia de investigação intensiva assentou no pressuposto de que a riqueza e o aprofundamento da experiência de cada caso prevalecem sobre a quantidade de indivíduos a entrevistar, colocando-se mais em relevo a forma como os recursos para a inserção chegam (ou não) aos seus potenciais destinatários e são por eles apropriados.

Para o efeito, assumiu-se o interesse pela exploração de perfis, na medida em que estes são identificados como situações de vida com traços de vulnerabilidades reportadas a estados de carência e de dano associados a necessidades tradicionais e emergentes. O centramento por perfis permitiria, assim, focalizar com maior precisão o impacto das políticas sociais em função das características das situações de vulnerabilidade, permitindo a comparabilidade entre contextos residenciais.

2. A emergência do actor no novo paradigma do estado social

As amplas e aceleradas mutações decorrentes da globalização, que caracterizam o presente período histórico, tiveram como consequência a reformulação dos princípios e objectivos que norteiam as políticas sociais. Nos últimos anos tem-se vindo a assistir ao abandono da ideia de um determinismo fatalista que submete os actores aos constrangimentos de um sistema que os remete para um plano de privação e exclusão. Surge uma nova perspectiva que considera a capacidade estratégica do Actor, ou seja, como sujeito racional inscrito num espaço-tempo específico, produtor de projectos de vida que traduzem simultaneamente a sua percepção do mundo, mas também proposições sobre o lugar de cada um no mundo (Guerra et al, 2009).

Hoje, a profundidade e a natureza das desigualdades sociais são para além da sua materialidade, sobretudo identitárias: «a desigualdade hoje mede-se através dos recursos que cada um dispõe para construir a sua vida, para afirmar a sua identidade e ser reconhecido pelos outros» (Campenhoudt, 2005), substituindo uma consciência de pertença colectiva por uma multiplicidade de «eus» isolados que vivem individualmente a experiência da exclusão.

O novo paradigma do Estado Social está portanto inscrito nesta nova concepção de cidadão estabelecendo novas modalidades de relacionamento entre o Actor e o Sistema, nomeadamente pelo reconhecimento das singularidades dos indivíduos e da sua biografia, e pelo apelo à activação dos recursos e capitais próprios, estimulando a mobilização e o compromisso individual no processo de apoio social. É a partir deste referencial que têm surgido os novos dispositivos e medidas de política social que visam a produção de um utente activo, participante e comprometido com um projecto de inserção em direcção à sua autonomia. O Rendimento Social de Inserção é disso exemplo, na medida em que se assiste a uma convergência do contributo do Sistema, através da atribuição de prestações pecuniárias e de outros recursos de inserção, com o envolvimento do Actor, que se compromete perante o Estado a empenhar-se na sua integração, através do acordo de inserção.

Empowerment: o desenvolvimento da capacidade de acção

Associado à relação entre estas duas visões do sujeito: o sujeito social concreto e o sujeito contratual responsável surge nos discursos técnicos e institucionais a noção de *empowerment*.

Reconhecendo-se a polissemia do conceito, cujo universo abrange vários aspectos e significações recorre-se à conceptualização de Le Bossé (2003) que define o *empowerment* como o desenvolvimento da capacidade de agir, identificando como característica fundamental a articulação entre o se pôr em acção e a disponibilidade de recursos que ela requer. Os processos de *empowerment* supõem ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos individuais (as competências, o sentimento de eficácia pessoal, a capacidade de formular e conduzir um projecto, etc.) e colectivos (a presença de possibilidades de acções individuais e colectivas, a disponibilidade de recursos financeiros, de informações, as condições de acesso e utilização dos serviços, etc.) (Le Bossé, 2003:44).

Esta sistematização tem a virtude, por um lado, de não reduzir o *empowerment* apenas ao acto de participação, por outro lado, considera-o como um instrumento que se revela pertinente, na medida em que se trata de um processo de acção conscientizante, ou seja, inscreve-se numa lógica de influência pessoal ou colectiva sobre o meio. Por fim, permite considerar não apenas a dimensão individual da mudança, mas também a sua dimensão colectiva, situando as concepções de *empowerment* num contínuo entre estes dois pólos. Francisco Branco (2008) ilustra desta forma as concepções de *empowerment* identificadas por Le Bossé¹.

¹. As referências a Branco (2008) decorreram da seguinte pesquisa colectiva CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; BRANCO, Francisco; VILAS-BOAS, Carolina; SILVA, Elsa; AMARO, Inês; COSTA, Sónia (2008), *Acolhimento Social e Construção da Autonomia dos Clientes na Santa Casa da Misericórdia*, CET, Relatório de Pesquisa.

Figura 1: Concepções de *Empowerment*



Fonte: Branco (2008)

Uma aproximação a perfis de assistidos: racionalidade dos actores e a construção identitária em contexto de incerteza

A recusa do fatalismo determinista do sistema sobre o actor é também a preocupação pela compreensão das suas racionalidades. Concebe-se o actor capaz de acções estratégicas e portanto, portador de racionalidades, num processo dinâmico onde os sujeitos têm uma percepção da realidade e, organizam os seus modos de vida num contexto balizado pelas conjunturas históricas. Assim, entre a sua projecção no futuro e a gestão da privação quotidiana as pessoas em situação de vulnerabilidade desenvolvem diferentes estratégias muito dependentes da dialéctica entre a gestão das suas capacidades, assente no controlo do seu percurso e projecto de vida, e as oportunidades ao seu alcance, enquanto recursos disponibilizadas pelo sistema social.

Esta relação entre capacidades e oportunidades é condicionada por constrangimentos vários, nomeadamente o próprio desenvolvimento social que distribui de forma desigual os recursos e as oportunidades entre os sujeitos. Ora é neste jogo entre capacidades e oportunidades que a estrutura da acção social procura intervir, na tentativa de reverter situações de vulnerabilidade social, mobilizando e desenvolvendo capacidades, procurando tornar as oportunidades mais acessíveis, disponibilizando para o efeito um conjunto de recursos adequados às necessidades do seu público².

A procura de um “projecto de vida” parece assim resultar dessa necessidade de reforçar a dimensão temporal de construção permanente de uma percepção do

² Para um maior aprofundamento deste modelo conceptual ver, entre outros, Pinto e Guerra et. al, 2010.

mundo e de clarificação do lugar no mundo de cada um. O projecto, é assim, a dimensão emancipadora e prospectiva onde se reconhece, a todos, e a cada um, o desejo de agir em função dos seus objectivos, o que reforça, ainda, o reconhecimento da racionalidade intencional da acção humana (Guerra, 1993). Gilberto Velho (1983) defende que o conceito de projecto permite escapar aos riscos de considerar as acções individuais como categorias residuais, fruto da soma de “acções estratégicas” dispersas. Mas ainda, segundo o autor, o conceito de projecto permite uma compreensão sociológica da acção social como um elemento decisivo de entendimento dos processos globais de transformação da sociedade, pois baseia-se nas acções racionais dos sujeitos com vista à concretização dos seus objectivos e controle dos seus próprios destinos. Como referem Guerra e Chitas “Nas populações excluídas a elaboração de projectos é dificultada não apenas pela cultura mas e sobretudo, pela temporalidade com que é estruturada a vida quotidiana” (Guerra e Chitas, 1998:13).

A identidade como fruto da relação simbólica do indivíduo a situações sociais vai permitir a organização das representações que o sujeito faz de si próprio, dos outros e da sociedade numa estrutura “(...) relativement stable dans le temps... mais douée d’une certaine plasticité qui lui permet de changer une partie des éléments qui la composent ou d’en intégrer d’autres suivants les changements objectifs qui se succèdent, mais surtout de les organiser en fonction des situations” (Camilleri et al., 1990: 46).

Interessa, aqui, retomar, uma tipologia utilizada num estudo anterior (Castro e Guerra et al., 2010: 89-90³) que diferencia quatro estratégias fundamentais de gestão da privação no quotidiano, que vão desde a incapacidade para agir perante as dificuldades (*passiva*) até à *estratégia autonomizante*, através da qual os sujeitos tentam alterar as circunstâncias negativas nas quais se encontram, procurando fontes de rendimento decorrentes da sua actividade profissional (ex.: inserção no mercado de trabalho, realização de biscates). Entre estes dois pólos opostos, surgem três outras estratégias que implicam a relação do sujeito com outros, muito dependente dos níveis de confiança interpessoal e institucional: a *estratégia activa solidária*, pela qual se mobilizam recursos materiais, sociais e emocionais através das redes de relações sócio-familiares; a *estratégia hipotecada* que permite aos indivíduos socorrerem-se destas redes para em situações de maior emergência pedirem dinheiro emprestado ou bens sob a forma de fiado; e a *estratégia activa institucional* que leva os indivíduos a aproximarem-se de entidades e instituições em busca de apoios diversos (pecuniário, habitação, saúde, educação, géneros).

Complementarmente, são também mobilizadas estratégias de acção futura para fazer face aos problemas identificados, tornando-se relevante cruzar a percepção

³. De referir que a adopção desta tipologia foi inspirada num estudo realizado pelo Grupo de Ecologia Social (2000).

dos problemas com as estratégias desencadeadas. A forma como os problemas são percebidos varia em função da identificação do principal responsável pela situação de vulnerabilidade vivenciada. Assim, é possível encontrar três tipos de percepção da origem dos problemas: 1) *Auto-apreciação responsabilizante*: os problemas sentidos são vistos como dependentes exclusivamente do indivíduo; 2) *Auto-apreciação co-responsabilizante*: os problemas dependem de uma situação individual/familiar, mas também decorrem de factores sistémicos exteriores à vontade e acção das pessoas; 3) *Auto-apreciação desresponsabilizante*: os problemas sentidos dependem exclusivamente da forma como o sistema funciona. As estratégias de acção futura para lidar com os problemas identificados podem ser: *Passivas*, marcadas pelo imobilismo, conformismo ou resignação, onde apenas o sistema poderá actuar para fazer face às vulnerabilidades sentidas ou *Activas*, em que os recursos para acção dependem exclusivamente do indivíduo (*activa individualizante*) ou da conjugação de recursos individuais e sociais (*activa cooperante*).

Vemos, pois, que os indivíduos, através de um conjunto de estratégias identitárias, são capazes de agir sobre si próprios. A relação entre o indivíduo e os trabalhadores sociais não deve pois ser entendida como uma mera relação de dependência, mas como uma relação de troca, um espaço de negociação e retradução identitária.

É neste sentido que Gaulejac e Leonétti (1994) identificaram três fases de reacção psicológica aos percursos de desinserção, ainda que estas fases se manifestem de maneira diferente consoante as etapas de desinserção e os indivíduos que estão envolvidos. A fase da resistência corresponde a um momento em que o indivíduo mobiliza um conjunto de recursos afectivos, sociais, culturais para resistir à sua nova situação social e procurar reconquistar o estatuto anterior. Mas esta capacidade de resistência varia em função dos níveis de capital social, afectivo e cultural e da trajectória social. A fase da adaptação surge quando o indivíduo não conseguiu lutar contra a sua nova situação e tem de organizar um novo modo de vida, embora ainda não exista uma identificação com aqueles que estão em situações idênticas à sua. Por fim, a fase da instalação corresponde à resignação do indivíduo face à situação em que se encontra, sendo acompanhada por uma alteração das atitudes face às normas estabelecidas (Gaulejac e Taboada Leonétti, 1994: 120-122). Para Bretagne (2002) parte daqueles que se instalam na assistência durante um longo período adoptam estratégias que lhes permitem conservar os apoios económicos, através de uma prova contínua que vá ao encontro das expectativas sociais que souberam decifrar. Mas estes “estrategas” tiveram de adquirir uma certa solidez “existencial” só possível pela sua participação num colectivo.

A apresentação das práticas dos actores como racionais não significa que se ignore naquelas um determinado nível de “irracionalidade”, uma vez que “a

racionalidade é, simultaneamente, razão que decorre do objecto de conhecimento e emoção que advém do sujeito do conhecimento” (Guerra, 1993: 68). É neste sentido que o exemplo de uma análise do Rendimento Social de Inserção em França pode ilustrar a diversidade de (ir)racionalidades manifestada pelos diversos percursos dos beneficiários na medida.

Uma das críticas mais duras apontadas por diversos sectores da sociedade à medida política Rendimento Social de Inserção diz respeito à ideia de que esta pode constituir uma medida de desinvestimento pessoal no trabalho. De acordo com Dubet e Véréttout (2003) esta ideia está associada ao postulado da racionalidade estreita (*narrow rationality*): enquanto actores ‘puramente racionais’ presume-se que os indivíduos calculam que não têm interesse financeiro em trabalhar, visto que recebem uma prestação mensal. Esta leitura terá duas vantagens: (a) pode ser comprovada pelas taxas de abandono da medida (que são baixas) e (b) alimenta a ideia de que os níveis de protecção social são muito altos porque dissuadem as pessoas de trabalharem – o que pode ser politicamente aproveitado.

Para estes autores esta ideia está longe de ser satisfatória. A análise de cerca de 20.000 processos de RMI (*Revenu Minimum d’Insertion*) e a realização de mais de cem entrevistas em profundidade a titulares e ex-titulares do RMI veio demonstrar que se ficarmos pelo primeiro nível de racionalidade (racionalidade estreita) descobrimos que um número significativo de pessoas tem comportamentos ‘aberrantes’: uma parte das pessoas que teriam recursos para sair da medida, continuam nela, e uma proporção significativa de outras que teriam interesse em ficar e que não possuíam os recursos para sair acabam na realidade por abandonar a medida. A análise realizada permitiu ainda concluir que os ganhos financeiros esperados desempenham um papel menos central do que seria esperado.

Este estudo veio revelar uma elevada heterogeneidade dos beneficiários do RMI (ainda na medida e afastados dela), o que aliás vem confirmar um estudo do Centre de Recherche pour l’Étude de l’Observation de Conditions de Vie cujos raros pontos em comum são o facto de terem percursos biográficos marcados pelo desemprego e por se encontrarem distantes do mercado de trabalho. Os autores descobriram então um mosaico de situações distintas, de percursos biográficos diversos, de expectativas em relação à protecção social variadas:

- ▶ Um segmento é constituído por indivíduos e famílias tradicionalmente pobres: grupos socialmente dependentes, cujos pais e avós já pertenciam ao mundo dos trabalhos desqualificados, precários e sazonais, pertencentes a bolsas de pobreza urbanas ou rurais;
- ▶ Outros são ‘acidentes de desemprego’: mulheres de classe média após o divórcio, trabalhadores qualificados despedidos, etc.;

- Outros são trabalhadores privados de emprego, cuja identidade “se cristaliza em torno do trabalho”;
- Outros são jovens para quem o RMI é uma forma de se iniciarem na vida adulta; o RMI surge como uma ajuda financeira pós-estudos;
- Os destituídos, isolados para quem o RMI é o meio de sobrevivência;
- Pessoas para quem o RMI é um ‘modo de vida’ ou uma ‘escolha de vida’ que precede a existência da própria medida.

Por vezes, estes grupos pouco mais têm em comum do que o RMI, que surge nas suas vidas em momentos distintos dos percursos e para os quais significam coisas diversas: um acidente de percurso temporário ou um meio de vida habitual. As diferenças entre os beneficiários são também particularmente evidentes no que respeita à capacidade de acesso ao emprego, o contexto urbano ou rural em que vivem, os isolados e os que estão integrados em redes sociais densas, etc.

Por tudo isto, os autores consideram que a racionalidade do comportamento dos actores é indissociável das histórias e características pessoais e dos projectos de cada um. Esta análise convida a “reduzir a racionalidade grosseira assumida pelo modelo”, permitindo apreender a “racionalidade altamente contextualizada” dos actores.

Parece, pois, sensato optar por um modelo de ‘racionalidade subjectiva’ e analisar a acção em termos de ‘boas razões’. A ‘Razão’ toma a forma de “múltiplas razões subjectivas definidas pelos actores como instâncias de utilidade social e cultural” (Dubet e Véréttout, 2003: 101). Este tipo de perspectiva apresenta pelo menos duas vantagens:

- Baseia-se em argumentos económicos que não se ancoram em hipóteses, onde os actores são cegados por uma racionalidade determinista.
- Mobiliza uma abordagem em que o investigador pode rapidamente compreender as ‘boas razões’ mencionadas pelos actores, tanto as dos que tudo fazem para escapar à medida como as dos que se deixam ficar nela. “Na perspectiva do racionalismo subjectivo, o dinamismo de um homem ou mulher é tão racional quanto a apatia de outro” (*idem*:100).

Duvoux (2007) chama a atenção para a importância do capital social, expresso pela intensidade da rede de relações sociais, na relação que os beneficiários de rendimento mínimo estabelecem com as instituições do Estado social. Esta relação é simultaneamente um reflexo da integração social dos indivíduos e um suporte dessa integração social. Através de um estudo realizado, entre 2005 e 2007, junto de beneficiários do RMI, Duvoux conclui que os laços sociais de proximidade dos indivíduos exercem uma influência complexa e ambivalente nas relações que

eles estabelecem com as instituições. De forma geral, foi observado que quanto mais fraca é a sua rede de relações com a família ou com a sua comunidade, menos boas são as relações com as instituições. Duvoux sustenta que quando os indivíduos perdem a maior parte dos seus laços sociais reflectem nas relações com a assistência a sua frustração e sentimento de exclusão. No entanto, alguns encontram nos trabalhadores sociais uma consolação e uma forma de suporte social que em parte compensa a exclusão. Para os indivíduos mais vulnerabilizados a estabilização relativa da sua situação, através da disponibilização de um rendimento poderá melhorar a sua relação com a família. Neste caso, é a relação com a instituição social que provoca uma renovação do laço social.

A solidariedade familiar que se exprime seja por um suplemento de recursos, seja pelo capital social acumulado, constitui um suporte muito importante para os indivíduos e facilita a sua relação com as instituições. Porém, este é distribuído de forma desigual e os seus efeitos são diferentes consoante os indivíduos. Se ela permite aos sujeitos melhor dotados investir em projectos que aspiram realizar, dos quais podem decorrer melhorias significativas na sua situação, para outros as solidariedades de proximidade poderão proteger do estigma, mas simultaneamente ter um efeito de fechamento sobre os indivíduos, afastando-os das instituições sociais.

Para Soulet (2004), a condição da saída de uma situação de vulnerabilidade vai implicar uma acção do indivíduo sobre ele próprio. A base do “agir fraco” consiste em transformar uma situação problemática numa situação problematizada que permita a identificação de si próprio enquanto um adversário. O problema central torna-se então o da obrigação de produzir as condições de aceitabilidade, para ele e para outro, da sua trajectória de saída e a sua ruptura com a situação de vulnerabilidade, de forma a recuperar a fiabilidade e “re-tornar-se” uma pessoa digna de confiança. Com efeito, na restauração de credibilidade, conjuga-se um duplo movimento:

- 1) A confiança social é mobilizada em situações de fragilidade ou incerteza e, em especial, de dependência do seu futuro para com outras pessoas;
- 2) A credibilidade comporta a referência à previsibilidade. Implica a expectativa de que os parceiros da interacção vão assumir as suas responsabilidades e as suas obrigações.

Na medida em que o processo do agir fraco se inscreve num contexto de vulnerabilidade, a atribuição de confiança e de credibilidade é imediatamente invalidada. Neste sentido, a restauração da credibilidade passa por um trabalho simbólico e discursivo que visa tornar aceitável tanto a situação problemática vivida como o percurso para atingir a condição projectada.

É neste sentido que as políticas sociais vão ensaiando caminhos de inovação mais adaptados às novas circunstâncias sociais e económicas. Segundo Wuhl (1996: 1-89) são quatro as principais tendências observáveis:

- ▶ Políticas sociais activas, orientadas por um princípio de solidariedade activa em substituição da lógica de solidariedade passiva desenvolvida mecanicamente pelo Estado-Providência;
- ▶ Flexibilidade dos dispositivos institucionais, baseados na descentralização, segundo uma lógica horizontal e des-compartimentada da acção administrativa, na constituição de redes de actores entre a esfera pública e a sociedade civil, na abertura à participação activa do movimento associativo formal e informal e por via destas características com mais capacidade de adaptação a uma configuração mutável, evolutiva e cada vez mais diferenciada da questão social;
- ▶ Institucionalização de novas formas de cooperação baseadas no parceariado designadamente ao nível territorial mas igualmente a outros níveis;
- ▶ Procura de uma nova coerência e articulação entre políticas sociais e políticas económicas ensaiada através dos dispositivos de inserção.

O que estava em jogo no percurso das políticas sociais nas duas últimas décadas do séc. XX, era a invenção de novas tecnologias de intervenção, distintas das políticas integrativas universalistas, mas também distintas das acções particularistas, de orientação reparadora, correctiva, das políticas assistenciais clássicas. Tomava-se, assim, consciência de que a pobreza e a exclusão social são um processo que reflecte um défice de integração e se revela em estreita relação com o emprego (cf. Castel, 1995: 418-435).

Verifica-se, pois, que a categoria central que orienta a intervenção sustentada pelas novas políticas sociais é a de inserção, ou seja, os titulares das medidas passam a ser considerados cidadãos activos e não apenas indivíduos assistidos e passivos. O conceito de cidadão tende a prevalecer face ao de utente, ou seja, o indivíduo é sujeito e actor da sua própria vida e co-autor da vida social, o que se diferencia do indivíduo enquanto destinatário e objecto de acções. Como diz Franssen (2003), as instituições tendem a não dar directamente resposta ao problema identificado, mas dão recursos (acompanhamento, escuta, conselho, informação...) à disposição dos indivíduos para encontrar a resposta ao seu problema. No entanto, apesar da tentativa de adequação entre as necessidades e a oferta institucional, podem levantar-se algumas questões ao percurso de inserção, nomeadamente pela rigidez e linearidade do percurso-tipo que propõe, muitas vezes centrado numa abordagem integrada em vez da sequencial. Mas também existem paradoxos da autonomia individual e do projecto como norma social que se traduzem pelo carácter estrangido da ajuda e pelo efeito discriminatório sobre

aqueles capazes de negociar e os inaptos à lógica de projecto (Franssen, 2003). Pattaroni (2002) alerta também para o excesso de disciplina que muitas vezes os acordos de inserção preconizam. Esta normatividade pode fazer com que o indivíduo se desligue do sentido da sua acção, ou seja, nos dispositivos de inserção os indivíduos devem fazer prova da sua autonomia e assumir responsabilidades mais exigentes do que numa situação normal e uma necessidade da pessoa é existir sem estar constantemente posta à prova (Pattaroni, 2002).

Podemos então concluir que o conceito de inserção social, patente nas políticas sociais actuais, pressupõe um duplo movimento, por um lado, os indivíduos, famílias e grupos sociais em situação de exclusão dão início a um processo que lhes permita aceder aos direitos de cidadania e, por outro, as instituições disponibilizam meios e oportunidades para que aqueles desenvolvam esse processo (Capucha, 1998).

A Figura seguinte pretende sistematizar o modelo conceptual e analítico adoptado neste estudo, no sentido de superar as limitações acima apresentadas e sistematizar as principais dimensões teóricas que foram sendo desenvolvidas ao longo deste capítulo:

Figura 2: Modelo conceptual e analítico



3. Opções metodológicas na operacionalização do Barómetro

Compreender as dinâmicas de pobreza na cidade de Lisboa, através da aplicação da metodologia de painel e de uma análise longitudinal implicou assegurar um conjunto de pressupostos ao longo do tempo, no sentido de garantir a comparabilidade dos dados concretamente:

- ▶ Medição das mesmas variáveis nas mesmas unidades de observação pelo menos em duas vezes no tempo;
- ▶ Adoptar como técnica o inquérito por entrevista, embora não se trate de um procedimento altamente estandardizado que valide a comparabilidade dos dados quantitativos, implica que se tenha presente as condições em que se realiza a recolha de informação (a situação material da entrevista, a interferência dos investigadores na consciência reflexiva dos sujeitos, ...) e se identifique claramente quais as variáveis que devem ser objecto de futuras comparações;
- ▶ Garantir a maior estabilidade possível entre os indivíduos que compõem o painel, o que implicou adoptar alguns procedimentos em termos de gestão do projecto (garantir um contacto personalizado com os potenciais inquiridos, obter listas de contactos alternativos, manter o contacto ao longo do tempo, calendarizar e aplicação das entrevistas em função dos ritmos de vida, estimular os potenciais entrevistados a participar, promovendo-se o espírito de cooperação e o orgulho em participar num projecto desta natureza, partilhar resultados do estudo...).

Foram realizadas 80 entrevistas aprofundadas distribuídas por 2 grupos de freguesias e por 5 perfis de pessoas em situação de vulnerabilidade: trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivo de doença, desafiados, idosos em situação de vulnerabilidade.⁴ As formas de *partição* territorial da cidade de Lisboa remetem para duas Unidades territoriais de observação que se distinguem essencialmente pelo seu índice de juventude/envelhecimento e tipo de habitação. Situar estes contextos territoriais, demográficos e socioeconómicos onde se situam as vulnerabilidades é um elemento fundamental numa cidade com grandes contrastes sociais.

Distinguimos, desta forma dois grupos de territórios. O primeiro onde se enquadram as freguesias de Marvila e Ameixoeira com índices de vulnerabilidade elevada e moderada, respectivamente e pertencentes a um grupo territorial que se caracteriza fundamentalmente pela juventude da sua população, bem como

⁴. Apenas 74 entrevistas foram seleccionadas para análise, por se ter constatado a sua inadequação aos perfis ou por não serem suficientemente ricas em conteúdo. O quadro seguinte apresenta a sua distribuição pelo tipo de territórios e perfis. Para um aprofundamento dos critérios de selecção dos perfis e as condições de realização das entrevistas vide Anexo.

um elevado peso de residentes em habitação social. E um segundo grupo que inclui as freguesias de Socorro, São Miguel, Santa Justa, São Cristóvão e S. Lourenço e Santo Estêvão. Este conjunto tem em comum o facto de ter índices de vulnerabilidade elevados e onde a problemática do envelhecimento se apresenta associado à acumulação de diferentes factores de vulnerabilidade social.⁵

Quadro 1: Número de entrevistas realizadas por perfil e território

Territórios Grupo 1: Ameixoeira, Marvila	N	Territórios Grupo 2: S. Cristóvão e S. Lourenço, Socorro, Sto. Estevão, São Miguel, Sta. Justa, Castelo, S. Vicente, Santiago, Graça	N
Trabalhadores pobres	8	Trabalhadores pobres	7
Desempregados	6	Desempregados	5
Cuidadoras informais	6	Cuidadoras informais	5
Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	5	Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	6
Desafiliados	5	Desafiliados	8
Idosos em situação de vulnerabilidade	6	Idosos em situação de vulnerabilidade	7
Total	36	Total	38

Tendo em conta os objectivos do estudo, o guião de entrevista e a posterior análise da informação foram estruturados em torno das seguintes dimensões:

- Identificação do percurso de exclusão;
- Motivações, expectativas e resistências no acesso aos apoios sociais;
- Auto-percepção do momento actual, capacidade de acção e oportunidades do sistema;
- Redes de relações;
- Apreciação sobre as dimensões de impacto dos apoios recebidos;
- Auto-imagem e projectos futuros;
- Propostas para melhoria dos apoios sociais.

Atendendo à diversidade das causas da exclusão social e à pluralidade das suas consequências e implicações para as políticas, considerou-se fundamental entrevistar alguns actores sociais pelo papel que representam em determinadas instituições de âmbito nacional ou local. Este interesse decorria, desde logo, das questões que se iam levantando com as entrevistas realizadas às pessoas em situação de

⁵. A identificação das características dos territórios decorreu de estudo realizado para a SCML, em 2010 – “Mapa das Vulnerabilidades Sociais de Lisboa” (Cf. Anexo). De referir que o âmbito geográfico de aplicação das entrevistas foi alargado na zona histórica, devido ao facto de as instituições contactadas abrangerem públicos de várias freguesias nesta zona da cidade. Porém, ressalve-se que este conjunto de territórios apresenta índices de vulnerabilidade moderada.

pobreza (tipo de apoios disponibilizados localmente, critérios de acessibilidade às respostas sociais, destinatários abrangidos...). Por outro lado, importava de forma mais sistemática, compreender como as diferentes entidades se estruturam e actuam no combate à pobreza e à exclusão social. Para o efeito, estas entrevistas basearam-se em torno de quatro eixos centrais:

- Representações sobre a pobreza: causalidades e especificidades territoriais; factores de bloqueio/facilitação na melhoria das condições de vida;
- Definição de políticas e processos de intervenção: estratégias, metodologias, dinâmica de parceria, constrangimentos e potencialidades;
- Avaliação: alcance dos resultados (públicos, efeitos imediatos/longo prazo...);
- Propostas: políticas sociais/modos de intervenção existentes e novos eixos de actuação.

O quadro seguinte apresenta as 9 entidades que foram entrevistadas mediante um guião estruturado com os eixos acima referidos. De salientar que a opção por estas entidades prendeu-se, por um lado, com a própria incidência do estudo – duas zonas da cidade de Lisboa distintas – tornando-se relevante compreender as perspectivas de instituições com um âmbito de actuação mais local (no quadro os entrevistados de 3 a 9). Por outro lado, afigurou-se também relevante auscultar instituições pelo papel que têm na definição e execução das políticas sociais ao nível da cidade de Lisboa (1 e 2).

Quadro 2: Tipo de entidades entrevistadas

Entidade	Interlocutor entrevistado
Câmara Municipal de Lisboa	1. Vereadora do Pelouro da Habitação
Santa Casa da Misericórdia da Lisboa	2. Vogal da Mesa 3. Directora da DIASL Norte 4. Directora da DIASL Oriental
Junta de Freguesia de Santo Estêvão	5. Presidente da Junta
Centro Polivalente de Santo Estêvão e São Cristóvão da SCML	6. Directora do equipamento
Casas Primeiro	7. Coordenadora de Equipa do Programa
Associação Auxílio e Amizade	8. Técnica de serviço social
CLDS Ameixoeira	9. Coordenador d' a Raízes, Associação de Apoio à Criança e ao Jovem

I
PERFIS SOCIAIS

A Trabalhadores pobres em Portugal: entre os baixos rendimentos e a precariedade da inserção laboral

De que falamos quando falamos de trabalhadores pobres em Portugal? Falamos, desde logo, de dois problemas fundamentais: baixos rendimentos e precariedade da inserção no mercado laboral. Os trabalhadores pobres constituem o reduto de mão-de-obra disponível para um horizonte das ocupações situado nas periferias da estrutura produtiva, às quais correspondem os níveis mais baixos de rendimentos e as formas mais precárias de entrada no mercado de trabalho.

Uma abordagem diacrónica de longa duração⁶ indica que em Portugal os trabalhadores mais pobres não viram o seu rendimento aumentar significativamente nos últimos anos, ao contrário dos trabalhadores com rendimentos mais elevados. Se em 1995 o ganho médio dos 20% de trabalhadores com menores rendimentos era de 364€ verificamos que volvidos 10 anos esse valor médio sobe para 427€ e em 2009 para 471€. Comparando com os 20% de trabalhadores com rendimentos médios mais elevados constatamos que o aumento é bastante superior, passando de 1717€ para 2114€ em 2005, subindo para 2237€ em 2009. Embora estes dados traduzam o carácter estrutural do problema dos baixos rendimentos em Portugal eles dizem apenas respeito aos trabalhadores assalariados com vínculo ao sistema de segurança social.

Um estudo recente realizado pelo CET/Dinâmia para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Castro e Guerra, *et al*, 2010) sobre os utentes desta instituição revelou que um 1/4 dos inquiridos em idade activa se encontrava a trabalhar no momento da inquirição. Apesar de se encontrarem inseridos no mercado de trabalho, estes indivíduos tinham de recorrer a apoios sociais para colmatar a sua insuficiência de rendimentos. Outro dos dados destacado neste estudo é a clara

⁶ Estatísticas produzidas a partir da Base de Dados dos Quadros do Pessoal do GEP 1985-2009 (GEP/MTSS)

influência das qualificações e do género no leque de ocupações profissionais: os menos escolarizados e as mulheres eram os mais representados no grupo dos trabalhadores não qualificados. Finalmente, este relatório revela o carácter precário da inserção destas pessoas no mercado laboral: cerca de metade dos inquiridos não tinha vínculo ou trabalhava a recibos verdes, tendo experienciado períodos de desemprego nos 12 meses antecedentes.

É interessante perceber que também para o público em geral a inserção no mercado de trabalho já não é vista como garantia de protecção. A percepção sobre os grupos mais vulneráveis à pobreza alterou-se significativamente nos últimos cinco anos. Mais de $\frac{3}{4}$ dos inquiridos num estudo realizado pela REAPN, Amnistia Internacional e SOCIUS (2010) sustentaram que existem novos grupos vulneráveis às situações de pobreza nomeadamente os empregados com baixos salários e os trabalhadores em situações de precariedade⁷. No mesmo sentido, as causas de pobreza mais citadas são o desemprego de longa duração, os baixos salários e ainda o trabalho precário.

O trabalho e o emprego assumem nas sociedades contemporâneas um papel fundamental para a definição identitária e posicionamento dos indivíduos na sociedade. Deste modo, assume particular interesse considerar a importância do valor trabalho no processo de construção das identidades sociais destes indivíduos trabalhadores que se encontram em situação de pobreza. De facto, o trabalho e o emprego constituem não apenas uma fonte de recursos financeiros indispensável à sobrevivência imediata dos sujeitos, mas também para a sua ‘sobrevivência’ social. Quais as configurações da articulação entre o valor instrumental associado ao trabalho, num contexto em que este é manifestamente insuficiente para assegurar a sobrevivência destes indivíduos e o valor da realização pessoal? Será o trabalho um valor em si mesmo, ao qual os sujeitos se agarram em processos de construção identitária na incerteza e desqualificação?

1. Contextos de vulnerabilidade

O perfil *Trabalhadores Pobres* é composto por quinze entrevistados com idades compreendidas entre os 31 e os 58 anos, residentes na zona Norte/Oriental de Lisboa (freguesias da Ameixoeira e Marvila) e na Zona Sul da cidade (freguesias da Graça, Santa Justa, Santo Estêvão, São Miguel e Socorro). Os entrevistados são maioritariamente de nacionalidade portuguesa, à excepção de Engrácia, imigrante angolana chegada a Portugal há 11 anos, e de Maria da Graça, natural de Cabo Verde que reside no nosso país há 27 anos.

7. O universo deste inquérito foi a população residente em Portugal Continental com 18 anos ou mais. A amostra (representativa e não estratificada) foi constituída por 1350 indivíduos seleccionados aleatoriamente em 19 freguesias-tipo de cada região de Portugal. (http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/RelatorioPobreza_com_indice.pdf)

Estes três homens e doze mulheres apresentam algumas características comuns. Desde logo, a baixa escolaridade que, tal como se verifica no Quadro seguinte, coloca mais de metade dos indivíduos num nível igual ou inferior ao 1º ciclo. Apenas Miguel concluiu o 3º ciclo em idade escolar e Alda, a entrevistada com maiores qualificações, regressou à escola já em idade adulta onde completou o 9º e posteriormente o 12º ano.

Quadro 3: Grau de escolaridade dos Trabalhadores Pobres

Escolaridade	Entrevistados
1º Ciclo – frequência	Maria Celeste, Maria da Graça, Valentina
1º Ciclo completo	Julieta, Álvaro, Elvira, Roberto, Rita, Filomena, Paulina
2º Ciclo completo	Teolinda, Dália
3º Ciclo – frequência	Tânia
3º Ciclo completo	Miguel
12º Ano	Alda

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Os entrevistados que residem na zona Norte/Oriental de Lisboa vivem em habitação social, tanto na qualidade de titulares dos contratos (Álvaro, Elvira, Julieta e Teolinda) ou como parte do agregado (Maria da Graça, Roberto, Filomena e Tânia). Pelo contrário, os entrevistados residentes na zona histórica de Lisboa são arrendatários de habitações particulares, à excepção de Rita que recorreu a crédito bancário e é actualmente proprietária da casa onde vive há mais de trinta anos na freguesia de Santa Justa.

À data da entrevista, a maioria destes homens e mulheres estava inserida no mercado de trabalho, à excepção de Roberto (que se encontra desempregado, beneficia de RSI e realiza alguns biscates), e de Filomena, desempregada que compensa a ausência de rendimentos com a apanha e revenda de cobre. Os restantes treze entrevistados apresentam situações laborais tão diversas como aqueles que se traduzem por vínculos formais de trabalho duradouros com a entidade empregadora (Álvaro, operador de grua há 10 anos na mesma empresa; Julieta, ajudante de cozinha há 9 anos no mesmo refeitório; Teolinda, auxiliar administrativa num organismo público há 31 anos; Dália, ordenança numa entidade do exército há 38 anos; Valentina, empregada de comércio há 28 anos) ou vínculos contratuais mais recentes (Tânia estava há um ano e meio no lar de idosos, Miguel era segurança na empresa há cerca de 2 anos, Alda começou a tempo completo no supermercado há 1 ano, Maria da Graça trabalha para uma empresa de limpezas há cerca de 2 anos). Há também o caso de uma trabalha-

dora por conta própria (Rita, que através do microcrédito comprou carros para a venda ambulante de gelados) e dois casos de precariedade laboral (Elvira, que faz horas de limpezas e Maria Celeste que trabalha como engomadeira dois dias por semana).

Nas próximas páginas, analisar-se-ão os percursos biográficos destes sujeitos e os seus discursos em torno das experiências de privação, procurando compreender não apenas a natureza dos incidentes críticos que consideram estar na origem das situações de vulnerabilidade mas também as estratégias e os recursos que mobilizam para enfrentar as dificuldades com que se deparam.

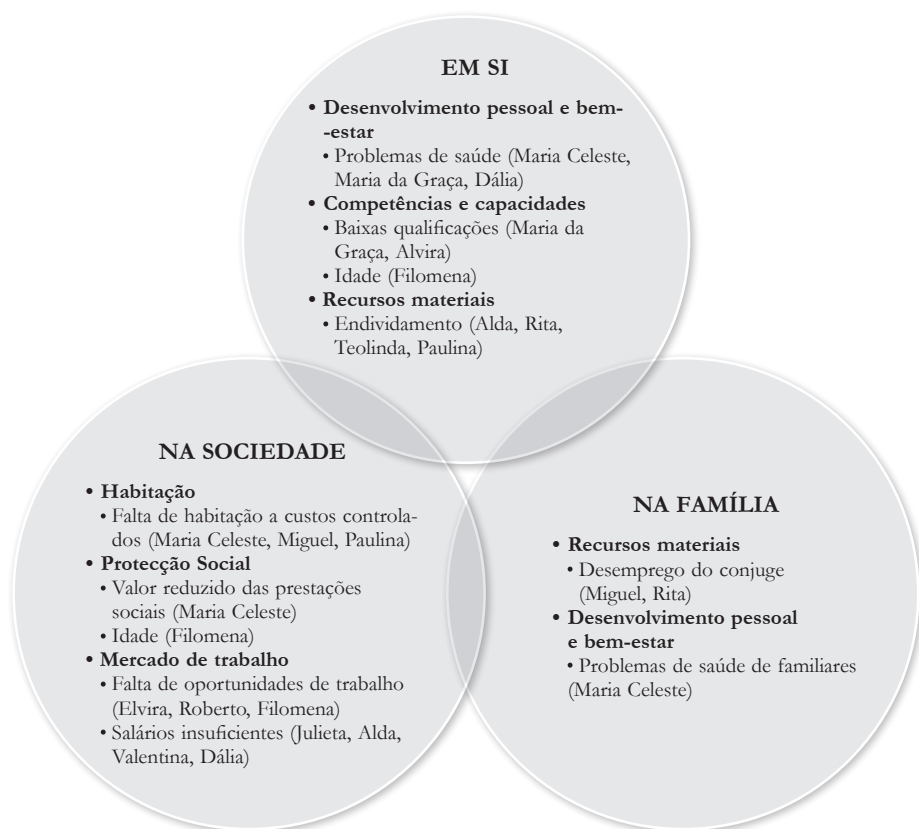
1.1. Trabalhadores e pobreza oscilante

A maioria dos entrevistados debate-se com problemas diversos que resultam na insuficiência de rendimentos. Todavia, existem duas exceções: Álvaro e Tânia. Aos 52 anos, Álvaro considera-se uma pessoa ‘estável’. Veio em criança de Trás-os-Montes para Lisboa com os pais e cinco irmãos, para viver numa barraca nos Olivais. Começou a trabalhar aos 14 anos, com a 4ª classe concluída, como auxiliar manobrador de grua numa empresa onde se manteve dezanove anos. Quando casou construiu um anexo à barraca dos pais e aí viveu até ser realojado no Bairro das Salgadas em 1983. Informado de que a empresa estaria em má situação financeira, Álvaro procura uma alternativa: seis meses antes da falência, já estava a trabalhar como operador de grua móvel noutra firma. Ao longo da sua vida, os apoios institucionais com que contou foi a habitação onde reside e os abonos de família enquanto os filhos tinham idade escolar. À data da entrevista, Álvaro vivia com a mulher e os dois filhos adultos no Bairro das Salgadas e trabalhava como operador de grua móvel na construção civil. A outra exceção é Tânia que, aos 40 anos, conseguiu ultrapassar um período crítico após o divórcio e agora trabalha como ajudante num lar de idosos. Aos 16 anos começou a trabalhar numa florista. Com as gravidezes de risco chegou um período de instabilidade laboral. O negócio por conta própria neste ramo, que entretanto tinha iniciado com o marido, teve o seu fim quando chegou o divórcio. Foi nesta altura que recorreu ao apoio social, tendo beneficiado do RSI durante cerca de 6 meses. Através de uma conhecida, soube de um curso de geriatria subsidiado pela SCML e durante a formação viveu com pouco mais de 200€ do curso, a pensão de alimentos do ex-marido e a ajuda financeira dos pais. À data da entrevista, trabalhava como ajudante num lar de idosos – um trabalho que faz ‘com paixão’. Os pais, regressados à terra natal, cederam-lhe a casa onde vive com os dois filhos menores e a irmã. Os 600€ de ordenado chegam para tudo porque Tânia se define como uma ‘pessoa organizada’.

A Figura seguinte sistematiza os problemas com os quais os entrevistados afirmam deparar-se. Desta figura estão excluídos Álvaro e Tânia, que não apontam

questões críticas significativas. Tal como se pode verificar, os problemas referidos oscilam entre dificuldades criadas pelo sistema (baixos salários, falta de oportunidades de trabalho, dificuldade de acesso a habitação de custos controlados, insuficiência dos apoios sociais), problemas associados à família (desemprego do cônjuge ou apoio a familiar doente) e problemas que residem nos próprios entrevistados (endividamento, idade que reduz as oportunidades no mercado de trabalho, problemas de saúde ou fraca escolaridade).

Figura 3: Trabalhadores Pobres – Auto-percepção dos problemas



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Quando questionados sobre a duração dos problemas e da situação de vulnerabilidade, verificamos que a maioria dos entrevistados localiza os incidentes críticos num momento temporal inferior a 5 anos. A leitura do Quadro seguinte permite constatar que embora quase todos refram as dificuldades materiais por que passaram na infância e juventude, configurando experiências de **pobreza**

inter-geracional, não encontramos nesta amostra qualquer caso de pobreza persistente, apenas de **pobreza oscilante** de duração variável.

Quadro 4: Trabalhadores Pobres: Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)

	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Pobreza persistente		
Pobreza oscilante	Rita, Dália, Miguel	Alda, Julieta, Elvira, Valentina, Teolinda
	Maria Celeste, Maria da Graça, Roberto, Filomena, Paulina	
Pobreza episódica ou accidental		

Legenda: a cinza claro as situações de pobreza e/ou exclusão social inter-geracional

Nota: Álvaro e Tânia não são incluídos neste quadro pelo facto de não se considerarem actualmente em situação de privação, tendo ultrapassado as dificuldades com que se depararam no passado

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

1.2. Pobreza intergeracional: memórias de privação na infância e juventude

A natureza intergeracional da pobreza traduz-se nos discursos dos entrevistados em três dimensões fundamentais: a institucionalização infantil por incapacidade económica, o abandono escolar/entrada precoce na vida activa e as condições habitacionais.

Os três casos críticos de incapacidade financeira das famílias resultaram em períodos de **institucionalização infantil** de três entrevistadas: Paulina, Teolinda e Filomena. No caso de Paulina, a institucionalização foi breve e aconteceu no período que se seguiu à separação dos pais. As experiências de Teolinda e Filomena foram mais longas, tendo terminado a primeira quando a mãe descobriu que a instituição punha a sua filha a pedir na rua e, a segunda, com a fuga de Filomena do colégio já perto de atingir a maioridade.

[Vivia] com o meu pai, a minha mãe [e com mais seis irmãos]. Depois o meu pai deixou a gente. Depois estive num colégio em Caneças. Foi pela Santa Casa que a minha mãe arranhou. Mas depois ela sentia-se muito sozinha e foi-me lá buscar. Os meus irmãos gémeos, cada um foi para um casal. Como a minha mãe não tinha possibilidades, esses casais tomaram conta deles. Os outros meus irmãos... o meu irmão esteve com o meu pai e depois o meu pai arranhou para ele ir para a Casa Pia e ele esteve lá. Eu é que fiquei mais com a minha mãe, juntamente com os dois mais velhos (Paulina, 36 anos)

A minha vida foi toda muito difícil, até actualmente. O que me lembro é a minha mãe não ter possibilidades para me ter e meter-me em colégios, um que havia ali nos Anjos, mesmo ao lado da Igreja. Andava na primária, só vinha aos fins-de-semana [a casa]. Quantos anos foram, não me lembro. Depois, sei que saí de lá e a minha mãe meteu-me num outro ali para o Arco do Cego, numa vivenda. Punham-nos a pedir para podermos

comer. Houve alguém que me viu a pedir e vieram dizer à minha mãe e a minha mãe foi lá e tirou-me de lá. Deu lá porrada na senhora e tudo. (Teolinda, 51 anos)

A minha mãe como não podia sustentar a gente, os outros mais velhos estavam mais ou menos com família... Tenho um irmão que é o que estive na Casa Pia de Belém e o outro a seguir estive na Casa Pia de Xabregas. Saiu dali para a tropa. Eu depois aí, estive uma temporada [n]o Asilo da Infância Desvalida [em Coimbra]. Foi uma senhora que me levou para Coimbra, porque a minha mãe não podia ter a mim e ao meu irmão. (Filomena, 55 anos)

As referências à situação de pobreza da família de origem surgem nos discursos associadas ao abandono escolar, devido à incapacidade de custear as despesas de educação. Vejamos o que sobre isso dizem três entrevistadas:

Não tive uma boa infância, tive de deixar a escola quando tinha 12 anos. Comecei logo a trabalhar e até agora não parei. Naquela altura precisava-se de certas coisas nas escolas e a minha mãe não tinha possibilidades de comprar. Naquela altura, exigiam muito, como fato de treino, ténis para a ginástica, mas eu não conseguia ter. Gostava de ter continuado a estudar. É a minha frustração. (Julieta, 45 anos)

Não continuei a estudar. Tenho três [irmãos], o mais velho, o outro, e tenho uma rapariga. E eu é que tinha de tomar conta dos meus irmãos para a minha mãe trabalhar... (Maria Celeste, 54 anos)

O meu pai era uma pessoa extremamente doente. Já tinha aquelas doenças más que, na altura, a gente não sabia o que era. Andou sempre com baixa, pouco trabalhou. [Quem trabalhava era a mãe] e com muitas dificuldades porque era sempre com os cadernos e aquelas coisas. Nós não nos apercebíamos da gravidade. A minha mãe dizia: “Só compras o caderno no fim do mês”, que eram 5 tostões. Sabíamos que não podia ser. (Alda, 48 anos)

Nem todos recordam com pena o momento em que decidiram deixar de estudar. Há quem se lembre da idade escolar como um tempo pesado, porque não gostavam da escola, porque tinham dificuldade em aprender, porque era penoso reprovar e ser maior do que os colegas.

Eu faltava muito e já tirei o sexto ano com muita dificuldade. Eu não queria mesmo estudar. (Teolinda, 51 anos)

As turmas, as meninas já eram mais pequenas. Eu já era grandinha e não gostava da escola. A gente entrávamos tarde para a escola. Não dava porque a gente não gostava de ir para a escola levar palmadas. Havia a fila dos bons, dos médios e dos burros. Se a gente levantava o dedo para levantar uma questão, já estavam a chamar-nos “burras”. (Alda, 48 anos)

A esta baixa escolaridade correspondeu, na maioria dos casos, uma entrada precoce na vida activa: quatro entrevistados iniciaram-na até aos 14 anos (Julieta, Álvaro, Valentina, Paulina) e os restantes entre os 15 e os 18 anos (Alda, Maria

Celeste, Miguel, Roberto, Rita, Teolinda, Filomena e Telma)⁸. Este início precoce no mercado de trabalho foi seguido por dois caminhos distintos. De um lado, entrevistados que iniciaram percursos laborais estáveis, a que corresponderam vínculos contratuais longos (Álvaro, Valentina, Teolinda e Dália). Do outro lado, temos um conjunto de entrevistados cujos percursos foram marcados pela diversidade de ocupações e instabilidade laboral. Nalguns casos, estes percursos laborais acidentados foram entrecortados por períodos de desemprego. O desamparo da exclusão do mercado de trabalho só raramente foi contrabalançado pelo pagamento de compensações pecuniárias (Julieta e Miguel tiveram subsídio de desemprego, Alda recebeu uma *compensação* monetária para sair da confeitaria onde trabalhou 27 anos). Todavia, a maioria dos casos de desemprego não foi acompanhada de apoios financeiros institucionais, devido à precariedade da inclusão no mercado de trabalho.

A vivência de situações de privação nas famílias de origem encontra também expressão nas condições habitacionais em que os entrevistados recordam ter vivido nos seus primeiros anos de vida. São quatro os entrevistados que contam ter habitado em bairros de barracas na infância: Alda, Roberto, Álvaro e Teolinda. Os dois últimos construíram um anexo à barraca dos pais quando chegaram à idade adulta, local de onde foram realojados anos mais tarde. Mas há também quem refira as más condições das casas arrendadas em que viviam com os pais, pequenas para a dimensão dos agregados (Paulina e Maria Celeste), sobretudo na zona histórica de Lisboa.

A experiência da pobreza na infância e juventude traz também um conjunto de memórias que não são penosas ou negativamente conotadas. Surge nalguns discursos a ideia da felicidade na privação, ancorada na harmonia familiar e no espírito batalhador dos pais que souberam fazer frente às dificuldades. Elvira, angolana que chegou a Portugal há 11 anos seguindo o marido que já se encontrava cá a trabalhar, e Maria da Graça, cabo-verdiana que veio sozinha para este país aos 25 anos, lembram com bonomia a sua infância e juventude:

Graças a Deus, nós éramos pobres, mas éramos felizes. Nunca tivemos razão de queixa nenhuma. Éramos sete irmãos. Neste momento, ficámos 6, porque faleceu o meu irmão mais velho. O meu pai trabalhava e a minha mãe fazia negócio. O pouco que o meu pai e a minha mãe conseguiam dava muito bem para todos. (Elvira, 37 anos)

Graças a Deus! A minha mãe vendia peixe. Saía de manhã, chegava tarde ou à noite a casa, mas nunca nos deixou faltar nada. Eu sempre fui uma pessoa de família pobre, mas de uma família lutadora! Venho de uma família lutadora, a quem nunca faltou o pão em casa, porque a minha mãe lutava para nunca nos faltar o pão em casa. (Maria da Graça, 53 anos)

⁸. Não existe informação sobre o início da idade activa de Elvira, Dália e Maria da Graça.

1.3. Incidentes críticos e pobreza oscilante

Para além do património de privação que a maioria destes homens e mulheres traziam da sua infância e família de origem, foram-se deparando ao longo das vidas com circunstâncias que nem sempre conseguiram resolver. A natureza oscilante das situações de pobreza que encontramos nos sujeitos que compõem este perfil revela de forma clara a vulnerabilidade da sua posição: detentores de fracas qualificações escolares e profissionais, é-lhes impossível aceder a segmentos do mercado de trabalho com melhores rendimentos e maior estabilidade.

Importa, então, compreender quais os incidentes críticos que os entrevistados consideram ter estado na origem das suas actuais situações de pobreza. Desde logo, o desemprego constitui um incidente crítico fundamental no percurso de vida de qualquer indivíduo. No caso dos entrevistados deste perfil, são dois os que vivem actualmente na pele as consequências de tal acontecimento. Filomena, de 55 anos, vive com o marido na casa de habitação social da sogra no Bairro dos Alfinetes. O último trabalho que teve foi a tomar conta de uma idosa, durante seis meses em 2010. Desde então, anda na apanha do cobre: apanha-nos contentores, descasca os fios e revende-os. A sobrevivência do casal depende deste rendimento incerto e do trabalho do marido como servente nas obras, nos meses em que há serviço. Filomena duvida que com a sua idade consiga encontrar trabalho ou obter apoio social, pois está “nova para a reforma e velha para trabalhar”. O mesmo não se pode dizer de Roberto, o outro desempregado deste conjunto de entrevistados, que aos 32 anos vive com dois irmãos e os pais na casa destes no Bairro das Salgadas, em Marvila. Já trabalhou nas obras como servente, mas os últimos quatro anos de actividade foram passados num curso de jardinagem. Quando o curso terminou, requereu o RSI e recebe agora 175€. Faz biscates a descarregar contentores, onde ganha 33€ por dia de trabalho. O que mais queria era arranjar um trabalho na área da jardinagem.

Mas o desemprego reaparece como incidente crítico nas situações actuais de outros entrevistados, nomeadamente no que diz respeito ao desemprego do cônjuge. Encontram-se nesta situação Rita, Miguel e Paulina. Dos quinze entrevistados, Rita é a única que trabalha por conta própria como vendedora ambulante. Os anos de venda ilegal, fuga à polícia e de acumulação de multas fizeram-na ir tão abaixo que chegou a tentar o suicídio. Foi há cerca de quatro anos que Rita resolveu fazer um pedido de microcrédito, para poder comprar carrinhos com refrigeração para vender gelados e ter um lugar de venda fixo legal. Durante os últimos 26 anos, Rita tem sido o sustento da família, após a falência da empresa onde o marido trabalhava como montador de estruturas.

Ele já vinha com o stress do trabalho, sem ordenado e já tinha dois filhos, começou a dar-lhe qualquer coisa. Um dia chega a casa – não sei o que lhe deu pela cabeça – vira-me

a mesa, nunca mais me esquece era pescada cozida, tudo pelo ar, os miúdos aos gritos. Parecia um doido. Tive que agarrar nele, tive que telefonar para polícia e ambulância, com o colete de forças, que eu não conseguia fazer nada dele. O meu marido faz 65, isto foi há uns 26 anos, tinha 40 anos mais ou menos. Ele começou a passar-se e, até hoje, anda aqui nas consultas do Miguel Bombarda a ser vigiado pela psiquiatria e já lhe deu dois AVC. Ele é uma pessoa muito nervosa, se disser qualquer coisa que ele não goste, exalta-se e é logo aos gritos. (Rita, 53 anos)

Desde há mais de vinte anos que a ocupação do marido de Rita é ajudá-la na venda ambulante, pois só ele tem a carta de condução. Foi no último ano que a situação financeira do casal se agravou, com a acumulação de contas por pagar do armazém onde guarda o material e da prestação do carro da venda. Esperam equilibrar as finanças no próximo ano, quando o marido entregar os papéis da reforma.

Também para Miguel o desemprego da mulher desde Novembro de 2010 constitui o incidente crítico que causou a actual vulnerabilidade. Aos 31 anos e com três filhos pequenos, o seu salário como segurança é insuficiente para enfrentar as despesas do agregado. A inserção precária da mulher no mercado de trabalho como empregada de restauração tem ditado alguns períodos de maiores dificuldades, tendo no passado chegado a receber alguns meses de RSI que terminaram quando recomeçou a trabalhar. Aguardam agora o deferimento do pedido de apoio ao pagamento da renda pela SCML.

Paulina e o marido vivem ainda hoje as consequências de dívidas contraídas durante o período de desemprego pelo qual o marido passou. Actualmente ambos trabalham na área da restauração: Paulina é ajudante de cozinha e o marido é empregado de mesa. Os salários de ambos são insuficientes para as despesas domésticas deste casal com 5 filhos menores a cargo, residentes numa casa arrendada na zona histórica de Lisboa, e ainda a braços com rendas em atraso e o endividamento a empresas de crédito pessoal.

Um outro acontecimento que aparece nos discursos das entrevistadas como um incidente crítico é o divórcio. As entrevistadas que referem as separações como momentos críticos nas suas vidas são Alda, Maria Celeste, Maria da Graça, Tânia e Valentina. Para além das sequelas emocionais, as separações conjugais trouxeram consigo maior vulnerabilidade económica, que se traduz na redução dos rendimentos familiares. Quando há filhos a cargo, os efeitos financeiros do divórcio estendem-se por vários anos e só são diluídos com o pagamento de pensão de alimentos que ajude a fazer face às despesas com as crianças. De entre as entrevistadas que passaram por esta situação, só Tânia menciona receber pensão de alimentos do ex-marido. As restantes três, enfrentaram sozinhas os anos seguintes à separação. No caso de Alda e Maria Celeste o fim dos casamentos implicou também a perda da morada de família, deixando-as num desamparo habitacional difícil de gerir.

A análise do material revela também a existência de uma área-problema que escapa à vontade dos indivíduos mas que tem consequências na inclusão no mercado de trabalho: a saúde. De facto, são três as entrevistadas que mencionam as limitações decorrentes de problemas de saúde que as impedem de aceitar trabalhos que sejam fisicamente exigentes ou de trabalhar mais horas: Maria Celeste, Maria da Graça e Dália. As duas primeiras vivem entre a necessidade de maiores rendimentos e a impossibilidade de grandes esforços físicos, devido a problemas ósseos e musculares. Ao contrário destas duas entrevistadas que trabalham sem contrato e dependem da capacidade física para aumentar os rendimentos mensais, o vínculo formal de Dália com a entidade empregadora dura há 38 anos. Todavia, os problemas pulmonares que lhe foram diagnosticados lançaram esta ordenança de uma instituição do exército para um período de baixa, ao qual corresponde uma redução significativa do seu vencimento: de 495€ passou a receber 345€, quantia manifestamente insuficiente para viver com dois filhos gémeos de 20 anos na casa arrendada na freguesia de Santo Estêvão. Resta-lhe esperar a concretização da proposta de reforma que a entidade patronal lhe fez.

Os baixos rendimentos empurraram alguns entrevistados para situações de endividamento das quais se libertam a custo. Referimos já o caso de Paulina, cujas dívidas remontam a um período de desemprego do marido, de Alda, cujo processo de endividamento se iniciou com o primeiro divórcio há 15 anos atrás e o caso de Rita, presa ao microcrédito com o qual teve capital para iniciar uma nova fase da sua venda ambulante. Da análise ressalta ainda o caso de Teolinda, auxiliar administrativa num organismo público há 31 anos. Entre 1997 e 2002 esteve detida e foi à data da saída da prisão que a sua situação se complicou. Quando foi condenada por cumplicidade em tráfico de droga, vivia numa barraca na Curraleira com o filho menor. Quando saiu, a sua casa fora demolida e todos os bens tinham desaparecido. A casa de habitação social na freguesia de Marvila para a qual entrou estava vazia e foi por esse motivo que contraiu créditos. À data da entrevista, Teolinda vivia sozinha e não tinha dependentes a cargo. Mesmo assim, os pouco mais de 500€ que ganha no seu emprego são insuficientes para pagar as prestações mensais e as restantes despesas correntes. Neste momento, tem várias rendas em atraso e as “mãos vazias”.

É à luz das dificuldades decorrentes da discrepância entre o valor dos salários recebidos e os custos com a habitação que temos de olhar para os percursos residenciais dos entrevistados. A análise do material revela a existência de 4 tipos de percursos residenciais:

- Enraizamento alfacinha, onde se incluem os entrevistados que sempre viveram em Lisboa (Julieta, Paulina, Tânia, Teolinda, Rita, Dália, Filomena);

- Mobilidade intra-metropolitana, com passagem pelo Seixal (Alda), Cacém (Miguel), Sesimbra (Rita) e Lavradio (Maria Celeste);
- Migrações económicas nacionais, que inclui os entrevistados que vieram em criança com os pais para Lisboa: Álvaro, nascido em Trás-os-Montes e Valentina, proveniente de Viseu;
- Mobilidade intercontinental, onde cabem as duas entrevistadas imigrantes: Elvira, natural de Angola e Maria da Graça, cidadã de Cabo Verde.

Olhando para os dados de que dispomos, verificamos que a estabilidade residencial divide a presente amostra. De facto, vários entrevistados vivem na mesma casa há mais de 8 anos, de onde se destacam os indivíduos que pertencem a agregados a quem foram atribuídas habitações sociais: Álvaro, Filomena, Julieta, Roberto e Teolinda. Mas não se esgotam aqui os exemplos de estabilidade na habitação: eles incluem também Valentina, arrendatária de uma casa na freguesia de Santa Justa há 30 anos (15€ de renda), e Rita que é actualmente proprietária da casa que ocupou no pós-25 de Abril e da qual foi inquilina durante vários anos.

O outro grupo de entrevistados apresenta percursos residenciais mais instáveis, onde cabem arrendamentos temporários ao sabor das más condições de conservação do imóvel ou da incapacidade financeira de custear rendas elevadas (Alda, Maria Celeste, Miguel), um arrendamento recente após a saída de um novo regresso à casa materna (Dália) e realojamentos que tiveram lugar nos últimos cinco anos (Elvira e Maria da Graça). É neste grupo de entrevistados que a habitação constitui uma área crítica, tanto pelas condições materiais das habitações como pelos preços do mercado de arrendamento. Olhemos para o exemplo de Elvira. Chegou a Portugal há 11 anos com três filhos pequenos, atrás do marido que trabalhava como pedreiro. A primeira casa em que viveu era no Bairro Alto e Elvira recorda os seis penosos anos em que a família habitou não uma casa mas “uma pocilga”:

Era pequena, uma cave sem condições nenhuma. Eu passava o dia no parque do Príncipe Real, porque aquela casa era... não há jeito. Foram seis anos, mas muito difíceis. Os vizinhos de cima atiravam água. Acabava de estender a roupa num fio – não tinha máquina, lavava no tanque com aquele frio –, os vizinhos de cima atiravam a água para baixo. Novamente, a roupa suja e metia a lavar, outra vez, no tanque. Era uma desgraça. Tinha baratas... Foi muito difícil. (Elvira, 37 anos)

Com mais um filho nascido já em Portugal, Elvira iniciou uma persistente luta por uma casa camarária até que a conseguiu. Desde há cinco anos que a família vive num T2 de habitação social na Ameixoeira. Também Maria Celeste tem razões de queixa das casas por onde tem vivido. Depois do fim do casamento, regressou à casa materna em Alfama. No entanto, as experiências de arrendamento têm sido más, devido à dimensão reduzida e má conservação das casas.

A casa também era muito pequena e não dava. Depois saí dessa, fui para outra casa, na outra casa também chovia como na rua, tive que sair saí, fui para outra, e depois para outra, que era um bocadinho mais abaixo, também estava péssima. E depois saí dessa e fui para outra, a outra também era a mesma coisa, tive de sair, que era o Beco da Curvinha, onde eu morava agora ultimamente, pronto, essa era a mesma coisa, já pagava 500€ de renda... 500€ de renda! (Maria Celeste, 54 anos)

O grau de satisfação com a actual área de residência e o contexto de vizinhança é variável, sendo possível identificar dois pólos distintos, associados a duas zonas da cidade diversas: a zona histórica de Lisboa e a zona Norte/Oriental da cidade onde se concentram os entrevistados que residem em bairros de habitação social. No primeiro caso, a inserção em zonas históricas traduz-se geralmente num sentimento de pertença bairrista, que pode ser ilustrado com a actual decepção de Maria Celeste com a mudança para a Graça, após anos de residência na zona de Alfama (“eu não gosto do sítio, gosto mais da minha terra”). Embora exista a ideia da satisfação com a zona de residência, quase todos os entrevistados que habitam na zona histórica referem os preços elevados praticados no arrendamento urbano, bem como o mau estado de conservação das casas. De facto, com a excepção de Valentina que paga uma renda baixa, todos os restantes têm a cargo rendas de valor superior a 150€ (Dália), sendo que a maioria se situa acima dos 395€ mensais. Por outro lado, os entrevistados que moram em bairros de habitação social não parecem apresentar o mesmo discurso de pertença bairrista, centrando os discursos na questão da satisfação com as condições de habitabilidade das casas e da comportabilidade das prestações mensais. Nalgumas narrativas surgem relatos de tensão na relação com os vizinhos (Teolinda tem uma queixa em tribunal sobre uma alegada agressão com arma branca a uma vizinha) ou a alusão aos problemas de delinquência que começam a surgir entre os jovens desocupados. Compreende-se, assim, que Julieta sugira uma intervenção local destinada à promoção da escolaridade e da ocupação juvenil, por forma a prevenir o surgimento de marginalidade entre as camadas mais novas dos habitantes do bairro na Ameixoeira onde reside.

2. Estratégias de gestão da privação

De que forma lidam os entrevistados com os problemas com que se deparam? Que recursos utilizam para diluir os efeitos negativos dos baixos rendimentos, da precariedade laboral, das rupturas conjugais, dos períodos de doença, dos endividamentos?

A análise que aqui se faz recupera a tipologia utilizada num estudo anterior (Castro e Guerra et al., 2010: 89-90) que distingue quatro estratégias fundamentais de gestão da privação, que vão desde a inacção e derrotismo perante as dificuldades

(passiva) até à estratégia autonomizante, pela qual os sujeitos procuram alterar as circunstâncias negativas nas quais se encontram, seja pela aposta na formação e qualificação profissional ou na procura *activa* de trabalho e outras fontes de rendimento. Entre estes dois pólos opostos, surgem duas outras estratégias que implicam a relação do sujeito com outros: a estratégia activa solidária, pela qual se mobilizam recursos materiais, sociais e emocionais através das redes de relações sócio-familiares, e a estratégia activa institucional que leva os indivíduos a aproximarem-se de entidades e instituições em busca de apoios diversos (pecuniário, habitação, saúde, educação, géneros).

O Quadro seguinte sistematiza os rendimentos, tipos de apoio e estratégias adoptadas por cada um dos quinze entrevistados que compõem este perfil. Da análise deste quadro sobressaem alguns elementos que convém reter:

- ▶ Apesar de haver quatro casos de coabitação com outros elementos da família, a maioria dos entrevistados vive com a família nuclear que fundou, tanto sob a forma de famílias monoparentais com filhos (Alda, Maria da Graça, Dália), famílias nucleares com filhos (Álvaro, Miguel, Julieta, Elvira, Paulina) ou casais sem filhos co-residentes (Rita). Existem ainda dois casos de pessoas isoladas: Teolinda e Valentina.
- ▶ A esmagadora maioria dos entrevistados tem como fonte de rendimento o trabalho, à excepção de Filomena e Roberto que se encontram desempregados e fazem biscates. Esta atitude proactiva dos entrevistados reflecte-se no facto de todos os indivíduos que compõem este perfil utilizarem a estratégia autonomizante.
- ▶ Os apoios recebidos são variados e incluem dois casos de RSI (Roberto e Maria Celeste, a quem o rendimento do trabalho não chega para manter três dependentes), abonos de família (Julieta, Elvira, Maria da Graça, Alda, Paulina, Miguel), apoio à educação (os filhos de Julieta, Elvira, Maria Celeste, Miguel, Paulina são apoiados pelo SASE e a filha de Maria da Graça tem bolsa de mérito na Universidade), apoio à habitação sob a forma de comparticipação no pagamento de rendas (Maria Celeste, Miguel e Dália), apoios à saúde e apoio em géneros. O recurso aos apoios sociais reflecte-se na prevalência da estratégia activa institucional, que só não se encontra presente em três casos: Álvaro, Filomena e Tânia.
- ▶ Encontramos quatro situações de recurso ao crédito, que configuram a utilização no passado da estratégia hipotecada. Teolinda, Paulina, Rita e Alda debatem-se com a acumulação de dívidas a instituições de crédito, que não apenas lhes retira parte da liquidez mensal para o pagamento das prestações, como consome boa parte das suas energias numa gestão quotidiana dos gastos.

Quadro 5: Trabalhadores Pobres – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

Zonas	Entrevistados	Idade	Freguesia	Nº elementos da família alargada	Nº elementos da família nuclear	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios (habitação, saúde, géneros)			Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos	
							Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras ent.)				
							Habituação	Saúde	Géneros		
Zona 1	Álvaro	52	Marvila		4	Rendimentos de trabalho n.e.	Directo			Autonomizante	
	Julietta	45	Ameixoeira		5	Rendimentos do trabalho (€ 600)+ horas extra limpezas+ abonos 150€	Directo		SASE	Autonomizante e Activa Institucional	
	Elvira	37	Ameixoeira		6	Rendimentos do trabalho (€800) + abonos € 170	Directo	Óculos Consultas	SASE	Autonomizante e Activa Institucional	
	Maria da Graça	53	Ameixoeira		2	Rendimentos do trabalho (€ 400) + abono	Indirecto		Bolsa mérito p/ filha Univ.	Autonomizante, Activa Solidária e Activa Institucional	
	Roberto	32	Marvila		4	RSI 175+biscates + reforma mãe n.e.+ baixa do pai n.e.	Indirecto			Autonomizante, Activa Institucional e Activa Solidária	
	Tânia	40	Marvila		3	Rendimento trabalho (€ 600) + pensão alimentos n.e.	Indirecto			Autonomizante e Activa Solidária	
	Filomena	55	Marvila		2	Rendimento de biscates n.e.	Indirecto		Fogão	Autonomizante e Activa Solidária	
	Teolinda	51	Marvila		1	Rendimento do Trabalho (€ 530)	Directo			Alimentos, Roupas, Monetário	Autonomizante, Activa Solidária e Activa Institucional
	Alda	48	Santo Estêvão		3	Rendimentos do trabalho n.e. + abono € 29				SASE	Autonomizante, Activa Institucional
	Maria Celeste	54	Graça		3	Rendimentos do trabalho + RSI € 350	Apoio pagamento renda (SCML)	Consultas, Óculos	Alimentos	SASE	Autonomizante, Activa Solidária e Activa Institucional
Zona 2	Miguel	31	S. Miguel		4	Rendimentos do Trabalho n.e + abonos n.e.	Apoio pagamento renda (SCML)		SASE	Autonomizante e Activa Institucional	
	Dália	56	Santo Estêvão		3	Rendimentos do Trabalho (345€ baixa)	Apoio pagamento renda € 150 (entidade patronal)		Alimentos	Autonomizante e Activa Institucional	
	Valentina	58	Santa Justa		1	Rendimentos do trabalho (€ 230€)		Consultas, Medicação		Roupa	Passiva, Autonomizante, Activa Solidária e Activa Institucional
	Rita	52	Santa Justa		2	Rendimentos do Trabalho n.e.					Autonomizante, Activa Hipotecada
	Paulina	36	Socorro		6	Rendimentos trabalho (1100€) + Abonos 140€		Consultas (SCML)			Autonomizante, Activa Institucional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

2.1. Eu e os outros: estratégia autonomizante e estratégia activa solidária

A estratégia autonomizante aparece nos discursos dos entrevistados sob a forma de biscates que complementam os rendimentos do trabalho (Julieta e Dália), que se somam ao dinheiro auferido pelo RSI (Roberto e Maria Celeste) ou que constituem o único meio de vida no desemprego (Filomena). Vejamos o primeiro caso: Julieta é ajudante de cozinha num refeitório e recebe cerca de 600€ de salário. A insuficiência deste valor face às despesas de um agregado numeroso (coabita com o marido, cujo problema psiquiátrico o impede de trabalhar, com dois filhos e com uma menor que cria como se fosse sua) empurram-na a fazer umas horas nas limpezas sempre que é possível:

Ainda agora consigo fazer tudo! Não é com o dinheiro que eu ganho no meu emprego que eu consigo [viver]. Tenho uma senhora para a qual trabalho de vez em quando. Quando ela me chama, eu vou. (Julieta, 45 anos)

A baixa por doença de Dália é também complementada com o dinheiro que recebe a fazer limpezas na casa de uma pessoa conhecida. A inexistência de vínculos nestas situações laborais extra-emprego e a flexibilidade de prestações de serviços desta natureza permitem pouco mais do que uma acumulação monetária reduzida para pequenos gastos.

Os dois casos de beneficiários de RSI, Maria Celeste e Roberto, ainda que sejam muito diferentes entre si – a primeira tem a seu cargo três dependentes, enquanto Roberto é um jovem desempregado de 31 anos a residir em casa dos pais –, partilham a atitude proactiva: Maria Celeste trabalha dois dias por semana como engomadeira e Roberto descarrega sacas de contentores sempre que para tal é chamado. Finalmente, a sobrevivência de Filomena, desempregada que não beneficia de qualquer apoio social, é garantida pelo trabalho intermitente do marido nas obras como servente, mas também na realização de biscates conjuntos na apanha, descasca e revenda de cobre.

Uma outra forma que a estratégia autonomizante toma nos discursos dos entrevistados manifesta-se na gestão rigorosa dos bens disponíveis, nomeadamente no aproveitamento minucioso dos alimentos e na recusa do desperdício.

Se for um frango grande, eu consigo fazer três comidas, que dá para muita gente. Giro muito bem. Se eu colocar um frango inteiro, sei que ele vai todo. Assim, se meter meio frango para uma coisa e meio frango para outra, dá duas refeições, que dá na mesma para 5 ou 6 pessoas, com uma peça de fruta ou outra coisa qualquer. É assim que giro a minha casa, senão não conseguia. (Julieta, 45 anos)

[O dinheiro] não chega para nada. Quando se compra, compra-se carapau, que é o peixe mais barato; compra-se o chispe, que é mais barato; peru... Essas coisas mais baratinhas. (Elvira, 37 anos)

Esgotadas as possibilidades de resolução dos problemas por si mesmos, os indivíduos recorrem às redes de relações sócio-familiares em busca de respostas para situações concretas. Vemos, assim, surgir várias manifestações da estratégia activa solidária, visível na coabitação, ajuda monetária e apoio em géneros.

A possibilidade de coabitação destaca-se não apenas pela frequência com que ocorre, mas também pelo impacto decisivo que tem nas vidas dos sujeitos. Em diferentes momentos dos seus ciclos de vida foram vários os entrevistados que regressaram à casa dos pais, impossibilitados que estavam de suportar as despesas de uma habitação própria. À data da entrevista, eram cinco as situações de coabitação com familiares. Roberto, desempregado de 31 anos, vive com os pais e uma irmã na habitação social para onde mudaram há 16 anos; Tânia mora com os dois filhos e a irmã na casa que os pais lhe cederam após o regresso à terra natal; Maria da Graça vive com a filha, estudante universitária, na casa de habitação jovem que foi atribuída ao filho antes da sua partida para a emigração em França; Filomena e o marido habitam na casa da sogra, onde também vive a cunhada. Todas estas situações são o resultado de um cálculo que cruza os recursos disponíveis com o impacto financeiro e emocional que detêm nas situações de vulnerabilidade por que os indivíduos passam.

Vejamus com mais atenção o caso de Maria Celeste, com dois filhos e uma neta a cargo. Dispondo de poucos recursos financeiros (350€ de RSI e uma quantia não especificada resultante do seu trabalho como engomadeira) e de despesas várias com os dependentes (um dos quais deficiente), esta mulher de 56 anos decidiu arrendar uma casa com o filho de 32 anos, a sua mulher e filha. Na última casa em que viveu em Alfama, pagava 500€ por dois quartos e uma sala minúscula, em que tudo “estava a cair”. Com muita pena, teve de sair do seu bairro do coração, mas só na colina encontrou as condições que permitem dividir despesas com o filho e acomodar dois agregados, sem que a chuva lhes caia em cima.

Mas os recursos disponíveis nas redes sociais não se esgotam na possibilidade de coabitação. O apoio monetário entre familiares é também mencionado em várias entrevistas, tanto sob a forma de empréstimos ou doações entre pais, filhos e irmãos: Tânia recebeu ajuda pecuniária dos pais enquanto fazia o curso de geriatria subsidiado pela SCML, o filho de Maria da Graça envia-lhe dinheiro de França onde está emigrado, o pai de Julieta ‘ajuda muito’ os netos, Alda sobreviveu estes anos com pequenos empréstimos feitos pela irmã, Maria Celeste foi sustentada pela mãe nos momentos em que esteve sem trabalho, Dália diz ter tido muita ajuda enquanto os seus irmãos foram vivos. A mãe de Teolinda dá-lhe de vez em quando pequenas quantias que lhe permitem beber café e comprar cigarros:

Não lhe vou dizer que sou uma santa. Eu tenho vícios, eu fumo. Não tenho para café, não tenho para tabaco, eu avario. Fico a tentar dar volta para ver como é que eu vou

fazer para pedir dinheiro à minha mãe mas tenho vergonha de lhe dizer, eu nunca disse à minha mãe: “Oh mãe, dê-me dinheiro para tabaco, oh mãe dá-me dinheiro para um cafezinho”. Ela é que se põe: “Para café e para chuchas.” E depois, lá me dá 5 Euros. (Teolinda, 51 anos)

Nas narrativas dos entrevistados encontramos também a referência a apoio em géneros entre familiares: a mãe de Teolinda dá-lhe roupa e Julieta alimenta irmãos e sobrinhos que frequentam a sua casa todos os dias.

Eu sou uma pessoa que sabe como organizar a casa sem passar fome. Não sei se foi a vida que me fez assim ou se eu sou assim. Eu tenho para dar aos meus filhos; tenho para dar aos meus sobrinhos; ao meu irmão que é um drogado; à minha irmã, que é uma pessoa que teve uma depressão, que recebe pouco da segurança social. (Julieta, 45 anos)

O apoio concedido pelas redes sociais transcende os limites da família e estende-se a outras relações de proximidade, como vizinhos, colegas e amigos. Valentina recebe roupa das donas das duas lojas para onde trabalha e uma vizinha de Filomena ofereceu-lhe o fogão com o qual cozinha para si e para o seu marido em casa da sogra. O caso de Teolinda é um bom exemplo da importância destas redes no quotidiano de pessoas em situação de vulnerabilidade.

No trabalho, dão-me o almoço porque têm conhecimento do meu assunto, e quando eu vejo que não consigo para o fim-de-semana e que a minha mãe também não está muito bem, falo lá no trabalho e tenho muitas ajudas lá, graças a Deus. A nível de comer, a nível de trapos, tenho muitas ajudas de lá. (Teolinda, 51 anos)

Finalmente, as redes sociais de proximidade constituem também o meio privilegiado de acesso a oportunidades no mercado de trabalho. É através de amigos, familiares e vizinhos que os entrevistados referem ter tomado conhecimento dos empregos que foram tendo ao longo da vida: Teolinda ingressou há 31 anos no organismo público onde a mãe trabalhava; Miguel começou a sua vida activa na carpintaria de um vizinho e trabalhou nas obras através de conhecimentos do seu pai; Maria Celeste trabalhou como encadernadora na tipografia de um primo e actualmente trabalha como engomadeira para uma vizinha. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos que as narrativas dos entrevistados fornecem sobre a centralidade das redes informais no acesso ao mercado de trabalho.

Entre a crença em si mesmos e na sua capacidade de resolução de problemas e o apoio que vão buscar (e dar) às suas redes sócio-familiares, os sujeitos vão ampliando o espectro de possibilidades que têm à sua frente. Todavia, existem circunstâncias que requerem mais recursos do que aqueles que se podem angariar pelas estratégias autonomizante e activa solidária. E é aí que entra em jogo a estratégia activa institucional, de que daremos conta na próxima secção.

2.2. Vulnerabilidade e recurso a instituições

Nesta secção tratar-se-á de duas estratégias que implicam a saída dos sujeitos da sua zona de conforto e darem o passo que os aproximará de instituições formais. Cabem neste capítulo duas estratégias muito diferentes entre si: a estratégia hipotecada, pela qual os indivíduos se comprometem com instituições de crédito, e a estratégia activa institucional, que implica o recurso a instituições de apoio social.

O endividamento a instituições de crédito como uma estratégia hipotecada do passado

Das quinze pessoas que compõem este perfil, são quatro as que se encontram em situação de endividamento a instituições de crédito: Teolinda, Paulina, Alda e Rita. Apesar da diversidade dos contextos que as fizeram adquirir a condição de devedoras, podemos identificar um traço comum nestas quatro mulheres: à data da contracção dos empréstimos, todas tinham razões para acreditar na exequibilidade do pagamento dos empréstimos. Embora tivesse acabado de sair da cadeia e se visse obrigada a recheiar uma casa que nada mais tinha do que as paredes, Teolinda tinha a seu favor o vínculo laboral estável de auxiliar administrativa num organismo público. Ainda que o marido de Paulina estivesse desempregado, o casal acreditava que tal seria uma situação temporária e que rapidamente conseguiriam equilibrar as finanças. Saída de um divórcio problemático e da perda da sua parte do património do casal, Alda viu-se forçada a pedir dinheiro emprestado, certa de que a sua capacidade de trabalho e determinação lhe permitiriam dar conta do empréstimo feito. A desfavor de todas estas mulheres, jogou a insuficiência de rendimentos proveniente do trabalho face aos encargos mensais com a manutenção das suas famílias e com o cumprimento dos contratos de empréstimo assinados. Um bom exemplo dessa situação é dado pela história de Teolinda que, para tentar pagar as dívidas com as empresas de crédito pessoal, contraiu mais um empréstimo, desta feita com a Caixa Geral de Depósitos. Os pouco mais de 500€ de salário rapidamente se tornaram uma gota de água no oceano de dívidas que a estrangulava. Teolinda dirigiu-se à Deco, em busca de auxílio nessa época negra.

Estou com insolvência porque não tinha como pagar. Fui à Deco, eles orientaram-me e aconselharam-me e eu meti a insolvência e fui aceite. [Agora tenho dificuldades] por causa do meu vencimento, limpos são à volta de 530€. Tenho 240€ de uma prestação fixa à Caixa Geral de Depósitos e fico com o restante. Para água, para luz, para comer. À Caixa, tenho de pagar, não consegui renegociar a dívida. [Vai ser] até ao final do ano, que é quando eu acabo esta prestação da Caixa. (Teolinda, 51 anos)

Mas o endividamento destas quatro entrevistadas não se esgota em créditos pessoais destinados a cobrir despesas quotidianas. O caso de Rita é singular, não apenas porque envolve a única trabalhadora por conta própria deste perfil,

mas também porque combina dois tipos de créditos: o crédito para aquisição de habitação e o microcrédito para o estabelecimento de um pequeno negócio. Como vimos, desde há mais de vinte anos que Rita é o único sustento da sua família. Embora a sua vida fosse imprevisível ao sabor das vendas realizadas, Rita foi empurrada a adquirir a casa arrendada onde vivia desde 1974, após o falecimento do proprietário original. Apesar da sua resistência inicial – por saber que dificilmente uma vendedora ambulante e um desempregado obteriam um crédito bancário –, acabou por comprar o imóvel com o auxílio do proprietário, que fez um contrato de trabalho fictício para o marido de Rita. Actualmente, o casal paga uma prestação de 250€ ao banco pela casa onde ambos vivem na freguesia de Santa Justa. Nos últimos anos, a intensificação da fiscalização policial sobre a venda ambulante colocou Rita numa situação de grande vulnerabilidade. Foi na televisão que viu a informação sobre o microcrédito que a fez dirigir-se à sua assistente social. Rita sonhava em abrir uma loja mas perante os custos associados a tal empreendimento, decidiu-se pela venda ambulante com lugar fixo na Baixa. Tratou de reunir as condições logísticas necessárias para o negócio (aquisição de um carro com sistema de refrigeração para os gelados e de outro para a venda de castanhas, aluguer de um espaço num armazém com electricidade, obtenção das licenças camarárias) e desde há quatro anos entrou numa nova fase da sua vida. No entanto, as despesas de manutenção e as dívidas do microcrédito e da aquisição da casa são demasiado elevadas para os rendimentos que obtém da venda.

O recurso à estratégia hipotecada implica não apenas a assunção institucional do problema de liquidez imediata mas, também e sobretudo, implica a confiança na capacidade pessoal de honrar os compromissos acordados a médio prazo. É nesse contexto de grande vulnerabilidade económica temperada com um grau elevado de confiança pessoal à data da contracção dos créditos que vemos surgir nos discursos destas entrevistadas as narrativas sobre a origem das suas condições de actuais credoras.

Estratégia Activa Institucional: expectativas e impactos do apoio social

Se a estratégia hipotecada transforma os sujeitos que a ela recorrem em devedores, a estratégia activa institucional concede-lhes um novo rótulo nem sempre bem recebido: o de beneficiário. Curiosamente, este rótulo não surge associado a dois tipos de apoios: o acesso à habitação a custos controlados e aos abonos de família e SASE⁹ para crianças em idade escolar.

⁹ O SASE – Subsídio de Acção Social Escolar – inclui, normalmente o apoio à aquisição de livros, o subsídio de alimentação, a comparticipação no material de desgate, a atribuição de bolsas de estudo e a comparticipação nos transportes escolares.

Vejamos o primeiro caso: em nenhum ponto dos discursos dos entrevistados que obtiveram habitação social vemos surgir a ideia de que esta constitui um ‘apoio social’. Ainda que seja visto como um acontecimento importante das suas vidas, a mudança para fogos camarários é geralmente encarado como o resultado do exercício do direito à habitação, sobretudo quando tal acontece no contexto de realojamentos de bairros de barracas, tal como foi o caso de Álvaro, Roberto, Teolinda e Filomena.

De entre os casos de realojamento de barracas para habitação social destaca-se a história de Teolinda, que já tivemos oportunidade de abordar anteriormente. Residente numa barraca construída como anexo à dos pais na Curraleira, esta mulher foi surpreendida no momento da saída da cadeia em 2002 com a notícia da demolição da sua casa e atribuição de um fogo no Bairro dos Alfinetes. Todos os seus bens desapareceram com a demolição. Com a nova casa vieram novas e inesperadas despesas.

Quando entrei para a cadeia, não tinha dívidas nenhuma. Vivía do meu ordenado, do meu trabalho. Claro, na barraca não se pagava rendas. A luz era roubada, a água era roubada. É lógico que fiquei com responsabilidade de uma casa a que não estava habituada. E, na barraca, a renda que pagava à Câmara era de 50\$00. Por isso, isto tudo para mim foi um choque de bem, e de mal. Foi de bem porque ia ter um lar, como devia de ser. Foi de mal porque não estava habituada a, como hei-de dizer? A gerir o dinheiro! O que eu ganhava era para mim e era para mim, pronto. (Teolinda, 51 anos)

No discurso de Teolinda, a atribuição da casa é revestida de tons sombrios. Quando conta a história, afirma não ter pedido a mudança, nem tampouco ter tomado conhecimento antecipado do processo de demolição que lhe pudesse ter permitido salvar os seus pertences domésticos. A casa em que hoje vive surge na narrativa de Teolinda como a origem do período negro em que tem vivido nos últimos nove anos: endividamento para recheiar as quatro paredes vazias, endividamento para pagar as dívidas contraídas, e uma vizinhança com a qual tem relações tensas. As “saudades” da barraca impõem-se como a nota dominante.

Mas nem todos os realojados de barracas têm um discurso tão negativo sobre o impacto que esta mudança teve nas suas vidas. Tomemos o exemplo de Álvaro, realojado em 1983 no Bairro das Salgadas. Embora reconheça que a dimensão da casa é o principal defeito que o levou a erguer uma parede de *pladur* para acomodar quartos individuais para ambos os filhos, Álvaro refere as diferenças que notou quando foi realojado da barraca para a casa onde a família vive há 28 anos:

O ambiente de higiene foi diferente. Tivemos mais facilidades de nos mantermos mais higiénicos. Não se compara. Não ter a preocupação do cheiro a petróleo, à noite. Haver electricidade. A própria higiene da água canalizada. Depois, quando vieram, demoraram pouco tempo a fazer essas ligações: tanto da luz, como da água. Para tomar banho,

antigamente era o bidon em cima do telhado com a mangueira para quem está a tomar banho. Ali, tínhamos um sítio próprio, adequado. É diferente. (Álvaro, 52 anos)

Mesmo nos casos de habitação social que não resultaram de processos de realojamento de barracas, como o de Julieta a quem foi atribuída uma casa há cerca de 9 anos, ou o de Elvira que se mudou com a família há 5 anos para um T2 na freguesia da Ameixoeira, não existe a ideia de que tal acontecimento tenha constituído apoio social. Vejamos como a isso se refere Elvira, imigrante angolana chegada a Portugal há 11 anos com filhos pequenos. Perante a degradação da qualidade de vida da família numa cave no Bairro Alto, Elvira foi procurar a solução junto da Câmara Municipal de Lisboa. Hoje vivem num T2 na freguesia da Ameixoeira, onde a família ‘se ajusta’: as três meninas dormem num quarto, os pais e o bebé no outro. A dimensão da habitação é, mais uma vez, considerada insuficiente no discurso desta mulher. Mas a apreciação do impacto da mudança é, evidentemente, muito positivo no discurso de Elvira.

Olhando agora para a forma como os entrevistados encaram os apoios sociais à infância e à educação, verificamos que, tal como acontece com a habitação, estes não implicam a aquisição do estatuto de ‘beneficiários’. Embora sejam mais facilmente contabilizáveis, visto que se traduzem em prestações pecuniárias e na comparticipação ou pagamento total das despesas escolares, os abonos de família como os apoios do SASE são encarados como um direito dos cidadãos, destinado a apoiar as famílias com filhos.

Embora o facto de se receber abonos de família não pareça conceder aos indivíduos a identidade de ‘beneficiário’, a verdade é que qualquer alteração de escalão é sentida de forma aguda nas finanças familiares. Paulina e o marido, com quatro filhos menores, viram recentemente alterado o escalão do abono, devido a um erro burocrático dos serviços que contabilizou a reforma da mãe de Paulina nos rendimentos do agregado – embora vivam muito perto, a mãe de Paulina nunca morou com este agregado.

[Foi um corte muito grande passar do 1º para o 2º escalão do abono?] Muito grande. Deles todos estamos a receber à volta de cento e quarenta e pouco. *[E antes?]* Era duzentos e tal. É mais ou menos 50€ de diferença. Porque estes anos todos nunca aconteceu e quando recebi a carta do escalão fui saber porquê. Lá me disseram que tinha de entregar um atestado de residência da Junta. Entreguei. Até hoje. (Paulina, 36 anos)

O mesmo acontece com o SASE. Todos os entrevistados cujos filhos recebem este apoio reconhecem a importância que ele tem na gestão quotidiana das despesas com a educação das crianças, não apenas no que diz respeito à aquisição dos livros, como também na poupança que o SASE permite fazer no que concerne à alimentação das crianças em idade escolar. De facto, Elvira e Julieta referem os gastos adicionais que têm com a alimentação durante os períodos de férias

– acrescidos, no caso de Julieta, com as férias do seu trabalho como ajudante de cozinha, que lhe permite trazer sobras para casa sempre que tal é possível.

Se o acesso à habitação e às prestações sociais relativas à infância e à educação não configuraram, nos discursos dos entrevistados, uma aproximação ao estatuto de beneficiário, o mesmo não se poderá dizer de outros apoios institucionais. Não é, por isso, surpreendente que alguns entrevistados refram a resistência inicial na utilização da estratégia activa institucional. Valentina é talvez um dos mais claros exemplos da dificuldade em pôr em marcha esta estratégia. Aos 58 anos, esta empregada de comércio vive sozinha numa casa de renda antiga na freguesia de Santa Justa. O filho emigrou e o marido saiu de casa há oito anos. A vida não é fácil para esta mulher que, trabalhando 4 horas por dia em duas lojas na Baixa lisboeta, leva para casa somente 230€ ao fim do mês. Foi após grande insistência da irmã que Valentina se decidiu a ir à SCML procurar apoio na área da saúde. Para vencer essa resistência, a irmã foi com Valentina aos serviços. Desde há dois anos que tem o cartão de saúde da Santa Casa, com acesso a consultas e comparticipação nos medicamentos. A resistência no pedido de apoio institucional aparece também no discurso de Alda. Ainda que os últimos anos a tenham obrigado a fazê-lo mais vezes do que gostaria, sente ‘muita vergonha’ quando tem de se sentar na cadeira e explicar a sua situação. Finalmente, temos o caso de Filomena que, habitando há quinze anos em casa da sogra resiste a solicitar uma casa para si. Embora a relação com a mãe e a irmã do marido seja tensa (Filomena e o marido comem no quarto e cozinham num fogão que foi oferecido por uma vizinha), ainda não arranjou coragem para formalizar o pedido que lhe poderia dar acesso ao seu maior desejo.

Era o meu sonho, ter uma casa onde a gente possa, desculpe o termo, falando português, cagar e mijar, ninguém tem nada a ver com isso. Tenho uma carcaça para comer, tenho não tenho?, não vou pedir a ninguém. Tenho uma casa de banho para fazer xixi não tenho?... Eu já falei até com o António Costa, há dois anos acho eu, que ele esteve aqui e disse “Filomena, quando quiseres vais lá abaixo ter comigo” acho que era às 4^{as} e 6^a feiras, não é? Ou 3^a e 5^a feiras, assim uma coisa. “Quando quiseres vais lá abaixo e falas comigo”. Mas eu tenho vergonha, lá está. (Filomena, 55 anos)

Vencida que é a eventual resistência à utilização da estratégia activa institucional, que tipo de ajuda procuram os indivíduos quando se aproximam dos serviços de acção social? Da análise dos percursos junto das instituições sobressaem dois tipos de apoios. Por um lado, o apoio pontual destinado a ultrapassar necessidades específicas. Encontram-se nesta categoria os apoios em áreas delimitadas, como a habitação social ou o apoio ao pagamento de rendas (Álvaro, Julieta, Miguel, Teolinda), os abonos de família e SASE para crianças em idade escolar (Álvaro, Julieta, Elvira, Miguel, Maria da Graça), o apoio na área da saúde (Valentina) ou o auxílio no acesso ao microcrédito (Rita). Embora tenham naturezas e objec-

tivos distintos, estes apoios destinam-se a colmatar insuficiências localizadas, fornecendo a quem os recebe os meios para garantir uma melhor qualidade de vida e o exercício de uma cidadania plena.

Por outro lado, encontramos o apoio de sobrevivência, dirigido a vulnerabilidades agudas multidimensionais. Sem este apoio, as condições de vida dos indivíduos seriam seriamente comprometidas. Não se trata de melhorar a qualidade de vida, mas sim de garantir parâmetros mínimos de sobrevivência. Olhando para os percursos destes quinze homens e mulheres, verificamos que cabem nesta categoria os entrevistados que, em dado momento das suas vidas, alcançaram níveis elevados de vulnerabilidade e que precisam ou precisaram de apoio pecuniário sob a forma de RSI (Tânia, Maria Celeste, Alda, Roberto) e ajuda em géneros alimentares e bens domésticos (Alda, Dália, Maria Celeste, Elvira). No entanto, convém sublinhar que estes apoios de sobrevivência podem ter carácter temporário: Elvira não recebe géneros alimentares desde que a família se mudou há cerca de 5 anos para a habitação social na freguesia da Ameixoeira onde reside, Tânia e Alda deixaram de beneficiar de RSI quando encontraram empregos que lhes permitiram autonomia financeira.

É precisamente na área dos apoios de sobrevivência que vemos emergir o estatuto de beneficiário. A admissão da extrema vulnerabilidade e da necessidade de auxílio institucional traz consigo uma transformação identitária radical, pela qual o sujeito passa a conceber-se como um cidadão privado das competências e capacidades que lhe permitiam ser autónomo e independente. De entre os entrevistados que, em diferentes momentos das suas vidas, precisaram de recorrer a apoios de emergência, encontramos dois grupos distintos: indivíduos para quem estes apoios se revestem de um carácter instrumental destinado a ultrapassar uma fase particularmente negativa associada à exclusão do mercado de trabalho e indivíduos para quem os apoios de sobrevivência constituem um elo de ligação duradouro com as instituições de protecção social, devido a uma combinação de factores de onde se destaca a inclusão precária no mercado de trabalho.

Olhemos mais de perto os casos de Tânia e de Alda. Ambas foram beneficiárias de RSI durante um período das suas vidas. Tânia cancelou a prestação quando entrou para o curso subsidiado de geriatria da SCML. Vivía com os seus filhos na casa cedida pelos pais e, quando terminou o curso, começou a trabalhar como ajudante num lar de idosos.

Estar a depender de alguém, não. Nunca! Para mim é a coisa mais frustrante é estar a depender de alguém. Eu gosto de ter o meu trabalho, a minha rotina, ir para o meu trabalho, fazer o meu trabalho em condições e chegar ao final do mês e receber o meu salário. Isso de estar em casa para depender de alguém, isso não. (Tânia, 40 anos)

O salário de 600€ que Tânia actualmente recebe chega para as despesas da sua família, porque não tem de pagar renda. O mesmo não acontece com Alda, que vive com dois filhos numa casa arrendada na freguesia de Santo Estêvão. Recebeu RSI durante o tempo em que regressou à escola, acumulando esta prestação com os 250€ do part-time num supermercado. Terminados os estudos, aceitou o tempo completo que a entidade patronal lhe propôs e cancelou o RSI. No entanto, os 400€ de renda obrigam-na a uma ginástica orçamental quase impossível. Por essa razão, Alda recorreu ao apoio alimentar prestado por uma associação local, que lhe fornece mercearias e frescos e que lhe tinha feito chegar às mãos os electrodomésticos básicos sem os quais viveu durante cerca de três anos.

Venho de quinze em quinze dias buscar os frescos: as frutas, os legumes e uma vez por mês, eles vão a casa e levam-nos essas merceariazinhas: arroz, azeite... É muito bom, é óptimo. Quando acaba aquele contrato a gente vem cá outra vez e, se preciso, eles renovam-nos. (Alda, 48 anos)

O elemento crítico na actual situação de vulnerabilidade de Alda é a insuficiência de rendimentos do trabalho face às despesas mensais da família, da qual ela é o único suporte. O apoio alimentar constitui, neste caso, um apoio de sobrevivência que lhe garante conseguir pôr comida na mesa todos os dias.

O caso de Maria Celeste é, sem dúvida, o mais complexo. Beneficiária de RSI desde há 9 anos, esta mulher reúne um conjunto de circunstâncias que a impedem de se autonomizar da dependência institucional. Com uma inserção laboral precária, tem a cargo três dependentes, um dos quais portador de deficiência. As suas oportunidades no mercado de trabalho são reduzidas por uma tripla limitação: fraca escolaridade, necessidade de cuidar da mãe com Alzheimer durante 10 dias por mês e problemas de saúde que a impedem de desempenhar tarefas fisicamente exigentes. Compreende-se, assim, que ao RSI se some o apoio alimentar com produtos frescos, recebido através de uma associação local. A decisão de pedir ajuda alimentar foi precedida de um período de resistência e de vergonha:

Eu vim cá porque soube através de uma vizinha minha. Mas eu tinha muita vergonha de cá vir e depois ela disse “Mas vai, vais falar e vais ver que tens sorte”. Só que eu vim e nessa altura eu não tive sorte. *[Porquê, o que é que disseram?]* Disseram que não, porque já tinham muitas famílias, pronto, e eu compreendi. Mas depois chamaram-me. (Maria Celeste, 54 anos)

A história de Maria Celeste é feita de intermitências na relação com as instituições de apoio social, desde a data do divórcio que há 18 anos a deixou com seis filhos a cargo. São várias as histórias que conta e que, na sua opinião, atestam o mau funcionamento dos serviços de assistência. Segundo relata, o internamento do seu filho portador de deficiência numa instituição foi acompanhado no corte

proporcional do RSI. Com o regresso a casa do jovem, os serviços de protecção social não procederam à correcção do valor da prestação, deixando Maria Celeste em situação de desvantagem. A relação desta mulher com a assistência é uma relação que considera ser de ‘azar’, devido à acumulação de episódios de frustração de expectativas.

A qualidade do serviço prestado pela assistência é alvo de críticas não apenas de Maria Celeste, mas também de Alda, que conta como teve de vencer a inércia das técnicas para conseguir obter o RSI durante o tempo em que regressou à escola.

Dirigi-me à Junta de Freguesia, a senhora também nunca me fez a puta de coisa nenhuma. Só promessas e promessas e promessas. Eu corri lá durante um mês ou dois sempre à assistente social. E não há nada, e não fez nada, e não há verbas. Nem o rendimento mínimo ela me mandava fazer. Eu um dia fui lá abaixo outra vez e foi aí que passei belas tardes e belas manhãs. E foi aí que fiz a burocracia ao contrário. Fui lá, fiz os papéis, preenchi e depois os papelinhos seguiram então para a Assistente Social, para ela dar o ámen. Ela já conhecia a situação. Foi só o que essa senhora me fez. (Alda, 48 anos)

Verifica-se, assim, que o recurso a apoios de sobrevivência pode gerar tensão entre os sujeitos e o corpo técnico das instituições a que recorrem, visíveis nas afirmações de incompetência e inércia das técnicas, bem como relatos que atestam a proactividade dos sujeitos face às instituições. Ao choque da passagem de ‘trabalhador’ para ‘beneficiário’ somam-se as inúmeras dificuldades colocadas no acesso ao apoio social, que vêm agudizar a sensação de dependência dos sujeitos. Inevitavelmente, vemos aparecer a questão do ‘merecimento’ dos apoios sociais, numa lógica de comparação com os pares que trataremos na secção seguinte.

2.3. Merecimento e abuso no acesso ao apoio social

A apreciação dos apoios sociais implica a avaliação dos impactos destes nas suas vidas, mas também a comparação com pares. Importa, então, analisar de que forma a sua identidade é moldada pela circunstância da aproximação aos serviços sociais.

Vejam os que forma toma este dispositivo discursivo no que se refere ao acesso à habitação. Desde logo, nem todos os sujeitos que compõem este perfil tiveram a sorte de ver os seus pedidos deferidos: o pedido de Paulina e do marido foi recusado, Miguel e Maria Celeste aguardam ainda a decisão final dos pedidos que fizeram. Enquanto a decisão não vem, estes dois entrevistados procuraram apoio ao pagamento das rendas junto da SCML: Miguel obteve a comparticipação desejada, mas Maria Celeste não conseguiu melhor do que um apoio de quatro meses, sujeito a reavaliação. Compreende-se, assim, que o acesso à habitação a custos controlados constitua nos discursos dos entrevistados uma área crítica das políticas sociais, capaz de criar um sentimento de injustiça de proporções variáveis.

Outra área sensível na comparação com os pares prende-se com o acesso ao apoio alimentar. Com fracos recursos económicos e três dependentes, Maria Celeste não compreende a razão que faz com que apenas receba os produtos frescos e não as mercearias mensais. Como ponto de comparação e âncora desta revolta, está o ex-marido e pai dos seus filhos que vive na mesma zona e com cujo apoio nunca contou desde a separação. A mesma revolta é sentida por Teolinda, que viu o seu pedido de apoio alimentar recusado. Tal como Maria Celeste, a comparação com os pares que acederam a este tipo de apoio resulta num profundo sentimento de injustiça.

Eu gosto de pedir mas não gosto de mendigar. Pedir é uma coisa. A gente ter a humildade de dizer que não tem, se me pode ajudar. Agora andar ali a rastejar, “Por favor, dê-me um pacote de massa ou dê-me uma garrafa de azeite.” Não. Porque acho que, se a pessoa está mal, é tentar levantar, e não tentar pisar. Há situações piores que a minha, é o que muitas vezes se diz. Pois há. Mas eu trabalho o mês todo e fico a olhar para as mãos. Está bem que as outras pessoas não têm culpa das parvoíces que eu fiz na minha vida e dos cambalachos onde me meti a nível dos créditos. Mas, eu tenho meninas com 20 e tal anos ali no bairro, a receberem 600€ de rendimento mínimo, e sem responsabilidades nenhuma, e têm ajudas! (Teolinda, 51 anos)

Na base deste dispositivo discursivo está a reafirmação do merecimento dos apoios solicitados, ancorado numa sólida identidade pessoal baseada na autonomia e capacidade de trabalho.

Sempre trabalhei e sempre ajudei os outros. Agora que eu preciso ninguém me ajuda. (Valentina, 58 anos)

Eu só ando a ser ajudada há cinco anos. Até à data, tenho 53 anos, nunca precisei nada de ninguém. (Rita, 53 anos)

O hábito do trabalho e a vontade da autonomia que os entrevistados afirmam possuir livra-os do imerecimento dos apoios sociais recebidos. Este movimento identitário é particularmente evidente no contexto de um espectro comparativo aplicável aos apoios de sobrevivência, que inclui o estereótipo associado aos beneficiários de RSI: pessoas que não querem trabalhar, que recebem apoios sociais apesar de terem bens materiais próprios, pessoas capazes que escolhem o caminho da inércia laboral e vivem à conta dos descontos dos trabalhadores activos:

Há pessoas que têm carros, que têm casas onde passam férias, têm cordões de ouro, que a gente vê. Têm ou tiveram, mas consta que têm dívidas. Se tivessem um cordão de ouro, pagavam uma dívida! Era menos uma coisa! Vão os anéis, ficam os dedos. Era menos uma dor de cabeça. (Alda, 48 anos)

Há muita gente – diga-se de passagem – nesta zona, que gastam o subsídio de rendimento e não querem fazer nada. Eu sei que isso anda para aí mas não interessa para nada. Interessa-me é de mim. Um apoio deve ser dado às pessoas quando as pessoas

realmente necessitam de um empurrão nas suas vidas. Não para passarem o resto da vida com aquilo à espera. (Miguel, 31 anos)

A revolta e injustiça generalizada dos entrevistados relativamente aos cidadãos que enganam o sistema e se aproveitam de recursos públicos que deveriam ser atribuídos a quem precisa, pode ser ilustrada com uma situação vivida por Teolinda, para quem o RSI é “uma boa mama”. Há uns anos atrás, o irmão desta mulher de 51 anos ficou desempregado e tornou-se beneficiário de RSI. Quando soube que o irmão mantinha a prestação enquanto trabalhava de modo informal, Teolinda denunciou a injustiça junto dos respectivos serviços:

Digam-me o que disserem, há muito caso que não merece. Eu fiz queixa do meu irmão! Este meu irmão, há uns 5 anos desempregou-se. Foi pedir o rendimento mínimo. Mas estava a receber rendimento mínimo e estava a trabalhar, sem fazer descontos. Eu fiz queixa dele e disse-lhe a ele. “Fui eu que fiz queixa de ti. Vai trabalhar e manda a mulher trabalhar que têm bom corpo!”. Há muita gente a precisar. Há crianças a deixarem de ter tratamentos e a agravar mais a sua situação de saúde porque os pais não têm, nem para irem com eles para melhores médicos, nem para tratamentos, nem para medicação. Sou contra. Se vier um referendo, eu sou a primeira a ir lá assinar. Sou contra. (Teolinda, 51 anos)

A leitura do Quadro seguinte sistematiza o processo pelo qual os entrevistados formulam a sua identidade enquanto trabalhadores e lutadores que merecem aceder a apoios públicos em situação de vulnerabilidade (auto-imagem), por oposição à imagem que constroem do Outro (o que recebe apoios indevidos, o que não quer trabalhar). Subjacente a esta oposição está a ideia que os entrevistados reconhecem como pública de todos aqueles que beneficiam de apoios sociais (hetero-imagem).

Quadro 6: Trabalhadores Pobres – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
Poupança e organização, o apoio é usado para a sobrevivência, não comete extravagâncias	Muitos gastam dinheiro recebido nos cafés e numa vida de ócio	Vivem dos apoios sociais e não querem trabalhar
Quer trabalhar/gosta de trabalhar	Não quer trabalhar	
Merecedor/a do apoio recebido	Pessoas jovens e capazes que preferem uma vida à conta do apoio do Estado	
Trabalho e descontos para a segurança social	Não trabalham e não descontam, só recebem	
Valor como trabalhador, o apoio é situação temporária ou localizada	Há muitos que se acomodam à vida de apoios sociais e não procuram alternativas	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Sem se darem conta, estes quinze homens e mulheres reproduzem e legitimam o discurso comum conservador sobre os vícios do sistema de protecção social, cuja generosidade de princípios é corrompida pela má vontade de todos aqueles que apenas querem receber sem nada dar em troca: preguiçosos, aproveitadores de recursos alheios, ociosos que gastam o tempo em cafés sem o mínimo esforço. Em contraponto com este Outro beneficiário enganador, estão eles próprios: trabalhadores, poupados, sérios, que procuram resistir às dificuldades de uma conjuntura de circunstâncias profundamente negativas e só em último recurso se dirigem ao apoio público.

É a partir das histórias dos entrevistados junto dos serviços de apoio social, das suas experiências enquanto recipientes de apoios públicos rodeados de beneficiários dos quais se querem distanciar, que elaborámos o Quadro seguinte, que reúne e sistematiza os aspectos positivos e críticos que estes quinze indivíduos identificam, bem como as propostas de melhoria dos serviços que apresentam.

Quadro 7: Trabalhadores Pobres – Percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE Saúde	– Apoios à saúde por parte da SCML (Valentina, Paulina)	
Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência (Julieta)	– Insuficiência do valor dos apoios (Maria Celeste) – Mudança indevida de escalão do abono de família (Paulina)
Habitação	– Apoio ao pagamento de rendas pela SCML (Miguel)	– Carácter temporário do apoio ao pagamento de renda, SCML (Maria Celeste)
QUALIDADE Acompanhamento social	– Disponibilidade e empatia das técnicas (Tânia)	– Demasiada exposição invasão da privacidade pelo microcrédito (Rita) – Incompetência/inércia das técnicas (Alda, Maria Celeste)
Habitação		– Dimensão desadequada da habitação face à composição do agregado (Álvaro, Elvira)
ACESSIBILIDADE Prestações sociais		– Acesso dificultado pela exigência de exposição pessoal (Alda, Valentina) – Discricionariedade na atribuição dos apoios sociais (Alda, Álvaro, Dália, Julieta, Maria Celeste, Paulina, Teolinda, Telma)
Alimentação		– Dificuldade de acesso a apoio alimentar e discricionariedade dos apoios dados (Maria Celeste, Teolinda)
Habitação		– Dificuldade de acesso a habitação social (Maria Celeste, Miguel, Paulina)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> – Promover maior fiscalização das necessidades reais dos beneficiários dos apoios sociais – Privilegiar o apoio pecuniário a idosos, pessoas incapacitadas para o trabalho ou famílias com crianças a cargo – Aumentar o valor de apoios pecuniários/pensões e/ ou articulação com outros apoios (ex. Alimentares) – Promover projectos de prevenção de delinquência juvenil nos bairros sociais 		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Compreende-se, assim, que as propostas formuladas tenham como objectivo central a reposição da justiça social, através da fiscalização das necessidades reais dos beneficiários e da ênfase no apoio àqueles que têm maiores dificuldades (onde se destacam os idosos, os incapacitados e as famílias com crianças a cargo). O maior rigor obtido com tais procedimentos permitiria, na opinião dos entrevistados, aprofundar os apoios a quem verdadeiramente precisa, nomeadamente através do aumento do valor das prestações e na mais ágil articulação com outros apoios.

3. Auto-imagem e projecção no futuro

A privação económica constitui o referente transversal aos discursos identitários da generalidade dos entrevistados. Ainda que possa ser expresso de formas diversas, desde o ‘remediado’ até ao muito pobre, todos reconhecem as limitações decorrentes das dificuldades materiais por que passam, procurando relativizar os efeitos de tal referente com o contraponto da ‘pobreza de espírito’ ou com a constatação de que não passam fome.

Sou pobre, não de saúde, nem de espírito, porque há pessoas que são pobres de espírito e não de saúde, e há outras que são pobres de saúde e não de espírito. Mas eu de espírito e de saúde, graças a Deus... Esteja lúcida muito tempo. (Filomena)

Sempre passei um bocadinho por dificuldades. Não vou negar que não. Sempre passei dificuldades. Neste momento, se não for a ajuda da Santa Casa, possivelmente não poderia pagar renda, aqui também. Posto isso, sou um homem riquíssimo, pelos filhos que tenho e a esposa que tenho. Apesar de estar desempregado mas... (Miguel, 31 anos)

O retrato que os entrevistados fazem de si mesmos conjuga a resistência à adversidade com a capacidade de trabalho. De facto, estes quinze homens e mulheres constroem a sua identidade em torno da actividade laboral, visível não apenas nos relatos dos seus percursos profissionais como na afirmação das suas qualidades enquanto trabalhadores. Quando questionados sobre as suas qualidades, imediatamente respondem ‘trabalhador/a’, convocando as memórias das suas vidas activas e do rol de competências que foram adquirindo ao longo dos seus percursos profissionais.

De todos os trabalhos que fiz até hoje gostei. Já trabalhei como pedreira, a fazer diques na estrada, em Cabo Verde. Já fiz pão, bolo e doces para vender antes de começar a trabalhar no restaurante. Tudo adorei e gostei. Cada um tem uma experiência. Já estive a fazer paredes na casa da minha mãe. Tudo sei fazer. É uma coisa que, agora, tenho orgulho nisso, porque aprendi muita coisa. (Maria da Graça, 53 anos)

Gosto de trabalhar. Estou em casa há uma semana e já estou farta. Por isso, posso dizer que adoro trabalhar. (Julieta, 45 anos)

Ao mesmo tempo que afirmam a importância da aquisição informal de competências na vida laboral, vários entrevistados reconhecem que as fracas qualificações escolares reduzem as suas oportunidades no mercado de trabalho.

Acho que com a escola tinha tido outras oportunidades. Eu digo aos meus filhos que aquilo que eu passei, não quero que eles passem. Nunca vão passar se deus quiser, mas eu digo-lhes que têm que estudar porque sem estudar hoje em dia não têm nada. (Paulina, 36 anos)

[Nas limpezas] era muito trabalho em si. Muito pesado. Baldes de água que a gente subia pelas escadas acima. Até ao quarto ou quinto andar, com as vassouras, com as pás e aquilo tudo. Andar a pontos de, naquela altura dos caloiros, eles levavam uma vez por ano um touro e era no Inverno. E depois soltavam o touro para os rapazes andarem de volta do touro. E a gente a andar ali à chuva, a apanhar aquelas porcarias todas, no meio da lama, e a chover-nos em cima, e a apanhar as porcarias dos touros... E eu digo assim: “Isto não é vida... Se eu voltasse para a escola, um dia mais tarde, podia ser que eu viesse para aqui com outra colocação”. (Alda, 48 anos)

É neste contexto de tentativa de inversão da situação da vulnerabilidade que surge a decisão de regressar à escola. A aposta na qualificação escolar constitui uma estratégia a médio prazo que os sujeitos adoptam por considerarem que permitirá melhorar as suas oportunidades no mercado de trabalho. Valentina completou o 4º ano com 18 anos, Maria da Graça e Elvira estão neste momento a estudar, Alda concluiu o 9º e o 12º ao abrigo das Novas Oportunidades. O regresso à escola constitui um investimento que implica forte empenhamento e grande capacidade de organização, pois implica uma gestão minuciosa do tempo entre o trabalho, os afazeres domésticos e familiares e os compromissos escolares. Vejamos o caso de Alda, exemplar pela determinação com que perseguiu os seus objectivos. Quando decidiu voltar a estudar, vivia sozinha com os filhos e trabalhava para uma empresa de limpezas. A inflexibilidade da entidade patronal fez com que concluísse o 9º ano “aos trambolhões”. Decidida a continuar a estudar, Alda procurou uma alternativa laboral que lhe permitisse dedicar-se aos estudos. Foi nesse momento que descobriu um emprego a tempo parcial num supermercado. De manhã estava na escola, entre as 16h e as 21h30 trabalhava, durante “três longos anos de muito trabalho”.

Havia lá [na escola] muita gente a querer desistir porque as coisas estavam a complicar. Os trabalhos eram exigentes, cada vez mais, e cada vez mais pedidos de trabalhos. E eu já andava cansada e à noite vinha do trabalho e tinha que apresentar um outro trabalho no outro dia de manhã. De vez em quando faltava às aulas para ter que adiantar, e eu não conseguia desistir, já tinha tantos módulos feitos... Se eu for desistir eu dou um mau exemplo e então eu tenho de continuar. Eu tinha prometido que conseguia e tenho de conseguir. (Alda, 48 anos, empregada de supermercado)

Para se conseguir manter com os 250€ do part-time, Alda recorreu aos serviços sociais e obteve RSI. Concluído o 12º, e perante as dívidas que ia acumulando,

Alda aceitou a proposta de trabalho a tempo completo no supermercado. Gostaria de continuar a estudar, mas a sua situação financeira actual obrigou-a a aceitar um emprego com o qual não lhe sobra tempo para mais nada.

A decisão de empreender a qualificação escolar não decorre necessariamente da convicção de que tal passo poderá mudar a vida dos sujeitos. Maria da Graça regressou à escola aos 53 anos, mesmo não acreditando que possa encontrar trabalho melhor do que as limpezas:

Eu decidi: os meus filhos já estão crescidos, agora vou fazer uma coisa por mim. Eu sou uma pessoa que, se ficar parada, fico doente. Fico pior! Então, vou fazendo alguma coisa para ocupar a minha cabeça. Tanta gente que tem curso, sai da universidade e não tem trabalho!? Não acredito que a escola que eu faço, me vá dar trabalho, mas conhecimento. Conhecer as coisas boas da vida, que não aprendi ao longo da vida. Isso é o que quero fazer. (Maria da Graça, 53 anos)

Mas nem todos os que reconhecem a importância da qualificação escolar regressam à escola. Alguns, como Paulina, vêem a sua disponibilidade limitada pela conjugação do emprego com a necessidade de cuidados e atenção aos filhos pequenos. Outros, como Miguel, dizem não ter “cabeça nem tempo” para voltar à escola. Resta-lhes, por isso, agarrarem-se às suas qualidades de trabalhadores e projectarem no futuro o fim dos problemas que lhes causam maior vulnerabilidade, sabendo que algumas limitações são inultrapassáveis (tal como acontece com os problemas de saúde) e que outras estão fora do alcance da sua vontade e acção pessoal (tal como a estrutura das oportunidades do mercado de trabalho, os salários reduzidos ou a dificuldade de acesso à habitação social).

Apesar da exterioridade de uma parte significativa dos problemas com que se deparam, e que se prendem com o funcionamento do ‘sistema’, podemos identificar uma atitude proactiva e responsabilizante por parte daqueles entrevistados que, de formas diversas, procuram segurar os seus destinos na mão, e de onde destacamos:

- ▶ Aposta na qualificação escolar e profissional (Alda, Maria da Graça, Elvira);
- ▶ Acção directa para a renegociação ou cancelamento das dívidas (Teolinda e Paulina);
- ▶ Procura activa de trabalho, particularmente visível no caso da mulher de Miguel.

A estreiteza do campo de possibilidades que têm à frente e que associam às fracas remunerações que auferem, às reduzidas qualificações que possuem e ao actual estado de retracção económica do país, obriga estes homens e mulheres a

procurarem soluções fora de si mesmos, através do recurso aos apoios públicos, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Acesso a habitação de custos controlados: Alda, Filomena, Miguel, Maria Celeste e Paulina;
- Pedido de reforma por invalidez: devido à persistência dos seus problemas de saúde, Maria da Graça planeia pedir a reforma em 2012, e Rita espera que o marido consiga fazer o mesmo por forma a equilibrar as finanças do casal;
- Aumento das prestações sociais e alargamento dos apoios de saúde (Maria Celeste e Virgínia).

A Figura seguinte permite compreender como se conjugam as diferentes percepções destes indivíduos sobre os seus problemas e o tipo de estratégia que consideram necessária e possível accionar. A conjugação destes dois planos permite identificar cinco combinações:

- Uma Auto-apreciação dos problemas responsabilizante e uma estratégia activa cooperante onde os entrevistados assumem a responsabilidade dos seus problemas e consideram que a estratégia para saírem da actual situação de vulnerabilidade resulta da sua pró-actividade mas também do incentivo do sistema;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa individualizante em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação mas consideram que a estratégia para sair dela depende apenas de si;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação bem como a estratégia para sair dela. O posicionamento predominante;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia passiva em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação mas consideram-se incapazes para a reverter, atribuindo ao sistema essa responsabilidade;
- Finalmente, uma Auto-apreciação dos problemas desresponsabilizante e uma estratégia activa cooperante em que os entrevistados consideram o sistema o único responsável pela sua actual situação bem como pela estratégia para sair dela.

**Figura 4: Problemas e estratégias individuais ou societais:
a visão dos trabalhadores pobres para fazer face às vulnerabilidades**

		Estratégia	
		Em si	No sistema
Problema	Em si	Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante Maria da Graça, Rita, Teolinda	
	No sistema	Auto-apreciação co-responsabilizante e activa individualizante Filomena	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante Alda, Elvira, Maria Celeste, Miguel, Dália, Dália, Paulina </div> Auto-apreciação co-responsabilizante e passiva Valentina
	Auto-apreciação desresponsabilizante e activa cooperante Julieta, Roberto		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Compreende-se, assim, que a projecção destes indivíduos no futuro seja condicional. Por muito que desejem melhorar as suas vidas, os tempos que têm à frente não são vistos com optimismo. À excepção de Tânia e Álvaro que, como vimos no início deste capítulo, não identificam problemas concretos que tenham de resolver, os restantes treze homens e mulheres podem fazer pouco mais do que sonhar. Sonhar que um dia terão uma casa sua que não lhes consuma a fatia de leão dos seus ordenados, sonhar que terão possibilidade de estudar mais (Paulina gostaria de tirar um curso de cozinha, Alda gostaria de estudar para ser assistente social, Maria da Graça sonha com um curso de costura), sonhar que podem partir de férias, sonhar com uma quinta no campo onde viverão rodeados de animais. Enquanto esse dia não chega, os desejos e sonhos resumem-se à sobrevivência com pequenas extravagâncias que lhes estão vedadas.

Continuar o meu trabalhinho e ter dinheiro para dizer assim: eu hoje quero ir cometer uma loucura. Eu não sei há quantos anos eu não faço isso. Epá, vou almoçar fora ou vou jantar fora. Não me lembro de ter ido comer fora sem ser com os meus pais em criança. Epá, hoje tenho dinheiro! Vou ao cinema. Vou beber um cafezinho a tal sítio, como um geladinho e vou ao cinema. Era ter dinheiro para o dia-a-dia e cometer, de vez em quando, esta extravagância. (Teolinda, 51 anos)

4. Retratos de trabalhadores pobres

MARIA CELESTE, 54 anos

Nasceu em Alfama, onde cresceu com os pais e três irmãos. Aos 10 anos já lavava roupa no tanque. Andou na escola e completou apenas o 3º ano, para começar a tomar conta dos irmãos e permitir que a mãe trabalhasse.

Casou com 15 anos e teve a primeira filha aos 16 anos. Foi viver com o marido para o Lavradio. Foi nessa altura que começou a trabalhar como encadernadora na tipografia de um familiar, até que problemas de saúde do dono ditaram o trespasse.

O seu percurso profissional foi marcado pela instabilidade. Trabalhou para uma empresa de limpezas numa estação de comboios até que tiveram de reduzir o pessoal. Foi ajudante de cozinha num restaurante até à morte do proprietário. Tomou conta de uma idosa durante oito anos, até que a morte da senhora a deixou novamente desempregada. Nunca teve subsídio de desemprego. Com a morte da idosa, Maria Celeste começou a trabalhar como engomadeira para uma vizinha que trata da roupa de restaurantes de Alfama.

Mas a instabilidade da vida de Maria Celeste não se resumiu ao trabalho. Também a sua vida pessoal foi marcada por rupturas e dificuldades. Aos 27 anos, com três filhos e grávida da quarta filha, separa-se do marido e regressa à casa materna. Esta separação não durou muito e com a reconciliação vieram mais duas crianças. Foi apenas há 18 anos, quando nasceu o sexto filho, que Maria Celeste se separou definitivamente do marido. Nunca recebeu qualquer ajuda pecuniária do ex-marido. Desde há 12 anos que tem mais uma criança a cargo: uma neta que, nascida de mãe adolescente, ficou à responsabilidade de Maria Celeste. O quinto filho, actualmente com 23 anos, é deficiente e já esteve internado numa instituição.

Sozinha com seis filhos, Maria Celeste regressou a casa da mãe em Alfama. Foi graças à ajuda da mãe que foi conseguindo sobreviver nos períodos de maior aperto. Sempre que podia, arrendava casas na zona a que sente pertencer de coração, mas o valor elevado das rendas e o mau estado de conservação das casas por onde passou faziam-na procurar melhores alternativas.

Maria Celeste recebe RSI há 9 anos. Os 350€ que actualmente lhe estão atribuídos não chegam para as despesas do agregado. Apesar do negócio estar a declinar, continua a trabalhar como engomadeira, ganhando 5€ à hora. Neste momento só trabalha dois dias por semana. Dez dias por mês toma conta da mãe que está acamada e tem Alzheimer. Para além da gestão familiar, Maria Celeste tem problemas ósseos que a impedem de aceitar trabalhos pesados.

Vive numa casa arrendada na Graça, que divide com o filho, a nora e a neta. A seu cargo tem três pessoas: o filho deficiente do qual aguarda a respectiva pensão, o filho mais novo que terminou agora o 12º ano e a neta de 12 anos. Recebe apoio temporário da SCML para pagamento da renda e apoio alimentar de uma associação local. Fez um pedido de habitação social ao qual nunca obteve resposta.

MIGUEL, 31 anos

Miguel cresceu na Charneca do Lumiar com os pais. Foi nesta zona que completou o 9º ano e decidiu começar a trabalhar pois queria ser independente. Se voltasse atrás, tem a certeza que não abandonaria a escola tão cedo.

Começou a trabalhar com 16 anos na oficina de carpintaria de um familiar, onde muito aprendeu. Da carpintaria passou para o ramo da segurança, tendo estado durante anos na mesma firma. Recebeu subsídio de desemprego durante um ano e deparou-se com muitas dificuldades em encontrar emprego devido ao seu grau de escolaridade. Teve uma breve passagem pelas obras, levado pela mão do pai que trabalha há mais de 30 anos para a mesma empresa. Desde há dois anos e meio que trabalha como segurança, por turnos e com contrato de trabalho.

Quando saiu de casa dos pais viveu com um amigo no Cacém, mais tarde com um familiar na Alta de Lisboa.

Miguel casou-se há 10 anos e tem três filhos pequenos. A mulher, empregada de balcão e mesa no sector da restauração, tem passado por alguns períodos de desemprego que abalam as finanças familiares. Num breve período de desemprego da esposa, receberam RSI que terminou quando encontrou trabalho. Neste momento, a mulher encontra-se de novo desempregada. Todas as noites consulta anúncios de emprego na *internet* e passa os dias dividida entre entrevistas de trabalho e o cuidado aos três filhos do casal.

Vive numa casa arrendada na freguesia de São Miguel com a mulher e três filhos pequenos. Recebe apoio da SCML para pagamento da renda, enquanto aguarda resposta ao pedido de habitação social que fez em Abril de 2011.

PAULINA, 36 anos

Nasceu em Lisboa e viveu com os pais e seis irmãos na zona histórica da cidade. Quando os pais se divorciaram os filhos foram dispersos por vários sítios, pois a mãe não tinha possibilidade de criar todos. Paulina teve uma breve passagem por uma instituição, mas a mãe retirou-a de lá pouco tempo depois e viveram durante uns anos em quartos de pensão, com mais dois irmãos. Começou a vender cautelas na rua muito pequena, teria talvez 6 anos. Aos 12 anos, quando o avô paterno adoeceu mudaram-se para a casa dele em Alfama, onde a mãe cuidou do doente até à morte.

Andou na escola até aos 13 anos, tendo completado o 4º ano. Começou logo a trabalhar nas limpezas e aos 18 anos entrou para uma florista na zona das avenidas novas.

Casou aos 20 anos e saiu da casa materna. Começou a trabalhar na área da restauração, como ajudante de copa, finalmente com contrato e com descontos para a segurança social. O marido, também empregado de restauração, esteve desempregado durante uns tempos e a família endividou-se com empréstimos a empresas de crédito pessoal.

Hoje vive com o marido e cinco filhos em idade escolar numa casa arrendada na freguesia do Socorro. É ajudante de cozinha num restaurante no Cais do Sodré e o marido é empregado de balcão num café da Baixa. Os 1100€ mensais dos salários de ambos são complementados com o abono de família. Têm apoio da SCML na área da saúde. As dívidas à empresa de crédito mantêm-se. Fizem um pedido de apoio ao pagamento das rendas de casa e tentam negociar com o senhorio uma renda menos cara, pois têm feito pequenas obras na cave onde moram.

Gostava de ter uma casa melhor, de poder passear nas férias e de ter uma lua de mel com o marido. Se não fossem os filhos pequenos, Paulina gostaria de voltar a estudar.

ALDA, 48 anos

Alda nasceu em Almada mas veio em pequena para as Galinheiras, onde viveu numa barraca com os pais e quatro irmãos. A doença do pai impedia-o de trabalhar e era a mãe que, com o trabalho nas limpezas, sustentava a família.

Os anos da escola foram difíceis e contados ao tostão. Alda lembra as reprovações, a sensação de ser tratada como burra pelos professores e o desconforto de ser maior do que as colegas. Aos 16 anos abandonou a escola com o 6º ano completo e começou a trabalhar como doceira na Confeitaria da Ajuda.

Casou com 20 anos e foi viver para Almada com o marido. Aos 33 anos estava separada, com dois filhos a cargo e sem a casa na qual tinha vivido. A segunda experiência conjugal foi breve mas teve consequências pesadas: alugou uma casa pequena na zona histórica de Lisboa onde viveu com os filhos, o companheiro e a filha dele. Alda lembra-se do desaparecimento de objectos que o companheiro justificava com a distração das crianças ('os miúdos perderam'). Quando saiu da relação e da casa que partilhava, Alda não trazia nada consigo. Viveu quase três anos numa casa alugada em Alfama onde não tinha fogão, frigorífico ou máquina de lavar.

Ao fim de 27 anos de trabalho na Confeitaria, Alda aceita uma indemnização para sair devido à redução de pessoal. Aos 43 anos está desempregada, com dois filhos para criar e afundada em dívidas.

O dinheiro da indemnização não chegou para pagar as dívidas e Alda começa a trabalhar nas limpezas. A dureza do trabalho e os horários nocturnos levaram Alda a voltar a estudar para poder ter melhores oportunidades no mercado de trabalho. Fez o 9º ano "aos trambolhões" pois a empresa de limpezas para a qual trabalhava não colaborou com a flexibilidade laboral necessária.

Determinada a prosseguir os estudos, Alda pôs-se em campo e descobriu um emprego a tempo parcial num supermercado: tinha aulas de manhã e trabalhava entre as 17h e as 21h30. Depois de muito batalhar com a inércia institucional, conseguiu o RSI que durante três anos complementou o vencimento do part-time. De vez em quando, fazia umas horas de limpezas para ganhar dinheiro extra.

Com a acumulação de dívidas, Alda decidiu aceitar a proposta do supermercado e trabalhar a tempo completo, depois de ter concluído o 12º ano em Julho de 2010. Vive numa casa arrendada em Santo Estêvão com os filhos: o mais velho trabalha em part-time no McDonalds e o mais novo ainda estuda. Recebe ajuda em géneros (alimentos e electrodomésticos) de uma associação local.

Quando regressou à escola fez várias visitas de estudo e fartou-se de sonhar. Gostava de tirar o curso de assistente social e de ter dinheiro para ir de vez em quando ao cinema ou à praia.

B Não trabalhadores em idade activa

Discutir a questão do desemprego implica uma capacidade de mobilização deste conceito em múltiplas dimensões. Na verdade, este tema ocupa actualmente um lugar central em diferentes instâncias de discussão no espaço público, sendo simultaneamente causa e consequência de rupturas sociais a vários níveis.

No espaço europeu, o desemprego apresenta-se como problema transversal, em particular quando se trata de desemprego de longa duração – apontado como uma das principais razões para as pessoas se encontrarem em condições de pobreza ou exclusão (Santos et al., 2007: 41). A crise económica que ocorre a nível internacional tem potenciado os efeitos deste fenómeno global e a realidade portuguesa não deixa contrariar este facto – no terceiro trimestre de 2011, a taxa de desemprego em Portugal atingiu 12,4%¹⁰, consideravelmente acima da média europeia de 10,2%¹¹.

Reconhecendo a importância de uma vida profissional activa na conquista de autonomia, facilmente se entende que a população desempregada se encontre bastante vulnerável ao risco de pobreza. Mas o impacto do desemprego ao nível do risco de pobreza não atinge exclusivamente a pessoa em situação de pobreza, repercutindo-se igualmente por todo o agregado familiar, de forma directa ou indirecta. Esta situação tende ainda a agravar-se quando a condição de desemprego é acompanhada de outros factores de vulnerabilidade, potenciando os seus efeitos negativos – principalmente factores de exclusão como a idade, o género, a nacionalidade ou necessidades especiais¹². Na verdade, são facilmente reco-

¹⁰. Fonte: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005599&selTab=tab0, acessido a 8 de Dezembro de 2011.

¹¹. <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Paginas/inicio.aspx>, acessido a 8 de Dezembro de 2011.

¹². Segundo os resultados dos Censos 2001 para a Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa – Nuts II), apenas 29,4% da população com deficiência com 15 ou mais anos estava empregada. (Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, p. 67)

nhecidas as questões que se prendem com a inserção profissional dos jovens¹³; a desigualdade de género no acesso ao trabalho e nos rendimentos decorrentes; a subvalorização da população idosa; o trabalho imigrante ou as dificuldades de inserção de pessoas com deficiência, entre muitas outras.

Uma condição inesperada de desemprego desequilibra o orçamento familiar, penalizando sobretudo aqueles que dependem da sua estabilidade salarial. Neste caso, a solução surge muitas vezes de relações próximas, destacando-se o importante papel das redes familiares como recurso económico vital, particularmente para aqueles que se encontram em situação de desemprego durante um tempo prolongado. A aplicação de medidas que contemplam prestações sociais tende também a produzir um efeito amenizador na condição dos desempregados, nomeadamente por via do subsídio de desemprego. Ainda assim, as múltiplas dimensões da pobreza exigem múltiplas respostas, aplicadas de forma articulada. Os subsídios de desemprego – mesmo sendo temporários – podem evitar a entrada destas pessoas em situações de pobreza; no entanto, não serão uma única e exclusiva solução, necessitando do apoio de respostas complementares que possam contribuir para a supressão das diferentes necessidades individuais.

Em 2010, um estudo com base numa análise de perfis dos utentes do acolhimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apurou entre os participantes a existência de 42,5% de pessoas consideradas trabalhadores “fora” do mercado de trabalho – pela grave precariedade das suas relações laborais. Sendo natural que estes se encontrem mais vulneráveis ao desemprego, interessa referir que do lado dos “trabalhadores estáveis”¹⁴, 28,6% recorreu à SCML pela mesma razão (Castro e Guerra, et al., 2010: 201). De facto, assiste-se actualmente a uma expansão do emprego precário ao nível do espaço europeu, que a prazo reduzirá a perspectiva de possíveis resultados de um investimento em capital social feito nos jovens (Oliveira e Carvalho, 2010).

A condição de desemprego prolongado constitui o tipo mais grave para o sistema social e não tem recebido oposição eficaz por parte dos sistemas políticos e económicos, assumindo-se como razão de inúmeros problemas em Portugal e mesmo como uma das fragilidades da União Europeia. No caso particular das pessoas afectadas, não se encontram apenas privados da fonte de rendimento indispensável à sobrevivência, como também se expõem a tensões e possíveis rupturas familiares; esta condição tende ainda a criar isolamento, podendo o desemprego funcionar como estigma social. Por outro lado, tende igualmente a aumentar as dificuldades de uma inserção no mercado de trabalho, como consequência de perda ou redução das qualificações profissionais.

¹³. Em 2010, registaram-se 25,7% de desempregados há pelo menos 6 meses com formação superior; 8,8% encontrava-se há mais de 24 meses sem emprego (Castro e Guerra, et al., 2010: 287).

¹⁴. Trabalhadores que, apesar de precários, têm melhor inserção no mercado de trabalho

B1 Desempregados

1. Da intergeracionalidade da pobreza aos acidentes de percurso

Os onze entrevistados (sete mulheres e quatro homens) que integram o perfil *Desempregados, disponíveis para o trabalho* são tendencialmente jovens, tendo sete menos de 41 anos e os restantes com idades compreendidas entre os 47 e 61 anos. A juventude destes indivíduos concentra-se, sobretudo, na zona Norte e Oriental da cidade de Lisboa (dos 6 entrevistados aqui residentes, 5 têm menos de 25 anos). Os percursos de vida destas pessoas, condicionados desde logo pela sua idade e género, são bastante heterogéneos na sua relação com a família de origem, com o território e trajectos migratórios e em termos dos processos de qualificação escolar, de experiência profissional e vínculo laboral.

Desde logo, refira-se aqueles que reconhecem que a sua situação actual encontra o seu paralelismo com as vivências na infância e juventude, ainda que entre eles a duração da vulnerabilidade se estenda de forma diferenciada ao longo do seu percurso de vida. Ao passo que para outros o passado é recordado como tendo sido vivido sem dificuldades, não emergindo nas suas narrativas eventos críticos marcantes que permitam concluir que o contexto familiar tenha sido, por si só, potenciador de um conjunto de debilidades e dificuldades que conduziram a uma situação de exclusão.

Quadro 8: Desempregados – Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)

	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Pobreza persistente		Margarida Olegário Paula
Pobreza oscilante	Pedro	
Pobreza episódica ou acidental	Clara, Ulmira, Márcia, Sandra, Verónica, Vasco	
	André	

Legenda: a cinza as situações de pobreza e/ou exclusão social inter-geracional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

A referência aos contextos de privação durante a infância e juventude surge nos discursos dos entrevistados quando abordam o momento em que abandonaram o sistema de ensino, seja para ingressar na vida activa (André, Pedro), seja para apoiar a mãe nas tarefas domésticas (Paula e Margarida), seja ainda para participar num negócio familiar (Olegário e Margarida). Tendo abandonado mais precocemente a escola (antes dos 13 anos), apresentam os níveis de escolaridade mais baixos, sem que esta situação se traduza numa homogeneidade na reprodução das situações de pobreza e exclusão social.

Entre este conjunto de indivíduos encontram-se duas realidades distintas: por um lado, os casos de Margarida, Paula e Olegário remetem para uma exposição precoce e de longa duração a contextos de pobreza e exclusão em que o início da idade adulta não permitiu contrariar de forma consistente a vulnerabilidade vivenciada, encontrando-se assim numa situação de pobreza persistente, mas cujas disposições de acção para melhorar a sua condição apresentam especificidades que serão aprofundadas mais adiante.

Se no caso de Margarida, o alcoolismo e a violência do marido tendem a gerar uma grande instabilidade familiar, repercutindo-se numa relação intermitente com o mercado de trabalho a que não é alheia a sua “reclusão” numa casa de abrigo durante 10 meses, a institucionalização de dois dos filhos há 11 anos e de um estar com os padrinhos, já para Paula e Olegário a ausência de experiências profissionais, não é apenas fruto da sua juventude, 21 e 24 anos respectivamente, mas sobretudo da dificuldade de encontrarem trabalho, tanto pela não conclusão do 1º ciclo do Ensino Básico, seja pela sua pertença étnica cigana e as atitudes discriminatórias de que são alvo no acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, as experiências de vida de Pedro e André, embora marcadas pelas dificuldades sentidas no agregado familiar de origem e por serem os únicos que enveredaram por um trabalho por conta própria, diferenciam-se entre si pelo nível de estabilidade profissional mantido ao longo do percurso de vida. No caso de Pedro, hoje com 47 anos e com o 4º ano concluído com alguma dificuldade, a instabilidade laboral, traduzida pelo exercício de cerca de dez profissões, associada a outros eventos críticos, como o endividamento bancário, acabaram por marcar a sua trajectória de vida pela oscilação entre momentos de algum desafogo financeiro e outros de maior vulnerabilidade, mas cuja percepção é de uma clara regressão em termos de posição social que dura há mais de cinco anos.

O FMI passou por mim, em 83, e eu não notei, porque trabalhava, não devia nada a ninguém, nem devia satisfações a ninguém, nem me lembro tampouco da entrada do FMI em Portugal. (Pedro, 50 anos)

O caso de André, tende a assemelhar-se mais às restantes pessoas que integram este perfil, pois apesar das dificuldades passadas na sua infância, desde os 16 anos que enveredou por uma actividade profissional – restaurador e dourador – que conseguiu manter até Junho de 2008 e que desde os 25 anos a assumiu por conta própria. André, tendo concluído o 4º ano, aos 13 anos começa a contribuir com a força do seu trabalho para a economia doméstica, já que a mãe se encontrava sozinha com mais dois filhos, na sequência do pai ter sido preso pela PIDE:

Fui lançado no mercado de trabalho com treze anos, isso é um crime que se faz a uma criança, eu comecei a ganhar dez escudos por dia, na fábrica Barros, recebia vinte e cinco escudos por semana, nem direito a Caixa tinha nem a coisa nenhuma, isso é um crime que se faz a uma criança, com treze anos pô-la a trabalhar porque os pais precisavam, o meu pai estava doente, o meu pai estava preso por causa dessa porcaria da PIDE que depois acabaram por o matar, a minha mãe coitada, ganhava numa fábrica das latas seis escudos por dia ali na Rua José Patrocínio, tinha de se pôr os filhos a trabalhar. (André, 61 anos)

Apesar de valorizar a importância da escolaridade para o acesso a melhores oportunidades de trabalho, valorização que conseguiu incutir junto das duas filhas, ambas com um curso superior de veterinária e arquitectura, André não deixa de revelar a importância assumida pela sua aprendizagem profissional ao longo da vida.

Os casos de André (61 anos), Vasco (50 anos), Ulmira (34 anos) e de Verónica (24 anos), embora com idades e níveis de escolaridade muito díspares entre si – desde o 4º ano a um curso médio –, depararam-se com uma situação de ruptura nas relações de trabalho que desorganizaram o equilíbrio entre as necessidades sentidas e os seus recursos.

Já Clara, Sandra e Márcia, sem experiência profissional ou com um percurso laboral marcado pela instabilidade laboral, identificam como eventos críticos a

marcar a sua trajectória a gravidez na adolescência (caso de Clara) e problemas familiares, como a violência conjugal e a separação (casos de Sandra e Márcia).

Também para estas mulheres a falta de oportunidades de trabalho é uma marca do contemporâneo que ultrapassa as fronteiras nacionais; aliás todos os entrevistados remetem a falta de oportunidades de trabalho para o funcionamento do sistema, independentemente do seu percurso biográfico e do tipo de incidentes críticos que foram marcando as suas vidas.

Como o país está. Não há trabalho, as fábricas estão todas a fechar. (Verónica, desempregada, 24 anos)

O comércio tradicional acabou, e a nível de comércio procuram é garotas brasileiras, e... só para marcar presença, porque elas não percebem nada do assunto. Isto concretamente, não tenho nada contra as brasileiras, não sofro de xenofobia, mas noto que pronto, para pagarem 200€ ou 300€ preferem, só para ter ali um corpo presente, mais nada. Não sabem ter um atendimento personalizado a uma cliente, não, pronto, nota-se mesmo. E agora de há 5 anos para cá estou desempregado. (Vasco, 50 anos)

Se o contexto familiar de origem foi determinante nos percursos escolares destes indivíduos, as situações de não trabalho registadas e a sua durabilidade não evidenciam uma relação directa entre os níveis de escolaridade alcançados e uma posição mais ou menos favorável no acesso às oportunidades de trabalho e na estabilidade laboral.

Como se viu pelos anteriores depoimentos a conjuntura económica e o actual funcionamento do mercado de trabalho é em si bloqueador destas oportunidades, mesmo para aqueles que apresentam níveis de escolaridade mais elevados (como é o caso de Ulmira com um curso médio ou de Vasco com o 12º ano). Foram sendo também evidenciados outros factores que condicionam agarrar essas possibilidades, mesmo que estas se encontrem no segmento secundário do mercado de trabalho¹⁵, tais como: a idade, a imagem pessoal, a falta de qualificação escolar e experiência profissional ou de competências para promover/divulgar os serviços que podem prestar e a discriminação.

No entanto, a recusa da desqualificação e da dependência, bem como a crença nas suas capacidades são factores que alimentam a elaboração de projectos de vida e a necessidade de se investir a nível pessoal, seja pela qualificação escolar, seja pela melhoria da imagem, como a resolução de problemas dentários. É o caso, por exemplo de Olegário que, sendo cigano, afirma que se tivesse um diploma poderia mais facilmente arranjar trabalho, pois já não teriam desculpa

¹⁵. De acordo com Dubet e outros autores o mercado de trabalho encontra-se dividido em dois segmentos: o primário e o secundário. O primário é constituído por empresas inseridas na economia global, que empregam pessoas com qualificações relativamente elevadas e que oferecem estabilidade, condições de trabalho e de promoção satisfatórias e boas remunerações. O segmento secundário é caracterizado pelo negativo dos aspectos referidos (Dubet, 1996:64/65 referido por Diogo, 2008: 5).

para não o aceitarem, ou de Pedro que através do Cartão de Saúde da Santa Casa da Misericórdia está a resolver problemas dentários que dificultam o exercício de certas profissões ou ainda de Vasco, Clara, Sandra, Olegário, Paula e Verónica que através do Programa Novas Oportunidades têm ingressado num processo de qualificação escolar, mesmo quando algumas destas pessoas associaram o abandono escolar precoce ao reconhecimento de dificuldades no cumprimento das obrigações escolares.

Dos discursos recolhidos sobressai, claramente, o reconhecimento da importância da qualificação escolar e profissional para a garantia de percursos de vida autónomos dos serviços de assistência e para uma apreciação mais positiva do valor do trabalho em detrimento de uma relação meramente utilitária a que se poderia ir recorrendo para fazer face às necessidades mais prementes. Estas perspectivas de vida estão também presentes quanto projectam o futuro dos seus filhos, mas no caso concreto de alguns entrevistados este processo de qualificação, no período da inactividade profissional indesejada, visa concretizar expectativas profissionais muito específicas, como vir a ser empregado de mesa (Vasco) ou enfermeira (Sandra).

E, assim, mesmo conscientes dos constrangimentos decorrentes da actual dinâmica do mercado de trabalho de redução dos postos de trabalho e, independentemente do tipo de apoios sociais recebidos, a grande maioria dos entrevistados desenvolve uma atitude proactiva na procura de trabalho, que vai para além do contacto com o Centro de Emprego. Como é, por exemplo, o caso de Márcia que afirma ter de “correr atrás do prejuízo”, enviando currículos, na sequência do marido a ter abandonado após 25 anos de casamento; ou de Ulmira que, todos os dias de manhã, lê o jornal no café a ver se encontra alguma proposta de trabalho ou ainda de Sandra que conjuga diferentes tipos de estratégias (inscrição no Centro de Emprego, procura de emprego, envio de cv, ...).

Dos oito entrevistados que já passaram, pelo menos, por uma experiência profissional a situação actual de desemprego, oscila entre menos de 2 anos para os casos de Ulmira, Margarida, Sandra e Verónica ou um pouco mais prolongada (entre 3 e 7 anos) para André, Olegário, Vasco e Pedro. Este evento crítico no percurso destas pessoas leva-as a ficarem desprovidas de recursos económicos suficientes para enfrentar as necessidades básicas quotidianas. A situação tende a agravar-se em função do seguinte conjunto de factores:

- quando os dois elementos do casal ou outros membros adultos do agregado familiar se encontram afastados do mercado de trabalho sem a devida protecção social numa situação de desemprego ou desenvolvem trabalhos incertos e ocasionais que não permitem garantir a regularidade dos ren-

- dimentos para fazer face a despesas fixas (são os casos das famílias de Verónica, Margarida, Olegário e Paula);
- quando termina a protecção social em situação de desemprego (são os casos de Ulmira, Verónica e Vasco);
 - quando os encargos com a habitação são elevados ou se está numa situação de risco habitacional face à eventualidade de se ficar sem casa.

De facto, a falta de habitação a custos controlados ou de apoio na renda de casa assume neste perfil uma grande centralidade, identificando os entrevistados como um problema do sistema. Interessa, por isso, compreender os percursos residenciais destas pessoas, bem como as suas condições habitacionais actuais.

2. Percurso residencial e a centralidade da falta de habitação a custos controlados

Os itinerários residenciais dos indivíduos que integram este perfil são bastante diversificados, fruto das histórias de vida familiares e dos seus percursos migratórios, mas também das dinâmicas habitacionais que marcaram a história urbanística da metrópole de Lisboa. Estes factores reflectem-se, assim, na forma como estes entrevistados encaram o seu enraizamento num dado território da cidade, avaliam as suas condições habitacionais e projectam as suas expectativas residenciais.

É possível estabelecer três grandes perfis de percursos residenciais:

- o *enraizamento alfacinba*, onde se enquadram os entrevistados que sempre viveram em Lisboa, repartidos entre a zona histórica (Pedro e Vasco) e a zona Norte e Oriental da cidade (Sandra e Verónica);
- a *mobilidade intra-metropolitana* com passagem pela Amadora (Clara), Seixal (Olegário), Parede e Moita (Paula);
- as *migrações económicas nacionais e internacionais*: Leiria e Brasil (Ulmira); Madeira e Évora (Margarida); Angola e Brasil (Márcia); Sabrosa (André).

Apesar da mobilidade geográfica assiste-se a uma estabilidade residencial, já que exceptuando três entrevistados (Margarida, Márcia e Olegário), todos os outros vivem há mais de 8 anos no mesmo local. No entanto, a escolha da área de residência parece ser mais circunstancial do que o resultado de uma intenção consciente e planeada, traduzindo-se na não titularidade do arrendamento da casa e na coabitação, nem sempre desejada, com outros familiares.

São vários os factores que ao longo de uma trajectória interferiram na estruturação dos percursos residenciais, concretamente: *acontecimentos familiares* (casamentos, divórcios, violência conjugal, reclusão, morte de familiar...) a influenciarem a mudança de residência; *constrangimentos económicos*, tais como o estatuto do emprego

e o nível de rendimentos a dificultarem o acesso ao mercado privado de habitação; *factores favoráveis* como o acesso a um empréstimo para compra de casa; *redes familiares* a proporcionar oportunidades de coabitação de um alojamento.

Parece existir uma relação directa entre as diferentes zonas da cidade onde os entrevistados actualmente residem e o papel das redes familiares associado à dimensão da habitação que permite acolher mais de um núcleo familiar. Constatase, pois, que entre os seis indivíduos que se encontram a residir em habitação social, apenas André é titular do arrendamento da casa onde habita há 31 anos, na sequência do realojamento do Bairro Chinês para o Bairro das Salgadas, em Marvila. Todos os restantes coabitam com familiares arrendatários (Clara, Sandra, Olegário e Verónica) e no caso de Paula vai ocupando casas vagas no Bairro da Ameixoeira. Aquela coabitação prende-se, essencialmente, com a dificuldade de aceder ao mercado de habitação, público ou privado, após a constituição de nova família. Assim, encontram-se os casos de:

- Verónica, com 24 anos e dois filhos, que vive com a sogra na Ameixoeira desde o nascimento da primeira filha em 2002, com as relações a tornarem-se cada vez menos pacíficas, traduzidas em episódios de expulsão de casa e, por vezes, com intervenção policial;
- Olegário, com 24 anos, desde 2007 que vive com os sogros, no Bairro Marquês de Abrantes, em Marvila, juntamente com a mulher e o filho de 4 anos. Também neste agregado os conflitos levam à expulsão por parte do arrendatário, tendo a família já passado algumas noites a dormir na carrinha;
- Sandra, com 23 anos e um filho de 2 anos, reside com mais sete pessoas (padrasto, mãe, sobrinhas, irmão e filho), no Bairro das Salgadas, em Marvila, onde regressou em Março de 2010, na sequência de episódios de violência doméstica;
- Clara, com 21 anos e uma filha de 5 anos, reside com a mãe, três irmãos e a filha, numa casa de três assoalhadas, no Bairro do Armador, desde 1996, reconhecendo que as relações com a mãe não são pacíficas.

Na zona histórica da cidade, concretamente na freguesia de S. Cristóvão, encontra-se também uma situação de coabitação de Márcia, 55 anos, com 4 filhos maiores, a residir com o padrasto, desde 2010. Neste caso, após a separação do marido, em 2008, este expulsa-os da casa onde viviam em Odivelas; a mãe de Márcia a residir no Brasil veio buscá-los, mas a inadaptação dos filhos ao novo país conduz ao regresso a Portugal e a casa do padrasto. Os problemas de saúde deste e a eventualidade de poder falecer colocam Márcia na ansiedade de poder ficar numa situação de sem-abrigo. Este receio decorre da descrença em vir a auferir os rendimentos necessários para suportar a renda da casa, de ter sido indeferido o pedido de habitação social na Câmara Municipal de Odivelas e do

fatalismo que atribui ao seu percurso de vida. Estes factores acabam por lhe retirar as energias para voltar a fazer um pedido de habitação, nomeadamente no concelho de Lisboa. Nas suas palavras: “*eu não sou de sorte, sou de azar, então para não estar com mais coisas, não voltei a pedir.*”

As seis situações relatadas anteriormente revelam, pois, como a aparente estabilidade residencial, medida pelo número de anos no mesmo local, não traduz uma situação de segurança habitacional, nem tão pouco o sentimento de pertença e de prazer face aos contextos residenciais. Se para alguns aquela segurança ainda pode ser projectada na resposta que aguardam face ao pedido de habitação social realizado, para outros o seu indeferimento traduz-se na angústia de não poder ter um lugar no mercado de trabalho que permita auferir os rendimentos necessários para garantir condições habitacionais condignas.

Um outro dado que importa realçar prende-se com os percursos residenciais que incluíram vivências em bairros de barracas. Dos 6 entrevistados que actualmente vivem na zona norte ou oriental da cidade de Lisboa, 4 passaram por estas condições, ainda que em vários concelhos e por períodos diferentes¹⁶.

Na sua opinião, embora os actuais locais de residência não produzam efeitos negativos na identidade prescrita destes entrevistados, nem nas suas oportunidades de vida, é com nostalgia que alguns dos que residem hoje em contextos de habitação social recordam os anteriores locais de residência. As vivências no Bairro Chinês por parte de Sandra e André, actualmente a viverem em Marvila, no Bairro das Salgadas, são disto um exemplo:

Não fui realojado, obrigaram-me a vir para aqui, gostava mais de morar lá. Tinha uma casa superior a esta que eu tenho aqui. Era uma casa de tijolo, mas era melhor, tinha condições muito melhores do que esta daqui. (André, 61 anos)

O Bairro Chinês eram barracas. Era tudo mais unido. Podíamos brincar na rua descansados, porque havia sempre um vizinho ou outro que deitava o olho. Agora não. Os vizinhos podem ver-nos na rua que nem sequer falam. Não falam uns com os outros. É diferente. O conviver é muito diferente. (Sandra, 23 anos)

É também de referir o desgosto pelo bairro, por alguns dos entrevistados que não experienciaram uma passagem por bairros de barracas, como é o caso de Verónica que evidencia não gostar do ambiente, das pessoas e das constantes queixas entre vizinhos, ou que mesmo tendo passado por aquela experiência habitacional têm como projecto de vida a possibilidade de ter uma casa longe do actual local de residência, tal como é enunciado por Clara, actualmente a residir, em Marvila, no Bairro do Armador, que materializa aquela “distância longínqua” em Telheiras, Olivais ou Odivelas.

¹⁶ São os casos de Clara (Amadora, 1994-96); de Sandra (Lisboa, Bairro Chinês, 1987-99); de André (Lisboa, Bairro Chinês, 1957-82); Paula (Parede e Vale da Amoreira, 1990-2003).

No que toca à zona histórica da cidade de Lisboa e para além do caso de Márcia, anteriormente relatado, e de Vasco e Pedro que sempre viveram na mesma zona ou rua, respectivamente nas freguesias de Castelo e Santo Estêvão, e que não referenciam problemas com o alojamento, nem com a zona¹⁷, interessa destacar duas outras situações bem distintas entre si.

Por um lado, o caso de Margarida, hoje com 41 anos, que arrendou uma casa na freguesia do Socorro, há três anos sem as mínimas condições de habitabilidade, após um percurso migratório e residencial algo atribulado. Natural da Madeira, casa-se aos 21 anos e reside com a sogra em Ribeira Grande, durante cerca de 10 anos. A vinda para Lisboa dá-se no início dos anos 2000 e pouco tempo depois, na sequência dos maus-tratos do marido, é institucionalizada com os filhos numa casa para vítimas de violência doméstica, em Évora, onde permanece 10 meses. Acaba por arrendar uma casa nessa cidade, aí permanecendo 8 anos. Problemas que não quis aprofundar fizeram-na regressar a Lisboa, onde actualmente vive com o mesmo marido, numa casa sem as mínimas condições de habitabilidade e a pagar, quando consegue, 350€:

Ratazanas! Vi do esquentador. Dava cada grito. Parecem coelhos. Roeram-me os fios. Tenho a máquina da roupa avariada, tenho o microondas avariado, tenho uma arca avariada, tenho o frigorífico avariado. Também já não há ratos. Comprei uma cola. A casa é podre. Está tudo podre. Os canos da casa de banho estão todos partidos. A sala, o tecto a cair para o chão. O meu quarto de dormir está todo a cair para o chão. Cheio de bolor e a cair para o chão. (Margarida, 41 anos)

Por outro lado, Ulmira, com 34 anos, comprou há 10 anos casa em Alfama, numa altura em que acumulava o trabalho no *BackOffice* de uma empresa de telecomunicações com o de *freelancer* em design gráfico. O problema de enxaqueca que a diz afectar desde os 12 anos levaram-na frequentemente a pôr baixa, acabando o seu contrato, em 2010, por não ser renovado. Actualmente, e após revisão do tempo de crédito, tem um encargo mensal de 250€ com a habitação que tem dificuldade de cumprir, desde que se encontra desempregada. O seu desejo era arrendar a sua casa e ir para a Costa Alentejana, podendo através de teletrabalho ir desenvolvendo a sua actividade profissional. No entanto, como a casa está a necessitar de obras, reconhece a dificuldade de encontrar alguém interessado, resignando-se a viver na proximidade de pessoas das quais quer distância.

Não é, pois, de estranhar que entre as situações anteriormente relatadas de maior insatisfação com as condições habitacionais, incluindo o meio envolvente, a casa ocupe um lugar de destaque nos projectos de vida, mesmo que estes não ultrapassem o domínio dos sonhos. Assim, mudar de casa para outro bairro,

¹⁷. De referir, no entanto, que o forte sentimento de apego demonstrado por Vasco “às suas raízes” o demoveu de um projecto migratório de que se diz ter arrependido, revelando, assim, como nem sempre um capital social elevado pode ser conotado positivamente (vd. a este respeito Portes, 2000).

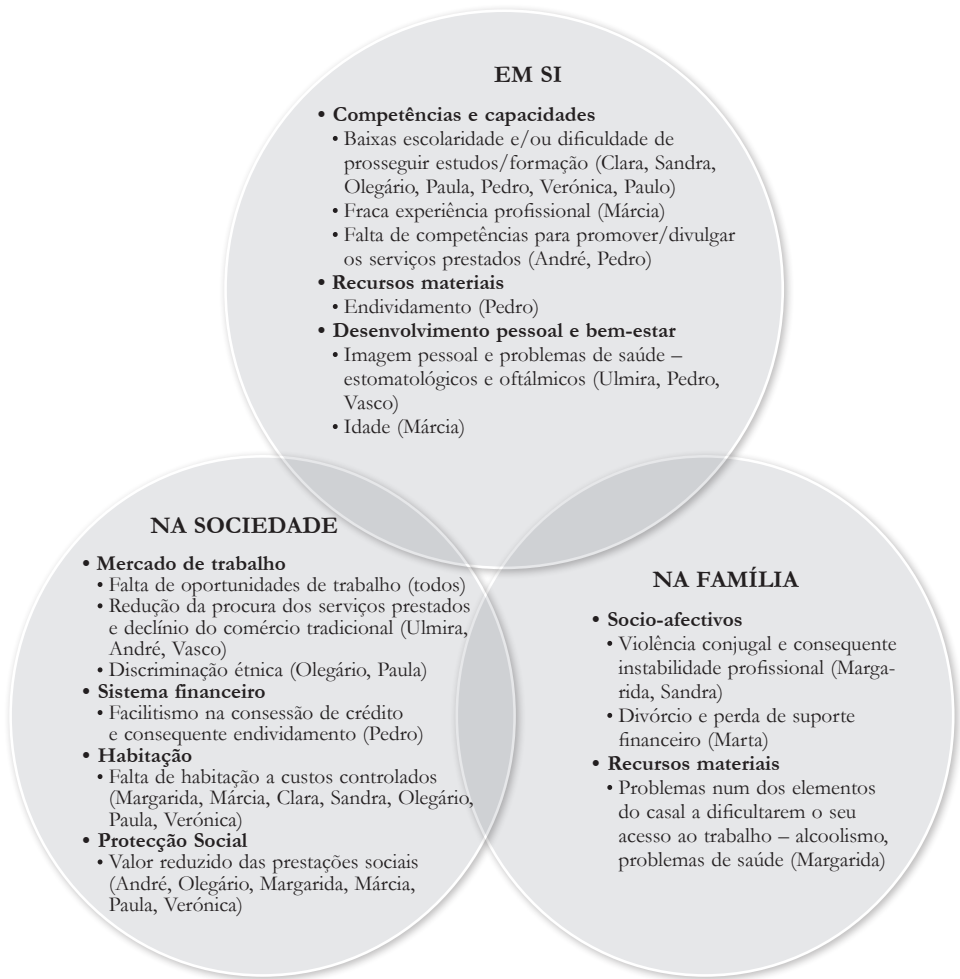
arranjar uma casa de renda baixa, ter a sua casa ou uma bela casa que não chova são alguns dos referenciais presentes nas narrativas destes entrevistados.

Em síntese, foi possível verificar que, independente da exposição mais ou menos prolongada a situações de pobreza e/ou exclusão social, a privação económica sentida no presente decorre, para todos, da incapacidade do sistema gerar trabalho para todas as pessoas. De facto, foi possível constatar que o défice de competências escolares associado a uma entrada precoce na vida activa não se traduziu necessariamente para todas as pessoas na desqualificação e instabilidade profissional. A capacidade de agarrar as oportunidades do contexto e algumas competências pessoais (atitude perante a vida, recursos mobilizáveis...) foram factores determinantes para alguns destes indivíduos, enquanto que para outros aspectos externos à sua vontade (i.e., situações de discriminação étnica, ruptura e violência conjugal) têm condicionado a melhoria dos seus padrões de vida.

A este défice de oportunidades decorrente de um problema macroestrutural juntam-se outras problemáticas também de carácter sistémico, como a falta de habitação a custos controlados e o baixo valor das prestações sociais para fazer face a situações de privação económica decorrentes de um mercado de trabalho que não garante a integração de todos, de um mercado de habitação privado altamente especulativo e de um parque habitacional público sem capacidade de resposta para fazer face às necessidades das gerações mais jovens e a situações de emergência social, como ficou ilustrado pelo caso de Márcia.

É certo que os entrevistados que integram este perfil para além de reconhecerem a sua sujeição a estas dinâmicas colectivas que escapam ao seu controlo mais directo e imediato, também identificam com extrema racionalidade um conjunto de problemas intrínsecos e contextuais à sua esfera pessoal que tendem a condicionar o acesso às escassas oportunidades de trabalho existentes ou a explicar a sua situação presente. Estes problemas situam-se ao nível das competências e capacidades pessoais, dos recursos materiais, do desenvolvimento pessoal, sócio-afectivo e bem-estar. No entanto, alguns aspectos críticos são também sentidos como necessidades que poderiam ser institucionalmente satisfeitos mas cuja resposta não se tem apresentado suficientemente eficaz.

Figura 5: Desempregados – Auto-percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

3. Fazer face às vulnerabilidades: da gestão da privação quotidiana à projecção do futuro

Como se tem vindo a constatar, para todos os entrevistados que integram este grupo, as necessidades que antes era possível satisfazer com o valor do salário ficaram comprometidas uma vez quebrado o laço conjugal ou com o mercado de trabalho. Interessa, pois, identificar como se faz a gestão da privação no quotidiano, ou seja, que tipo de estratégias mais imediatistas são desencadeadas com vista a suprir as necessidades básicas e como se perspectiva a médio prazo as respostas possíveis aos problemas sentidos.

3.1. Pobres ou remediados, mas “ricos de espírito”: a gestão da privação no quotidiano

O reconhecimento inevitável das condições objectivas de existência, marcadas sobretudo por situações de grande privação monetária, conduzem estes entrevistados a reconhecer o seu estatuto de pobres ou de pessoa/família remediada. Reconhecem a forte conotação negativa associada aos modos de vida que estão subjacentes a situações de pobreza, mas independentemente do tipo de apoios formais já solicitados, e exceptuando o caso de Ulmira, parecem ser aqueles que já experienciaram nas suas famílias de origem situações de vulnerabilidade económica que tendem mais facilmente a admitir o estatuto de pobres.

O significado da palavra pobreza, para mim, é muito duro. O que eu estou a querer dizer é que é a mesma coisa que me tirarem os sapatos e os chinelos. (Pedro, 47 anos)

Sou muito rico de espírito, mas monetariamente estou empobrecido. O meu empobrecimento vai continuar. Eu era o pai dos pobres deste bairro e neste momento sou tão pobre como eles. (André, 61 anos)

Aqueles que se distanciam do rótulo de pobres, optam por se designar de “remediados”, nomeadamente por não passarem privações ao nível da alimentação.

Não sou pobre, mas também não sou rica. Estou remediada entre os dois. É verdade, pobre não, graças a Deus. Posso não ter dinheiro mas tenho de comer, é o que me interessa porque o dinheiro não me traz felicidade mas a comida traz. (Verónica, 24 anos)

Se olharmos para os rendimentos mensais dos agregados familiares, declarados em contexto de entrevista, e o tipo de apoios recebidos constata-se a existência de situações de extrema privação e de desigualdades sociais, em função dos contextos residenciais e do papel das redes sociais. Assim, se para uns é possível beneficiar de habitação social (André), mesmo que seja em coabitação com os titulares de arrendamento (Verónica, Olegário, Sandra e Clara) ou por via da ocupação de fogos (Paula), para aqueles que vivem na zona histórica, o encargo com a habitação é difícil de suportar. Também é entre estes entrevistados que se tende a registar o menor nível de apoio monetário por parte da rede informal (família, amigos, vizinhos) e onde os rendimentos *per capita* apresentam valores tendencialmente mais baixos.

Quadro 9: Desempregados – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

Zonas	Entrevistados	Idade	Freguesia	Nº elementos da família alargada	Nº elementos da família nuclear	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios (habitação, saúde, géneros)			Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos	
							Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras entidades)		Apoios INFORMAIS (família, vizinhos, amigos)		
							Habitação	Saúde			Géneros
Zona 1	Clara	21	Marvila	6	2	Não especificado	Indirecto		Coabitação, Alimentação	Activa solidária	
	Sandra	23	Marvila	8	2	Não especificado	Indirecto	Aguarda medicamentos	Coabitação, Alimentação	Activa solidária e Autonomizante (biscates)	
	Olegário	24	Marvila	5	3	RSI=cerca de 350€	Indirecto		Coabitação, Monetário	Activa solidária, hipotecada e institucional	
	Paula	21	Améixoeira		3	RSI=374€ + abono=140€=514€	Indirecto		Alimentos	Monetário, Alimentação	Activa solidária e institucional
	Verónica	24	Améixoeira	5	4	RSI=180€ + abono=70€=250€	Indirecto	Óculos Consultas	Coabitação, Monetário	Activa solidária, institucional e autonomizante (biscates)	
	André	61	Marvila		1	vive de alguns bens que vai vendendo	Directo			Autonomizante (biscates, venda de bens)	
Zona 2	Ulmira	34	S. Miguel		1	SCML=100€		Aguarda óculos	Alimentos	Autonomizante (venda de bens) e activa institucional	
	Margarida	40	Socorro		2	RSI=180€			Alimentos	Activa institucional e Passiva	
	Pedro	47	Sto Estevão		3	Rendimentos trabalho (mulher)=310+Subsídio eventual=150€=460€		Aguarda óculos Consultas	Monetário	Activa solidária e institucional	
	Vasco	50	Castelo		2	RSI= 186€+pensão sobrevivência filho=98€+Subsídio eventual=50€=334€		Aguarda Consultas	Roupas para filho	Activa solidária e institucional	
	Mércia	55	S. Cristóvão	6	5	RSI=321€		Aguarda isenção taxas moderadoras	Coabitação, alimentação	Activa solidária e institucional	

* Apenas se referenciam os valores de rendimentos auferidos para o núcleo familiar restrito do(s) entrevistado(s), apesar da vivência de alguns destes agregados em famílias alargadas
Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CETI, 2011

Como se constata pela leitura do quadro anterior, são várias as estratégias desencadeadas para lidar com as situações de privação. À exceção de André, Clara e Sandra, todos os outros indivíduos têm como principal fonte de rendimento os apoios sociais seja por via do RSI (6 casos), seja através de subsídios eventuais (2 casos) ou abonos de família (1 caso) que podem ser ou não acumulados com o RSI. Os rendimentos auferidos por via desta *estratégia activa institucional*, revelando-se manifestamente insuficientes conduzem estas pessoas a desenvolverem outros dispositivos de acção. As estratégias desencadeadas vão desde o recurso a familiares e amigos – *estratégia activa solidária*, passando por pedir fiado junto do comércio local – *estratégia activa hipotecada*, até à realização de alguns biscates e venda de bens – *estratégia autonomizante* ou simplesmente passar mal – *estratégia passiva*.

3.2. O papel vital dos laços sociais primários e a evidência das suas fragilidades

A estratégia activa solidária, sendo a mais presente entre estes entrevistados, revela a importância assumida por aqueles que lhes estão mais próximos (amigos e familiares) e dos suportes que estes forem capazes de fornecer, nomeadamente a possibilidade de coabitação, o apoio económico em situações de maior emergência e a doação de alimentos e roupa.

A capacidade de resposta a esta estratégia por parte dos elementos que compõem a rede social parece depender muito da existência de crianças em agregados familiares precocemente constituídos, revelando a quase inevitabilidade da activação de redes de suporte familiar perante o nascimento de filhos e a dificuldade dos seus pais se autonomizarem do agregado familiar de origem (todos os casos que vivem em coabitação nos bairros sociais). Mas também de situações inesperadas, como a ruptura conjugal de Márcia, anteriormente relatada, que deixando-a sem qualquer alternativa residencial, encontrou no padrasto uma resposta provisória.

Assim, a partilha da casa acaba igualmente por se traduzir no não assumir de despesas fixas domésticas, ainda que nem sempre os recursos económicos disponibilizados encontrem o seu paralelo em capital social activável. De facto, os discursos fazem emergir relações de algum modo tensas e conflituosas, das quais não se pode esperar outro tipo de apoio desejável, como o suporte emocional e o cuidar dos filhos. É, por exemplo, o caso de Verónica, que embora coabitando com a sogra e perante a hipótese de poder trabalhar numa empresa de limpezas entre as 17h e as 3h refere a dificuldade de encontrar alguém que possa ficar com os filhos.

Não é de escamotear a dupla condição do peso que as redes de interconhecimento local têm quer no aliviar, quer no silenciar de algumas necessidades. Se para uns pode representar a existência de níveis de confiança interpessoal favoráveis que

permitam o pedir fiado junto dos estabelecimentos comerciais, de recorrer a alguns amigos ou de encontrar alguns trabalhos esporádicos (cuidar de idosos e fazer umas limpezas nas férias de pessoas conhecidas), para outros prevalece a desconfiança e a vergonha.

A venda de bens pessoais junto de amigos é também uma alternativa à escassez de recursos, na esperança de um dia poder voltar a ter possibilidade de os reaver. O sofrimento patente nos discursos daqueles que já tiveram de se desfazer de objectos pessoais ou que podem imaginar essa possibilidade, traduz a consciência de um percurso de mobilidade social descendente que se pretende contrariar a todo o custo:

Sempre tivemos tudo, nunca nos faltou nada, e é uma coisa que eu nem me quero ver a desfazer-me das minhas coisas, aquilo custou-me muito a conseguir, e é uma coisa que... (Vasco, 50 anos)

Não tenho actividade aberta, estou parado, estou a pagar renda ao senhorio porque não sei o que é que hei-de fazer à minha vida, ninguém me dá trabalho em lado nenhum, e estou a subsistir à base de estar a vender umas coisas que eu tinha e tenho ainda. (André, 61 anos)

Ainda que dando sinais de alguma fragilidade, constata-se como os laços sociais primários são estruturadores das relações de solidariedade nos contextos da vida quotidiana de grande parte destes indivíduos, surgindo como uma oportunidade de “primeira instância”¹⁸ que permite garantir a subsistência e ir alimentando os seus projectos de vida. É possível, no entanto, levantar a seguinte hipótese: será que a redução das oportunidades societais, nomeadamente pela dificuldade crescente de encontrar um lugar para todos no mercado de trabalho, bem como as alterações que têm vindo a ser produzidas no sistema de protecção social (restrições no acesso a apoios sociais e diminuição dos seus montantes) não farão retardar a satisfação de necessidades, produzindo danos ao nível destas redes de suporte? Fragilizadas também na sua capacidade de fornecer o apoio necessário, é possível pois questionar se à medida que aumenta o tempo de permanência numa situação de vulnerabilidade económica e de dependência da assistência social não se assistirá a um enfraquecimento do tipo e volume de capital social.

3.3. Da adesão à recusa no acesso à assistência: apoios e políticas sociais, avaliação e propostas

Existem duas situações distintas na forma como estes entrevistados pensam a relação com a assistência e o tipo de apoios a que poderiam ter direito para suprir as suas necessidades, heterogeneidade esta, muito condicionada pela sua

¹⁸. Retoma-se aqui a expressão utilizada pelas coordenadoras do livro *À Tona de Água*, pois estes suportes sociais devem ser vistos como “um elemento mediador no jogo entre capacidades e oportunidades, na medida em que não integrando o nível das oportunidades societais, também não se refere à estrita esfera das capacidades individuais” (Pinto et al., 2010: 237).

idade, percurso de vida, estratégias identitárias e o papel assumido pelas redes sociais de suporte.

a. Deveres do Estado e acesso incondicionado à protecção social

É possível encontrar aqueles que assumiram, com mais ou menos relutância, o recurso à assistência como uma forma de suprir algumas das necessidades mais básicas, como a alimentação, ou através do acesso a prestações sociais, como o RSI, sendo este encarado quer como um rendimento de sobrevivência, quer como um substituto do subsídio de desemprego ao qual não conseguiram aceder ou que finda a sua duração ainda não conquistaram alternativas de garantia económica¹⁹.

O acesso à protecção social é encarado, por este grupo de entrevistados, como um direito que incondicionalmente lhes assiste, seja pela sua condição contributiva, seja pela sua consagração na Constituição Portuguesa. Clara e Sandra assumem uma postura diferenciada, pois embora recusem tornar-se beneficiárias do RSI, reconhecem a habitação social como um direito a ser consagrado pelo Estado, encontrando-se a aguardar a resposta ao pedido realizado.

b. A centralidade do trabalho na valorização identitária e a recusa de desvalorização social

Existe também um conjunto de entrevistados que revela explicitamente uma resistência, ou mesmo recusa, de aceder ao sistema de protecção social ou a apoios sociais em espécie²⁰. Nestes casos existe uma crença em si e na sua capacidade de resolução de alguns dos seus problemas. Os seus discursos revelam, pois, uma recusa da desqualificação e da dependência, pois a crença nas suas capacidades apenas pede (mais) uma oportunidade. O posicionamento de Clara sobre a eventualidade de ser beneficiária do RSI, é a este respeito esclarecedor:

Era uma ajuda mas não quero, não quero. Para já eles agora estão a regular bem quem recebe e não merece, essas coisas todas, mas eu não quero. Seria uma boa ajuda, mas não quero, o curso também incentivou-me para fazer isso mas eu não quero. E eles estão a mandar pessoal novo trabalhar, por isso, prefiro trabalhar do que receber isso. (Clara, 21 anos)

É, certo, que o passado de relação com a assistência por parte de Clara também não lhe traz boas recordações. Aos 17 anos, tendo escondido uma gravidez até ao 7º mês, apenas revelada à família quando começa a ter complicações e a filha nasce, acaba por ter o primeiro contacto com assistentes sociais, na sequência

¹⁹. Encontram-se neste grupo: Márcia, Margarida, Pedro, Casco, Olegário, Paula e Verónica.

²⁰. Incluem-se neste grupo os casos de Ulmira e Vasco (resistência na solicitação de alimentos), de Pedro (recusa na solicitação de alimentos), de Clara, Sandra e André (resistência em recorrer ao RSI).

da mãe ter solicitado apoio. A filha é levada para um Centro de Acolhimento e Observação Temporária e Cláudia passa a deslocar-se a este equipamento. Uma amiga falou-lhe da Ajuda de Mãe e foi aí acolhida durante 18 meses, até ser decretado em tribunal que poderia ir para casa da irmã e que esta se responsabilizaria pela filha. Segundo Cláudia, as assistentes avaliaram mal as suas competências de mãe, acusando-a de não saber brincar com a filha. Acabou por voltar para casa da mãe, após 5 meses, onde se encontra há cerca de 3 anos.

Nestas narrativas não deixa também de prevalecer uma imagem muito negativa associada ao RSI. Afastar a possibilidade de aceder a esta medida revela-se uma estratégia de valorização identitária que aposta na inserção profissional e desvaloriza os ganhos financeiros esperados decorrentes da condição de beneficiário do RSI.

Sou contra o rendimento. Em vez de darem dinheiro, deviam arranjar trabalhos. Eu sou contra esses subsídios. Tenho 23 anos, e com 23 anos não acho que deva estar em casa a receber do Estado por não fazer nada. Sou a favor de darem a esses idosos e deficientes que têm pensões muito baixas, até aí muito bem. Fui à Segurança Social, fui ao Centro de Emprego, fui à Santa Casa, não foi pedir rendimento, fui pedir uma vaga num trabalho qualquer. Eu sou contra isso. Estarem a pagar para eu estar em casa, não. (Sandra, 23 anos)

A imagem muito negativa que se tem do RSI e dos seus beneficiários não deixa de colocar, no entanto, alguns dos entrevistados numa situação paradoxal. Como se pretende ilustrar através do quadro seguinte, o sistema de sentido interiorizado pelos entrevistados face à sua auto-imagem estrutura-se claramente por oposição ao Outro, situação que poderá ser explicada pela crítica social que se generalizou a nível nacional, mas também em alguns países europeus, em torno de medidas de garantia de mínimos sociais²¹. Ou seja, o conjunto de atributos claramente positivos ou de identificação de uma causa que impede o acesso ao mercado de trabalho são referenciais que tendem a ser mobilizados para legitimarem a sua condição de mercedores desta medida por oposição a outros beneficiários que tendem a manter uma postura passiva para sair da sua dependência em relação ao sistema (não querem ou não procuram trabalho, não sabem aproveitar as oportunidades), não utilizam as prestações para fazer face às necessidades básicas ou não mantiveram uma carreira contributiva que os faça merecer os apoios auferidos.

No fundo, a crítica endereçada a outros beneficiários dos apoios vai assim ao encontro da hetero-imagem que conseguem identificar nos outros face a si como

²¹. Os resultados de um inquérito elaborado por uma entidade pública francesa (DREES – Direction de la Recherche, des études, de l'évaluation et des statistiques) apontam para que 44% dos beneficiários do RMI francês considerem que esta prestação é uma ajuda desvalorizante. Em ligação com este sentimento uma parte das pessoas interrogadas escolhem não falar do seu estatuto de beneficiário às pessoas que os rodeiam, nomeadamente aos seus amigos e vizinhos (Nauzet-Fichet: 2008: 279). O mesmo se verificou entre os beneficiários do RSI dos Açores que têm vergonha de revelar às suas redes sociais o seu estatuto de assistido (Castro et al., 2010).

reais ou potenciais beneficiários de medidas de protecção social que extravasam até o âmbito do RSI, como é o caso de André que pensa que o percebem como “gatuno” por ter de vir a aceitar, antecipadamente, uma pensão de velhice que se estima em 232€, após 43 anos de carreira contributiva à Segurança Social.

De referir, ainda, que os entrevistados beneficiários de RSI ingressaram pela primeira vez na medida em 2009, à excepção de Márcia que foi em 2011. Apesar das dissonâncias entre o apoio que tem sido disponibilizado e as necessidades sentidas, estes entrevistados fazem uma avaliação globalmente positiva da relação com os assistentes sociais.

Quadro 10: Desempregados – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
Procura trabalho/quer trabalhar	Não querem trabalhar	Enganam o sistema, recebem indevidamente, gatunos mesmo que recebam baixas pensões de velhice
Aproveita bem a ajuda, é poupada	Não sabem aproveitar as oportunidades que lhes dão, não sabem gerir o dinheiro, gastam dinheiro em dependências (cafés, tabaco, drogas)	
Discrição quanto à sua condição de beneficiário	Gabam-se do que recebem	
Merecedor(a) do apoio	Existem pessoas que recebem e não precisam, mas os idosos e pessoas com filhos que não podem trabalhar devem ser apoiadas	
Já descontou, já trabalhou – vida de trabalho	Não descontaram	
Não tem escolaridade suficiente para aceder ao mercado de trabalho	Existem pessoas com o 12º ano que não querem trabalhar	São só ciganos a receber, não querem trabalhar

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

A experiência de relacionamento com as instituições sociais da cidade de Lisboa revela, no entanto, um sentimento de discricionariiedade nos apoios que são concedidos que também não se circunscrevem apenas ao RSI. Assim, tanto ao nível da celeridade das respostas, como ao nível de abrangência dos seus destinatários em domínios como os apoios pecuniários, a habitação e a saúde são identificados aspectos críticos:

Eu conheço pessoas que ao fim de um ou dois meses já tinham o cartão de saúde e eu estou quase desde Janeiro à espera do cartão. Já falei disso, e por enquanto nunca... a doutora também de vez em quando esquece-se, pronto, também admito que a mulher tenha muita coisa para tratar. (Vasco, 50 anos)

Muitas injustiças: casais que passam a vida no café, recebem dois rendimentos, têm direito a uma bilha de gás se for preciso, mas eu já tenho 23 anos de descontos e não tenho direito a nada. Que justiça é esta? (Pedro, 47 anos)

Tudo o que chega de fora tudo tem casas. (Márcia, 55 anos)

A gente fala de uma etnia porque aquela gente da bicha da Segurança Social é o que se vê mais, os ciganos, aquilo fazem filhos, parece uma fábrica, é uns atrás dos outros. Chegam a ter um rendimento, costuma dizer-se, têm um rendimento alto, e eles têm o velho ditado, “onde come um comem dois ou três”, não é? Isso... depois vão para as feiras, são feirantes, por isso é que eles têm carros à porta das barracas, essa é que é essa, não é? Por isso é que eu digo que paga o justo pelo pecador, não é? Eu agora não posso admitir, eu que trabalhei uma vida inteira, estar a receber 109€, então o que é isto? (Vasco, 50 anos)

Como se constatou e apesar das imagens associadas ao RSI, quando a privação apertada e a estratégia activa institucional não consegue obter os resultados esperados, o seu reforço surge como a alternativa possível, nomeadamente através do recurso ao RSI. A racionalidade associada a esta estratégia não está isenta de algum conflito identitário, ou seja, a avaliação da eficácia do recurso a esta medida exige uma distinção identitária face à forma como se percebem outros beneficiários.

O recurso a apoios à saúde e à habitação parece ser aparentemente mais simples em termos das implicações identitárias, transparecendo das narrativas quase como um apoio incondicional, não isento de críticas, quer no acesso a consultas da especialidade, próteses ou medicação, quer na dificuldade de obter respostas favoráveis aos pedidos de apoio à habitação.

Contudo, encontra-se também uma face envergonhada no acesso a determinado tipo de apoios, nomeadamente quando as necessidades de alimentação não se conseguem satisfazer e se recorre a instituições, por vezes da área de residência, para solicitar alimentos.

Nunca pensei na minha vida ter de recorrer a um banco alimentar, nunca pensei, é uma coisa que me faz sentir mal. Eu cada vez que tenho de ir buscar, porque necessito, parece que me estão a espetar uma faca, sinto-me pessimamente, porque eu não penso em mais nada, eu penso é num trabalho. (Vasco, 50 anos)

O tempo no desemprego ou o acolhimento institucional tem sido para alguns uma oportunidade de acréscimo das suas qualificações escolares e/ou profissionais. Refira-se, não apenas o caso de Clara que tendo sido acolhida pela Ajuda de Mãe acabou por concluir o 9º ano com um curso profissionalizante de auxiliar educativa, ou os casos de Vasco, Sandra, Olegário, Paula que nos últimos anos, beneficiando da Iniciativa Novas Oportunidades reconhecem a maior facilidade no acréscimo de qualificações. Vasco e Clara referenciam, contudo, alguns

aspectos críticos associados às medidas de qualificação, concretamente: a falta de diversificação do leque de formações disponíveis gratuitas e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho adequadas às novas competências adquiridas.

Ao longo desta secção fomos nos apercebendo das principais potencialidades e aspectos críticos referenciados pelos entrevistados sobre o sistema de protecção social providenciado pelo Estado e pela Sociedade Civil Organizada, cujo Quadro seguinte pretende sistematizar, e que no fundo acabam por se reflectir no tipo de propostas que são avançadas.

Apesar de todos revelarem uma atitude propositiva, não deixa de ser curiosa a postura de André ao remeter para o funcionamento do sistema as competências de avaliação do modelo de protecção social:

[questionado sobre propostas] Não faço a mínima ideia porque eu não sou um jurista nem sou economista, eu penso que as pessoas que estão a ganhar os ordenados nas repartições públicas é que deviam estudar isto, é para isso que são pagas pelos respectivos impostos e têm de pensar, eu não tenho de pensar nisso, nem tenho nada contra os rendimentos mínimo, nem de coisa nenhuma nem de ninguém. Acho que até são poucos, é muito grave o que se está a fazer às pessoas que não têm nada, devia-se dar menos a quem tem muito e dar alguma coisa a quem não tem coisa nenhuma, mas a generosidade em Portugal, sabe, o pobre não é generoso, uma pessoa com fome nunca é generosa, e os portugueses têm muita fome e são pouco generosos, embora haja uma grande generosidade nesta classe, eu penso que a classe pobre no fundo até é generosa. (André, 61 anos)

Se a postura inicial de André é de se demarcar face à apresentação de recomendações, acaba por discorrer sobre o assunto, apelando a mecanismos que permitam uma distribuição mais equitativa da riqueza e uma real inserção dos beneficiários do RSI, nomeadamente por via da prestação de trabalho comunitário, aliás proposta também apresentada por Sandra, ambos residentes no Bairro das Salgadas.

Quadro 11: Desempregados – Percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE		
Saúde		– Insuficiência da cobertura face às necessidades (Sandra, Vasco, Paulo, Verónica)
Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência (Ulmira, Margarida, Olegário, Verónica)	– Insuficiência do valor dos apoios (Ulmira, Margarida, Pedro, Vasco, Márcia, Olegário, Paula, Verónica) – Redução da prestação do RSI (Paula, Verónica, Margarida) – Valor das pensões de velhice baixas face a carreira contributiva (André)
Habituação		– Parque habitacional público não responde às necessidades (Márcia, Clara, Sandra, Olegário, Paula, Verónica)
QUALIDADE		
Acompanhamento social	– Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais (Ulmira, Margarida, Vasco) – Rotatividade dos técnicos (Olegário) – Apoio emocional (Margarida, Verónica)	– Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários (Ulmira, Vasco, Margarida, Olegário, Paula, Clara) – Demasiada exposição pessoal/familiar-invasão da privacidade (Clara)
Saúde		– Demora na atribuição dos apoios solicitados (Ulmira, Margarida, Vasco, Pedro, Sandra, Clara)
ACESSIBILIDADE		
Habituação		– Prestações/rendas de casa elevadas face aos rendimentos dos agregados familiares (Ulmira, Margarida, Márcia) – Situações de atraso no pagamento de rendas ou mensalidades de crédito à habitação (Ulmira, Margarida) – Acesso restrito/discriminatório no acesso à habitação social (Márcia, Olegário, Paula, Clara, Sandra, Verónica)
Educação/ Formação profissional	– Maior facilidade no acréscimo de qualificações (Vasco, Clara, Sandra, Olegário, Paula)	– Falta de diversificação do leque de formações disponíveis gratuitas (Vasco) – Falta de oportunidades adequadas às novas competências adquiridas (Vasco, Clara)
Prestações sociais		– Atribuição do estatuto de beneficiário do abono de família a um membro do agregado familiar e não directamente aos pais (Verónica)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> – Promover maior fiscalização das necessidades reais dos beneficiários dos apoios sociais – Fomentar trabalho comunitário entre beneficiários de RSI – Promover acompanhamento social mais personalizado e compreensivo das necessidades/maior ajuda na resolução dos problemas – Investir na criação de postos de trabalho, canalizando verbas de apoios sociais – Criar mecanismos de apoio ao arrendamento no mercado privado – Facilitar o acesso a habitação social – Aumentar o valor de apoios pecuniários/pensões e/ ou articulação com outros apoios (ex. alimentares) – Estabelecer um tecto máximo no valor das prestações sociais atribuídas – Encontrar mecanismos para uma distribuição mais equitativa da riqueza 		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Quatro entrevistados apontam a necessidade de uma avaliação mais rigorosa dos candidatos a apoios sociais e de mecanismos mais eficazes de fiscalização que permitam detectar eventuais irregularidades na atribuição dos apoios.

As restantes propostas que foram apresentadas encontram-se mais directamente relacionadas com as necessidades sentidas pelos entrevistados e, assim, apelam ao seu reconhecimento para que possam ser supridas. Para o efeito, tornava-se importante que a lógica do acompanhamento social fosse desenvolvida no sentido de conseguir uma aproximação mais personalizada e compreensiva da real situação das pessoas e, conseqüentemente, tornar a resolução dos problemas mais eficaz. Como se constatou anteriormente o foco dos problemas dos entrevistados que integram este grupo reside, essencialmente, em três áreas chave: privação de rendimentos, habitação e trabalho/emprego. Assim, as suas recomendações acabam por se centrar nestes domínios, através do aumento do valor de apoios pecuniários e decorrente da identificação de situações fraudulentas no acesso a apoios sociais, poder-se-ia canalizar as verbas disponibilizadas para a criação de postos de trabalho. Ao nível da habitação, as propostas sugerem a criação de mecanismos de apoio ao arrendamento no mercado privado e de facilitação no acesso a habitação social.

3.4. A projecção do futuro: da apreciação das condições de vulnerabilidade às propostas de solução

Se a tendência global é o recurso ao sistema ou o benefício indirecto de alguns apoios sociais, como a coabitação com arrendatários de alojamento social existem, no entanto, especificidades que interessa aprofundar, pois quando se projecta o futuro emergem disposições diferenciadas de acção para ultrapassar as necessidades identificadas no presente.

Um dado que importa desde logo destacar é a percepção de que os apoios sociais se traduzem em suportes pecuniários ou em géneros e, neste sentido, a percepção de grande parte dos entrevistados sobre o tempo de permanência nos dispositivos apenas tem como referência este tipo de apoios, não contemplando, assim, as áreas da habitação e da saúde. Apesar desta última área não ter grande expressividade no contexto de vida destas pessoas, o mesmo não se passa em relação à habitação, parecendo o suporte institucional a este nível (já auferido ou perspectivado para breve) como um apoio para a vida que dificilmente se consegue contrariar e que apenas se coloca como meta no domínio do sonho. Assim, a autonomização em relação aos apoios auferidos é perspectivada até ao momento em que conseguirem ingressar no mercado de trabalho ou, num caso mais extremo como o de Margarida, enquanto lhe derem.

A Figura seguinte traduz a relação entre problemas sentidos e as estratégias a desenvolver a médio e a longo prazo, procurando, através dos discursos dos entrevistados, perceber em que pólos se colocam as necessidades sentidas (no sujeito ou no sistema) e em que esferas de acção assentam as oportunidades (pelo sujeito ou pelo sistema) para fazer face a estas necessidades. Esta abordagem permitirá, assim, perceber a dinâmica de desajustamento entre as capacidades e oportunidades dos entrevistados e dos colectivos sociais na resolução dos seus problemas. De facto, as necessidades e problemas sentidos não se colocam de forma homogénea para o conjunto de pessoas que foram auscultadas como estando numa situação de desemprego, identificando-se duas situações distintas.

Figura 6: Problemas e estratégias individuais ou societais: a visão dos desempregados para fazer face às vulnerabilidades

		Estratégia	
		Em si	No sistema
Problema	Em si		
	No sistema	<p>Auto-apreciação desresponsabilizante e activa individualizante</p> <p>Ulmira Vasco</p>	<p>Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante</p> <p>Margarida, Márcia, Clara, Sandra, Olegário, Paula, André, Verónica, Pedro</p>

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

3.5. Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante

Um primeiro grupo, o mais numeroso, tende a percepcionar a sua situação actual de vulnerabilidade decorrente da combinação de condições pessoais e condições exteriores a si, sendo apenas possível reverter a sua condição se tiverem o devido apoio do sistema e se conseguirem desencadear por si próprios as disposições de acção necessárias para tornarem a sua vida mais digna. Se como anteriormente se constatou a falta de oportunidades do mercado de trabalho é percepcionada por todos os entrevistados como um problema que atravessa a sociedade portuguesa, extravasando inclusive as fronteiras nacionais, a este conjunto de pessoas soma-se também as dificuldades de aceder a uma habitação a custos controlados. Assim, a resolução dos seus problemas actuais passaria, por um lado, pelo apoio do Estado que proporcionasse aumentar o número de postos de trabalho

disponíveis e de fogos de habitação social ou de apoios específicos ao arrendamento no mercado privado. Por outro lado, não dispensaria o desenvolvimento de estratégias pessoais, como a procura activa de trabalho e o investimento na qualificação escolar. Estamos assim perante uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante.

De salientar, no entanto, que a diversidade de pessoas que integram este grupo – idade, género, tipo de família, pertença étnica e percurso de exclusão/inclusão – conduz a perspectivas diversas face à avaliação dos resultados obtidos com as estratégias desencadeadas.

Para uns as estratégias de activação e resiliência são mais evidentes, onde a autonomização face aos serviços de assistência é uma realidade que se vislumbra com alguma facilidade (são os casos de Clara, Sandra, e André). Um conjunto de capacidades e recursos alimentam esta atitude: sentido de mobilidade social, capital escolar, confiança em si, capacidade de projecto, fase do ciclo de vida.

Para outros predominam sentimentos de alguma frustração, stress e dependência, mesmo que o auto reconhecimento das suas competências e capacidades tenha um cunho muito positivo. Estes sentimentos decorrem de situações muito diversas:

- do descrédito de vir a ter um apoio na renda da casa e do marido ingressar num tratamento de alcoolismo que lhe proporcionasse uma vida profissional mais estável, ainda que reconheça que é nova, justa e com força para trabalhar;
- da identificação de sentimentos de discriminação étnica no acesso ao mercado de trabalho, como são os casos de Paula e Olegário, embora não desistam de investir na escolaridade, de procurar uma actividade profissional e do último afirmar que aprende rápido e é bom vendedor;
- do reconhecimento de limitações pessoais no acesso ao mercado de trabalho (idade e pouca experiência profissional), tal como são identificadas por Márcia, embora se considere uma trabalhadora assídua, competente e em quem se pode confiar; ou de Pedro cujo endividamento e imagem pessoal surgem como problemas intrínsecos a si, que aliados às fracas oportunidades que o mercado de trabalho oferece o colocam numa situação de grande privação económica e cuja estratégia só poderá passar, numa primeira fase, pelo reforço dos apoios sociais e/ou paralelamente aceitar qualquer tipo de trabalho;
- da constatação da baixa escolaridade por parte de Verónica para encontrar trabalho, mas cujo percurso de qualificação escolar em que se encontra poderá ser um meio para facilitar no futuro o ingresso no mercado de trabalho, ainda que os seus referentes identitários estejam muito centrados

na esfera doméstica e os seus projectos futuros dependentes da capacidade do marido poder vir a auferir de um salário para sustentar a família. A sorte (receber o euromilhões) e os apoios sociais aparecem aqui como os factores que alimentam as suas expectativas e aspirações.

3.6. Auto-apreciação desresponsabilizante e activa individualizante

Um segundo grupo integra apenas os casos de Ulmira e de Vasco. Trata-se de pessoas que atribuem apenas ao funcionamento do mercado de trabalho a causa da sua situação actual, no entanto, revelam uma estratégia auto-mobilizadora para superar os seus problemas, seja pela insistência na procura activa de trabalho, seja no caso de Vasco pelo reforço das suas competências escolares e profissionais. Assim, este entrevistado refere que aquilo que mais precisava não era “emprego, é de trabalho, que são diferentes” e perante a impossibilidade de conseguir realizar esta sua expectativa, já fez o 12º ano e tem como projecto de vida frequentar cursos de formação, nomeadamente como segurança, empregado de mesa e inglês.

Embora em fases muito diferentes do ciclo de vida, têm em comum um conjunto de recursos pessoais que lhes permite alimentar a ideia de que os seus projectos se irão concretizar: sentido de mobilidade social, capital escolar, confiança em si, capacidade de projecto. Se Ulmira pode contar com o apoio dos amigos, Vasco, com um filho de 14 anos, encontra também aí a força para continuar a lutar, apesar de dizer que perante a conjuntura económica se sente “completamente ameaçado”.

4. Retratos de desempregados

ANDRÉ, 61 anos

Nasceu em 1950, Sabrosa, distrito de Vila Real. Em 1957 vem para Lisboa com os pais e 3 irmãos, estando dois ainda vivos, mas com os quais não mantém um contacto muito próximo. Filho de pais operários, aos 13 anos começa a trabalhar, na sequência do pai ter sido preso pela PIDE e de ter falecido quando André tinha 15 anos. Aos 19 anos junta-se com a mulher, residindo sempre com a mãe no Bairro do Chinês, até ser realojado no Bairro das Salgadas em 1982, onde ainda hoje vive, recordando com saudade o anterior local de residência. Encontra-se separado da mulher há 15 anos, da qual tem duas filhas, de 42 e 34 anos, ambas com um curso superior de arquitectura e veterinária, mas com as quais se encontra de relações cortadas.

Foi um autodidacta na profissão de restaurador/dourador, trabalhando por conta própria entre 1975 e Junho de 2008, data em que fechou a actividade. Reconhecendo as suas competências artísticas associadas a uma profissão afectada pelos processos de globalização, pensa que poderia ter mais oportunidades de trabalho se conseguisse promover e divulgar o seu trabalho através da internet.

Apesar de uma infância e juventude marcada pela privação económica, desde 1975 que trabalhou por conta própria, nunca tendo passado por dificuldades. Os bens que foi adquirindo (ouro, terreno...) têm-lhe permitido garantir a subsistência, uma vez que se recusa a pedir apoio social e fica indignado com a recente simulação feita pela Segurança Social do valor da reforma, após 43 anos de trabalho: 232€ e por não ter direito a subsídio de desemprego. Pensa vir a aceitar o valor da reforma antecipada, pois dará para pagar o arrendamento da loja que ainda mantém (127€).

Não tendo o capital económico refere não conseguir delinear projectos, no entanto, no domínio do imaginário até sairia do bairro para a Grécia, onde compraria uma vivenda para passar o resto dos seus dias “longe de tudo e de todos”.

PAULA, 21 anos

O percurso de vida e residencial de Paula, mulher cigana, tem sido marcado por momentos de grande privação económica, de precariedade e instabilidade habitacional. A erradicação das barracas onde viveu em São Domingos de Rana e no Vale da Amoreira com os pais e mais sete irmãos conduzem, em 2003, parte desta família à Ameixoeira para junto de familiares. Apesar da mãe ter tido acesso a uma casa, Paula e alguns dos seus irmãos vão ocupando casas vagas no bairro social, na esperança de um dia verem o seu pedido deferido.

Os problemas de saúde da mãe de Paula e a prisão do pai entre 2003 e 2009, agravam a já vulnerável situação desta família, sendo o recurso à mendicidade a alternativa que apenas se vislumbra até ao ano de 2009, altura em que sabe que poderia ter direito a RSI.

Paula reconhece que as suas fracas competências escolares a impedem de exercer uma profissão, no entanto, as situações de discriminação têm também contribuído para atrasar o seu ingresso no mercado de trabalho, bem como o do seu marido. Após ter manifestado interesse em voltar a estudar à técnica de acompanhamento social, ingressou no Programa Novas Oportunidades, mas o curso terminou sem ter concluído o 1º ciclo. Já o marido está a terminar o 9º ano e espera poder vir a ser segurança.

MARGARIDA, 41 anos

Natural da Madeira, casa-se aos 21 anos e reside com a sogra em Ribeira Grande, durante cerca de 10 anos. A vinda para Lisboa dá-se no início dos anos 2000 e pouco tempo depois, na sequência dos maus-tratos do marido, é institucionalizada com os três filhos numa casa para vítimas de violência doméstica, em Évora, onde permanece 10 meses. Acaba por arrendar uma casa nessa cidade, aí permanecendo 8 anos, mas ficando dois dos filhos à guarda de uma instituição e um com os padrinhos. Há três anos atrás regressa a Lisboa, concretamente à freguesia do Socorro, onde vive com o mesmo marido, numa casa sem as mínimas condições de habitabilidade e a pagar, quando consegue, 350€.

O atraso no pagamento do salário na última profissão que teve como empregada de limpeza, levou-a a sair antes do término do contrato e a não poder beneficiar do subsídio de desemprego, razão pela qual optou por requerer o RSI, encontrando-se a beneficiar deste apoio há 3 meses.

Ainda que reconheça que é nova, justa e com força para trabalhar, manifesta alguma resignação face ao futuro, fruto do descrédito de vir a ter um apoio na renda da casa e do marido ingressar num tratamento de alcoolismo que lhe proporcionasse uma vida profissional mais estável. No entanto, aquilo que Margarida mais desejava era ver o seu marido curado do problema de alcoolismo e ter uma “bela casa” que no fundo se resume a uma habitação com o mínimo de condições de conforto que lhe permitisse acolher os seus filhos, tendo garantido os rendimentos suficientes para a gestão do quotidiano.

ULMIRA, 34 anos

Natural de Leiria, vem para Lisboa com os pais aos 18 anos, onde apenas fica um ano, pois resolve seguir o pai no seu percurso migratório para o Brasil. Regressa com 21 anos a Lisboa, para tirar o curso de design gráfico, trabalhando em restaurantes, no *BackOffice* de empresas de telecomunicações como *freelancer* em design gráfico.

Há 10 anos compra uma casa em Alfama, mas o problema de enxaqueca que a diz afectar desde os 12 anos levaram-na frequentemente a pôr baixa, acabando o seu contrato, em 2010, por não ser renovado. Actualmente, e após revisão do tempo de crédito, tem um encargo mensal de 250€ com a habitação que tem dificuldade de cumprir, desde que se encontra desempregada.

Apesar da sua procura activa de trabalho, Ulmira não tem conseguido encontrar qualquer ocupação profissional que lhe permita garantir níveis mínimos de subsistência, sujeitando-se, assim, a um subsídio eventual da SCML, no valor de 100€ e colocando a hipótese de recorrer ao RSI.

O seu desejo era arrendar a sua casa e ir para a Costa Alentejana, podendo através de teletrabalho ir desenvolvendo a sua actividade profissional.

B₂ Cuidadoras informais

1. Contextos de vida

As onze mulheres que integram este sub-perfil têm em comum o facto de terem a seu cargo o cuidado de filhos menores ou de serem elas o garante dos cuidados a familiares que apresentam um quadro clínico que os coloca numa situação de dependência. Este centramento das suas vidas na esfera doméstica encontra um paralelismo quando se analisa a sua inserção profissional: todas estas mulheres, com idades compreendidas entre os 31 e os 63 anos, tiveram uma actividade profissional como empregadas de limpeza, ajudantes de cozinha, costureiras ou de auxiliares de apoio directo ou fazem ainda, ocasionalmente, alguns trabalhos de limpeza. Em fases diferentes das suas vidas, abandonar a profissão ou reduzir o horário de trabalho tornou-se um imperativo para prestar cuidados a familiares: progenitores, sogros, cônjuges, filhos ou sobrinhos.

A vulnerabilidade decorrente do afastamento involuntário do mercado de trabalho, sem qualquer tipo de protecção social em caso de desemprego é apenas uma das faces da privação económica e social sentida nas suas famílias, a que se vem somar, de forma diferenciada, a dimensão mais contextual que limitou e continua a condicionar as opções de vida destas pessoas, definindo assim em grande parte aquilo que são e o que poderão vir a ser.

Encontra-se um grupo mais restrito de entrevistadas cujo afastamento do mercado de trabalho para além de decorrer da escassez de oportunidades nesta esfera, depara-se com a falta de respostas para colocação dos filhos com menos de três anos em creches ou com a dificuldade de conciliar uma eventual inserção no mercado de trabalho com os horários dos estabelecimentos de ensino, que no caso destas mulheres as maiores oportunidades centram-se no sector dos

serviços de limpeza prestados a empresas. Encontram-se nesta situação os casos de Carolina, Catarina, Amélia e Anabela.

As restantes sete entrevistadas são cuidadoras informais quer de familiares idosos (Marisa, Filipa, Rosário), quer de filhos com um grau de incapacidade que os impede de conseguir gerir o seu quotidiano de forma autónoma (Celina, Maria Engrácia, Liliana, Graça) ou ainda de outros familiares, como é o caso de Marisa que tanto presta apoio à mãe como à sobrinha que coabita com esta.

O quadro seguinte vem revelar que à aparente distinção destes grupos em termos do tipo de cuidadoras em presença neste perfil se vem somar uma homogeneidade em termos da duração dos percursos de pobreza e exclusão, maioritariamente marcados pela sua inter-geracionalidade e onde os incidentes críticos, desde que se autonomizaram do seu agregado familiar de origem, ocorreram há mais de cinco anos.

Quadro 12: Cuidadoras informais – Percepção da situação de pobreza/exclusão e duração dos incidentes críticos

Tipo de pobreza	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Pobreza persistente		Maria Engrácia Liliana Anabela Rosário Graça Marisa
Pobreza oscilante	Catarina	Amélia
Pobreza episódica ou accidental	Carolina	Celina Filipa

A cinza as situações de pobreza e/ou exclusão social inter-geracional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Vejamos, primeiro, quem se distancia desta tendência dominante. Por um lado, encontramos os casos de Catarina e Carolina que embora revelem um passado marcado por situações de pobreza e exclusão social, com a autonomização do agregado familiar e com maior ou menor estabilidade foram conseguindo contrariar o quadro excludente da infância e juventude. Por outro lado, a vulnerabilidade sentida tanto por Celina como Filipa ocorreu apenas num período mais recente das suas vidas, num momento em que se tornou inevitável a prestação de cuidados a familiares dependentes (filho paraplégico e sogros idosos, respectivamente).

1.2. A (não)reversibilidade das situações de exclusão social e a escassez de recursos de apoio à família

Catarina e Carolina, com 35 e 41 anos respectivamente, residentes em duas zonas distintas da cidade de Lisboa (Alfama e Ameixoeira) defrontam-se com o mesmo tipo de problemas: são duas mulheres, com 3 e 4 filhos, recentemente afastadas do mercado de trabalho, bem como os seus maridos e com dificuldade de colocarem os filhos de 1 ano em creche.

O contexto familiar de origem também apresenta traços comuns: o alcoolismo dos respectivos pais, a violência doméstica a fazer parte do seu quotidiano e a privação económica avolumava-se pela dimensão elevada do agregado familiar. O abandono precoce do sistema de ensino e o ingresso na vida activa aos 13 anos foi a solução encontrada por Catarina, deixando por completar o 9º ano de escolaridade. No entanto, há cerca de 4 anos completou o 9º ano e aspira poder continuar este percurso.

Já Carolina associa o falecimento do pai, quando tinha 16 anos, ao empenho da mãe em sustentar a família que se traduzia no seu afastamento face às vivências dos sete filhos. Assim, apesar de ter permanecido na escola até aos 18 anos, não concluiu o 6º ano, altura em que engravidou e ficou a viver com o actual marido em casa da mãe.

O que mais distingue estas duas mulheres reside no grau de estabilidade profissional que foram conseguindo manter ao longo da vida e a forma como hoje projectam o seu futuro com mais ou menos realismo.

Catarina trabalhou sempre em restauração, como empregada de mesa ou em limpezas e na maioria das vezes sem contrato de trabalho e sem pagamento de contribuições para a Segurança Social. Há cerca de 2 anos foi despedida por estar grávida, depois de 8 anos a trabalhar na mesma casa, sem qualquer vínculo contratual. As situações de vulnerabilidade económica tendem a ser cíclicas, manifestadas pelos períodos de desemprego e pela intermitência no recurso aos apoios. Refere que raramente esteve desempregada, pois a sua procura activa de trabalhos mesmo com um carácter esporádico permitiam-lhe manter um nível de vida razoável, proporcionando aos filhos aquilo que considerava importante para eles ou satisfazendo-lhes os seus desejos:

Procurava tudo. Tudo, tive alturas em que a minha irmã Paula, mais velha, tomava conta dos meninos, eu pagava-lhe, tive muito boas oportunidades de emprego, na altura já tinha os dois, também, e saía de um trabalho, e ia para outro, e saía do outro e ia fazer o curso, o nono ano, e vinha, e ia para a noite, ia trabalhar. A minha vida já esteve muito bem. Sou danada para trabalhar. Agora a sério mesmo. Eu sou danada para trabalhar. É para trabalhar, é para trabalhar. E se tenho algum objectivo em mente, eu faço. (Catarina, 35 anos)

Hoje, tendo o filho mais novo 1 ano a sua luta é outra. O campo de batalha mudou para o atendimento social da SCML, onde não consegue encontrar o lugar desejado para a criança numa creche da instituição. Se a técnica insiste que Catarina tem de ir trabalhar, esta sustenta que esse é o seu maior desejo, mas que não o pode fazer na companhia do filho e que a proposta de o colocar numa creche “semi-particular” não lhe parece justa face ao seu nível de rendimentos. A esta batalha acresce a dificuldade de encontrar um trabalho com horários compatíveis com o dos estabelecimentos de ensino.

Carolina foi empregada doméstica, durante 20 anos, numa casa particular, onde trabalhava das 10h às 15h, por 600€. A estabilidade profissional ao longo deste período não se traduziu, no entanto, numa carreira contributiva que lhe permitisse assegurar a devida protecção no desemprego, quando, em 2010, a patroa deixou de ter capacidade financeira para lhe pagar. Apesar desta situação, ao longo da sua inserção profissional a patroa assegurava a protecção em caso de doença: não lhe descontava dias de ausência por motivos de doença, sua ou dos filhos e compensava situações de não trabalho do marido:

Estava em casa de uma senhora, só que essa senhora ficou sem o dinheiro dela no Banco Privado Português. Tudo o que ela tinha ficou lá e ela hoje, coitada, se calhar está como eu. Não está como eu porque ela tem uma boa reforma. Ela ajudava-me imenso quando o meu marido tinha alguma dificuldade no trabalho, ela tentava sempre que nós não notássemos a diferença do ordenado dele. (Carolina, 41 anos)

Gostava de voltar a trabalhar, mas também não quer ser “explorada”, recusando propostas de emprego para empregada doméstica, cujas condições não lhe parecem minimamente razoáveis: 250€/mês, trabalhando 5 horas/dia e sem contribuições para a Segurança Social.

Apesar da mãe, com 80 anos, viver no mesmo prédio, já não tem capacidade para ficar com o filho e a dificuldade de encontrar uma creche aliada à conjuntura económica de redução de postos de trabalho no sector das limpezas coloca Carolina com bastantes dificuldades de gerir o seu quotidiano.

Os casos de Carolina e Catarina, mas também os de Anabela e Amélia, revelam claramente a importância que assumiria nas suas vidas a possibilidade de poderem vir a ter um trabalho fixo, desde que ficassem garantidos os cuidados aos filhos por via da sua inserção em creches ou em equipamento de actividades de tempos livres. Emergem, no entanto, algumas especificidades nas vidas destas duas mulheres que importa aprofundar.

Anabela, hoje com 44 anos, e desde sempre habitante em Alfama, tem uma infância conturbada. Os pais trabalhavam ambos nas Oficinas Gerais e garantiam o sustento da família, mas o pai morre quando tinha 7 anos e a mãe “nutria poucos sentimentos pelos filhos”. Embora Anabela evite falar do perfil da mãe

percebe-se que era alcoólica e eventualmente prostituta, tendo sofrido uma tentativa de violação por um dos homens que frequentava a casa. A mãe terá colocado Anabela em regime externo na Casa Pia, mas perante as faltas que dava na escola acabou por ser expulsa. Fez o 4º ano e apesar de ter continuado a estudar e de gostar da escola, aos 13 anos engravida e junta-se com o actual companheiro, com 20 anos na altura, na casa da mãe deste com apenas 14 m² e sem as mínimas condições de habitabilidade, de onde só viriam a sair em 1993, já com quatro filhos. O afastamento do mercado de trabalho por parte de Anabela anda associado ao nascimento sucessivo de filhos, mas também aos ciúmes do marido e mais recentemente a situações discriminatórias no acesso ao mercado de trabalho.

Aquilo que tinha sonhado em toda a minha vida [ser uma boa mãe], em toda a minha infância não se concretizou, estava triste, estava desolada. É assim, eu muitas vezes estava grávida, quase sempre grávida, eu vejo-me sempre grávida nesta altura, ia levar a roupa no tal alguidar que a gente tomava banho e adormecer por cima da roupa, portanto, às três da manhã acordar, não é? Acordar assim, abrir o olho, ter assim uma mão marcada, uma chapada que ele dá, qualquer coisa, lá continuava, caía para lá, com as pernas abertas, alguidar no chão e eu a lavar, coisas assim, não tem explicação, não é? Não queria saber dos miúdos, estava mesmo desolada com tudo e eles coitadinhos passaram por isso, é normal. (Anabela, 44 anos)

Nunca me deixou sair à rua, portanto, eu nunca saía à rua nessa altura, só sai à rua com ele e de cara baixa, não podia ir à rua... quer dizer, eu saí de uma liberdade extrema para uma prisão extrema. (Anabela, 44 anos)

Eu não tinha dentes já nessa altura, também era forte, e disseram que tinha de ter apresentação para se trabalhar num serviço ali, no Centro Comercial do Chiado. Fiquei de rastos, psicologicamente afectou-me de uma maneira estrondosa. (Anabela, 44 anos)

Perante uma infância conturbada e interrompida; um marido violento a quem foi diagnosticada a doença bipolar; vivências residenciais sem o mínimo de conforto; um encargo mensal com prestações associadas ao pagamento de dívidas cujos rendimentos auferidos não permitem cobrir, a pressão sobre Anabela tem sido uma constante ao longo da sua vida, ao ponto de ter tentado o suicídio em Maio de 2011. Na sua narrativa fica muito claro como as curtas experiências profissionais que teve eram terapêuticas, nomeadamente quando cuidou de um casal de idosos, entre 2006 e 2007:

Enquanto ela estava na cama e eu a fazer a sopa, o senhor começava a contar a vida dele, interessava-me, eram histórias tão engraçadas, tão interessantes que muitas vezes vivia aquilo, era um casal que se amava loucamente, com oitenta anos cada um, e eu achava mas como é possível, não é? Era tão revigorante a gente chegar ali a casa e sentir aquele amor, amor louco naquela casa, uma paz, eu vivia aquilo, então eu saía de lá tão revigorada, tão cheia de vida porque era uma coisa tão bonita de se ver e sentia que tinha ajudado para que eles naquele dia tivessem um dia mais digno de viverem, e isso

para mim era tudo, eu já não me importava do dinheiro, claro, depois chegava a casa via tudo negro, mas pronto, aquele bocadinho ali era bastante para eu me sentir já bem.
(Anabela, 44 anos)

O nascimento da última filha, actualmente com 7 anos, parece ser o consolo que resta a esta mulher, uma vez que lhe permite sentir ainda o exercício do seu papel de mãe e receber uma manifestação de carinho que alimenta uma auto-estima fragilizada, mas uma disposição perante a vida determinada, muito racional e com capacidade de projecto que passa pelo aumento do nível de escolaridade e arranjar os dentes, para poder vir a ser ajudante sócio-familiar.

Amélia, santomense nascida em Angola, chega a Portugal, em 1980, com 10 anos, vinda de São Tomé. A mãe, então divorciada, resolve emigrar com os filhos, para Lisboa, em busca de melhores condições de vida e por querer que os filhos estudassem em Portugal. Segundo nos relata, a mãe era auxiliar de enfermagem e tinham uma boa casa em Angola. No entanto, no novo país compram uma barraca na Portela de Sacavém, mas a inadaptação a esta nova realidade conduz esta família à Costa do Castelo, concretamente à freguesia do Socorro, onde reside hoje Amélia com três filhos e o marido, após a mãe ter saído para ir viver com o companheiro. Amélia requereu pela primeira vez o RSI, em 2005, quando ficou grávida do segundo filho e já não vivia com o então companheiro.

Depois de se ter voltado a casar, deixou de receber o RSI, devido aos rendimentos auferidos pelo trabalho do marido (700€). Apesar de metade do salário ser canalizado para a renda de casa, Amélia diz que preferiu casar-se a manter de forma encoberta a sua situação de mãe solteira.

O seu percurso profissional inicia-se aos 18 anos na sequência de ter engravidado e da mãe a ter incentivado a deixar de estudar, com o 8º ano não concluído, dada a necessidade de sustentar a criança que estava para nascer. Ao longo do seu percurso profissional foi realizando diferentes tipos de trabalhos: ajudante de cabeleireiro, restauração, empregada de limpeza, lar de idosos. Pelos vários depoimentos de Amélia depreende-se a sua forte vontade para ingressar no mercado de trabalho, no entanto, depara-se com a escassez de oportunidade nesta área e com a debilidade de estruturas de apoio à família que lhe permitissem aliviar as responsabilidades do papel de mãe. Hoje, com um curso de cozinheira de 2ª (concluído em 2008), o 12º ano (concluído em 2011) e três filhos com 1, 6 e 13 anos, não consegue integrar o mais novo numa creche, embora este esteja inscrito desde o primeiro mês de idade, e os horários escolares dos outros dois filhos colocam-lhe entraves face à escassa oferta de postos de trabalho compatíveis com a sua disponibilidade horária.

Se Anabela é a única que coloca em si alguns dos problemas que contribuem para a sua situação actual (imagem pessoal e endividamento), todas são unânimes

quando evidenciam que a falta de oportunidades de trabalho e/ou de vagas em creche e com horários compatíveis com o período laboral são constrangimentos que decorrem do funcionamento do sistema, logo exteriores à sua vontade e controlo. Residindo em zonas distintas da cidade e apresentando o mesmo tipo de falta de recursos de apoio à família leva-nos a questionar se o problema residirá em termos da quantidade das respostas existentes ou na sua efectiva acessibilidade a este tipo de equipamentos e, se assim for, que tipo de factores estão a bloquear a integração das crianças nas creches da área de residência.

1.3. As cuidadoras informais a idosos ou a filhos portadores de deficiência: um percurso tendencialmente longo e intenso

As restantes sete mulheres que integram este perfil apresentam um historial, tendencialmente longo e intenso, de cuidados prestados a familiares. Apenas Celina e Filipa não parecem cumprir o destino de pobreza que tende a marcar as vidas das restantes entrevistadas. Embora todas estejam estabilizadas na precariedade, a maioria destas entrevistadas tem preconizado um ciclo de reprodução da pobreza persistente e manifesta não ter forma de contrariar a falta de recursos, acabando por revelar uma ausência de visão de futuro e de descrença nas capacidades de mudança.

Celina e Filipa distanciam-se deste padrão por terem experienciado situações de maior vulnerabilidade apenas numa fase mais recente das suas vidas. Celina, com 48 anos, vem da Guiné para Portugal, há 9 anos, na sequência do seu filho ter sido vítima de um acidente e Filipa, com 55 anos, desde 1998 que presta cuidados aos sogros. Aquilo que as une é apenas serem cuidadoras informais e de terem passado por situações de maior privação económica num período recente das suas vidas. Se Celina, requereu o RSI, por sugestão do médico que acompanhava o filho, pouco tempo depois de ter chegado a Portugal e de beneficiar de habitação social na Ameixoeira, cuja renda é comparticipada pela Fundação Gil, já Filipa, sempre foi conseguindo encontrar trabalho para fazer face às necessidades do agregado familiar, embora ao longo destes últimos anos tenha tido as suas possibilidades limitadas de acesso ao mercado de trabalho. Reporta a sua maior vulnerabilidade económica ao início de 2010, quando sentiu necessidade de pedir apoio alimentar, associando esta situação ao facto de se ter registado uma maior fiscalização à venda de produtos alimentares feitos em casa para restaurantes, deixando de ter forma de colocar os produtos por si confeccionados nos estabelecimentos comerciais. A residir actualmente numa casa arrendada pela sogra, com o marido e o filho de 23 anos, o facto de não ter apresentado declarações de IRS, nem despesas fixas em seu nome coloca a sua família na impossibilidade de aceder ao sistema de protecção social, sendo assim os únicos rendimentos deste agregado a reforma de 600€ da sogra.

O percurso residencial e migratório de Filipa é de alguma forma atribulado, bem como a diversidade de inserções profissionais que teve, deixando transparecer o perfil de uma pessoa tendencialmente insatisfeita com a sua situação presente. Natural de Vila Nova de Famalicão (1956), os pais emigram para França no pós-25 Abril. Fica com a irmã em casas de avós e à responsabilidade de uma tia, mas após terminar 12º ano não consegue trabalho.

Admite que as dificuldades de encontrar trabalho neste período foram traumatizantes, resultando num “esgotamento” e conseqüente tratamento psiquiátrico. A alternativa foi a emigração para junto dos pais, onde permaneceu dois anos. Regressa a Portugal e a Chaves, em Junho de 1978, para se encontrar com o companheiro (actual marido), onde fica seis meses para voltar novamente a França na sua companhia. Entre 1978 e 1992 há uma alternância residencial entre Portugal e França, e o exercício das mais variadas profissões: porteira, cuidadora, inspectora de um banco, empregada de mesa, secretária... O filho nasce em 1988 e em 1992 dá-se o regresso definitivo a Portugal, a Lisboa, para que este ingresse no sistema de ensino. Em 1998 vão para Famalicão, acompanhados dos sogros. O sogro morre e a sogra torna-se cada vez mais dependente por motivos de saúde, exigindo muito de Filipa e não lhe dando nem disponibilidade mental para exercer certas profissões, nem tempo para poder aceitar qualquer profissão.

Quando vim lá de cima do norte, lembrei-me de ir tirar um curso de estética, manicura e pedicura, e fui. Mas depois, entretanto não dava, trabalhava também na Santa Casa da Misericórdia como ajudante familiar, mas trabalhava à noite; de dia estava no curso, de dia tinha a minha sogra, andava assim, até que um dia metemos a minha sogra num lar, durante 3 ou 4 meses, mas se ela tivesse lá ficado mais um mês ou dois morria tísica, que ela estava muito, muito em baixo. Tirámo-la de lá. Para casa outra vez. Claro, ela não podia estar sozinha, estava já em cadeira de rodas. E depois, eu para arranjar trabalho de esteticista era muito complicado. Uma pessoa tem de estar com a cabeça tranquila. Eu nunca estava tranquila. (Filipa, 55 anos)

O depoimento de Filipa, mas também das outras entrevistadas que prestam cuidados a pessoas que se encontram incapacitadas é da aceitação deste papel como algo inevitável, mas onde igualmente emergem valores de solidariedade e de prestabilidade que se impõem face aos efeitos negativos que se verificam com os curtos períodos de institucionalização de familiares:

Eu andei com o meu pai nos médicos até que lhe foi diagnosticada a doença de Alzheimer e eu entendi que a melhor forma que eu tinha de lhe retribuir o amor que ele me tinha dado era ficar em casa a cuidar dele, mesmo sabendo que isso ia prejudicar-me bastante porque o meu marido ganhava muito mal. (Rosário, 56 anos)

Eu, se não tirasse o meu menino de lá, ele morria ali, morria, porque ele já estava cheio de feridas. Era raro o dia que não estava no hospital. Passados 3/4 dias, tinha alta e voltava ao hospital. (Liliana, 57 anos)

Para as restantes entrevistadas que integram este perfil – Liliana, Rosário, Graça e Marisa – às situações de pobreza e/ou exclusão social vivenciadas na infância e juventude vem aliar-se, em diferentes momentos das suas vidas, a necessidade de prestar cuidados a familiares, agravando a sua condição económica e emocional. O afastamento progressivo ou radical do mercado de trabalho, a inexistência de rendimentos do trabalho por parte de outros membros da família ou a sua não colaboração nas despesas do agregado familiar tornam difícil a gestão da vida quotidiana face aos encargos elevados com a saúde.

Os relatos das vivências de situações de pobreza e exclusão social no início dos percursos de vida, aliados ao abandono precoce do sistema de ensino e ao exercício de profissões desqualificadas e sem qualquer vínculo laboral são, assim, alguns dos elementos que marcam as suas trajetórias de vida:

Gostava [de ter continuado a estudar], mas não havia oportunidade, porque tinha que ajudar a minha mãe, porque andava no peixe com as canastras na Ribeira. A gente tinha que ir ter com ela para ir buscar pão, para a gente comer, se houvesse trazíamos, senão, quando ela viesse da Ribeira, era a hora a que comíamos, 4/5 horas. Juntava-se o almoço com o jantar. Pois, era assim que a gente vivia, era assim que a gente fazia. A minha mãe, com uma camisa do meu pai, fazia uma saia e uma camisa para a gente, lá íamos todas contentes. Mas a minha infância também não foi bonita, não foi boa. Os meus filhos foram todos criados com açorda – veja bem – e leite de noite. De manhã, era uma carcaça, fazia uma açorda e assim ficavam o dia inteiro. (Liliana, 57 anos)

Tinha 12 anos, nunca chumbei. Considerava-me uma boa aluna. Só que eu apercebia-me das discussões dos meus pais, porque não havia dinheiro e eu não precisei que eles me mandassem trabalhar. Eu disse à minha mãe que não queria estudar mais, que ia procurar trabalho. (Rosário, 56 anos)

Tenho 62 anos mas vivi muitas dificuldades e estou habituada sempre a viver dificuldades, que a minha vida desde que eu nasci até agora nunca melhorou. Desde a idade de 15 anos nunca soube o que é uma mocidade, o que é que foi passar, nada. (Graça, 62 anos)

O depoimento de Graça é apenas uma das faces dos problemas que têm sentido ao longo do seu percurso de vida. Na adolescência das suas duas filhas foi-lhes diagnosticada uma doença rara, possivelmente provocada por os pais terem o mesmo grupo sanguíneo. Uma das filhas faleceu recentemente, após ter estado 25 anos acamada, continuando Graça a prestar cuidados à outra filha que se encontra numa situação semelhante há 30 anos. Hoje, com 62 anos, recebe a pensão social de invalidez da filha, a pensão de viuvez e um “suplemento”, que não especifica, para cuidar da filha, totalizando 360€. O apoio económico do filho consubstanciando-se no pagamento da prestação da compra de casa em Marvila torna, assim, a vida quotidiana de Graça financeiramente difícil de gerir. É neste sentido que refere a importância que poderia assumir passar a receber a pensão de velhice.

Apenas Maria Engrácia, a mulher mais velha que integra este perfil, é a que exerce ainda uma profissão apesar de se consubstanciar em três horas diárias, trabalhando há 37 anos na mesma empresa de limpezas com um vínculo contratual. A redução do seu horário de trabalho foi sendo progressiva em função das exigências de cuidados à filha que desde a nascença tem um quadro de paralisia cerebral e da autonomização do agregado da filha mais velha que a apoiava. As três horas que hoje, ainda, consegue prestar é porque aproveita o tempo que a filha está a dormir.

O sector das limpezas afigurou-se para estas mulheres, com baixas escolaridades (nenhuma tem mais do que o 6º ano), como a oportunidade possível de auferir algum rendimento e contribuir assim para a satisfação de necessidades do agregado familiar. A excepção vai para Rosário que entre os 12 e os 45 anos trabalhou como costureira em várias camisarias da cidade de Lisboa e à semelhança de Maria Engrácia com contrato de trabalho. Reconhece que quando aceitou começar a trabalhar e com a escolaridade que tinha na altura (o 6º ano) poderia ter tido outro percurso profissional, mas o facto de ter uma amiga a trabalhar neste ramo afigurou-se como uma oportunidade mais facilitada.

Deixou de trabalhar há 11 anos, pois há 18 anos que tem familiares doentes a seu cargo: primeiro o sogro, depois a sogra com esquizofrenia, de seguida o pai com Alzheimer e que faleceu há cerca de 9 anos e, por fim, a mãe, também com Alzheimer, que faleceu o ano passado e mais recentemente o marido por ter sido vítima de um acidente vascular cerebral. Rosário conseguiu conciliar os cuidados prestados aos sogros com o trabalho, dado o apoio que tinha da mãe, mas com os pais já não foi possível. Diz com certo orgulho que, ao contrário do que se vê na televisão, ela nunca pôs um familiar num lar, no entanto, também reconhece o desgaste físico e emocional que esta prestação acarreta:

Eu há 18 anos que trato de doentes. Tratei do meu sogro, nunca meti ninguém num lar, ao contrário do que às vezes vão para a televisão dizer, que as pessoas abandonam os idosos nos hospitais ou que os metem nos lares, nunca fiz isso. Cuidei do meu sogro que é um doente que não deu assim muito trabalho, por acaso. Depois faleceu o meu sogro (isto tem sido por etapas) e começou a minha sogra, mas a minha sogra era uma doente esquizofrénica, com a morte do meu sogro ela ficou muito pior. Foi 6 anos que eu trabalhava e ao mesmo tempo cuidava dela. Ao fim de 6 anos eu estava já completamente de rastos. Até que ela faleceu e depois começou o meu pai, o meu pai já estava reformado mas começou a adoecer, a fazer coisas muito estranhas. (Rosário, 56 anos)

Ao longo da exposição biográfica destas sete mulheres constata-se, e tal como fica expresso no quadro seguinte, a existência de uma história longa e intensa de cuidados prestados a familiares está, quase sempre, associada ao tempo que se encontram no desemprego. A duração da prestação destes cuidados varia entre

4 e 38 anos e é de uma grande intensidade em termos de carga horária diária, já que a incapacidade funcional dos seus familiares é bastante elevada.

Quadro 13: Duração e intensidade da prestação de cuidados por tipo de dependentes

Entrevistada	Idade	Tempo no desemprego (anos)	Grau de parentesco do dependente	Idade(s) do(s) dependente(s)	Duração da prestação de cuidados (anos)	Intensidade da prestação de cuidados
Marisa	40	+ 10	Mãe / Sobrinha	80 / 24	4	Diário
Celina	48	9	Filho	23	9	Diário
Rosário*	56	12	Marido	52	18	Diário
Filipa*	56	13	Sogra	92	13	Diário
Liliana	57	3	Filho	19	19	Diário
Graça*	62	30	Filha	43	30	Diário
M ^a Engrácia	63		Filha	38	38	Diário

* Mulheres com um passado de cuidadoras

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Já não sendo na sua maioria jovens, estas cuidadoras encontram-se igualmente vulneráveis do ponto de vista físico e mental. O desalento e o cansaço parecem ser mais evidentes entre as cuidadoras mais velhas ou entre aquelas que apresentam também alguma vulnerabilidade do seu estado de saúde, pois sentem dificuldades no desempenho de algumas tarefas. No plano psicológico e emocional emerge aquilo que se tem designado de “sobrecarga ou stress do cuidador” (Braithwaite et al., 1992; Kaplan, et al., 2000, citados por Romão e Pereira, 2008: 42), registando-se situações que parecem estar a afectar o bem-estar destas cuidadoras, o que eventualmente se poderá reflectir no apoio prestado, ainda que nos seus discursos não fique patente a redução de qualidade do mesmo. O caso de Rosário, que ao longo dos últimos 18 anos prestou apoio incondicional e diário a vários familiares, é um caso paradigmático de como o cuidado informal de terceiros tende a funcionar como uma armadilha, pois quanto mais se investe na esfera doméstica, mais se fica condicionada por essa obrigação e menos se vislumbram hipóteses de saída, sobretudo, quando os territórios tendem a ser desprovidos de repostas institucionais que vão ao encontro das necessidades sentidas.

Na sequência do seu afastamento do mercado de trabalho e das dificuldades económicas sentidas junta-se um problema de endividamento que vem ainda agravar mais a sua fragilidade emocional e psicológica.

Maria Engrácia, actualmente com 63 anos, espera que a filha seja internada numa Unidade de Apoio Integrado²², porque nem ela nem o marido têm capacidade física para tratar dela. De resto já não a conseguem pôr na cadeira de rodas, pelo esforço físico que isso lhes exige. Há uns anos propuseram-lhes internar a filha, mas, na altura, Maria Engrácia recusou. Agora, que já não se sente com força física e psicológica para muito mais, a institucionalização parece ser a solução inevitável mesmo sabendo o que a sua filha possa sofrer:

Naquela altura eu disse assim para as minhas filhas: “Sabem, eu vou mas é tratar para ver se consigo internar a miúda”. E ela ouviu naquela altura, que ela ouve sempre tudo. Ela, naquela altura, adoeceu mesmo. Ela adoeceu mesmo. E eu disse assim. “Ai, ela está muito habituada connosco.” E depois, não sei, não sei. Sei que naquela altura eu disse que a ia internar e ela adoeceu-me mesmo. (Maria Engrácia, 63 anos)

Também Liliana gostaria de ter uma Unidade de Apoio Integrado onde pudesse ficar próxima do filho. O apego ao filho e a sua responsabilidade enquanto cuidadora fica bem patente quando emocionada refere:

É a minha vida que está ali. Se o meu menino me faltar, eu vou atrás. (Liliana, 57 anos)

O papel de cuidadora informal acaba por se repercutir numa sensação de aprisionamento e de sofrimento que impedem estas mulheres de projectar a sua vida a mais longo prazo: “Para mim o futuro não existe” é uma expressão paradigmática, dita por Rosário, que espelha a sua incapacidade de projecto. De facto, a gravidade dos problemas de saúde de alguns dos elementos que integram estas famílias constitui um *handicap* muitas vezes inultrapassável, onde as incertezas e dificuldades se atropelam num processo de reconstrução identitária predominantemente negativo. Encontra-se, assim, uma forte incidência de pessoas deprimidas, com tendências suicidas e pouca esperança no futuro, em que a existência de algumas estruturas de apoio a nível local poderia fazer aliviar a angústia sentida.

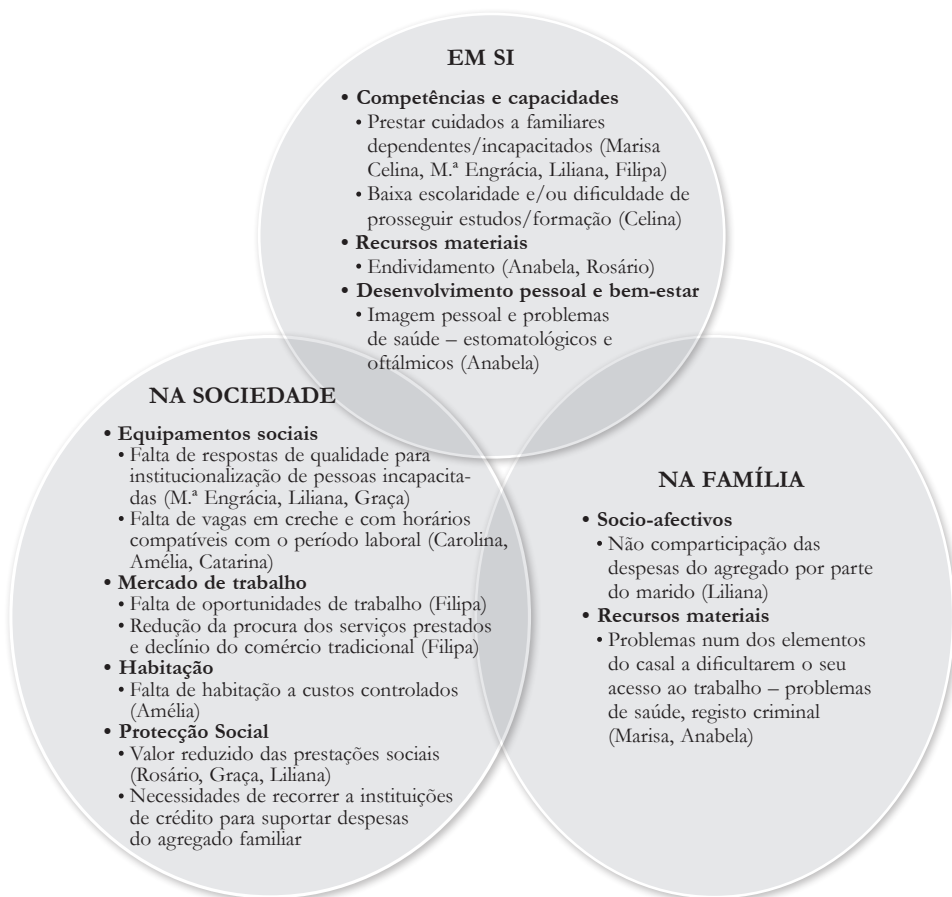
De facto, o actual suporte formal de que beneficiam alguns destes agregados resume-se ao apoio a algumas actividades instrumentais da vida diária que, embora valorizado, é manifestamente insuficiente face às necessidades sentidas. Esta situação torna-se ainda mais penosa ou mesmo aguda dada a configuração de alguns contextos familiares. O caso de Liliana é a este título ilustrativo, já que o marido, com quem se casou há 40 anos e com quem coabita, não contribui para as despesas do agregado, afirmando que a pensão do filho, de 370€, é suficiente.

²² Quando as entrevistadas referem a institucionalização dos filhos portadores de deficiência nunca mencionam o nome exacto das respostas sociais existentes nesta área na cidade de Lisboa – Unidade de Apoio Integrado ou Lar Residencial, tendo-se optado pela primeira designação por ser aquela que mais se aproxima das suas referências (“Unidade de Apoios Continuados”). Segundo a informação disponível no site da Segurança Social, trata-se de uma “resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.”

O panorama traçado das vivências destas mulheres não faz antever cenários futuros de garantia da continuidade da prestação de cuidados. As incertezas são grandes, fruto da vulnerabilidade do estado de saúde físico e mental destas mulheres e da ausência de um apoio mais consistente e consentâneo com as suas necessidades.

Para todas as onze mulheres que integram este perfil, a identidade de cuidadora informal e de mãe, não parece construir-se a partir de uma opção pelo afastamento do mercado de trabalho, mas por uma imposição que as circunstâncias da vida e do mercado lhes colocam, daí a forma como perspectivam actualmente os seus problemas e que ficam expressos de forma sintetizada na figura seguinte. As lógicas de acção que se combinam na dinâmica familiar, nomeadamente as de ordem afectiva, mas também as que remetem para normas culturais, constituem variáveis explicativas das expectativas menos optimistas face à futura inserção profissional.

Figura 7: Cuidadoras – Auto-percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

1.4. Processos de reconversão urbanística e de requalificação habitacional a influenciar a melhoria das condições residenciais

Os percursos residenciais destas entrevistadas tendem a reflectir uma etapa das políticas públicas de habitação, mas também a forma como estas mesmas políticas não atingem todos os seus potenciais destinatários. Se grande parte destas mulheres têm um passado residencial marcado pela precariedade habitacional, mas invertido por via do acesso a habitação de custos controlados (em áreas mais recentes de expansão da cidade) ou a subsídios de apoio à renda, (em alguns dos seus bairros históricos como Alfama), outras deparam-se com rendas de casa que consomem cerca de 50% dos rendimentos auferidos, como são os casos de Catarina e Amélia que apenas têm em comum a sua idade (35 e 31 anos, respectivamente). Vejamos, então como se distinguem estes percursos residenciais:

- o *enraizamento alfacinha*, onde se enquadram os entrevistados que sempre viveram em Lisboa, repartidos entre a zona histórica (Catarina, Anabela, Rosário) e a zona Norte e Oriental da cidade (Graça, Carolina, Marisa, Liliana);
- as *migrações económicas nacionais e internacionais*: de Vila Nova de Famalicão para França e regresso a Portugal (Filipa); de Lamego para Lisboa (Maria Engrácia);
- as *migrações intercontinentais*: da Guiné para Lisboa (Celina) e de São Tomé para Lisboa (Amélia).

A mobilidade residencial destas alfacinhas é mais intensa entre aquelas que hoje se encontram em habitação social por comparação com as residentes na zona histórica, situação que se fica a dever à reconversão urbanística de áreas da cidade anteriormente habitadas por estas mulheres. O caso de Graça ilustra bem a dimensão das dinâmicas urbanas no seu percurso residencial. A residir em Marvila há 16 anos, refere ter morado com a família de origem na Quinta do Correio-mor, onde o seu pai e tios tinham nascido e onde também viviam. A sua mãe acabou por sair desta casa há 5 ou 6 anos na sequência da casa ter sido demolida, mas Graça antecipou a sua saída, com o seu casamento aos 16 anos, para uma zona ali perto – Quinta do Alto. Durante 30 anos antes de ser realojada na casa em que actualmente hoje reside, esteve a viver numa barraca e posteriormente numa casa pré-fabricada junto à rotunda do aeroporto, na sequência da construção da 2ª Circular. Com as diferentes mudanças de local de residência e de tipo de habitação, acha que as suas condições habitacionais melhoraram, sobretudo, desde que vive no Bairro das Salgadas:

Melhorou um bocadinho. É uma vida diferente a gente viver numa barraca e depois mudar para uma casa melhor, não é? Tem outras comodidades. Eu na barraca não tinha casa de banho, tinha que andar a acartar água, nem tinha luz nem nada... É muito diferente

quando a gente passa para uma casa que tem luz, que tem água, que tem uma casa de banho em condições, é muito diferente. Eu tinha, aqui no Relógio, eu tinha as minhas filhas acamadas e eu tinha que pôr uma bacia na sala para lhes dar banho, porque não tinha casa de banho como deve de ser. (Graça, 62 anos)

A passagem por uma barraca na Rua Barão de Sabrosa, pelas casas pré-fabricadas junto à rotunda do aeroporto e o conseqüente realojamento em Marvila é também o percurso de Liliana. Já Maria Engrácia chegada a Lisboa em 1970, vinda de Lamego aos 22 anos, instala-se numa barraca na Quinta do Narigão, não muito longe da rotunda do aeroporto, donde viria a ser realojada para Marvila, local onde actualmente vive e se sente bem.

Tal como Graça, também Maria Engrácia teve possibilidade de comprar a casa onde hoje reside. Se Graça ainda tem um encargo prestacional suportado pelo filho, Maria Engrácia refere as poupanças que conseguiu realizar ao longo da vida para a compra directa de uma habitação. Gosta muito de viver na sua casa, porque o sítio é sossegado. Se lhe saísse a ‘sorte grande’ compraria uma vivenda, mas isso não exclui que goste muito da sua casa actual, no exacto sítio onde está. O regresso à terra natal e a uma casa pequena e velha (herança do marido) está fora de questão, porque é muito frio e a terra não dá para muita coisa. Por seu lado, Graça afirma não ter outro sítio para onde ir, tendo de se resignar a ficar onde está:

Que remédio tenho eu, não tenho outro sítio para onde ir. Tenho que me sujeitar. Gostar, tenho que gostar, porque não tenho para onde ir, mas se houvesse um sítio no deserto para onde eu pudesse ir mais o menino e que houvesse um hospital por perto, gostava de mudar. Por exemplo, para ao pé do meu filho [*Pampilhosa da Serra/Castelo Branco*], gostava, se arranjasse para lá um quarto para dormir, porque aquilo é ar puro até lhe fazia bem, podia ser que não ganhasse tantas doenças, mas enfim. Vou para onde? Para ao pé da minha filha na Nazaré? Mas aquilo é muito frio. Em Castelo Branco também é, mas era a gente a respirar aquele ar puro, mas é só para quem tiver carro, porque ali não há camionetas para apanhar, não há nada. Só mesmo a 1Km e tal. Eu tenho que gostar de estar aqui, não tenho para onde ir. (Graça, 62 anos)

À excepção da guineense Celina, cuja vinda para Portugal se tornou imperativa na sequência do acidente sofrido pelo filho, todas as entrevistadas que vivem em habitação social residem no mesmo local há mais de 9 anos. Apenas Carolina mora há menos tempo numa casa em que é titular de arrendamento, pois viveu com a mãe, o marido e três filhos até aos 32 anos, momento em que lhe foi atribuído um fogo no mesmo prédio da progenitora. Todas as restantes três mulheres, residentes em Marvila, encontram-se neste local há mais de 21 anos.

As expectativas e aspirações residenciais das entrevistadas a viver em habitação social variam entre a resignação ao local pela inexistência de possíveis alternativas

habitacionais (Liliana, Graça) e a esperança de poder comprar uma vivenda (Maria Engrácia) ou mudar para uma casa de maiores dimensões que lhe permitisse ter um quarto só para si (Celina) ou para perto de familiares a residir no mesmo bairro, como também é o caso de Graça, a viver na Ameixoeira que identifica alguns problemas de vizinhança a demovê-la da sua intenção.

Por contraponto a uma avaliação tendencialmente positiva dos locais de residência, apenas Carolina, a viver também na Ameixoeira, manifesta a sua insatisfação, e se não concretizar o sonho de mudar, pelo menos que os filhos o consigam:

Era o maior desejo que eu tenho actualmente, era sair deste bairro, mas não era para ir para nenhum bairro social. Sair deste bairro, comprar uma casa bem longe daqui, onde as pessoas fossem mais civilizadas. Em Mafra, Alverca, arredores de Lisboa. Tenho que pensar que vou. Se não conseguir não faz mal, mas morro a pensar que vou. Mas é assim, sei que talvez seja um bocadinho impossível, só se me saísse mesmo uma grande sorte porque com o meu trabalho e o trabalho do meu marido e com esta catrefada de filhos que eu arranjei, é quase impossível. Mas espero, do fundo do meu coração, que os meus filhos consigam. (Carolina, 41 anos)

Relativamente àquelas que vivem na zona histórica a mobilidade residencial, sendo menos intensa, quando se regista é dentro da mesma área da cidade e por motivos de procura de melhores condições habitacionais.

O percurso de Anabela constitui um caso paradigmático de persistência em condições de habitação muito precárias, só invertido em 1993, quando o marido se apercebe que alguns dos seus vizinhos estavam a beneficiar do processo de requalificação do bairro de Alfama. Depois de 30 anos a viver numa casa de 14 m², na freguesia de Santo Estêvão, sem casa de banho, com 4 filhos e o marido, Anabela reflecte sobre a importância que uma habitação condigna teve no seu modo de vida:

Isso para mim é quase como uma identidade, aquela casa é minha identidade, e eu tendo aquela casa limpa é o mesmo que eu penso que sou. Gosto de ser, não gosto de ser, como é que eu hei-de explicar? Não quero ser suja, portanto, nem fisicamente nem intelectualmente, e então para isso acontecer tenho de superar as minhas expectativas. (Anabela, 44 anos)

De referir, no entanto, que a mudança de Santo Estêvão para a freguesia vizinha de S. Miguel trouxe consigo outro tipo de problemas. Iludidos com a melhoria repentina das condições físicas da habitação iniciam um processo de endividamento para a compra da mobília e equipamentos domésticos, estando hoje com um encargo mensal de 860€, prevendo-se esse valor para os próximos 7 anos:

O meu marido nessa altura começou a pedir mais para pagar, era como uma bola de neve, ia pedindo para pagar, e foi assim sempre. Esses catorze anos. E agora estamos, neste momento endividados, somos uma família super endividada, o tal super endividamento. (Anabela, 44 anos)

Rosário igualmente endividada, embora por motivos diferentes, beneficia de uma habitação camarária. A mãe falecida no ano passado também tinha uma casa numa rua próxima da sua, onde actualmente residem os seus sobrinhos, juntamente com Rosário e o marido, permitindo, assim, aliviar o sofrimento de aprisionamento sentido por esta mulher, já que sendo um piso térreo facilita a mobilidade do marido.

Catarina, desde sempre residente em Alfama, na sequência de um incêndio na casa que arrendava, mudou-se em Março de 2011 para a freguesia de S. Vicente, onde paga 280€, mas com o compromisso de fazer obras, as quais serão realizadas com o apoio da Junta de Freguesia na disponibilização de alguns materiais. Ainda que permaneça na mesma zona da cidade, esta entrevistada gosta mais da actual de residência pelo seu tipo de vizinhança.

Já Amélia, com uma passagem breve por um bairro de barracas na Portela de Sacavém aquando da sua chegada a Portugal em 1980, regressa a casa da mãe, na freguesia do Socorro, com os seus dois filhos após a separação do marido. Quando refaz a sua vida conjugal com um novo companheiro continua a partilhar a casa com a mãe, mas esta acaba por optar por ir residir numa outra casa próxima. Hoje, é apenas com o salário do marido e o abono de família (cerca de 800€) que este agregado familiar de 5 pessoas cobre as suas despesas, sendo a renda da casa de 300€.

Das residentes na zona histórica de Lisboa, apenas Catarina e Filipa incluem a dimensão habitacional nos seus projectos de vida. Se a primeira, gostava de ir para Inglaterra trabalhar, mas não consegue fazer poupanças para emigrar, a segunda, insatisfeita com as condições físicas da actual habitação na Sé, gostaria de mudar para uma outra casa e mais tarde ir viver “para o campo”, numa casa que herdará do pai.

A avaliação dos locais de residência e das condições de conforto e de adaptabilidade das habitações às situações de incapacidade funcional de alguns dos elementos do agregado não emergem nos seus discursos como algo de muito problemático. Também não se atribui ao local de residência um factor determinante e influenciador das condições de vida. Surge, pois, com uma enorme relevância as problemáticas que tendem a afectar a sua família, ao ponto de Anabela referir que com a eventual mudança de residência para outro local nada mudaria, pois com a mesma família a vida seria sempre idêntica, ou de Liliana duvidar se o facto de poder ter tido oportunidade de morar noutra local teria provocado algum outro impacto na sua vida:

Não sei. Acho que ia dar tudo à mesma coisa. Vendo a situação em que eu estou. Não sei se piorava ou melhorava. Se aqui já é o que é, se fosse para outro lado, então, Deus me livre. (Liliana, 57 anos)

Celina e Filipa, porém, distanciam-se deste tipo de posicionamento, pois consideram que se vivessem noutra país da Europa teriam outro tipo de apoios, visto que ao nível das oportunidades de trabalho a situação seria semelhante dada a actual conjuntura de crise mundial.

2. Estratégias de gestão da privação face à ausência de rendimentos de trabalho

Da análise do quadro seguinte facilmente se constata que os meios de vida destas famílias dependem quase exclusivamente de prestações sociais, existindo apenas três agregados familiares cuja origem dos rendimentos provém também de um salário de um dos membros da família: da enteada de Marisa, do marido de Amélia e do filho de Graça. A facilidade com que as entrevistadas²³ se auto-identificam como pessoa/família pobre poderá decorrer de uma avaliação muito objectiva das suas condições de existência, onde não deixa de pesar as memórias dos contextos intergeracionais de privação e a apreciação dos principais factores que limitam as suas capacidades para fazer face à situação presente. Assim, quando atribuem a si o estatuto de pobre, acabam por explicitar do que estão a falar quando falam de pobreza. Ser pobre é então: *passar privações económicas* (Carolina, Catarina, Liliana, Anabela, Graça, Rosário) e *canalizar metade do rendimento para a renda de casa* (Amélia); *recorrer a apoios institucionais* (Celina e Filipa); *ter problemas de saúde* (Maria Engrácia).

Da leitura do Quadro seguinte, um traço comum emerge: todas as entrevistadas desenvolvem uma *estratégia activa institucional* que lhes permitiu aceder ao sistema de protecção social e nalguns casos, regista-se igualmente o recurso a outros apoios formais disponibilizados por entidades locais que permitem aliviar as despesas com alimentação, fraldas e medicação ou atenuar o esforço físico e psicológico decorrente do exercício do papel de cuidadora, consubstanciado através de apoio domiciliário ou de suporte emocional. Por outro lado, a maioria tem uma rede familiar que permite a mobilização de alguns recursos materiais, sociais e emocionais, mas poucos podem contar com uma rede de relações de entreajuda composta por amigos e vizinhos (*estratégia solidária*). Surgem casos pontuais de mobilização de uma *estratégia autonomizante* por via da realização de alguns trabalhos pontuais – são os casos de Carolina e Catarina, duas mulheres que não conseguem colocar os filhos em creche – e de uma *estratégia hipotecada*, ou seja, aquela que se socorre das relações de interconfiança pessoal que permitem pedir dinheiro emprestado ou bens que se pagam em função das possibilidades.

²³ A excepção vai para Marisa que se considera “remediada” por nunca ter passado fome. O seu percurso de vida revela, no entanto, um contexto de exclusão que culminou com a sua prisão em 2001.

Quadro 14: Cuidadoras informais – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

Zonas	Pseudónimo	Idade	Freguesia	Nº elementos da família alargada	Nº elementos da família nuclear	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios (habitação, saúde, géneros)				Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos	
							Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras entidades)		Apoios INFORMAIS (família, vizinhos, amigos)			
							Habituação	Educação	Saúde	Géneros		
Zona 1	Marisa	40	Marvila		4	Abono+biscates (marido)+trabalho (entçada)	Directo			Monetário	Activa solidária e institucional	
	Carolina	41	Ameixoeira		6	Abono+SASE+biscates	Directo	SASE		Alimentação Monetário	Activa solidária, institucional e autonomizante (biscates)	
	Celina	48	Ameixoeira		2	RSI+ outros apoios n.e.	Directo				Activa institucional	
	Maria Engrácia	63	Marvila		3	Pensão marido (300€) + pensão invalidez e compl deficiência da filha+trabalho	Compra de habitação social		Apoio domiciliário Ajudas técnicas		Alimentação	Activa solidária e institucional
	Graça	62	Marvila		3	Pensão invalidez (filha) + pensão de viuvez (164€) + “Suplemento deficiência” = 360€ + trabalho (filho)	Compra de habitação social		Ajudas técnicas Medicamentos		Alimentos	Activa solidária, hipotecada e institucional
	Liliana	57	Marvila		2	RSI (54€) + pensão invalidez filho (207€) + Subs por deficiência (160€)=421€	Directo		Apoio domiciliário Ajudas técnicas		Transporte Monetário	Activa solidária e institucional
Zona 2	Amélia	31	Socorro		5	Trabalho marido=700€+abono						Activa institucional
	Anabela	44	S. Miguel		6	Pensão invalidez marido (400€)+subsido SCML (250€)+abono=680€						Activa institucional, hipotecada
	Filipa	56	Sé		3	Pensão velhice sogra (600€) + subs apoio a 3ª pessoa (50€) + p invalidez Estado francês (80€) =730€						Activa solidária, hipotecada, institucional e autonomizante (biscates)
	Catarina	35	S. Vicente		5	RSI (340€) +abono+biscates	Materiais construção					Activa institucional e autonomizante (biscates)
	Rosário	56	S. Miguel		2	Reforma invalidez marido (419€) + subs apoio a 3ª pessoa (94€)+sub da SCML (150€)=663€					Monetário	Activa solidária, hipotecada e institucional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro da Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CEI, 2011

2.1. Família, amigos e comerciantes: o complemento possível às necessidades sentidas

Como facilmente se constata, a maioria das mulheres que integram este perfil podem contar com o apoio de uma rede de entajuda, composta por familiares, amigos ou vizinhos que lhes permite desenvolver uma estratégia activa solidária, mas também com a confiança que alguns comerciantes locais depositam em duas destas mulheres que optam por pedir fiado alguns dos bens de primeira necessidade (estratégia activa hipotecada).

Três das entrevistadas referem não ter qualquer apoio por parte de familiares, amigos ou vizinhos. Esta situação ocorre entre as duas imigrantes que integram este perfil (Celina e Amélia) e com Anabela. Anabela, desde sempre residente em Alfama refere não ter nenhum familiar a quem possa pedir ajuda e que aos vizinhos e comerciantes apenas refere que está disponível para trabalhar. Celina, para além de não ter nenhum familiar em Portugal refere que apenas aceita algum tipo de apoio de vizinhos se lhe oferecerem. No momento da sua chegada a Portugal ainda contou com a solidariedade de uns amigos, seus conterrâneos, que a acolheram na sua casa em Setúbal enquanto o filho esteve internado em Alcoitão e que antes de ser beneficiária do RSI eles ainda a apoiavam com bens alimentares, no entanto, agora ela própria lhes diz já não ser necessário. Amélia para além de apenas ter em Portugal a sua mãe, refere que esta também tem uma condição económica difícil que a impossibilita de prestar apoio à sua família. Embora se encontre há 21 anos, a residir em Lisboa, esta entrevistada remete para o seu próprio perfil a fraca intensidade das suas redes de sociabilidade, restando-lhe, assim, o marido e os filhos em quem se apoia para conversar.

Entre as entrevistadas que desenvolvem uma estratégia activa solidária o principal apoio provém da família seja sob a forma de dinheiro ou pagamento de despesas inerentes à casa (renda, água, electricidade), seja pela disponibilização de alguns bens alimentares e vestuário. Também alguns destes bens são disponibilizados por vizinhos que partilham a sua produção agrícola com algumas das entrevistadas.

O desenvolvimento desta agricultura de subsistência por parte de alguns familiares residentes fora de Lisboa ou o exercício de algumas actividades profissionais que lhes permite mais facilmente disponibilizar bens alimentares (i.e., irmã de Carolina que tem um talho) é também um recurso valorizado por outras entrevistadas, sobretudo, quando constatarem que o estreitamento da sua rede de amizade é proporcional ao agravamento da sua condição económica, como é evidenciado por Filomena:

Já tive mais [amigos], porque tinha quando estava muito bem. Aí tinha muitos amigos: quando recebia, quando fazia festas, quando dava almoços, aí tinha sempre... tinha muitos amigos. (Filipa, 55 anos)

A referência ao apoio de uma vizinha é também manifestada por Liliana, mas traduzido na prestação de alguns serviços como o transporte do filho a consultas e terapias ou a facilitação no acesso a determinados direitos. Liliana encontra, assim, na vizinha aquilo que não pode contar com o filho a residir no mesmo prédio, mas de relações cortadas com a mãe, nem com o marido, a residir na mesma casa, mas fazendo uma vida independente, nem ainda de outros familiares por já terem falecido.

Noutras entrevistadas emerge nos seus discursos um espírito solidário. Se para algumas parece esperar-se algum tipo de reciprocidade que quando não corresponde às suas expectativas assiste-se a um enfraquecimento do volume de capital social, para outras tende a predominar uma atitude altruísta, independente da confiança depositada nas relações interpessoais.

Marisa, em termos institucionais apenas conta com o abono de família e uma renda a custos controlados. O apoio da mãe e da enteada são, assim, o suporte indispensável à sobrevivência deste agregado, onde mulher e marido se encontram desempregados. É, ainda de referir o caso de Graça que conta com o salário do filho para pagar a prestação da casa, por em tempos ter optado pela compra da habitação onde hoje reside. Actualmente, com um encargo mensal relativo à casa de cerca de 200€ apoia-se no filho, ajudante de padeiro de profissão e que no momento da entrevista já se encontrava com um salário em atraso:

A casa comecei a pagar à Câmara mas depois eles puseram à venda e há 5 anos comprei-a. Estou a pagar ao banco, que é um empréstimo que tenho no banco. Como era a reforma da minha filha, das duas, e a minha eles emprestaram-me o dinheiro sobre a pensão das minhas filhas, porque o meu filho também estava desempregado. Agora como a minha filha morreu... ao fim de um ano de eu ter comprado a casa, foi quando a minha filha morreu. Tenho feito muitos sacrifícios para poder pagar a casa, para não a entregar e não ficar sem ela. E o meu filho, coitadinho, é que paga a renda. (Graça, 62 anos)

Filipa, Rosário e Graça têm-se ainda socorrido das relações de interconfiança com amigos e comerciantes locais que lhes permite quer pedir dinheiro emprestado (Filipa), quer pagar mais tarde os bens que trazem das mercearias locais:

Chega a alturas que ou passamos fome ou aí tenho que pedir. E depois peço e não tenho para pagar. Neste momento, no talho, já devo lá cerca de 700 e tal euros, porque vão-me fiando porque sabem que eu depois vou pagar, mas tenho que pedir para pagar, e ando assim neste jogo. (Rosário, 56 anos)

As compras faço nesta merceariuzinha aqui, que é ali a Dona Adélia. Pronto, compro as coisas ao mês e depois quando recebo vou lá, pago. É assim que se vive. (Graça, 62 anos)

Se esta estratégia activa hipotecada se desenvolve no presente como forma de conseguir gerir os escassos rendimentos mensais, duas entrevistadas referem que, hoje, a sua situação ainda se encontra mais penalizada por em tempos terem

recorrido a instituições de crédito para suprirem as necessidades da família decorrentes da prestação de cuidados aos seus familiares (Rosário) ou para a compra de equipamentos domésticos aquando da mudança de residência (Anabela).

2.2. A incontornável estratégia institucional: apoios sociais, expectativas, impactos e propostas

O recurso ao sistema de protecção social afigurou-se como uma etapa incontornável das vidas das mulheres que integram este perfil. O tipo de apoios recebidos traduz, na maioria dos casos, as problemáticas sentidas nestes agregados familiares, concretamente:

- O benefício da pensão de invalidez por parte de alguns dos elementos das famílias de Maria Engrácia, Graça, Liliana, Anabela e Rosário;
- O Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa²⁴ apenas referido por Rosário e Filipa e, eventualmente por Graça, apesar das outras cinco mulheres cuidadoras reunirem as condições para aceder a esta prestação social;
- A pensão de velhice do marido de Maria Engrácia e da sogra de Filipa;
- A pensão de viuvez de Graça;
- O subsídio eventual da SCML para os agregados em situação de endividamento (Rosário e Anabela);
- O abono de família por parte dos agregados familiares com menores a cargo (Marisa, Carolina, Amélia, Anabela e Catarina);
- A habitação social para todas as famílias que vivem em Marvila ou na Ameixoeira;
- O Rendimento Social de Inserção, assumido com estatutos diferentes em função dos agregados em questão: como complemento de sobrevivência para Liliana e como protecção no desemprego para Catarina.

Ser ou não ser beneficiário: a emergência das necessidades e a complexa gestão identitária

O recurso a esta estratégia activa institucional não está, no entanto, isenta de algum conflito identitário que se traduz na recusa por parte de Marisa de recorrer ao RSI por sentir que há uma grande invasão da privacidade e de uma resistência ultrapassada, onde se misturam sentimentos de vergonha com o desgosto da necessidade de exposição da vida pessoal (Carolina, Amélia, Anabela, Filipa).

²⁴ Este subsídio é atribuído aos descendentes de beneficiários que sejam titulares do Abono de Família para Crianças e Jovens, com bonificação por deficiência ou do Subsídio Mensal Vitalício, que dependam e tenham efectiva assistência de 3.ª pessoa de, pelo menos, 6 horas diárias, para assegurar as suas necessidades básicas.

A minha mãe disse: ‘Não, não peças nada, porque eles depois querem bisbilhotar a vida toda, não te metas nisso, não peças nada!’ (Marisa, 40 anos)

Pedir o Rendimento Social de Inserção é pôr os assistentes sociais dentro da sua casa. A sua vida anda quase comandada por eles e é isso que eu não queria, percebe? Ela não quer que eu ande com o carro. Eu ando, não quero saber daquilo que ela diz para nada. (Carolina, 41 anos)

Eu estive uma série de meses para vir e depois dizia, ah não, vou ver se aguento. E depois pensei assim, isso não é vergonha nenhuma, porque há muito boa gente que já esteve muito bem na vida, que já recebeu muito dinheiro e que de um momento para o outro estão piores que eu e também vão e dão a cara. (Filipa, 56 anos)

A abordagem compreensiva e de proximidade fazendo parte dos dispositivos de acção social em que o utente é construído como um parceiro da acção (Giuliani, 2006: 205) traz consigo novos constrangimentos para aqueles que necessitam de recorrer ao sistema e a determinadas medidas, como o RSI. As pessoas ficam assim como que obrigadas a uma exigência de transparência, de exposição pública sobre diferentes dimensões da vida privada, uma vez que o trabalho de proximidade tem como pré-requisito a implicação dos indivíduos, não autorizando que estes mantenham uma atitude de reserva sobre si e a sua vida. Por outro lado, os sentimentos de vergonha sentidos na aproximação aos serviços de assistência acaba por se iniciar em situações consideradas extremas, e que mais do que sentirem ser um direito, sentem ser um direito construído pela necessidade, nomeadamente pela necessidade de responder à subsistência.

E é precisamente nesta percepção de que o acesso ao sistema deve beneficiar mais aqueles que realmente necessitam e menos como um direito atribuído a quem preencha um conjunto de requisitos que se constrói uma auto-imagem de merecedor de apoios por oposição e distinção face a Outros que ludibriam o sistema, que não querem trabalhar, que não sabem aproveitar as oportunidades disponibilizadas pelos serviços de assistência e que nunca contribuíram para o sistema de protecção social.

Quadro 15: Cuidadoras informais – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
Procura trabalho/quer trabalhar	Não querem trabalhar	Recebem muito dinheiro em prestações sociais, subsídio-dependentes, não querem trabalhar
Aproveita bem a ajuda, é poupada	Não sabem aproveitar as oportunidades que lhes dão, não sabem gerir o dinheiro, gastam dinheiro em dependências (cafés, tabaco, drogas...), vendem os alimentos que recebem	
Discrição quanto à sua condição de beneficiário	Gabam-se do que recebem	
Merecedor(a) do apoio	Existem pessoas que recebem e não precisam, mas os idosos e pessoas com filhos que não podem trabalhar devem ser apoiadas	
Já descontou, já trabalhou – vida de trabalho	Não descontaram	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Nesta imagem do outro que recebe sem ter necessidade emergem perspectivas racistas e xenófobas, e que chegam a ser efabuladas, já que têm como referência o acesso a determinadas prestações (como o RSI ou o abono de família) e não da acção social tradicional que poderia assentar numa base mais discricionária. Também o perfil de alguns dos clientes dos serviços de assistência sobressai no discurso de algumas entrevistadas para mostrar a sua indignação face à dissonância entre o apoio que recebem e aquele que considerariam desejado, tendo em conta as contribuições realizadas para a Segurança Social. São, pois, muito mais raros os discursos que reconhecem a diversidade de públicos da assistência, e que atribuem a uns o estatuto de merecedores por se assemelharem à sua condição:

Para quem está em situação como a minha, acho merecedor. Para quem anda aí a viver à conta da Segurança Social era bem retirado. Eu conheço tanta gente! Nem vou dizer o nome. Há aí meia dúzia deles, são ciganos, que compraram brutas casas e têm brutos automóveis metidos nas garagens. Vivem aqui na mesma, mas não têm nada em nome deles. Vivem na mesma e pagam 2,5€, eu pago 20€ de renda. Houve dois que compraram aí atrás, porque havia casas a vender. Outros compraram para os lados do Alentejo. Eles gabam-se aí no café: ‘À conta da Segurança Social eu tenho um bruto apartamento e um bruto carro!’ Eles gabam-se! A esses era bem retirado, eles não precisam. Eles fazem aquilo que fazem e depois fogem, porque eles têm casa noutro lado. (Liliana, 57 anos)

Eu só sou contra uma coisa. Porque puseram estes ordenados mínimos para as pessoas sem trabalhar, sem o merecerem. E uma pessoa que precisa da reforma, tantos anos a trabalhar e não lha dão. Isso é que está mal. Pessoas que nunca trabalharam, estão reformadas, aqueles que não estão reformados que têm o ordenado mínimo. Essa estrangeirada pagam-lhes a renda da casa, quase quinhentos e tal euros. Recebem, já ouvi dizer mas não

sei quanto é, parece que nos abonos das crianças é a dobrar e a dobrar e a dobrar: isso está mal. Por isso é que o país é que chegou ao que chegou. (Maria Engrácia, 63 anos)

Numa comparação entre a situação pessoal e a de outros, estes relatos revelam como para estas mulheres o sistema é injustamente favorecedor de populações imigrantes ou com características étnicas, ainda que também reconheçam que a imagem que recai sobre elas é igualmente desprestigiante e independente da sua condição pessoal.

Expectativas e efeitos na relação com os serviços de assistência

É nesta complexa gestão identitária, social e relacionalmente construída, mas dependente também da particularidade dos percursos de vida e da especificidade de determinados atributos pessoais que se acede, recusa ou resiste no acesso aos serviços de assistência.

A recusa ou resistência no acesso a apoios sociais em determinados momentos críticos fica bem patente no percurso de vida de Anabela. O afastamento dos serviços de assistência por parte da sua família é por si avaliado como uma das causas que contribuiu para a sua situação, pois caso tivesse tido apoio há mais tempo, ter-se-ia evitado que a situação tomasse as proporções actuais, sobretudo, em termos das dívidas:

Agora neste momento estamos a ser ajudados pela doutora Ermelinda porque até a gente a conhecer, todas as assistentes sociais nunca quiseram-nos ajudar, se calhar nesta altura se nos tivessem ajudado, não estávamos agora a correr o que estamos a correr. (Anabela, 44 anos)

De facto, o caso do percurso de vida de Anabela revelou como o fraco peso dos laços sociais institucionais se repercutiu numa vivência extremamente precária por parte do seu agregado até ao momento em que têm acesso a uma casa com melhores condições, em 1993. Nessa altura, contaram com o apoio de um padre no pagamento da renda, água, luz e mobiliário, mas o sofrimento de um acidente por parte deste e a sua morte é explicado por Anabela como tendo estado na origem do subsequente endividamento desta família. Actualmente, esta mulher é das poucas entrevistadas que integram este perfil a tecer uma avaliação bastante positiva da relação que mantém com a técnica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente pela identificação da causa dos problemas, no incentivo à elaboração de projectos de vida e no reforço positivo para Anabela potenciar as suas competências.

Esta relação extremamente positiva parece estar a fornecer as energias necessárias para Anabela investir na sua qualificação escolar e poder concretizar o seu sonho – ser ajudante sócio-familiar.

Descobri também que podia fazer o 9º ano pelas Novas Oportunidades. Sinto que tenho de aprender, tenho de superar as minhas limitações porque lá em casa todo o dia tenho limitações e então onde é que eu me refugio? Nos livros. Comecei a pensar, oh Marinho e se a mãe fosse contigo? E pisquei-lhe assim o olho. Disse assim, pronto, já arranje escape um bocadinho para mim, e assim foi, adorei aquilo, sinceramente adorei, eu primeiro estava com medo de não conseguir, ia para fazer o sexto, não era para ser o nono, ia fazer o sexto, eu disse ah, eu com o sexto ano depois já arranjo emprego em qualquer lado, não é? Fui, disse vim fazer o sexto ano porque tenho a quarta classe, ah não há problema, o sexto ano, mas não quer ir para a frente? Não, o sexto ano está ótimo. Mas então, o seu filho vai fazer o nono ano e você não quer ir fazer o nono ano? (Anabela, 44 anos)

Se Rosário e Celina referem também uma relação positiva com os serviços de assistência, independentemente da instituição que presta o apoio, existem, no entanto, dois aspectos que as aproximam da maioria e que merecem algum destaque. Por um lado, o desconhecimento dos apoios existentes e do direito de a eles aceder, por outro, o sentimento de discricionariedade quando se avalia a forma como algumas pessoas acabam por ter acesso a apoios, muito dependente da encenação que se faz no atendimento e da empatia gerada entre cliente-assistente social. Ora vejamos: Celina, por sugestão do médico recorreu ao Rendimento Social de Inserção e através da Fundação do Gil tem actualmente um fogo de habitação social na Ameixoeira, cuja renda é comparticipada por esta fundação. No entanto esta situação é provisória: deveria apenas durar dois anos mas prolonga-se há cinco, porque ainda não lhe foi atribuída uma casa. Também se registam outros casos em que o acesso a determinadas prestações fica a dever-se à insistência de pessoas amigas, como por exemplo no caso de Liliana em que uma técnica da SCML lhe disse que o filho não teria direito à pensão de invalidez, mas o apoio dado por uma amiga acabou por permitir aceder a esta prestação ou o de Maria Engrácia que acabou por começar a ter apoio da SCML, após insistência de uma vizinha:

Ela é que me deu uma grande ajuda, ela é que reformou o meu menino. A assistente social disse: 'Ai não, o menino não tem direito à reforma, só a partir dos 24 anos.' 'Dra. deixe estar que a minha amiga está a ver como vai fazer.' (Liliana, 57 anos)

Já Rosário, mas também Carolina e Catarina referem o papel que a encenação por parte de alguns clientes dos serviços de assistência tem na atribuição de determinados apoios, transparecendo, assim, a falta de imparcialidade e de aproximação à realidade das pessoas que alguns técnicos tendem a revelar:

A doutora diz que me vai arranjar [Cartão de Utente] mas já há 2 anos, já para a minha mãe, nunca tive, para o meu pai também nunca tive, possivelmente devo ter cara de rica, não sei. Mas é assim, da forma que ando vestida na rua..., não fui habituada a andar na rua de bata e de chinelos, e se calhar ao ir falar acham-me com boa apresentação. Não deveria ser assim, mas as pessoas baseiam-se muito na aparência das pessoas. (Rosário, 56 anos)

Eu no dia em que fui à assistente social, estava lá um cigano que mora aqui, por acaso, tem dois BMW à porta, tem uma carrinha daquelas grandes de venda, tem uma casa que as paredes já foram todas abaixo e montadas por ele e que estava lá para receber o Rendimento Social de Inserção. É uma das melhores casas aqui do bairro. Mas ele estava lá com o cabelo que via-se que era só gel, que era para parecer que era porcaria, um casaco de pele, que a pele estava toda a sair e uns sapatos rotos à frente. Isto é incrível. Eu fui conforme estou aqui. Eu não sou obrigada a andar rota só porque não tenho trabalho, por amor de Deus. (Carolina, 41 anos)

O afastamento das instituições não se regista apenas numa fase anterior à solicitação de apoio, mas também quando a experiência tida revela que as necessidades sentidas e expressas não encontram eco. Tratando-se de problemas cuja solução está institucionalmente prevista a resposta tende a não ser eficaz, pela dificuldade ou restrição no acesso aos recursos existentes. Como consequência regista-se uma quebra dos laços institucionais e um enfraquecimento dos níveis de confiança em certas instituições com impactos negativos ao nível do estado de saúde das cuidadoras e no acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres com filhos com idades inferiores a três anos. Casos paradigmáticos desta situação podem ser ilustrados pelas seguintes situações: i) *não acesso dos filhos a creches ou de pessoas funcionalmente dependentes às respostas existentes ao nível dos equipamentos de infância ou de lares para idosos e unidades de apoio integrado*; ii) *inexistência de apoio ao nível de transportes para consultas/terapias e a dependência da solidariedade informal*; iii) *insuficiência de apoios ao nível da saúde (fraldas, medicação, colchões, ...)*; iv) *ausência de aconselhamento/informação sobre doenças específicas que afectam os elementos do agregado familiar*; v) *inexistência do Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa a todas as mulheres que se apresentam como cuidadoras de pessoas dependentes*.

As situações acima descritas tendem a revelar como não estão a ser mobilizados todos os meios existentes para aliviar a pressão económica e emocional sentida nestes agregados familiares. Ou seja, pela forma como é expressa a relação estabelecida com os mecanismos de assistência social e pelos apoios que foram referenciados em situação de entrevista parece que as necessidades sentidas não são institucionalmente reconhecidas como um problema social, que produz danos prejudiciais ao desenvolvimento colectivo.

Uma outra dimensão que emergiu numa das entrevistas prende-se com a lógica do acompanhamento social e a apreciação sobre o processo e a forma de envolvimento e participação quando se trata de negociar percursos de inserção. Tendo requerido RSI em Abril de 2011, Carolina revela como se opôs às acções propostas pela assistente social, sugerindo outras mais adequadas ao perfil do seu agregado familiar:

Diga-me, foi o que eu recusei, se tinha lógica, eu com 40 anos, com um filho de 22, com um bebé de 15 meses, eu ir para um curso aprender a ser mãe? – Mas é para manter o

seu tempo ocupado durante o tempo que o bebé está no infantário. Eu disse: desculpe lá, mas isso está fora de questão. Arranjem um trabalho que eu vou. Se me arranjar trabalho eu nem olho para trás.’ Agora, ocupar o meu tempo a saber o que é o fluxo, a saber o que é ser mãe. Mas eu sei isso tudo, porque é que eu tenho que dar outra vez? Isso é bom para aquelas meninas que vêm pedir ajuda, e que é o primeiro filho e têm 15 e 16 anos, acho muito bem que ensinem. Agora para mim! Por exemplo, queriam pôr o meu marido a fazer um curso de cozinheiro durante 15 meses. Então quer dizer, se nós recebemos Rendimento Social de Inserção não vai passar de 485 euros? E agora, o meu marido teria que andar durante 15 meses ocupado por 485 euros, então e se lhe aparece trabalho de repente? Ou larga o curso a meio, ou não pode aceitar o emprego. Não tem lógica! “Ele queria ir para as Novas Oportunidades para tirar o sexto ano porque dava-lhe equivalência ao sexto ano para ele poder arranjar trabalho em segurança. Pronto, para isso tinha que fazer o curso de cozinheiro porque era o que havia na altura. As Novas Oportunidades, segundo aquilo que nós tínhamos ouvido, era três, quatro meses e tinham o sexto ano ou a equivalência que tivesse que ser na mão. Agora 15 meses! Então, para 15 meses vai para o turno da noite e até aprende coisas mais úteis. Não tem lógica, são coisas sem lógica. (Carolina, 41 anos)

A Associação Auxílio e Amizade acaba por merecer uma avaliação mais positiva não apenas pelos apoios em géneros que fornece, mas também pelo suporte emocional prestado. De referir, no entanto, que nas áreas habitacionais de Marvila e Ameixoeira, mesmo podendo existir algumas instituições locais a disponibilizar este tipo de serviços eles não chegam a estas entrevistadas, à exceção de Graça que recebe ajuda do Banco Alimentar.

Perante uma avaliação tendencialmente negativa dos apoios que são disponibilizados, nomeadamente pelo nível de discrepância entre o apoio concretizado e o desejado, entre as necessidades sentidas e as que são institucionalmente reconhecidas e satisfeitas, os seus efeitos nas condições de vida destas famílias parecem apenas suprir algumas das necessidades mais básicas, como a garantia da subsistência ou aliviar, durante umas escassas horas por dia, a prestação dos cuidados a familiares dependentes. A este nível e dada a intensidade do papel desempenhado por estas mulheres, o apoio domiciliário surge apenas como um complemento, sendo possível questionar se a relação não deveria ser inversa.

Existem, no entanto, duas entrevistadas que se distanciam da tendência dominante ao referirem outro tipo de impactos. É o caso de Catarina que vê no RSI uma forma de conseguir um “empurrão para a vida”, mas que no fundo se traduz pela garantia da subsistência quotidiana:

É um bom empurrão para a pessoa. Por exemplo, eu não compro nada, os miúdos andam praticamente só com a roupa no corpo. Acho que é um bom empurrão para organizar a vida. O ideal, ideal era arranjar uma creche para o Renatinho. Isso então... aí a vida dava outra volta. (Catarina, 35 anos)

Mas, sobretudo de Anabela que face a um percurso de vida sem apoios refere que teria sido o “suicídio”. A “bóia de salvação” que os laços institucionais vieram proporcionar revelam como a lógica subjacente ao acompanhamento social desenvolvido num período mais recente da sua vida tem valorizado a capacidade de estabelecer contacto, de gerar e manter relação, de produzir confiança²⁵, enquanto requisitos à vinculação e à formação da capacidade de agir das pessoas:

É a nossa bóia de salvação neste momento, vou ficar agradecida para toda a vida a essas pessoas que me apoiam porque se não fossem elas não teria conseguido. Vou fazer tudo por tudo para que as pessoas sintam que ajudaram uma família que realmente valeu a pena, que sintam que nos ajudaram e que nós vamos retribuir com o nosso sucesso.
(Anabela, 44 anos)

O discurso de Anabela parece ir ao encontro daquilo que Soulet (2004) identifica como as condições da saída de uma situação de vulnerabilidade, que passa num primeiro momento por uma acção do indivíduo sobre ele próprio que permita a identificação de si próprio enquanto um adversário. O problema central torna-se então o da obrigação de produzir as condições de aceitabilidade, para ele e para outro, da sua trajectória de saída e a sua ruptura com a situação de vulnerabilidade, de forma a recuperar a fiabilidade e voltar a tornar-se uma pessoa digna de confiança. Neste sentido, a restauração da credibilidade passa por um trabalho simbólico e discursivo que visa tornar aceitável tanto a situação problemática vivida como o percurso para atingir a condição projectada.

Propostas

O Quadro seguinte pretende reunir e sistematizar aquilo que ficou exposto na secção anterior, evidenciando não apenas os principais aspectos críticos referenciados pelas entrevistadas sobre o sistema de protecção social desenvolvido pelo Estado e pela Sociedade Civil Organizada, como também os seus aspectos positivos. A avaliação mais abrangente dos apoios sociais ao nível da sua quantidade, qualidade e acessibilidade não encontra paralelismo no número e tipo de propostas que são avançadas. Apenas quatro propostas são referidas: duas relativas à quantidade e outras duas à qualidade.

Desta forma, perante uma avaliação tendencialmente discricionária no acesso e atribuição de apoios sociais, seis das onze mulheres referem a indispensabilidade de se promover maior fiscalização das necessidades reais dos beneficiários dos apoios sociais, havendo mesmo uma que enuncia como proposta a possibilidade de se poder rever os critérios de acesso ao RSI:

Foi a pior coisa que podiam ter feito. Porque é assim, há pessoas que precisam e não têm e há outras que têm e que não precisam dele e que nem querem trabalhar. Porque

²⁵. Para um maior aprofundamento das modalidades de acompanhamento social ver, entre outros, Astier (2003).

se as pessoas quisessem trabalhar não precisavam de rendimentos mínimos. Os rendimentos mínimos, para mim e para aquilo que eu vejo, havia de ser para pessoas que não podem trabalhar, que têm que abandonar os seus trabalhos para estarem a tomar contas ou velhos ou doentes. Vejo que o nosso Governo havia de ter visto aquilo. Porque, dar assim a qualquer pessoa, não dá. (Graça, 62 anos)

Eu, por exemplo, já me bateu à porta 2 vezes a fiscalização. Não sei se mandado por alguém, não sei. E acho até que devia haver mais fiscalização para se ver. Porque realmente os meus filhos andam na escola, o pequenino não porque eu não tenho possibilidade de pagar uma outra escola. (Catarina, 35 anos)

Outras entrevistadas vêem também na avaliação mais rigorosa dos candidatos a apoios sociais e na fiscalização de situações fraudulentas a possibilidade de poderem vir a ter um apoio para cuidarem dos seus familiares ou para cobrir a ausência de rendimentos decorrentes da sua incapacidade física para trabalhar:

Na altura se eu quisesse pôr a minha mãe ou o meu pai no lar a reforma deles ia, e depois a Segurança Social ou a Santa Casa dava o resto. Ou seja, a minha mãe tinha cerca de 550 euros de reforma, entre a dela e a do meu pai, não é? Os lares ou é 1.000 ou 1.500, dava. Então neste caso se eu estava a tratar da minha mãe porque é que não dão à pessoa, ao cuidador? Se a Segurança Social fizesse isso não punham tantas pessoas nos lares ou não os abandonavam nos hospitais como os abandonam. (Rosário, 56 anos)

A reduzida enunciação de propostas poderá estar relacionada com níveis baixos de *empowerment* individual²⁶ destas entrevistadas, mas também com a sua condição sócio-familiar e a sua forma de perspectivar o futuro, ou ainda daquilo que na sua perspectiva se torna mais urgente actuar, face à dimensão e gravidade de determinados aspectos críticos.

²⁶. Adota-se aqui a perspectiva de Ninacs sobre o *empowerment* individual, segundo o qual este opera-se sobre quatro planos: a participação, as competências, a auto-estima e a consciência crítica. Trata-se de um encadeamento simultâneo de etapas em cada plano que, de uma forma conjunta e pela sua interacção, geram a passagem de um estado sem poder a um estado no qual o indivíduo se torna capaz de agir em função das suas próprias escolhas. (Ninacs, 2003: 23).

Quadro 16: Cuidadores informais – Percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE Saúde	– Apoios à saúde por parte da SCML (Celina, M ^a Engrácia, Liliana, Rosário)	– Insuficiência da cobertura face às necessidades (Celina, M ^a Engrácia, Liliana, Rosário)
Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência (Liliana, Celina, Maria Engrácia, Anabela, Filipa, Catarina)	– Insuficiência do valor dos apoios (Celina, M ^a Engrácia, Liliana, Rosário)
Rede de equipamentos		– Cobertura insuficiente para institucionalização de idosos (Filipa)
QUALIDADE Acompanhamento social	– Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais (Amélia...) – Apoio emocional (Anabela)	– Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários (Filipa, Rosário, Liliana, Catarina) – Demasiada exposição pessoal/familiar-invasão da privacidade (Marisa, Carolina)
Educação/Formação profissional		– Desadequação da oferta disponível ao perfil dos candidatos (Carolina)
Habitação	– Disponibilização de materiais de construção pela Junta de Freguesia (Catarina)	– Dimensão da habitação desadequada (Celina) – Falta de apoio ao arrendamento no mercado privado (Amélia)
Saúde		– Insuficiência do apoio técnico e psicológico a familiares de doentes (Rosário) – Demora na atribuição dos apoios solicitados (Rosário)
Rede de equipamentos		– Respostas sociais para institucionalização muito padronizadas (M ^a Engrácia, Liliana) – Falta de vagas em creche e com horários compatíveis com o período laboral (Carolina, Amélia, Catarina)
ACESSIBILIDADE Prestações sociais		– Acesso dificultado pela exigência de exposição pessoal (Marisa, Carolina) ou inexistência de IRS/despesas (Filipa) – Discricionariedade na atribuição dos apoios sociais (Filipa, Rosário, Catarina, Graça, Liliana, Carolina)
Saúde		– Dificuldade de transportes para se deslocar a consultas e tratamentos (Liliana)
Educação/Formação profissional		– Falta de diversificação do leque de formações disponíveis gratuitas (Carolina)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> - Promover maior fiscalização das necessidades reais dos beneficiários dos apoios sociais - Rever critérios de acesso a determinadas medidas de política social - Promover acompanhamento social mais personalizado e compreensivo das necessidades/maior ajuda na resolução dos problemas - Promover apoio a cuidadores informais, canalizando verbas de apoios sociais - Aumentar o valor de apoios pecuniários/pensões e/ ou articulação com outros apoios (ex.alimentares) 		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

3. Futuro e disposições para a acção

Como se constatou ao longo dos capítulos precedentes, a consciência crítica que atravessa o discurso destas entrevistadas traduz-se na identificação de problemas que transcendem a dimensão individual (consciência colectiva), influenciados pela conjuntura económica (consciência social) e aos quais o sistema político poderá responder (consciência política). A forma como se conjuga a identificação do tipo de problemas com a estratégia para os superar revela uma grande diversidade de disposições para a acção que ultrapassa o tipo de problemas que afectam estas famílias, parecendo os quatro tipos de disposições encontradas se relacionarem com a trajectória biográfica, com atributos pessoais (auto-estima, confiança em si, atitude perante a vida, aspirações, capacidade de esboçar projectos) e com a forma como se avaliam os factores mais contextuais, nomeadamente as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, o acesso a equipamentos e ao sistema de protecção social. Vejamos como se posicionam estas mulheres em cada um dos quadrantes sintetizados na Figura seguinte:

Figura 8: Problemas e estratégias individuais ou societais: a visão das cuidadoras informais para fazer face às vulnerabilidades

		Estratégia	
		Em si	No sistema
Problema	Em si	Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante Marisa, Anabela	
	No sistema	Auto-apreciação co-responsabilizante e activa individualizante Filipa	Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante Celina, M ^a Engrácia, Liliana, Graça
	Auto-apreciação desresponsabilizante e activa cooperante Catarina, Carolina, Amélia, Rosário		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

3.1. Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante

As mulheres que tendem a atribuir a si próprias as causas da situação de vulnerabilidade em que se encontram fazem-no por motivos diferentes: Marisa justifica

o seu afastamento do mercado de trabalho não só pelo seu registo criminal, mas sobretudo por ter de cuidar da mãe e da sobrinha, nunca evidenciando no seu discurso a possibilidade de uma outra entidade o poder fazer. A solução para aliviar a privação económica em que a sua família se encontra passará por a sobrinha poder vir a ficar menos dependente, através dos tratamentos médicos a realizar e por ela e o marido conseguirem encontrar trabalho.

Já para Anabela o problema do endividamento e o não conseguir trabalho, devido ao seu aspecto físico e aos ciúmes do marido, são aspectos intrínsecos ao seu percurso de vida e da inteira responsabilidade da sua família. Desta forma, enuncia disposições de acção que se apresentam de forma estruturada, dando a ideia de uma sequência feita por etapas: arranjar os dentes, continuar o processo de qualificação e encontrar trabalho, de preferência numa área que goste, tal como fica expresso na citação abaixo ou mesmo poder vir a ser ajudante sócio-familiar:

Eu gosto muito, gosto muito de atendimento ao público, gosto muito sei lá, de atender telefones, secretária, de estafeta, fazer fotocópias, qualquer coisa assim, qualquer coisa que puxe por mim, não fisicamente não porque estou mesmo da coluna mesmo em baixo, mas psicologicamente gosto. E depois pensar assim quando chegar ao fim do mês, no dia um, ou no dia dois, ou vinte ou trinta, receber o meu ordenado, tirar assim um bocadinho para ir ao cabeleireiro cortar o cabelo que eu já não corto o cabelo há um ano, vou cortando assim as pontas, sei lá, comprar um creme para mim, para pôr no corpo, coisas assim, por exemplo, comprar uns sapatos, umas cuecas, comprar coisas assim...uma coisa para mim, para me mimar, não sei se está a entender? Pelo menos eu de certeza que ia ser mais respeitada. (Anabela, 44 anos)

Perante um percurso de vida bastante conturbado, Anabela refere que as suas maiores qualidades são “ter força e sonhar”. A “reestruturação” da sua família está assim nos seus planos, pois o apoio no pagamento das dívidas é indispensável para alimentar a esperança de poder mostrar aos outros que a sua família é merecedora do investimento.

3.2. Auto-apreciação desresponsabilizante e activa cooperante

Este grupo de entrevistadas caracteriza-se, sobretudo, por se tratar de mulheres que se encontram impossibilitadas de trabalhar, não só por factores conjunturais decorrentes do funcionamento do mercado de trabalho, mas sobretudo porque não conseguem colocar os filhos menores de 3 anos em creches subsidiadas. E são estas razões, exteriores a si e à sua vontade, que as levam a identificar o seu problema como sistémico. Por outro lado, encontram-se também aqui modos de vida pautados por situações de pobreza oscilante ou acidental que duram há menos de cinco anos (Catarina e Carolina) ou de uma forma mais prolongada, como é o caso de Amélia.

A exceção surge com Rosário, que interessa comparar com o caso de Anabela, não só pela forma como coloca o problema, mas também como se mobiliza para lhe fazer frente. Se ambas identificam como problema central das suas vidas o endividamento, Rosário demite-se da sua responsabilidade, remetendo, como se constatou, para a ineficácia do sistema de não lhe ter proporcionado os apoios necessários para cuidar dos seus familiares. Assim, se ambas vêm no sistema uma forma de poder ir pagando os encargos financeiros daí decorrentes, Rosário, ainda que contrariada, vê também o sistema como um recurso que lhe poderá permitir pedir a reforma antecipada, mesmo ficando penalizada no seu valor (apenas receberá 164€). Mas a diferença mais marcante encontra-se na forma como cada uma se mobiliza para fazer face à vulnerabilidade sentida e que revela, no caso de Rosário, o desespero de já não encontrar nenhuma luz ao fundo do túnel. O futuro para si “não existe” e o presente é atravessado por tendências suicidas ou com o sentimento de ter de perder a dignidade pessoal e familiar:

A mim o que me dá vontade, às vezes, e acho que algum dia se eu tiver essa coragem eu faço, eu tomo uma data de comprimidos e dou ao meu marido também e quem ficar cá, olhe, está em nome do meu filho, vou prejudicar muito o meu filho mas eu já não aguento mais a forma que vivo. (Rosário, 56 anos)

Um tom mais optimista, surge no discurso de Carolina sobre a sua forma de ultrapassar as necessidades identificadas no presente. A sua auto-imagem remete para uma positividade e um perfil solidário que aliados a uma dimensão mais espiritual são competências que tendem a atrair a sorte de que o futuro seja mais promissor, se não for para si, pelo menos que seja para os seus filhos:

Eu se tiver vinte na minha carteira e se tiver só aqueles vinte, mas se houver aqui alguém que eu saiba que precisa de cinco, eu sou capaz de emprestar. É verdade, isso já me aconteceu várias vezes. As pessoas virem-me pedir porque não sabem que eu não tenho, eu não mostro o nível de vida que tenho. Não mostro porque... a mim, nunca ninguém me vê triste. Se a gente sorrir parece... não conseguimos tudo, mas conseguimos alguma coisa. Eu acho que é por isso que Deus está sempre a espreitar aqui à minha porta. Ele não entra completamente, está sempre à espreita. (Carolina, 41 anos)

Apesar de sonhar vir a viver fora do bairro, num local onde as pessoas sejam mais civilizadas, a vida centra-se no presente:

Acha que eu estava aqui a pensar que eu amanhã tenho menos do que hoje? Nem pensar! Não, vai ser bom! Então não vai porquê? Olhe, agora vou ao médico com o meu filho, já vai ser melhor. Já vou sair de casa, já vou ao médico, já venho do médico. Amanhã levanto-me com outro ânimo e faço outras coisas novas que não fiz hoje e vai ser assim, um dia de cada vez. Temos que viver um dia de cada vez e pensar que o dia de amanhã vai ser melhor do que o de hoje. (Carolina, 41 anos)

E, esta é também a realidade de Catarina que embora reconheça ser “danada para trabalhar”, um conjunto de factores contextuais que se tendem a repetir ciclicamente – emprego, desemprego, apoios sociais – vão eliminando as suas aspirações e capacidade de projecto, ainda que há cerca de 3 anos tenha completado o 9º ano para ter mais oportunidades de trabalho e acompanhar melhor os filhos, e referir querer fazer mais por si, nomeadamente inscrever-se na escola Gil Vicente para obter o 12º ano de escolaridade.

Amélia, sensivelmente da mesma idade, também tem feito um percurso de qualificação escolar e profissional, já que aos 18 anos tinha abandonado o sistema de ensino sem o 8º ano completo. Hoje, com o 12º ano e alguns cursos profissionais encontra no sistema a causa da sua situação – falta de oferta de trabalho e inexistência de respostas para colocar o filho numa creche – pelo que a resposta a estes dois níveis aliada à sua proactividade na procura de trabalho poderão vir a desempenhar a solução para os seus problemas.

3.3. Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante ou individualizante

Num outro grupo encontram-se as entrevistadas que apresentam uma visão co-responsabilizante dos seus problemas actuais, ou seja, remetendo as causas da sua situação presente a factores intrínsecos a si próprias, mas também ao défice quantitativo e qualitativo das respostas sociais e à dificuldade de encontrar oportunidades de trabalho adequadas ao papel de cuidadora.

Se um conjunto de mulheres identifica como estratégia de superação das vulnerabilidades sentidas a conjugação da sua capacitação com as oportunidades que o sistema possa proporcionar (Celina, Maria Engrácia e Liliana), desenvolvendo, assim, uma estratégia cooperante, já Filipa apresenta um projecto mais individualizante que não deixa de se relacionar com a sua auto-imagem, como uma mulher com “força de vontade, coragem e lutadora” que continuará a manter a energia para procurar trabalho, mas cujo descrédito e distanciamento face às instituições que lhe poderiam dar o suporte necessário aos cuidados que mantém à sogra a conduzem a não ter ilusões de que o sistema poderá de alguma forma apoiá-la neste projecto.

O que une estas mulheres reside no nó górdio da prestação de cuidados a familiares, ou seja, todas elas o identificam como um problema que está em si, no entanto, existem especificidades que tendem a configurá-lo de forma diferente e tornar a sua resolução mais ou menos eficaz.

Por um lado, encontramos Celina e Filipa, com uma postura activa de procura de trabalho, muito alimentada por uma auto-estima elevada e pela sua capacidade de projecto, que passa para as duas pela melhoria das suas condições habitacionais

e para a primeira por reunir as condições necessárias que lhe permita trazer os filhos da Guiné, que deixou há 9 anos na sequência do acidente tido com o filho a que hoje presta cuidados.

Por outro lado, deparamo-nos com a condição de debilidade física de Maria Engrácia e Liliana para quem o futuro é em si o problema ou “só Deus sabe” como poderá vir a ser. Com 63 e 57 anos, respectivamente, e sem terem tido ainda uma resposta que permita institucionalizar os filhos o maior receio é deixarem um dia de ter capacidade para cuidar deles:

Ai, sonhos, sonhos...Olhe, eu outro dia fui comprar uma raspadinha e fui comprar um coiso do Euromilhões. Sonhei. Mas acordei mesmo assim com aquele sonho. Com 250.000 milhões!!!...Digo assim: “Ai, credo!” Isto, para mim, contentava-me só com uma terça parte (ri-se) Fui comprar e nadinha. Olhe, sonhei. Por isso os meus sonhos são só para mal, não para bem. (Maria Engrácia, 63 anos)

4. Retratos de cuidadoras informais

ANABELA, 44 anos

Anabela, hoje com 44 anos, e desde sempre habitante em Alfama, tem uma infância conturbada. Apesar de referir nunca ter passado fome na sua infância, pois os pais trabalhavam ambos nas Oficinas Gerais, o pai morre quando tinha 7 anos e a mãe “nutria poucos sentimentos pelos filhos”. A mãe terá colocado Anabela em regime externo na Casa Pia, mas perante as faltas que dava na escola acabou por ser expulsa. Fez o 4º ano e apesar de ter continuado a estudar e de gostar da escola, aos 13 anos engravida e junta-se com o actual companheiro, com 20 anos na altura, na casa da mãe deste com apenas 14 m² e sem as mínimas condições de habitabilidade, de onde só viriam a sair em 1993, já com quatro filhos.

Depois de 30 anos a viver, na freguesia de Santo Estêvão, a família de Anabela muda-se para uma casa numa freguesia vizinha, na sequência do marido se ter apercebido da possibilidade de poder aceder a uma casa camarária. Iludidos com a melhoria repentina das condições físicas da habitação iniciam um processo de endividamento para a compra da mobília e equipamentos domésticos, estando hoje com um encargo mensal de 860€, prevendo-se esse valor para os próximos 7 anos, apenas capaz de ser liquidado com o apoio financeiro que hoje recebem da SCML, juntamente com a pensão de invalidez do marido, a quem foi diagnosticada a doença bipolar.

O afastamento do mercado de trabalho por parte de Anabela anda associado ao nascimento sucessivo de filhos, mas também aos ciúmes do marido e mais recentemente a situações discriminatórias no acesso ao mercado de trabalho, pela sua aparência física.

Tendo como projecto de vida vir a ser ajudante sócio-familiar, Anabela já concluiu o 6º ano e pensa prosseguir os estudos, na companhia de um dos filhos para atingir o 9º ano.

GRAÇA, 62 anos

Natural de Lisboa, morou com a família de origem na Quinta do *Correio-mor* (perto da Avenida do Brasil), onde o seu pai e tios tinham nascido e onde também viviam. A sua mãe acabou por sair desta casa há 5 ou 6 anos na sequência da casa ter sido demolida, mas Graça antecipou a sua saída, com o seu casamento aos 16 anos, para uma zona ali perto – Quinta do Alto. Durante os 30 anos antes de ser realojada na casa em que actualmente hoje reside, esteve a viver numa barraca e posteriormente numa casa pré-fabricada no Relógio, na sequência da construção da 2ª Circular. Com as diferentes mudanças de local de residência e de tipo de habitação, acha que as suas condições habitacionais melhoraram, sobretudo, desde que vive no Bairro das Salgadas, há 16 anos.

Na adolescência das suas duas filhas foi-lhes diagnosticada uma doença rara, possivelmente provocada por os pais terem o mesmo grupo sanguíneo. Uma das filhas faleceu recentemente, após ter estado 25 anos acamada, continuando Graça a prestar cuidados à outra filha que se encontra numa situação semelhante há 30 anos.

Graça conta com o salário do filho para pagar a prestação da casa, por em tempos ter optado pela compra da habitação onde hoje reside, mas cujo encargo mensal de cerca de 200€ parece estar a ficar comprometido, já que o filho, ajudante de padeiro de profissão, já se encontrava com um salário em atraso. A difícil gestão financeira quotidiana leva Graça a referir a importância que poderia assumir passar a receber a pensão de velhice.

Hoje, com 62 anos, recebe a pensão social de invalidez da filha, a pensão de viuvez e um “suplemento”, que não específica, para cuidar da filha, totalizando 360€.

Graça afirma não ter outro sítio para onde ir, tendo de se resignar a ficar no actual local de residência.

B3 Incapacitados para o trabalho por motivo de doença

1. O contexto de vulnerabilidade

Integram o sub-perfil *incapacitados para o trabalho por motivos de doença* onze entrevistados, oito mulheres e três homens, com idades compreendidas entre 35 e os 64 anos, distribuídos pela zona Norte/Oriental da cidade de Lisboa – freguesias de Ameixoeira e Marvila – e zona sul da cidade – freguesias de S. Cristóvão e S. Lourenço, Socorro e Castelo. Todos os entrevistados são de nacionalidade portuguesa, com excepção de um refugiado do Congo que se encontra em Portugal, desde 1969, e sem documentação há cerca de 20 anos, em situação irregular no país desde então. A composição familiar dos seus agregados varia entre o indivíduo isolado e a família alargada. Apesar da heterogeneidade dos percursos de vida em causa, sobressai o forte impacto que episódios de doença acarretam na vida destes entrevistados.

Atendendo à informação recolhida nas entrevistas, procura-se de seguida aprofundar os percursos biográficos destas pessoas, de forma a compreender os factores e contextos potenciadores da sua actual situação de vulnerabilidade, mas também de que forma são geridas e ultrapassadas as suas necessidades actuais e como projectam o futuro.

1.1. A incapacidade para o trabalho: do culminar de longas situações de vulnerabilidade à pobreza acidental

Os entrevistados deste perfil encontram-se incapacitados para o trabalho por motivos de doença, ainda que esta condição não seja institucionalmente reconhecida, e portanto nenhum disponha de pensão de invalidez. Para quase todos, esta situação é permanente e apenas para Cláudia é temporária. Esta incapacidade

dade para o trabalho, associada à falta de outros rendimentos que permitam a independência financeira dos seus agregados, colocou estes entrevistados em situação de grande vulnerabilidade social. Todavia importa não escamotear o facto de estarmos perante percursos de vida, muitos deles, pautados por momentos anteriores de privação económica. Deste modo, é possível distinguir três subperfis de entrevistados, tendo em conta o seu percurso de vida.

O quadro seguinte procura esquematizar as diferentes situações de pobreza e exclusão social vividas pelos entrevistados e encontra-se organizado segundo o tempo decorrido desde o momento crítico que os colocou na actual situação de incapacidade para o trabalho por motivos de doença.

Quadro 17: Incapacitados para o trabalho – Percepção da situação de pobreza e duração dos incidentes críticos

	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Pobreza/exclusão persistente		Joana – IP Cláudia – IT Aura – IP
		Joaquim – IP Márcia – IP
Pobreza oscilante	Antero – IP	Camila – IP
	Beatriz – IP	
Pobreza episódica ou accidental	Albano – IP	Deolinda – IP Sofia – IP

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Legenda: IT – incapacidade temporária; IP – incapacidade permanente
A cinza as situações de pobreza e/ou exclusão social inter-geracional

Um primeiro grupo de entrevistados revela trajectórias de vida marcadas pela permanência numa situação de carência económica ou de exclusão social, onde se acumulam situações de desemprego, precariedade laboral, famílias numerosas, baixas qualificações, más condições habitacionais e incapacidade para o trabalho. Nestas situações estamos perante uma pobreza e/ou exclusão social persistente, onde as recentes situações de doença apenas agravaram a situação em que o seu agregado familiar já vivia.

Aura, com 48 anos, Cláudia e Joana, com 36 e 35 anos respectivamente, evidenciam percursos de vida onde as dificuldades económicas parecem ser o cenário constante desde a infância, condições que permanecem na idade adulta:

A minha infância também não foi fácil, a minha adolescência também não foi fácil, tive de ir trabalhar nova para poder ter as minhas coisas, não é? O meu pai não tinha, só tinha para alimentação. Eu andava sempre com a roupa que me davam. (Cláudia, 36 anos)

Sempre foi esta vida de pobre. (Joana, 35 anos)

Aura, natural do distrito de Viseu, vem para Lisboa aos 3 anos com os pais e mais 6 irmãos, onde faz o 1º ciclo. Por motivos de saúde do pai regressa à terra natal de onde parte para o Porto para servir com 13 anos. Volta para Lisboa com cerca de 16 anos e instala-se no Bairro Chinês em casa de uma irmã que se manteve em Lisboa. Casa, tem três filhos e vive actualmente com o marido, os filhos e os netos, dois deles filhos da enteada, em Marvila depois do realojamento social de que é alvo nos anos 90. Com uma actividade profissional sempre ligada às limpezas, a sua vida é repleta de dificuldades, agudizada por momentos em que era a única a trabalhar neste numeroso agregado familiar e mais recentemente pela sua incapacidade para o trabalho provocada por problemas de coluna.

Joana, lisboeta, com 35 anos e de etnia cigana, viveu durante a infância no Prior Velho numa barraca com os pais e os seus três irmãos, uma vida pautada por dificuldades. Separada e com dois filhos a cargo consegue uma habitação social no Bairro da Horta Nova e posteriormente em Marvila. Com uma breve passagem pelo mercado de trabalho como ajudante de cozinha, encontra-se hoje doente (com diabetes e problemas de tiróide), sem qualquer apoio familiar por conflitos antigos, dispõe como único meio de subsistência o Rendimento Social de Inserção.

Cláudia, viveu com a família no Bairro Chinês desde que nasceu, teve uma vida marcada por dificuldades que se acentuaram quando a mãe abandonou a família. Por esse motivo, com cerca de 15 anos, abandona a escola e começa a trabalhar para ajudar o pai no sustento da família. Com a demolição do Bairro Chinês, é-lhes atribuída uma habitação social no Bairro dos Alfinetes, em Marvila. Com 25 anos e o nascimento da sua primeira filha pede o desdobramento da habitação e consegue uma casa no Bairro do Armador. É com a gravidez da sua segunda filha que lhe surgem alguns problemas de saúde dos quais ainda se encontra a recuperar. Actualmente, ainda com as filhas à guarda do pai até que recupere, subsiste com o Rendimento Social de Inserção.

Integra também este grupo Márcia e Joaquim. Dois entrevistados cujo discurso não permite inferir sobre o contexto prolongado de carência económica, mas cujo percurso de vida indicia pelo menos um percurso de exclusão social permanente. Márcia, diz não se recordar de nada da sua infância e juventude, o único facto que menciona é ter sido criada por uma família adoptiva. Alfacinha com 44 anos, dedica-se à prostituição desde os 14 anos, actividade que apenas abandona há cerca de seis anos, segundo a própria, por imposição dos serviços sociais, caso contrário ser-lhe-ia retirado o seu filho menor, único dos quatro que permaneceu à sua guarda. Actualmente, reside com o filho e o marido, na zona histórica da cidade. Portadora de HIV e hepatite, resta-lhe recorrer aos apoios sociais (RSI e Banco Alimentar) para garantir a sobrevivência da sua família.

Finalmente, Joaquim exhibe também um longo percurso de exclusão social que sucessivos contratempos não permitiram reverter. Refugiado da República do Congo, consegue arranjar emprego como electricista depois de frequentar um curso profissional, mas na Segurança Social não constam descontos desse período. A sua situação agudiza-se com a perda/roubo dos seus documentos há cerca de 20 anos, tornando a sua situação no país irregular o que o impede de exercer uma actividade profissional, situação presentemente agravada pelo seu estado de saúde. Reside em Alfama há mais de 10 anos, vive dos apoios prestados pelos amigos e vizinhos, pequenos biscates para a vizinhança e para a Junta de Freguesia de Sto Estêvão, que lhe cede também habitação, e de um apoio da Santa Casa para a medicação.

O segundo tipo de percurso de vida integra indivíduos com episódios de pobreza menos permanentes e mais oscilantes, resultado de situações de vulnerabilidade ao longo da vida, como situações de desemprego ou o nascimento de filhos. Ou seja, estamos perante um grupo de entrevistados com vidas pautadas por alguns momentos de carências económicas que conseguiram reverter, mas que a actual situação de doença os fez retornar à condição de necessidade. Deste modo, facilmente se depreende que percursos de vida pautados por situações de pobreza se tornam potencialmente mais vulneráveis perante episódios de doença. Estamos assim perante situações de pobreza oscilante. Nesta condição encontra-se Camila, Antero e Beatriz.

Camila e Antero, naturais de Alfama e apenas com o 1º ciclo, apresentam percursos de vida muito distintos. Camila inicia a vida activa em tenra idade que interrompe com o casamento. Depois do divórcio regressa a Alfama com os dois filhos, arranja trabalho e tem mais duas filhas. Situações de desemprego e o nascimento das filhas, sem apoio dos respectivos pais, são apontados como momentos de grande dificuldade económica, mas que a inserção no mercado de trabalho consegue reverter. Contudo a degradação da sua condição de saúde traduz-se no regresso a uma situação de grande vulnerabilidade que assume não ter condições para solucionar.

Antero, pelo facto de sempre ter residido na casa da avó permite-lhe ter a sua subsistência assegurada pela pensão de invalidez desta. Com diferentes actividades ao longo da vida, de bombeiro a empregado de escritório, onde concluiu o 2º ciclo por investimento e incentivo da entidade patronal, encontra-se aos 35 anos incapacitado para o trabalho, a aguardar a atribuição do Rendimento Social de Inserção.

Beatriz, com o 1º ciclo, natural de Chaves, migra na década de 70 para Lisboa na esperança de uma vida melhor. Casa e tem uma filha. A oscilação entre os diferentes trabalhos da própria e do marido coloca-os numa condição de cons-

tante instabilidade. Actualmente incapacitada para o trabalho desde que partiu uma perna e com o marido desempregado subsistem com os magros 300€ do Rendimento Social de Inserção. Dadas as baixas qualificações do marido e o facto de se encontrar desempregado, a aposta na sua qualificação escolar poderia ser uma solução, contudo este considera que a frequência de formação deveria ser remunerada para além do Rendimento Social de Inserção que já auferir. Justifica que o valor deste é insuficiente para as despesas que teria ao frequentar a formação (deslocações e refeições).

Finalmente, três entrevistados, Sofia, Deolinda e Albano, vêm-se confrontados em determinada altura das suas vidas com um momento crítico que os coloca na condição de necessidade e que os faz recorrer pela primeira vez a algum tipo de apoio social, neste caso ao Rendimento Social de Inserção, perante uma situação de doença, o que aqui designamos por pobreza episódica ou accidental.

Sofia, natural de Lisboa, com 38 anos, casada e com quatro filhos, inserida no mercado de trabalho desde os 16 anos, descobre, com o nascimento da sua quarta filha, há cerca de 6 anos, um problema cardíaco que a impossibilita de trabalhar. Sem direito a subsídio de desemprego, segundo a própria injustamente, e apenas dispondo do salário de taxista do marido para um agregado familiar de seis pessoas, resta-lhe recorrer ao Rendimento Social de Inserção até que o seu estado de saúde melhore, o que apenas acontecerá por via de um transplante de coração.

Deolinda, também lisboeta, natural da zona histórica, depois de concluir o 2º ciclo começa a trabalhar aos 12 anos, com a mãe no mercado de legumes. Actividade que interrompe com o casamento. Após o divórcio e para sustentar as duas filhas dedica-se à venda ambulante, actividade precária sem qualquer contribuição para a segurança social. Contudo, um acidente de viação em 1998, deixa-a incapacitada para o trabalho. Incapaz de prover o sustento das filhas, resta-lhe o recurso aos apoios sociais. Actualmente a residir com a filha desempregada e o neto, subsistem com o Rendimento Social de Inserção e os apoios sociais prestados por diferentes entidades: a renda comparticipada pela Santa Casa e os alimentos pela Associação Auxílio e Amizade.

Albano, analfabeto, com 56 anos, casado e com cinco filhos apesar de residir numa habitação social na freguesia da Ameixoeira, descreve um percurso de vida desafogado, cujo sustento provinha da venda ambulante. A degradação do seu estado de saúde, ele com problemas de coração e a mulher com problemas de rins, e ainda a diminuição da rentabilidade do negócio, colocou-o na actual condição de carência económica.

Independentemente do tipo de pobreza vivido por estas pessoas, a análise dos discursos permite verificar que o fenómeno de pobreza e ou exclusão social

intergeracional é transversal aos três grupos. Todos evidenciam nos seus relatos situações de vulnerabilidade vividas durante a sua infância e juventude. Se para alguns se manteve ao longo da vida adulta, para outros a reversibilidade dessa condição inicial é interrompida por uma situação de doença.

Íamos às Mónicas buscar sopa, buscar pãozinho escuro (que naquela altura davam isso), e as irmãzinhas davam manteiga e vestiam-nos e davam aqueles sapatos que nos davam naquela época e eram bem bons, que aquilo durava muito tempo, andávamos descalços. (Deolinda, 52 anos)

É excepção Joaquim que dá conta de uma infância sem indícios de privação económica, ainda que o seu pai tenha vindo da Vidigueira em busca de melhores condições de vida.

As trajectórias de vida destes entrevistados colocam a descoberto percursos escolares pautados por situações de abandono precoce. A pobreza geracional e a desvalorização do percurso escolar assumem aqui a grande responsabilidade. Paralelamente, regista-se a desvalorização familiar e social da escola (Joana, Deolinda, Albano, Antero e Beatriz).

Nem havia nem rendimentos nem nada. Tanto que a minha mãe pôs a mim e ao meu irmão a trabalhar com 12 anos. A minha mãe era doente e era só o meu pai a ganhar. (Camila, 55 anos)

Ia sempre, nunca neguei de ir à escola, mas naquela altura a gente nunca estudava ao décimo segundo, décimo terceiro, até à quarta classe, fazíamos a terceira classe, a quarta, pronto, aí terminou. (Beatriz, 64 anos)

O facto de estarmos perante um grupo de sujeitos cuja inserção no mercado de trabalho está maioritariamente afastada por motivos de saúde, poderá justificar a razão pela qual, apesar das generalizadas baixas habilitações escolares destas pessoas, a aposta em melhores níveis de escolaridade ou o investimento em formação profissional não surge nos seus horizontes. Ainda que reconheçam que no actual contexto económico a escolaridade pode não ser a garantia, reconhecem que é com certeza potenciador de maiores oportunidades. Há mesmo uma entrevistada que considera que a sua vida seria actualmente melhor se tivesse prosseguido nos estudos.

Não posso trabalhar para que é que vou tirar o décimo segundo ano? Enquanto eu não tiver minimamente condições para trabalhar para que é que eu vou... (Sofia, 38 anos)

Dá um bocadinho mais, não é? (...) se eles tiverem duas vagas dão mais depressa à doutora do que me dão a mim porque tenho a quarta classe, está a perceber? (Márcia, 44 anos)

As baixas qualificações e a inserção precoce no mercado de trabalho, entre os 12 e os 16 anos, explicam o exercício de actividades pouco qualificadas e mal

remuneradas. Acresce a esta falta de qualificação das actividades exercidas, percursos instáveis e sem vínculo para muitos deles.

Assim, é possível sintetizar em quatro tipos, os percursos profissionais destes entrevistados, pautados por factores de instabilidade e/ou precariedade:

- ▶ A falta de vínculo laboral nas actividades desenvolvidas, é o caso da venda ambulante desenvolvida por Albano e Deolinda; a prostituição, única actividade desempenhada por Márcia; e os biscates em troca de apoios há mais de 20 anos de Joaquim;
- ▶ A rotatividade e diversidade de trabalhos, Sofia trabalhou como empregada de balcão, ajudante de cozinha, operadora de rádio, taxista, entre outras actividades. Justifica esta rotatividade com a diferença de salário conseguida *“Era onde me oferecessem mais dinheiro era para onde eu ia.”*. Antero foi bombeiro, empregado de escritório e empregado de mesa. E Beatriz esteve sempre ligada às limpezas, exercendo esta actividade em diferentes contextos;
- ▶ Curtos períodos de inserção laboral, alguns com contrato de trabalho, é o caso de Cláudia, entre as várias actividades que desenvolveu, apenas teve contratos de trabalho em empresas de limpezas, depois disso fez um estágio no âmbito da formação profissional que tirou; e
- ▶ A estabilidade laboral de apenas duas entrevistadas, Camila e Aura, a primeira esteve efectiva durante 17 anos como cozinheira e a segunda cerca de 10 anos numa empresa de limpezas, para ambas o último local de trabalho.

Para além da doença constituir o principal constrangimento pessoal para a desinserção no mercado de trabalho, são referidos mais três factores: para Márcia a baixa escolaridade para encontrar um trabalho que se adequa à sua condição; para Joana o facto de ter dois filhos ao seu cuidado que, associado à sua condição física, não lhe permite ter energia para a inserção laboral; e para Joaquim o facto de se encontrar indocumentado.

Surgem, no entanto, e em paralelo, nos discursos alguns constrangimentos sociais, os mais apontados estão associados ao actual estado económico do país, nomeadamente a falta de oferta de emprego e a fraca rentabilidade do negócio até então desenvolvido – a venda ambulante, no caso de Albano. Acresce ainda o constrangimento étnico: Albano e Joana sentem uma dificuldade acrescida pelo facto de serem de etnia cigana.

1.2. A insatisfação com a habitação social e o acolhimento de Lisboa antiga

A análise dos tipos e das condições habitacionais dos entrevistados permite distinguir os dois territórios de inquirição segundo o tipo de habitação, o valor das rendas e a satisfação dos entrevistados com o local de residência.

Os entrevistados residentes na zona Norte e Oriental (Marvila e Ameixoeira) são quase todos arrendatários de habitação social e apenas Sofia, com um tipo de pobreza acidental ou episódica, é proprietária da sua habitação adquirida no mercado privado. Os residentes na zona histórica são arrendatários, mas no mercado privado. Apenas Joaquim, o imigrante indocumentado reside numa habitação cedida pela Junta de Freguesia. De entre aqueles cuja habitação é arrendada, apenas Antero e Deolinda não são titulares do contrato de arrendamento, estando estes em nome de um familiar, avó e filha, respectivamente, colocando estes indivíduos numa situação de vulnerabilidade acrescida, caso deixem, por algum motivo, de poder manter esta coabitação.

Estes dois territórios também se distinguem pela proveniência residencial dos seus entrevistados. No caso da zona Norte e Oriental trata-se de situações de realojamento. Cláudia e Aura provinham do Bairro Chinês, bairro de barracas, actual localização do Parque das Nações, Albano e Joana das Galinheiras e da Horta Nova, respectivamente, mas cujas vivências residenciais anteriores eram também em barracas, em resultado do êxodo rural. É excepção, mais uma vez o caso de Sofia, que anteriormente vivia num apartamento nos arredores da cidade de Lisboa e a sua residência nesta zona deve-se à compra de uma habitação.

No caso da zona histórica da cidade de Lisboa, os entrevistados residiam anteriormente na mesma área com as suas famílias de origem, onde as mudanças se prendem com a procura de melhores condições habitacionais ou com a autonomização do agregado familiar de origem.

Ali era quase na rua. Era uma oficina ali. Era um barraquinho ali. Chovia lá dentro. Não tinha porta, não tinha janelas. Ali passei muito mal. Vivia lá com ratos em cima, e na cama. (Joaquim, 58 anos)

Destacam-se duas excepções, Antero e Beatriz, o primeiro mantém-se na casa onde sempre viveu, a casa da avó e Beatriz, natural de Chaves, veio para Lisboa com 26 anos, no âmbito do fenómeno de êxodo rural da década de 60 e 70, tendo já vivido em diferentes zonas da cidade.

Independentemente do tipo de habitação, da área de residência e da sua titularidade, não são apontados problemas nas condições habitacionais, com excepção da dimensão reduzida referida por Beatriz e Deolinda. No entanto, perspectivada de forma distinta: Beatriz diz manter-se nesta habitação por impossibilidade financeira de mudança, mas que deseja vir a mudar-se para outro local; Deolinda, embora insatisfeita, refere que é suficiente para a sua família. De facto, a sua preocupação centra-se no facto da titular do contrato de arrendamento ser a sua filha, colocando Deolinda perante alguma instabilidade habitacional.

Nesta análise sobressaem as elevadas rendas que os entrevistados pagam no mercado privado de habitação face aos rendimentos mensais de que dispõem (valores que oscilam entre os 200€ e os 375€). Seria expectável que casos de rendas em atraso estivessem associados a estes entrevistados, contudo estas situações verificam-se em ambos os tipos de habitação, tanto na social como no arrendamento privado. É interessante verificar que a questão das rendas elevadas não é apontada como um problema, mas como uma consequência do seu estado de doença, da incapacidade para trabalhar e da falta de apoios sociais, nomeadamente a reforma por invalidez, que não lhes permite auferir rendimentos suficientes para o pagamento das suas despesas, entre elas a renda de casa. Apenas Antero refere ter uma renda baixa, decorrente de se tratar de um contrato de arrendamento antigo, cuja titular é a avó.

A satisfação com o local de residência também permite distinguir os dois territórios. Os entrevistados a residir em habitação social gostariam de mudar de local, e lembram com alguma saudade os anteriores locais. O discurso dos entrevistados residentes nestes territórios reflecte uma tentativa de distanciamento identitário face aos restantes moradores do bairro. O principal motivo é o que apelidam de má vizinhança, muitas vezes pautada por conflitos e marginalidade (Carla, Aura e Sofia).

Gostava [de mudar] por causa dos ciganos, mas por causa dos miúdos que estão aqui habituados à escola, não. Este bairro aqui é um pouco: a gente não pode sair à rua, porque só se vê aí marginais, roubam carros que é uma coisa. (Aura, 48 anos)

Joana e Albano, de etnia cigana, a residirem em Marvila e Ameixoeira, respectivamente, referem o menor nível de acolhimento/hospitalidade que sentem na comunidade local por comparação com a anterior área de residência. Albano acrescenta à sua insatisfação as condições de construção da habitação.

Sofia, residente nas Galinheiras, diz ter já mudado para outra zona, cujo contexto social é muito distinto. Para tal alugou a sua casa até que seja vendida. No entanto, não refere a nova localização.

Contrariamente, os entrevistados a viver na zona histórica assumem gostar do local de residência e não ambicionam mudar. Contribui para explicar este facto as relações de vizinhança e o sentimento de identidade local. De facto, estes entrevistados valorizam as relações de vizinhança que dispõem e partilham.

Se eu sair daqui [Alfama] fico perdido para toda a vida. (...) Isto é o meu coração. Sou um monumento daqui. (Joaquim, 58 anos)

Eu fui criada aqui. Tive muitas vizinhas boas, ainda hoje ajudam-me sem eu lhes bater à porta, graças a Deus. Por isso é que eu não quero sair daqui. Já me aconteceram muitas coisas e fui socorrida. (Camila, 55 anos)

Há, no entanto, duas excepções: por um lado Márcia diz já ter passado muitos anos na agitação da cidade e que gostaria de ir viver para o campo se lhe dessem uma casa; e por outro lado, Beatriz gostaria que lhe dessem uma casa maior onde não tivesse que pagar renda, sendo muito crítica em relação aos vizinhos e indiciando alguma conflitualidade. Importa salientar que esta entrevistada é a que reside há menos tempo na zona, não tendo qualquer vínculo identitário ao bairro, registando distintos locais anteriores de residência na cidade.

A análise do percurso residencial dos entrevistados permite constatar que:

- ▶ A questão habitacional parece não constituir um problema para estes entrevistados, ainda que objectivamente o custo da habitação privada seja elevado face aos rendimentos disponíveis dos entrevistados;
- ▶ A satisfação com a habitação está mais dependente de factores simbólicos, assente nas relações de vizinhança e de identidade, do que em questões objectivas, como a dimensão ou o custo.

Ao longo da análise dos percursos de vida destes onze entrevistados foi possível constatar, e sistematizar na Figura seguinte, a existência de dois planos ao nível da enunciação de problemas: um plano pessoal e um plano societal, inevitavelmente resultado do diferencial entre a apreciação dos entrevistados quanto às suas condições de vida, e a suas aspirações e expectativas de vida.

Ora, o estado de doença em que se encontram é o problema mais generalizado, que está longe de ser minimizado pelo sistema. Neste plano, os problemas enunciados incidem em três níveis: 1) no mercado de trabalho: falta de oportunidade de trabalho para alguns elementos do agregado familiar em situação de desemprego, ou mesmo para os próprios entrevistados desde que disponham de condições adaptadas às limitações impostas pelo seu estado de saúde; a discriminação étnica nas oportunidades de trabalho; 2) na protecção social, na medida em que os problemas estão centrados na insuficiência dos apoios e no não reconhecimento da incapacidade para o trabalho que invalida a atribuição da respectiva pensão de invalidez; e 3) na legalização de imigração que dificulta um refugiado sem papéis há 20 anos regularizar a sua situação.

Na generalidade, os entrevistados atribuem a sua condição de vulnerabilidade sobretudo a factores externos a si, mais do que aos factores pessoais, ainda que a doença se assuma como o factor determinante mas incontornável.

Figura 9: Incapacitados para o trabalho – Auto-percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

2. A gestão da vulnerabilidade

Afinal como avaliam estes homens e mulheres as suas condições de vida? E que comparações fazem quando reflectem sobre a vida dos que os rodeiam? Genericamente estes entrevistados consideram-se pobres, no entanto, valorizam o facto de as suas famílias não passarem fome e de serem ricos de espírito. São excepção a Sofia e a Joana, a primeira não se considera pobre, mas rica de espírito, justificando que vai conseguindo pagar as suas despesas. Este posicionamento parece assentar num forte cariz religioso que atravessa toda a sua entrevista. Por oposição, Joana diz-se “muito pobre”.

Este posicionamento é consonante com a perspectiva destes entrevistados quando se comparam com outras pessoas. Apenas Joana considera que quando olha em seu redor ninguém dispõe de condições de vida tão duras quanto as suas, os restantes registam perspectivas mais positivas, considerando que existem pessoas em condições de vida iguais ou mais difíceis do que as suas.

Neste sentido, é indispensável compreender como gerem estes homens e mulheres as suas necessidades, que estratégias accionam para reverter ou minimizar as situações de carência, que papéis assumem e que recursos convocam. O quadro seguinte procura sistematizar os rendimentos, os tipos de apoio e as estratégias

Quadro 18: Incapacitados para o trabalho – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

	Entrevistado	Idade	Freguesia	Nº elem. da família	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios			Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos
						Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras ent.)		Apoios INFORMAIS (família/ vizinhos/ amigo)	
						Habituação	Saúde		
Zona 1									
	Cláudia	36	Marvila	1	174 € (RSI)	Hab social		Apoio generalizado	Activa institucional e Solidária, Passiva
	Aura	48	Marvila	9	cerca de 300€ (biscates do marido+abono) (aguarda RSI)	Hab social			Passiva, Activa institucional
	Joana	35	Marvila	3	RSI	Hab social	aguarda cartão de saúde da SCML		Activa institucional, Passiva
	Sofia	38	Ameixoeira	4	RSI+salário do marido+abono			Bens alimentares pontuais	Activa institucional, Passiva
	Albano	56	Ameixoeira	3	cerca de 200€ (RSI+abono)	Hab social		alimentos	Activa institucional, Passiva
	Márcia	44	S. Lourenço	3	RSI			Alimentos, electrodomésticos	Activa institucional, Passiva
	Joaquim	58	Santo Estêvão	1	Biscates+ (apoio para a medicação) 50€	Hab cedida	50€ para medicação – SCML	Alimentos, vestuários e outros, apoio emocional	Activa solidária, activa institucional, autonomizante, Passiva
	Deolinda	52	Socorro	3	(subs renda) 200€; (sub medicação) 50€; RSI	Sub. Renda – SCML	50€ para medicação – SCML	Apoio emocional, pequenos empréstimos	Activa institucional, Passiva, Activa Hipotecada
	Antero	35	Santo Estêvão	2	Pensão de invalidez da avó (aguarda RSI)	Materiais JF	aguarda apoio à medicação	Alimentos	Activa solidária e institucional, Passiva
	Beatriz	64	Castelo	2	(RSI) 259 €		Cartão de saúde – SCML	Alimentos	Activa institucional, Passiva
	Camila	55	Santo Estêvão	2	(RSI) 90€+ (apoio da filha para cuidar da neta 200€) = 290€			Alimentos	Activa institucional e Hipotecada, Passiva
Zona 2									

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CEI, 2011

adoptadas por cada um dos onze indivíduos aqui em análise. A sua apreciação permite desde já tecer algumas observações:

- ▶ São os entrevistados mais jovens que usufruem de algum tipo de apoio familiar, que apresentam uma estratégia activa solidária, com excepção de Joana por conflitos familiares;
- ▶ Todos dispõem ou aguardam a atribuição de Rendimento Social de Inserção (é excepção Joaquim, pois não reúne as condições de acesso à medida). Este apoio institucional é complementado por outros, como habitação social, apoios à saúde, prestados pela SCML, e apoios em géneros, essencialmente alimentares. Uma estratégia activa institucional;
- ▶ Independentemente da diversidade dos apoios de que beneficiam, a maioria revela uma atitude de resignação face às dificuldades do dia-a-dia, uma estratégia passiva.

2.1. O papel complementar das redes de proximidade

De forma complementar aos apoios formais recebidos, que consideram maioritariamente insuficientes, alguns entrevistados dispõem ainda de uma rede social e familiar que lhes permite dispor de outros apoios, sejam eles através da família, vizinhos ou amigos.

É possível distinguir algumas diferenças nos apoios informais identificados, que podem ser justificados por dois factores, a idade e o local de residência. Verifica-se que são os entrevistados mais novos, que referem ter ainda algum tipo de apoio de família, como pais ou avós, e é na zona histórica onde os apoios prestados por vizinhos e amigos assumem maior destaque, atribuindo mais uma vez uma importância fulcral às redes de vizinhança, já destacadas na valorização do local de residência.

O recurso a uma **estratégia activa solidária** assente na família é evidenciado por dois entrevistados da zona norte e um da zona histórica. Cláudia refere que o pai e a sua mulher são o seu suporte em momentos de necessidade, já Sofia refere um apoio pontual por parte dos pais, com alimentos que os próprios produzem. Antero reside com a avó, sendo actualmente a pensão de invalidez desta, o único rendimento do agregado.

Sim, devo muito a eles. É assim, é como se fosse uma dívida para toda a vida. (Cláudia, 36 anos)

O meu pai vem da terra e traz uns ovos... Trazem fruta... Mas não posso estar a dizer que é uma ajuda a 100%. (Sofia, 38 anos)

Os apoios dos vizinhos surgem com maior predominância na zona histórica. Na zona Norte e Oriental apenas Albano dá conta deste tipo de solidariedade.

Os apoios prestados pelos vizinhos na zona histórica são de natureza pontual e variada. No caso de Deolinda e Camila são de dois tipos, empréstimos de dinheiro, em momentos críticos, tratando-se de uma estratégia activa hipotecada e apoio emocional, uma estratégia activa solidária. No caso do Joaquim, caso mais atípico neste grupo, o facto de não poder recorrer a prestações sociais coloca-o numa situação de maior vulnerabilidade e à mercê da solidariedade da comunidade local. Neste caso combinam-se dois tipos de iniciativa, a realização de alguns biscates pelo próprio, mas essencialmente a solidariedade da comunidade local que lhe disponibiliza diversos apoios, combinando uma estratégia autonomizante com uma activa solidária.

Tive muitas vizinhas boas, ainda hoje ajudam-me sem eu lhes bater à porta, graças a Deus. (Carolina, 55 anos)

Sim, porque é uma pessoa que já me conhece há muitos anos e sabe que eu sou de pagar e...já não é a primeira vez que pedi. (Deolinda, 52 anos)

2.2. A centralidade dos apoios institucionais: a estratégia activa institucional – motivações, expectativas, impactos e propostas

Para quase todos os entrevistados, o recurso a apoio social é já um recurso seu conhecido, variando na regularidade e no tipo. Quatro deles usufruem de habitação social na sequência de realojamento e dois recorreram em alguns momentos do seu percurso de vida a prestações sociais, nomeadamente subsídio de desemprego ou outras prestações pecuniárias. Estamos então na presença de um grupo que na generalidade regista momentos anteriores de recurso a apoios sociais e que assume uma postura de adesão.

Pedi há uns anos atrás, mas isto foi há anos. Davam-me uns 9 contos por mês, porque eu ganhava pouco na altura e davam-me aquele bocadito. (Aura, 48 anos)

Eu pedi ajuda na altura que eu fiquei com o pai delas. Porque estava grávida da 1ª e ninguém me dava trabalho. Foi quando o pai delas me deixou. Já estava grávida da outra. (Camila, 55 anos)

Destacam-se, no entanto, quatro casos que importa descrever – Beatriz, Deolinda, Sofia e Aura. Beatriz e o marido, cuja entrevista foi realizada em conjunto, referem ter sentido vergonha na primeira vez que solicitaram apoio social, no entanto decorridos cerca de 10 anos e um recurso oscilante à acção social, o marido assume hoje uma posição de direito ao apoio. A vergonha inicial parece ter-se dissipado com a permanência numa situação de vulnerabilidade, dando lugar à revolta pela situação de necessidade onde o apoio social aparece como um direito.

Eu senti-me mal porque era primeira vez que estava a pedir ao Estado uma coisa para sobreviver, aqueles dez contos antigamente era dinheiro, era dinheiro sim senhora,

matou-nos a fome. (...) Tenho cartão mais a minha mulher, tive de batalhar, suei, mas eu tinha a minha razão que eu tinha direito. (...). (marido de Beatriz)

Também Deolinda refere ter sentido envergonhada a primeira vez que requereu os alimentos do Banco Alimentar, no entanto, não atribui o mesmo sentimento ao momento em que requereu o Rendimento Social de Inserção, sugerido pelo médico aquando do seu internamento. Por fim, Sofia demonstra um sentimento de revolta quando revive o momento em que requereu o Rendimento Social de Inserção, já que no seu entender teria direito ao subsídio de desemprego que não lhe foi atribuído. Compreende-se pelo seu discurso que atribui níveis distintos a este dois tipos de medidas sociais.

Até me custou um bocadinho, e custa pronto. A gente também tem vergonha não é? (...) Porque antes de vir para aqui também passei um bocadinho. Tive de estar mesmo, mesmo na última para vir aqui; ver que já não havia mesmo nada, dentro do frigorífico não havia nada... (Deolinda, 52 anos)

Destaca-se Aura com um baixo nível de adesão aos apoios sociais, que apesar de integrar um agregado familiar alargado (8 pessoas), apenas recorreu ao RSI há cerca de 3 anos depois de ter ficado desempregada por incapacidade e por sugestão de técnicas de acção social. Para além disso perante a possibilidade de recorrer a alguma instituição para obter outros apoios recusa, por uma questão de privacidade.

Eu não sou pessoa de andar a pedir ou seja o que for. Acho que as pessoas não têm que saber que eu passo dificuldades. (Aura, 48 anos)

Verifica-se assim, que para os entrevistados, a adesão aos apoios sociais assenta no critério da necessidade, ainda que coexistam sentimentos de vergonha ou de direito. Mas todos colocam como alternativa primeira, a inserção no mercado de trabalho, se tivessem condições para tal, destacando a independência financeira que isso lhes traria e a imediata melhoria das suas condições de vida. No entanto, este cenário configura-se, para quase todos, como idílico, cujas condições de saúde tornam inconcretizável, restando-lhes apenas colocar as suas expectativas numa sobrevivência assegurada pelos apoios sociais.

Eu tenho vontade de trabalhar, só que o problema é que eu não consigo trabalhar (...) as doenças que eu tenho não me dão expectativas para conseguir. Já meti os papéis para a reforma. (Antero, 35 anos)

Para três entrevistados o recurso a apoio social advém da doença, mas acumula outros factores: para Joaquim acresce a situação de irregularidade em que se encontra no país; para Albano a dificuldade de manter o negócio de venda ambulante que tinha; e para Márcia o facto de ter abandonado a actividade de prostituição para que não lhe fosse retirado o filho menor.

O Rendimento Social de Inserção é entre os entrevistados a **estratégia activa institucional** mais generalizada. De facto, todos recebem ou aguardam aquela prestação. Aura e Antero esperam a atribuição do Rendimento Social de Inserção, já solicitado. Joaquim é excepção, pois não reúne as condições de acesso à medida.

Quanto aos restantes apoios, verifica-se a existência de algumas especificidades associadas às zonas de residência dos entrevistados. Com excepção de Sofia, os restantes entrevistados da zona Norte e Oriental da cidade usufruem de apoios à habitação, sob a forma de habitação social com rendas ajustadas aos orçamentos familiares. Para além destes apoios, apenas Joana aguarda o cartão de saúde da Santa Casa para que possa ter acesso gratuito a consultas de especialidade.

Já na zona histórica da cidade, e apesar das rendas elevadas face aos rendimentos das famílias, apenas três entrevistados recebem algum tipo de apoio à habitação, destes, apenas um na forma pecuniária: Deolinda, recebe 200€ de apoio à renda, atribuída pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Dos restantes, Antero, cuja renda da habitação é mais baixa, recebe materiais da Junta de Freguesia de Santo Estêvão para a manutenção da residência e Joaquim reside numa habitação cedida pela mesma Junta de Freguesia.

Se os apoios à habitação na zona histórica ficam aquém das necessidades sentidas, proliferam outros tipos de apoio institucional que podem surgir como compensatórios às elevadas despesas das famílias com as rendas. São eles os apoios à saúde e os apoios em géneros. Estes últimos são, aliás, quase transversais aos entrevistados da zona histórica, que consistem em alimentos mas também em electrodomésticos e vestuário. Apenas Joaquim não refere receber este tipo de apoios, em contrapartida fica bem patente no seu discurso o suporte material prestado pela comunidade local que procura suprir as necessidades não colmatadas pelos apoios institucionais. Para além destes apoios, Joaquim, Deolinda e Beatriz têm ainda apoios à saúde, esta última com o cartão de saúde da Santa Casa, e no caso dos dois primeiros, um subsídio de 50€ para apoio na compra de medicação, também da Santa Casa. Antero aguarda apoio financeiro para a compra de medicação.

Agora é a doutora *assistente social* que me ajuda a pagar a casa [200 euros]. Dá mais, para a medicação também. Dá-me 50 euros para a ajuda da medicação e para pagar a renda. (Deolinda, 52 anos)

A assistente diz que me vai dar medicação, porque eu gasto 150€ em medicação do alcoolismo e de doenças crónicas, por mês, então ela diz que me ia dar um apoio. (Antero, 35 anos)

Pelos discursos dos entrevistados este território dispõe de um suporte social institucional que permite complementar os apoios institucionais de nível central, como as prestações pecuniárias atribuídas pela Segurança Social e pela Santa Casa

da Misericórdia de Lisboa. Estes bens são disponibilizados por associações locais (como a Associação Auxílio e Amizade), a igreja e a junta de freguesia de Santo Estêvão. Aliás esta autarquia local surge no discurso de dois entrevistados como um recurso da população em situações de necessidade aguda, disponibilizando não só bens necessários como criando uma rede de solidariedade local entre a população.

Porque a dona Lurdes [presidente da junta] sabe a minha situação. Eu quando estou aflita vou à dona Lurdes. (Camila, 55 anos)

É uma Junta que apoia os pobres, que precisam. Por exemplo, que eu tenha, a minha avó, ou a minha irmã, não temos alimentação, se eu for pedir à presidente ela dá apoio, a gente vai lá...Dá apoio a nível de comércio, por exemplo eu digo “oh dona Lurdes, olhe, não tenho almoço, não tenho jantar”, ela vai às compras, não quer dizer que seja a Junta que dê essa verba, que ela é capaz, de ir aos comerciantes pedir “olhe, tenho uma família que tem dificuldades e precisa disto ou disto”, e os comércios aqui no bairro histórico ajudam muito as populações. (Antero, 35 anos)

Apesar das diversas estratégias convocadas para suprir ou minimizar as situações de privação vividas por estas pessoas, todos os discursos são atravessados pela tese de que os apoios recebidos são insuficientes, que a privação é constante, que todos os meses ficam bens essenciais por comprar, surgindo a saúde e a alimentação como as principais áreas penalizadas. Ou seja, atravessa este grupo uma posição de acomodação à situação, assumida como inevitável. Estamos, assim, na generalidade, diante de uma **estratégia passiva** que se combina com uma **estratégia institucional**, que está longe de suprir as necessidades sentidas. Ainda que se socorram de outro tipo de estratégias (**activa solidária ou hipotecada**), estas apenas parecem aliviar momentos agudos de um cenário de privação constante que exige uma criteriosa gestão das despesas de saúde e de outros bens essenciais.

Tomei mas parei porque não tenho dinheiro para os medicamentos. Só tomo dois, um para o sangue e a aspirina A. (Camila, 55 anos)

Passo a vida a comer carne de porco que (...) é mais baratinho. (...) Ainda há dias fiz esparguete, assim um esparguete à italiana, falsificado. [Faltava o quê?] A carne. (Márcia, 44 anos)

Para além do tipo de estratégias accionadas pelos entrevistados, a análise dos apoios sociais de que dispõem aponta para uma homogeneização na atribuição de medidas accionadas por via das políticas públicas de política central, que contrasta com os apoios de nível local, cuja distribuição se configura mais heterogénea na medida em que perante as mesmas potenciais necessidades o acesso parece diferir, bem patente na diversidade de apoios prestados aos beneficiários residentes na zona histórica por comparação com os disponibilizados aos da zona Norte e Oriental. De facto, a abrangência territorial desigual tende

a lesar as populações residentes em áreas com uma fraca rede de entidades cuja missão se centra na acção social. Seria interessante verificar qual a cobertura institucional dos territórios inquiridos e compreender em que medida as redes sociais permitem uma maior proximidade entre as instituições e as populações, respondendo de forma mais eficaz às suas necessidades.

A lógica dos apoios sociais – a sorte e a discricionariedade na atribuição de apoios sociais

Quando analisada a apreciação que os entrevistados fazem da lógica dos apoios sociais destacam-se três níveis de informação: a adequação dos apoios às suas necessidades; os critérios de acesso e atribuição a si e aos outros beneficiários; e o acompanhamento feito pelos técnicos.

No discurso dos entrevistados está patente o seu desconhecimento sobre os critérios de acesso aos apoios sociais que, associado à sua insuficiência e demora na atribuição, desemboca muitas vezes na ideia de discricionariedade na sua atribuição, imputada à falta de sorte ou à incompreensão dos técnicos sobre a sua realidade.

Eu só disse assim para a minha mulher, pede tu a ver se tens mais sorte que eu. (marido de Beatriz)

De forma complementar importa compreender a apreciação dos entrevistados sobre a interacção com os serviços, instituições e técnicos que prestam apoios sociais. Apreciações que permitem distinguir especificidades sobretudo institucionais. A apreciação negativa que fazem das relações estabelecidas com os técnicos da Santa Casa contrasta com a imagem positiva que transmitem dos contactos com outras entidades locais de acção social (associações, igreja e junta de freguesia), demonstrando maior proximidade e apreço pelo trabalho desenvolvido por estas entidades.

A incompreensão das suas realidades, a desadequação dos apoios prestados (valor de RSI inferior ao necessitado e insuficiência de outros apoios), a rigidez nos critérios de atribuição e manutenção dos apoios e a morosidade na sua atribuição são as principais razões de descontentamento com a Santa Casa. Antero e Aura referem a morosidade na atribuição do RSI já solicitado; Albano discorda da obrigatoriedade em se inscrever no centro de emprego por não dispor de condições de saúde para trabalhar; Márcia discorda de obrigatoriedade de frequentar formações profissionais que o seu estado de saúde a impede de vir a exercer; e finalmente Camila refere o corte no valor do RSI.

Não vale a pena, ir à assistente social mas o que é que eu vou fazer à assistente social se a assistente social diz que não pode, diz-nos logo na nossa cara, nem sequer diz que

vai a outras pessoas, dizem logo na nossa cara que não nos querem, toma, livro fechado, não pode ser. (Joana, 35 anos)

Acho que a assistente está a demorar é muito, não quer dizer que não tenha muitos casos, mas infelizmente está a demorar muito, porque tem andado de semana para semana e não me dá uma resposta a nenhum apoio. (Antero, 35 anos)

Por oposição, Deolinda, residente na freguesia do Socorro, dá conta de uma boa relação com a técnica que acompanha o seu processo de acção social, referindo como aspectos positivos a compreensão da técnica face à sua situação e rápida disponibilização de apoios para o pagamento da renda de casa e medicação.

É excepção a estes posicionamentos antagónicos a perspectiva de Márcia. Apesar de considerar desadequado o facto de frequentar formação profissional como imposição para receber o RSI, refere que a relação com a actual técnica fê-la melhorar a sua opinião sobre as técnicas de acção social. O facto de lhe terem retirado três filhos e a tentativa de retirarem o quarto, tinha-lhe criado alguma resistência na relação com a acção social. Hoje, parece ter criado uma relação empática com a técnica que não se alonga a justificar:

A minha assistente social é impecável e acho que foi o que me conseguiu dar a volta. Não sei se é por ser da minha idade, de ser do meu signo que eu, até é, até faz anos no mesmo mês, mas não gosto muito das outras. (Márcia, 44 anos)

Contrariamente, surgem expressões de apreço pelos apoios disponibilizados pelas entidades locais, é o caso de Antero com a igreja e a junta de freguesia; de Camila com a junta de freguesia; de Márcia e de Deolinda com a Associação Auxílio e Amizade. Estes apoios são entendidos como complementares às insuficientes prestações sociais auferidas.

Nós, infelizmente, desde que eu estou desempregado, tivemos o apoio da Junta para fazer a modificação à casa, fazer obras, a Junta apoiou no material, a nível financeiro, tudo, eu pedi e a Junta apoiou, é uma Junta que apoia os pobres, que precisam. (Antero, 35 anos)

E é que esta associação, não é por eu vir aqui, sou realista, no Natal, conheciam-me há um mês ou dois, vestiram os meus netos, deram vários livros deram uma alimentação espectacular. Claro, a gente sente-se bem, estamos a ser protegidos por alguém. Quando a gente não pode, sabe bem. (Deolinda, 52 anos)

O fosso entre a necessidade de cada um e o excesso de apoios sociais para outros

Na avaliação dos apoios sociais implica também reter na análise uma apreciação mais ampla sobre os apoios institucionais existentes e disponibilizados a outros beneficiários. É, portanto, fundamental uma comparação com os pares e por fim, como sentem que são olhados por outros cidadãos que não usufruem de qualquer tipo de apoio social.

O quadro seguinte procura sistematizar a forma como a auto-imagem dos entrevistados se combina com a imagem atribuída a outros beneficiários e a imagem que consideram que os restantes cidadãos têm sobre os beneficiários.

Quadro 19: Incapacitados para o trabalho – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
Procura trabalho/quer trabalhar	Não querem trabalhar, preferem viver dos apoios sociais	Não querem trabalhar, preferem viver dos apoios sociais
O apoio recebido é insuficiente para as necessidades básicas	Com o dinheiro dos apoios compraram carros	
Merecedora do apoio	Existem pessoas que recebem e não precisam	Existem pessoas que recebem e não precisam
Já descontou, já trabalhou – vida de trabalho	Não descontaram, viveram sempre da assistência	São considerados parasitas.
Preciso, agradeço que me ajudem	Quem precisa deve ser ajudado	Uns concordam com os apoios, outros não

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Tal como referido anteriormente, ainda que considerem haver pessoas em condições de vida mais difíceis do que as suas, quando solicitada a sua opinião sobre os outros beneficiários, emerge de imediato em alguns entrevistados o estereótipo do beneficiário usurpador do sistema, que ludibria em seu proveito o acesso a apoios sociais essencialmente por via de rendimentos não declarados ou que, por opção, recusa trabalhos, confiante num rendimento disponibilizado por via dos apoios sociais. Colado a este estereótipo está também a população cigana, o único grupo étnico referenciado quando são apontadas especificidades étnicas aos beneficiários de apoios sociais cuja atribuição consideram injusta.

Apenas Albano e Deolinda referem que quem precisa deve ser apoiado pela acção social.

É o que eu digo, se precisa acho muito bem que sejam ajudados. Quem pode ajudar, acho que é fundamental às vezes para a sobrevivência e para o bem-estar de muitas crianças. (Deolinda, 52 anos)

Estes relatos permitem dar conta de uma aproximação entre as suas próprias opiniões sobre os beneficiários e as que atribuem aos restantes cidadãos. Quatro dos seis entrevistados que se pronunciam sobre a opinião do comum cidadão em relação aos beneficiários de algum tipo de apoio social consideram que a opinião é negativa. Para Joana e Albano, o comum cidadão pensa que só a população cigana recebe apoios sociais, nomeadamente o Rendimento Social

de Inserção; para Márcia a imagem generalizadamente negativa dos beneficiários está associada à situação de desemprego de grande parte dos beneficiários, compreendida como voluntária. Finalmente Sofia refere, de forma mais global a perspectiva crítica, identificando que o próprio irmão se reportava à inutilidade social dos beneficiários.

O meu irmão, dizia que isto era só tudo... Quem recebe rendimento são uns parasitas, são isto são aquilo. (Sofia, 38 anos)

Que não quer fazer nada na vida, aí isso... é logo, é só andar nos cafés nos bairros você ouve logo. Quem recebe o Rendimento Mínimo, eu falo no Rendimento Mínimo, são pessoas que não querem fazer nada na vida. Não há trabalhos para os bacanos, com os canudos, mas a gente não quer fazer nada na vida. (Márcia, 44 anos)

Mais uma vez Deolinda destaca-se da tendência dominante, atribuindo aos outros uma opinião mais branda, uma perspectiva próxima da sua, advogando que quem precisa de algum tipo de apoio social deve recebê-lo. Considera também que existem pessoas mais e menos críticas em relação aos beneficiários de apoios sociais.

Há quem tenha pena e há quem diga “não precisa, vá trabalhar?”. (Deolinda, 52 anos)

Constata-se, assim, que a sua auto-imagem contrasta com a imagem atribuída aos restantes beneficiários, tendencialmente coincidente com opinião que atribuem aos restantes cidadãos. De facto, estes beneficiários entrevistados procuram um distanciamento identitário em relação aos restantes e uma aproximação ao cidadão não beneficiário.

Impactos e propostas

Perante esta panaceia de apoios e estratégias para reverter as situações de vulnerabilidade interessa questionar quais os seus impactos. Contudo, para quase todos os entrevistados os impactos dos apoios sociais atribuídos não vão além da sobrevivência, com particular ênfase na sua insuficiência, registando-se resultados pontuais ao nível da formação profissional para quatro entrevistados: Cláudia, Márcia, Sofia e Joana.

Márcia e Cláudia integraram formações profissionais no âmbito do Rendimento Social de Inserção que lhes permitiu aumentar as suas qualificações escolares para o 2º e 3º ciclo, respectivamente.

Márcia tem frequentado acções de formação profissional que lhe deram a equivalência ao 2º ciclo, formação em costura e cuidados a idosos, entre outras de períodos mais reduzidos. Desvaloriza esta equivalência e considera desadequadas as formações que frequentou. Segundo refere, estas acções foram-lhe apresentadas como condição de acesso e manutenção do Rendimento Social de Inserção,

no entanto, com o seu estado de saúde, portadora de Hepatite e HIV, não lhe é permitido trabalhar nas áreas para as quais fez formação, considerando que é apenas uma forma de a manterem ocupada.

Cláudia valoriza a formação por variadas razões: é uma área de que gosta, lhe permitirá arranjar um emprego no futuro, lhe possibilitou a equivalência escolar ao nível do 3º ciclo e permitiu a interação com outras pessoas num período da sua vida em que estava desempregada.

Sofia por via dos centros de Novas Oportunidades alcançou o 3º ciclo e por iniciativa própria, decide voltar a estudar por razões de auto-estima e conclui o 3º ciclo.

Joana, sem o 1º ciclo completo, refere que irá regressar ao sistema de ensino mas demonstra pouca motivação, argumentando com a idade. Já a filha, presente no momento da entrevista, demonstra-se muito entusiasmada, associa este regresso à escola à possibilidade da mãe poder vir a tirar a carta de condução.

E foi porque, como tinha equivalência ao 9º ano. Tive oportunidade de escolha. Tive para jardinagem, tive para informática, mas eu achei que... pronto, eu gosto muito de crianças e gosto muito de pessoas idosas e então optei mesmo por esse, é assim, também foi porque também precisava, mas é um curso que eu gosto de trabalhar. (Cláudia, 36 anos)

Resta, numa tentativa de síntese e através do quadro seguinte, compilar as apreciações positivas e críticas defendidas pelos entrevistados nos seus discursos e que procurámos aprofundar ao longo desta secção.

Apreciados os seus pontos de vista importa rematar com as suas propostas. A fiscalização das reais necessidades dos requerentes de apoios sociais e o aumento dos apoios prestados são as propostas que mais reúnem consenso.

Acho que devia de haver uma maior fiscalização nesse sentido. E haver realmente a quem as pessoas dão. (Cláudia, 36 anos)

Acho que o Estado devia olhar pelos pobres. (Antero, 35 anos)

Surgem também outras propostas, um acompanhamento mais personalizado, uma maior ajuda na resolução dos problemas, uma maior protecção ao emprego e a priorização do apoio à população portuguesa necessitada em detrimento de população imigrante.

E acho que deviam abrir mais um bocadinho as portas para nós e darem mais atenção aos nossos problemas. Eu peço que não nos fechassem as portas, que não nos virassem as costas. (Joana, 35 anos)

Acho que deviam...há certas...talvez se fizessem novas leis [para não poderem despedir trabalhadores], talvez não fosse necessitado tanto apoio, nem tanta gente a precisar de apoio porque é assim, se há mais desempregados, é preciso mais apoio, não é? (Márcia, 44 anos)

Quadro 20: Incapacitados para o trabalho – Percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE Saúde		– Insuficiência do valor atribuído pela SCML para medicação (Deolinda e Joaquim)
Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face às necessidades de sobrevivência	– Insuficiência do valor dos apoios (Joana, Albano, Joaquim, Deolinda, Beatriz e Camila)
Apoio à habitação	– Apoio no pagamento da renda por parte da SCML (Deolinda)	
QUALIDADE Apoios à saúde		– Demora na atribuição dos apoios solicitados à SCML – Cartão de saúde e apoio na medicação (Antero e Aura)
Prestações sociais		– Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários (Cláudia, Aura, Joana, Beatriz e Camila) – Reduzido poder de negociação no âmbito das ações desenvolvidas (Márcia, 44 anos) – Escassez de recursos/resposta adequados às necessidades – Acompanhamento estandardizado (Joana, 35 anos) – Demora na atribuição dos apoios solicitados – RSI (Antero, Aura)
Outros apoios	– Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais (ex. alimentos, electrodomésticos, vestuário) (Deolinda, Joana) – Apoio emocional (Deolinda)	– Escassez de alguns alimentos importantes e dispendiosos nos cabazes do Banco alimentar (ex. peixe, carne, azeite) (Deolinda)
Apoio à habitação	– Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais (materiais para manutenção da habitação cedidos pela junta de freguesia) (Antero) – Cedência de habitação pela Junta de Freguesia de Sto Estêvão (Joaquim, 58 anos)	
ACESSIBILIDADE Prestações sociais		– Discricionariedade na atribuição dos apoios sociais (Camila, Beatriz e Aura) – Rigidez das regras de acesso e manutenção dos apoios sociais (Albano) – Burocratização dos processos de recurso a apoios sociais (Aura, Joana)
Educação/ Formação profissional	– Acesso à formação profissional (Cláudia, 36 anos) – Oportunidade de melhorar as qualificações por via das Novas oportunidades	– Formação profissional desadequada às condições de saúde (Márcia)
Habitação		– Valor de rendas de habitação social elevadas face aos rendimentos (Joana, Aura e Albano)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> – Maior fiscalização das necessidades reais dos beneficiários – Acompanhamento mais personalizado/maior ajuda na resolução dos problemas – Maior protecção ao emprego – Aumento do valor de apoios e/ ou articulação com outros apoios (ex. alimentares) – Maior apoio aos pobres, idosos e desempregados – Priorização do apoio à população portuguesa necessitada em detrimento de população imigrante 		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CEt, 2011

3. A projecção no futuro: estratégias para romper com a situação de pobreza/exclusão, sonhos e projectos

Levados a reflectir sobre a sua actual situação, os entrevistados apresentam diferentes visões sobre os seus problemas e a estratégia que lhes permitirá romperem com a actual situação de exclusão que vivem. A análise dos discursos permite evidenciar quatro formas de olhar os problemas e as estratégias (figura 12) para reverter a médio e longo prazo as suas actuais situações de vulnerabilidade:

1. Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante – A situação actual deve-se, por um lado ao seu estado de doença, mas também à dificuldade de encontrar um trabalho que se adequa às condições físicas, no entanto coloca em si a responsabilidade de encontrar um trabalho que consiga fazer, dado o seu estado.

Já me contentava com pouquito. Que me aparecesse umas horas para ir fazer. Ter outra vez as minhas coisas, para ter as minhas coisas em ordem. (Aura, 48 anos)

2. Auto-apreciação responsabilizante e activa individualizante. Estes entrevistados colocam em si a responsabilidade da actual situação, essencialmente centrada na situação de doença, contudo, atribuem também a si a responsabilidade de reverter a situação de exclusão em que se encontram por via, exclusivamente, da procura de emprego, quando tiverem condições para isso.

A venda da minha casa, vai fazer toda a diferença porque pago o empréstimo, sobra algum dinheiro e ficamos bem. Do dinheiro que sobrar quero gerir qualquer negociozinho, que eu possa estar à frente sem fazer nenhum tipo de esforço. (Sofia, 38 anos)

3. Auto-apreciação co-responsabilizante mas passiva. Estes entrevistados consideram que a sua actual situação se deve à combinação de condições pessoais e sociais. Por um lado, destacam a doença mas, simultaneamente, dão conta da dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho no actual contexto económico do país e a falta de apoios sociais, nomeadamente o facto de não verem a sua incapacidade para o trabalho reconhecida, mesmo após a passagem inglória por algumas juntas médicas. Perante este cenário consideram que devem ser os serviços de protecção social a contribuírem para reverter a sua situação, seja através de apoios sociais ou da pensão de invalidez.

Eu queria que me ajudassem mais, olha, sei lá, trabalhar, trabalhar assim em restaurantes não, só queria que me ajudassem a comprar... [um lugar de venda] a mudar de vida. (Joana, 35 anos)

Hoje estou em casa sem fazer nada porque ninguém me dá trabalho e estou à espera de ir ao médico para ele me dar o papel para poder ir para a reforma porque eu tenho direito à reforma. (Márcia, 44 anos)

4. O quarto tipo responsabiliza o sistema pela sua situação actual e pela estratégia de resolução – um posicionamento desresponsabilizante e passivo. A sua condição deve-se particularmente à falta de apoios sociais para a resolução dos seus problemas, os quais apenas poderiam ter solução através da atribuição de mais apoios e da regularização da sua situação de indocumentado, já que não consegue sozinho fazer face às burocracias exigidas.

Figura 10: Problemas e estratégias individuais ou societais: a visão dos incapacitados para o trabalho para fazer face às vulnerabilidades

		Estratégia			
		Em si		No sistema	
Problema	Em si	Aura	Cláudia Sofia	Márcia Joana Deolinda Albano Beatriz Antero Camila	
	No sistema				Joaquim
		Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante	Auto-apreciação responsabilizante e activa individualizante	Auto-apreciação co-responsabilizante mas passiva	Auto-apreciação desresponsabilizante e passiva

DIMENSÃO TEMPORAL DA RELAÇÃO
COM OS APOIOS SOCIAIS

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Ao relacionar o entendimento do problema e da estratégia de acção verifica-se que quanto maior é o tempo de relação com os apoios sociais maior é a desresponsabilização pessoal quanto ao problema e quanto ao accionamento de estratégias para reverter a situação de vulnerabilidade em que vivem.

O facto de estarmos perante um conjunto de entrevistados incapacitados permanentes para o trabalho por motivo de doença não surpreende que quase todos evidenciem uma total dependência dos apoios sociais, que gostariam de ver mantidos ou, preferencialmente, convertidos em reformas de invalidez. Estamos então, na maioria dos casos, perante estratégias de adaptação e de conformação às actuais condições de vida onde a estratégia assumida é defensiva, imobilizante e conformista.

Este conformismo reflecte-se nos projectos para o futuro, ou antes na falta deles. Todos estes entrevistados tendem a defender-se desta questão referindo

que já não fazem projectos para o futuro, quer seja pelas acumuladas dificuldades vividas ao longo da vida, quer pela falta de recursos que permita a concretização desses mesmos projectos. Conscientes da dificuldade de os concretizar, apenas dois entrevistados arriscam sonhos ao nível da habitação: ter uma casa sua (Albano e Beatriz).

Aura, Cláudia e Sofia assumem uma posição pró-activa. A primeira gostaria de encontrar um trabalho que se adequasse à sua condição física e que lhe permitisse a sua independência financeira. A segunda aguarda que o seu estado de saúde melhore para que possa encontrar trabalho. É interessante verificar que esta autonomia desejada se coloca apenas em relação aos apoios financeiros, nenhuma coloca a possibilidade de deixar de usufruir da habitação social de que actualmente dispõe. Sofia aguarda a venda da sua casa para que possa criar um negócio que lhe permita também a independência financeira do seu agregado familiar.

Ainda que não disponham das mesmas oportunidades, Cláudia e Aura destacam-se pela sua posição resiliente face ao momento actual, projectando no trabalho a saída da actual situação de necessidade em que se encontram. Parece contribuir para este posicionamento, no caso da Cláudia, o facto da sua incapacidade para o trabalho ser temporária.

Verificam-se aqui variáveis sociais que imprimem nestas entrevistadas estratégias transformadoras. Nestes casos evidencia-se a idade e a fase do ciclo de vida em que se encontram. No caso de Sofia a sua expectativa de autonomia poderá estar associada à sua juventude (38 anos), ao capital escolar (3º ciclo), ao facto de ter uma filha com seis anos e à expectativa de vir a resolver o seu problema de saúde, mas também de conseguir arranjar uma actividade que consiga desenvolver mesmo que a sua incapacidade permaneça. O facto de dispor de meios financeiros para tal, caso consiga vender a sua casa, permite-lhe um desafoço financeiro ímpar por relação aos restantes entrevistados. Estes recursos atribuem-lhe uma potencialidade objectiva aos seus planos, combinando uma postura de activação mas também de resiliência face à actual adversidade.

Estes diferentes posicionamentos conduzem também a questionar a relevância do grau de incapacidade física para a maior ou menor proactividade e o nível de dependência dos apoios sociais recebidos. De facto, ainda que se desconheça o nível de incapacidade destes entrevistados estaremos com certeza perante níveis distintos, os quais, tal como outros factores de ordem mais subjectiva, condicionam objectivamente as suas expectativas e estratégias.

Resta destacar ainda o sentimento de frustração que paira sobre todo o discurso de Beatriz e do marido. A instabilidade vivida ao longo dos anos, com um

recurso oscilante a apoios sociais, colocou-os num confronto constante entre o que desejam para as suas vidas e as oportunidades que sentem ter tido. Por essa razão são muito críticos em relação ao que os rodeia, seja aos apoios recebidos, ao acompanhamento disponibilizado ou aos outros beneficiários de apoios sociais, assumindo vastas vezes um discurso vitimizante. Verifica-se que este casal é, do conjunto dos entrevistados que se desresponsabilizam pela resolução do seus problemas, os únicos que aspiram ter uma casa maior. Poderá ser exactamente o facto de ainda alimentarem sonhos e desejos de futuro que os coloca nesta condição de frustração perante a sua não concretização, por oposição à acomodação vivida pelos restantes.

A situação de vulnerabilidade vivida por estes entrevistados, associada à sua leitura da actual conjuntura portuguesa, permite compreender porque independentemente da posição que assumem na resolução da suas vidas, todos tendem a colocar pouca esperança numa vida melhor para os filhos, ainda que lhes desejem uma vida mais bem sucedida do que as suas.

Pois, por eles é que eu temo. Nem é propriamente por mim, por eles é que eu temo. Cada vez cortam mais, cada vez há mais desemprego, cada vez cortam mais às pessoas, porque aquelas poucas que trabalham, também coitados, é que têm de pagar. (Deolinda, 52 anos)

4. Retratos de incapacitados para o trabalho

MÁRCIA, 44 anos

Márcia, nasceu em Lisboa e tem mais seis irmãos. Refere que foi criada por uma senhora a partir dos três anos. Não se recorda de nada da sua infância apenas que fugiu de casa aos 13 anos, idade em que começou a prostituir-se. Com 15 anos tem o primeiro filho, os restantes com 17, 24 e 26 anos. Todos lhe foram retirados, os dois primeiros foram institucionalizados e a terceira entregue à sua irmã. Restou-lhe o mais novo, hoje com 18 anos, o único que sempre permaneceu à sua guarda. Para tal, e por imposição dos serviços sociais, abandona a actividade de prostituição aos 38 anos. Reside actualmente com o filho e o seu companheiro com quem vive em união de facto há cerca de 25 anos, pai dos seus dois filhos mais novos numa casa arrendada pela qual paga 370€.

Portadora de HIV e hepatite, sem conseguir encontrar um emprego compatível com a sua condição de saúde, apesar de ter já feito algumas formações profissionais que lhe aumentaram as suas qualificações, e com o marido também incapacitado para desempenhar a sua profissão por um problema ósseo, empregado de mesa, resta-lhes recorrer aos apoios sociais (RSI e Banco Alimentar) para garantir a sobrevivência da sua família.

DEOLINDA, 52 anos

Deolinda, natural da zona histórica da cidade de Lisboa, conclui o 2º ciclo e começa a trabalhar com 12 anos com a mãe no mercado de legumes. Com o casamento aos 17 anos, muda-se para Alverca, tem duas filhas e mantém-se afastada do mercado de trabalho desde o nascimento da sua primeira filha, já que o marido, vendedor ambulante, ganhava o suficiente para o sustento da família.

Com o divórcio aos 31 anos, regressa à zona histórica e, com as filhas a cargo, retorna ao mercado de trabalho, dedicando-se à venda ambulante, actividade precária sem qualquer contribuição para a segurança social. Em 1998, é afastada desta actividade por um acidente de viação que a deixa incapacitada para qualquer actividade profissional já que lhe foi colocada uma prótese óssea na perna, apresentando grandes dificuldades de mobilidade.

Incapaz de prover o sustento das filhas, resta-lhe o recurso aos apoios sociais. Actualmente reside com a filha desempregada, e o neto, subsistem com o Rendimento Social de Inserção e os apoios sociais prestados por diferentes entidades: a renda comparticipada pela Santa Casa e os alimentos pela Associação Auxílio e Amizade.

CLÁUDIA, 36 anos

Cláudia, viveu com a família no Bairro Chinês desde que nasceu. Com uma vida marcada por dificuldades que se acentuaram quando a mãe abandonou a família, apenas concluiu o 1º ciclo, e, com cerca de 15 anos, vê-se obrigada a começar a trabalhar para ajudar o pai no sustento da família. Demolido o Bairro Chinês, é-lhes atribuída uma habitação social no Bairro dos Alfinetes, em Marvila.

Com 25 anos e o nascimento da sua primeira filha pede o desdobramento daquela habitação sendo-lhe atribuída uma casa no Bairro do Armador. Com um percurso profissional pautado pela instabilidade e precariedade, em actividades como as limpezas e a restauração, a gravidez da sua segunda filha, traz-lhe alguns problemas de saúde (hipotiroidismo, apneia do sono e diabetes) dos quais ainda se encontra a recuperar. Doente e mãe solteira, é no pai e na sua mulher que encontra apoio emocional e material, estando, inclusivamente, as suas filhas à guarda daqueles até que recupere.

Subsiste desde então com o Rendimento Social de Inserção, ainda que com períodos de interregno por cessação, que atribui ao não comparecimento a uma convocatória, facto que se deveu à sua condição de saúde na altura e impossibilidade de pagar a deslocação por táxi. No âmbito desta medida frequentou uma formação profissional de apoio à família e comunidade que lhe possibilitou a equivalência escolar ao nível do 3º ciclo. Encontra-se neste momento a aguardar a sua recuperação.

B4 Desafiliados

Num contexto de mutação das formas de socialização e de reforço dos processos de individuação em que ser autónomo “encerra a exigência da demonstração de uma capacidade individualizada de integração social, actualizada e reconstruída em diferentes fases e dimensões da vida, e que recai sobre todos os indivíduos, independentemente dos seus recursos sociais, psicológicos e económicos” (Castro e Guerra et al, 2010:20) o perfil dos *Desafiliados* assume uma dimensão particularmente penalizadora. Incapazes de responder às expectativas de uma «sociedade de indivíduos», a ausência de recursos materiais, relacionais e discursivos coloca-os numa posição de extrema dependência face aos apoios das políticas sociais e desafia a capacidade de inclusão da estrutura social.

Trata-se, na aceção de Castel (2009), de «indivíduos por defeito», um dos produtos da modernidade tardia, a que se opõem os «indivíduos por excesso». Refira-se, aliás, que o conceito de desafiliação constitui uma proposta deste autor (Castel, 1997) no sentido de conceptualizar as situações extremas de exclusão que emergem nas sociedades ocidentais. Nesta abordagem, o trabalho e a rede relacional assumem-se como dimensões fundamentais. De acordo com Castel o processo de integração é visto como um *continuum* entre uma situação laboral estável e a existência de uma densa rede social para o pólo oposto de ausência de inserção laboral e de isolamento relacional, que constitui a fase extrema de marginalização.

Serge Paugam denomina este processo como desqualificação social. Na sua concepção são convocados como factores explicativos para além da degradação do mercado do emprego, e o enfraquecimento dos laços sociais, o enfraquecimento das solidariedades de classe. Numa abordagem compreensiva, que integra o ponto de vista dos diferentes actores em questão, Paugam (1993) distingue

essencialmente três fases do processo de desqualificação social: a primeira apelidada de fragilidade corresponde à entrada no processo e ao primeiro contacto com a assistência social, a segunda fase diz respeito à assistência efectiva ou à dependência dos mecanismos de suporte social. Finalmente, a 3ª fase do processo corresponde à ruptura e à marginalização, acompanhada da perda dos laços sociais fundamentais, incluindo um distanciamento face à assistência social.

Este perfil de indivíduos desafiados foi retratado no estudo sobre os utentes do acolhimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Castro e Guerra et al, 2010). De uma forma geral estas pessoas tiveram na sua infância e juventude uma qualidade de vida emocional penalizadora e com severos impactos na sua formação identitária. Têm em comum a existência de processos profundos de desidentificação consigo e com o mundo e uma visão de futuro onde emergem ou resultam, não raras vezes, problemas de saúde mental. ‘Estabilizados’ na precariedade estes indivíduos acumularam rupturas de laços sociais que os limitam nas suas capacidades.

Importa referir que o capital social – representando a estrutura de suporte, mais ou menos formal, mais ou menos alargada, que cada indivíduo tem e que o ajuda a superar as diferentes fases da vida – não pode ser apenas analisado sob o prisma da sua qualidade, mas também do seu tipo. É hoje reconhecido que este capital pode funcionar positivamente ou negativamente. Será negativo se contribuir para situações de sofrimento ou abandono e se esse capital influenciar o indivíduo para vivências à margem da norma social.

Tal como assinala Soulet (2007) a existência de um número significativo de indivíduos que devido às suas trajectórias de vida, bem como à natureza das exigências do sistema socioeconómico estão impossibilitados de entrar numa lógica de activação conduz à coexistência de duas novas figuras do trabalho social: generativa e paliativa. Enquanto a primeira valoriza a capacidade de agir, promovendo as potencialidades positivas, através da definição de um projecto de vida, a segunda coloca no centro da intervenção a vulnerabilidade, procurando contrariar as potencialidades negativas através da valorização da capacidade de ser. Trata-se de um trabalho de manutenção que enfrenta o problema da dessocialização numa lógica de redução de riscos.

A intervenção social no quadro do estado social activo tem-se baseado no desenvolvimento das capacidades de acção dos indivíduos, apoiando as suas condições de realização, apelando a lógicas de acção emancipadoras dos sujeitos. Neste sentido, estes indivíduos constituem um desafio às políticas sociais, uma vez que a lógica convencional de inserção pelo mercado de trabalho nem sempre se revela adequada para fazer face a estas situações extremas de «desligamento» da vida social.

1. Percursos de exclusão

Chegámos ao fim da linha da pobreza e exclusão social. Nesta secção, iremos tratar os percursos de treze homens e mulheres que, por um conjunto de circunstâncias, se encontram não apenas afastados do mundo do trabalho mas também do mundo das relações sociais e afectivas. Aqui deparamo-nos com precariedade laboral, fracas qualificações escolares e profissionais, desemprego e privação económica. Encontramos também histórias de abandono e maus-tratos familiares, ausências de redes interpessoais de apoio, experiência de detenção prisional, trajectos de solidão progressiva acentuada por doenças mentais ou adições. Num ou outro caso vislumbra-se a possibilidade de saída da escuridão, tanto pela intervenção técnica e comunitária, como pela acção de pessoas próximas que podem garantir alguma solidez no meio da turbulência em que se encontram. Mas o tom geral desta secção é sombrio, povoado por rupturas e insucessos, e marcado pela dificuldade em projectar o futuro para além do imediato.

Cinco entrevistados são beneficiários do programa Casas Primeiro, gerido pela Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS). Este projecto, destinado a pessoas sem-abrigo, proporciona o acesso imediato a uma habitação individualizada, dando prioridade a pessoas com problemas de saúde mental que se encontrem a viver na rua na cidade de Lisboa. Estes indivíduos vivem em casas alugadas pelo programa nas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, contribuindo com 30% dos seus rendimentos para o pagamento da renda e consumos domésticos. Esta nova fase das suas vidas era, no momento da entrevista, relativamente recente (entre duas semanas a um ano e meio antes da data da conversa com a nossa equipa).

Os restantes oito entrevistados foram encontrados através de contactos disponibilizados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Gebalis e Associação Auxílio e Amizade. Apenas uma das pessoas foi seleccionada por via dos contactos que outros entrevistados iam fornecendo à equipa.

Nem sempre é fácil recuperar o perfil biográfico dos entrevistados. Por vezes, os discursos surgem fragmentados, as datas diluem-se, a linha temporal aparece entrecortada e sinuosa. Nalguns casos, a análise torna-se numa espécie de arqueologia que procura identificar as zonas onde os factos e a ficção se cruzam, recuperando pontos biográficos centrais para a compreensão dos problemas envolvidos em cada um deles. É a partir deste material, nem sempre preciso, que se construiu o perfil que agora apresentamos.

1.2. Entre o desejo de autonomia e a resignação à dependência

São treze os entrevistados sobre os quais esta secção se debruça. Quatro mulheres e nove homens, com idades compreendidas entre os 31 e os 55 anos, residentes em quatro freguesias de Lisboa (Ameixoeira, Marvila, São Miguel, Santo Estêvão e Xabregas²⁷). Apesar de serem diferentes entre si, estes indivíduos apresentam como traços comuns o desemprego à data da entrevista e fracas qualificações escolares e profissionais (apenas dois de entre eles completaram mais do que o 3º ciclo).

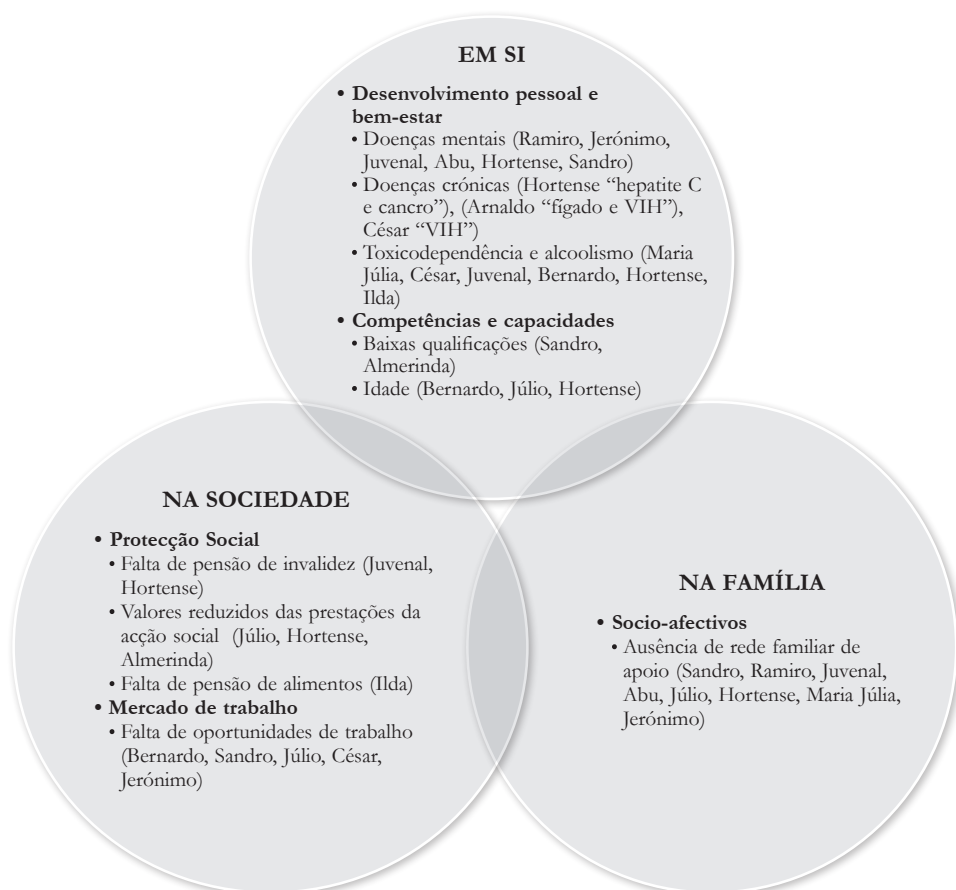
No momento da realização das entrevistas, todos reconheciam estar em situação de vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade expressa-se, desde logo, na privação económica: dos treze entrevistados, onze são beneficiários do RSI, um recebe uma reforma de invalidez e um diz receber uma ‘semanada’ da AEIPS, a entidade que gere o programa Casas Primeiro. Os montantes mensais recebidos, situados entre os 130€ e os 207€ (valor da pensão de invalidez) colocam estas pessoas numa clara situação de privação económica.

Temos aqui, portanto, um conjunto de homens e mulheres em idade activa, com reduzidas qualificações escolares, que se encontram fora do mercado de trabalho. Até aqui, nada os distingue de outros perfis analisados neste relatório. Mas olhando mais de perto, descobre-se aquilo que os torna singulares no contexto do estudo da pobreza e exclusão social em Lisboa. Às consequências negativas – materiais e pessoais – do desemprego, somam-se outras rupturas que vêm aprofundar a situação de desvantagem: desagregação familiar, doença mental, toxicodependência e alcoolismo, detenção prisional, doenças crónicas. Perante a adversidade extrema, os desafiados encontram-se sós. A fragilidade das suas redes de relações inter-pessoais vem intensificar os *handicaps* que traziam consigo, conduzindo-os a um beco de onde só conseguem vislumbrar saída através do apoio de instituições do Estado.

Importa compreender de que forma os sujeitos concebem os problemas com que se deparam. São problemas intrínsecos, problemas contextuais ou problemas sistémicos exteriores à sua vontade e acção? Organizando o material de que dispomos, chegamos ao quadro seguinte:

²⁷. Embora Xabregas não constasse da lista inicial de freguesias seleccionadas para o presente estudo, o facto de Hortense ter sido entrevistada numa investigação anterior (Castro et al., 2008) levou-nos a seleccioná-la, para apurar o percurso que entretanto havia feito.

Figura 11: Desafiliados – Auto-percepção dos problemas



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro da Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Como se constata, domina o peso dos problemas ‘em si’, que vão desde as fracas qualificações escolares e profissionais, até às doenças crónicas, problemas mentais, toxicodependência e alcoolismo. No caso da toxicodependência e alcoolismo, convém realçar que todos os entrevistados que referem estes problemas se encontravam em processo de recuperação – ainda que os tempos de abstinência pudessem variar entre meses a anos. Os problemas situados no ‘sistema’ oscilam entre a débil estrutura de oportunidades de trabalho, a insuficiência das prestações sociais ou a falta de reforma por invalidez. A ausência de rede familiar de apoio surge mencionada por 8 pessoas, desenhando um quadro de solidão emocional e interactiva a que teremos oportunidade de regressar nas páginas seguintes.

Importa também identificar quais os incidentes críticos que os indivíduos concebem como tendo criado a situação actual e em que ponto dos percursos biográficos os sujeitos localizam tais incidentes. Tal como se pode ver no Quadro 2, a larga

maioria (11 pessoas) considera que a situação de pobreza e/ou exclusão social remonta a uma localização temporal maior do que cinco anos. São apenas dois os entrevistados que situam os incidentes críticos nos últimos dois anos.

Quadro 21: Desafiliados: Percepção da situação de pobreza e/ou exclusão social e duração do(s) incidente(s) crítico(s)

	Menos de 5 anos	Mais de 5 anos
Pobreza persistente		Almerinda, Jerónimo
		Sandro
Pobreza oscilante	César, Bernardo	Júlio
		Arnaldo
Pobreza episódica ou acidental		Maria Júlia, Ramiro, Hortense, Juvenal, Abu, Ilda

Legenda: a cinza a(s) situações de pobreza e/ou exclusão social inter-geracional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro da Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Em função dos percursos biográficos, das estratégias utilizadas para lidar com a privação, da capacidade de projectar o futuro e da natureza das relações sócio-familiares que cada um dos sujeitos tem, a análise do material permitiu identificar dois subperfis distintos²⁸ e que requerem abordagens e cuidados diversos por parte das instituições que prestam apoio social.

- ▶ De um lado, encontrámos o sub-perfil desafiliados em trânsito em busca de oportunidades: trata-se de um perfil onde encaixam indivíduos cujos acidentes de percurso e desorganização pessoal decorrente de experiências marginais (toxicoddependência, detenção prisional) não os impedem de crer em si mesmos e na sua capacidade de resolução de problemas, e que buscam oportunidades para se afastarem dos apoios sociais e retomarem a vida activa. Apesar de terem rompido com algumas esferas das suas sociabilidades, contam ainda com uma rede familiar activável que diminui o impacto da pobreza e exclusão social. Embora reconheçam ter dificuldades pela frente, conseguem desenhar o futuro em que reaverão a sua autonomia, e esse é o seu maior desejo.
- ▶ Do outro lado, temos o sub-perfil desafiliados instalados numa condição de necessidade. Aos insucessos decorrentes da exclusão profissional e económica, somam-se doenças mentais, doenças crónicas incapacitantes e a extrema debilidade ou mesmo ausência de redes sociais. A capacidade de projecção autónoma no futuro é ténue ou inexistente. Vivem entre a

²⁸ Estes dois sub-perfis inspiram-se no estudo recente dos perfis dos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Castro *et al*, 2010). Embora nenhuma destas categorias se aplicasse a utentes desafiliados, julgámos pertinente a sua adaptação a esta população, procurando enfatizar o potencial mobilizável daqueles que se encontram 'em trânsito em busca de oportunidades'.

resignação a uma vida dependente e o sonho do milagre financeiro que os salve da situação em que se encontram.

O elemento que rasga a distinção entre a possibilidade de autonomia e a resignação à dependência reside no que Castels (1991) denominou de eixo de inserção: aquele que dita (ou não) o afastamento das redes de sociabilidade sócio-familiar. Como veremos nas secções seguintes, estes dois subperfis apresentam especificidades no que respeita os percursos biográficos, as relações que mantêm com a assistência, os contextos relacionais em que se inserem e a capacidade de se projectarem no futuro.

1.3. Em trânsito em busca de oportunidades

César, Bernardo e Ilda são *desafiliados em trânsito em busca de oportunidades*. Os dois primeiros, com 37 e 40 anos respectivamente, situam os incidentes críticos num período de tempo recente, inferior a dois anos. Ambos foram toxicodependentes, ambos têm um passado de instabilidade laboral associada à desorganização que vem com a dependência das drogas, ambos reconhecem ter competências laborais positivas com as quais contam para poder sair do círculo de dependência institucional. Ilda, pelo contrário, hoje com 42 anos, situa o incidente crítico – ter caído na droga e na prostituição – num período de tempo superior a dez anos mas, como veremos, tudo tem feito para ultrapassar as dificuldades e construir uma nova vida.

A natureza oscilante ou acidental destas três situações de pobreza e exclusão social deve-se à especificidade de cada uma das trajectórias na toxicodependência, sendo que nenhum destes indivíduos estabelece paralelismos com situações vividas na infância. As eventuais dificuldades do contexto familiar de origem não surgem negativamente conotadas nos seus discursos e os obstáculos com que se debatem surgem nas suas narrativas como o resultado de más escolhas e de erros pessoais.

Olhemos o caso de Bernardo. Cresceu na Ameixoeira com os pais e irmãos. Diz ter sido um aluno ‘razoável’ até ao divórcio dos pais. Depois do 9º ano quis ser ‘o homem da casa’: decidiu estudar à noite e começar a trabalhar como bolseiro numa instituição de investigação em Lisboa. Completou o 10º ano e deixou duas disciplinas penduradas do 11º. Fez a tropa, teve um emprego numa garagem de automóveis e foi apenas aos 25 anos que entrou na droga.

Eu lembro-me de ser contra esse tipo de drogas. Fumava as minhas ganzas e não passava disso. Até era contra o pessoal que consumia, tinha muitos amigos que entravam nessas ondas e eu lembro-me de desatinar e de os tentar ajudar a sair e a não consumir. Com 24 ou 25 anos experimentei, nesse dia que eu consumi vi logo que estava tramado, tinha

arranjado problemas. Ainda tentei lutar contra a coisa, mas não consegui. (Bernardo, 40 anos)

Em 2001 muda-se para a Ericeira e monta uma pequena empresa com um amigo de infância. Problemas financeiros e incompatibilidades com o sócio ditaram o seu afastamento da empresa. As drogas, essas, continuavam na sua vida. Conhece a companheira açoriana com quem iria passar os próximos tempos. Muda-se para os Açores, onde viveu cerca de 4 anos. Mas a experiência insular não correu bem. Com o regresso a Lisboa e a casa da mãe, Bernardo começa a trabalhar numa empresa de publicidade. Após ter denunciado a empresa por não fazer descontos, é enviado para o fundo de desemprego. A droga mantinha-se na sua vida e foi por sugestão dos terapeutas que o seguiam no CAT que se decide a ingressar numa comunidade terapêutica no Ribatejo, comparticipada com fundos públicos. O incidente crítico do percurso de Bernardo foi, de acordo com a sua narrativa, o fim antecipado do projecto terapêutico devido a cortes financeiros nos subsídios públicos, que o trouxe de volta a Lisboa, ao desemprego e a casa da mãe. O RSI surge na sua vida como um apoio temporário do qual se quer livrar logo que retome a vida activa. Entretanto, conta com o apoio da mãe e dos irmãos, sem os quais dificilmente subsistiria com os 132€ da prestação social. Até lá, responde a anúncios de emprego e envia currículos, confiando que a sua experiência profissional diversificada e a persistência e determinação o ajudem a ultrapassar esta fase crítica em que se encontra.

Para Bernardo, o problema reside em si mesmo, mas também no sistema. Reconhece que embora esteja limpo, a toxicodependência é um problema para a vida. Por vezes sente-se inseguro, embora reconheça que o projecto terapêutico em que esteve envolvido lhe tenha dado algumas ferramentas úteis. Para lidar com esta vulnerabilidade, Bernardo é acompanhado quinzenalmente no CAT. Mas o problema não está apenas em si e no seu historial de adição: a economia portuguesa não está numa fase criadora de oportunidades. Nas suas palavras:

Nesta fase, acho que sinceramente isto está difícil mesmo. Não é de mim, mas da economia. A gente ouve as notícias e são cerca de 100 empresas que estão a fechar todos os dias. Já ando a pensar que, possivelmente, posso ir para o estrangeiro, para Espanha. Mas neste momento, apesar de ter passado por um processo difícil do projecto terapêutico de um ano e meio, sinto que preciso de algum tempo para estabilizar. Se a gente estiver num meio protegido, é diferente do que ir para fora. (Bernardo, 40 anos)

O caso de César configura também a desafiliação em trânsito em busca de oportunidades. Viveu com os pais e irmã numa barraca no Bairro Chinês até aos cinco anos, altura em que a família foi realojada. O pai era operário fabril na zona oriental de Lisboa e a mãe tomava conta dos filhos por decisão paterna. Na comparação que faz com os seus pares na infância, César considera que foram privilegiados.

O meu pai pôs-nos numa escola particular até à quarta classe, tanto a mim como à minha irmã. Tive uma infância relativamente feliz, até em comparação com as outras pessoas com que me dava. Não era que houvesse grandes diferenças, mas sentia que... sei lá, fui das primeiras pessoas quando a televisão foi para ali, os meus pais foram das primeiras pessoas a comprar uma televisão, ou até um carro. (César, 37 anos)

Apesar do alcoolismo do pai, nunca lhes faltou nada em casa. A estabilidade laboral foi uma constante na vida paterna e a potencial desorganização que a dependência do álcool poderia gerar foi contrabalançada pela gestão doméstica escrupulosa feita pela mãe. Embora tivesse problemas com a bebida, o pai de César “sabia que tinha a família e que tinha que lutar por ela”. O abandono escolar surgiu ‘por parvoíce’ após a conclusão do 8º ano, teria César 15 anos. Com a ajuda do pai, começou a trabalhar na empresa de uma pessoa amiga. Foi também neste período que começa a consumir drogas duras, entrando numa espiral de degradação em que hoje não se reconhece.

Hoje em dia começo a pensar nisso e parece que era masoquista, qualquer coisa por aí. Não compreendo bem até ao ponto em que uma pessoa se deixa degradar... Cheguei a meter a seringa e não conseguir, continuar a ressacar porque não conseguia dar, não tinha veias para dar. E depois fazia hematomas, tive que ir para o Hospital, quando criava hematomas tinha que ser. (César, 37 anos)

O percurso descendente leva-o até à prisão, entre 1997 e 2001. Enquanto está detido, é-lhe diagnosticado HIV e morre a irmã com quem dividira seringas. O pai morrera também uns anos antes, e a mãe fica a tomar conta dos dois filhos menores da irmã de César. Quando sai da prisão, limpo do consumo de droga, conhece a mulher com quem haveria de passar os sete anos seguintes. Encontra trabalho, retoma a vida, ganha um enteado e uma família sua. Foi durante estes anos que completou o 9º ano, ao abrigo das Novas Oportunidades. O fim desta relação amorosa em 2010 constituiu o incidente crítico que César identifica como causa directa da sua situação actual. A depressão levou-o a despedir-se da empresa de limpeza de grafitis para a qual trabalhava há já dois anos, e onde ganhava cerca de 600€.

Psicologicamente não conseguia trabalhar. Estive junto sete anos e tal com a Sofia e na altura separámo-nos e não tinha cabecinha para fazer mais nada. Sei que foi uma parvoíce. Hoje em dia arrependo-me, também porque não tinha nada a ver uma coisa com a outra, devia conseguir desligar as coisas, uma social, uma é laboral. Enfim, não conseguia trabalhar, não tinha cabeça para ir trabalhar e acabei deixar de ir trabalhar. (César, 37 anos)

Com o despedimento, César ficou impossibilitado de beneficiar do subsídio de desemprego. Foi neste contexto que recorreu ao RSI, que encara como um instrumento temporário para lidar com a situação de privação económica em que se colocou. Regressou à casa onde cresceu com os pais e onde hoje vive

sozinho com a sua cadela. A mãe vive com o companheiro nos Olivais, e é aqui que César vai comer todos os dias. Com os cerca de 150€ de RSI, dificilmente sobreviveria sem este apoio fundamental. Apesar do passado prisional e de toxicodependência, apesar do presente ensombrado pela seropositividade, César tem uma rede familiar sólida. A mãe, figura tutelar da sua infância, mulher que sabia gerir a economia doméstica para que nada faltasse aos filhos, continua a ser uma âncora: foi ela quem criou os netos após a morte da filha com sida, é ela quem alimenta o filho que se encontra novamente numa situação difícil. Para além da mãe, César conta também com o apoio da tia materna. Antiga bailarina emigrada em Itália, tudo faz para subtrair problemas à família. Para além de ter ajudado a irmã a comprar a casa dos Olivais, César sabe que a tia está disponível para ajudar em tudo o que puder. Para César, o passado de toxicodependência é um problema no passado que se estende no presente. As sequelas deste problema no presente são a seropositividade, um problema em si que César não consegue combater (“em relação à minha saúde, gostava muito que aparecesse uma cura, mas são coisas que não consigo resolver”), e o mau estado dos dentes, que lhe diminui a auto-estima e reduz as possibilidades de encontrar um emprego.

Finalmente, o caso de Ilda é um bom exemplo das discrepâncias entre as experiências na família de origem e as que se dão na vida adulta. Cresceu no Alentejo numa família de classe média. Veio para Lisboa com o pai aos dezasseis anos e não fez mais do que o 8º ano de escolaridade. Foi por essa altura que se perdeu. Apaixonou-se, casou-se aos 19 anos e teve três filhos. Estes tempos são nebulosos, mas sabemos que o marido era toxicodependente e esteve preso pouco tempo após o casamento, que Ilda trabalhou como socorrista e que ficou viúva em 1998. Nessa altura, foi a sua vez de cair nas drogas. Os filhos, esses, foram viver com a avó materna no Algarve. Tentou uma comunidade terapêutica, mas fugiu. A prostituição tornou-se inevitável. E foi nessa altura que se deu o acontecimento que lhe permitiu mudar a vida: engravidou do seu filho mais novo.

Há, 11 anos atrás, engravidei no mundo da droga, pedi ajuda às Taipas. Como tinha estado a fazer um tratamento, achavam que eu não estava grávida quando eu me queixei porque senti o leite nos peitos. Nunca mais me esqueço uma assistente social a dizer-me ‘ah você não está grávida, isso é do tratamento que fez há coisa de 3 meses’ e fechou-me a porta. Eu estava grávida mesmo, andei desorientada os 9 meses. (Ilda, 42 anos)

Quando o filho nasceu, foi-lhe retirado. E aí começou a sua luta. Viveu na rua e em albergues, pediu ajuda a uma associação para ter o filho de volta. Ilda recuperou o filho e começou a viver numa casa cedida pela Câmara através dessa associação, um ano após ter iniciado o processo. Há aí uma história confusa de uma alegada fraude e da intervenção da então provedora da SCML, que terá culminado na nova casa de habitação social na Ameixoeira onde hoje, aos 42

anos, vive com o filho mais novo. Foi com um programa de metadona que se libertou da droga. Ilda orgulha-se da sua força e determinação:

Eu que saí de um programa de metadona com sucesso, a tirar filho da Santa Casa sozinha, a arranjar uma casa sozinha, a estruturar uma vida sozinha, nem aqueles que nunca se meteram em drogas, perderam tudo, alcançaram aquilo que eu alcancei. Portanto só têm é que me respeitar. (Ilda, 42 anos)

Aos 23 anos, o filho mais velho teve um acidente que o deixou tetraplégico e vive numa instituição no Algarve. Os outros dois filhos moram ainda com a avó materna, com quem Ilda tem uma má relação. Ilda vive com as sequelas dos seus anos sombrios – a culpa pelo abandono dos filhos, a seropositividade, a hepatite C –, heranças pesadas de anos para esquecer. Apesar do restante apoio familiar ter sucumbido às suas escolhas erradas, Ilda tem ainda o filho mais novo. Foi por ele que se recuperou, que lutou para ter casa, que obteve RSI, que faz umas horas de limpezas para completar os rendimentos. Com um casal amigo, apanha móveis do lixo, recupera-os e vende-os. Não descansa enquanto não obtiver ‘pensão de alimentos’ para o filho, registado como filho de pai incógnito. É a isso que se dedica com todas as forças que tem.

Não quero apoio nenhum, não quero nada para mim, quero é a pensão de alimentos para o meu filho. Eu quero trabalhar e ganhar dinheiro, aquilo que eu quero é uma mais valia para o meu filho. Não quero nada para mim, eu sou de ir à luta. (Ilda, 42 anos)

Ainda que partilhem experiências desestruturantes nos seus passados, estes três indivíduos foram conseguindo recuperar o terreno perdido. A família é presente nas suas vidas, ainda que de formas diversas: César e Bernardo contam com apoio familiar sob a forma do regresso à casa materna em tempo de turbulência; Ilda tem um filho de pai formalmente incógnito que se empenha em acompanhar e criar. Ilda, César e Bernardo contam com aquilo que as famílias proporcionam de menos visível a olho nu mas mais sólido em termos de impacto nas vidas das pessoas: uma rede que dá aos sujeitos ferramentas materiais, emocionais e relacionais para lidarem com os incidentes críticos e construírem alternativas de inclusão económica e integração social.

1.4. Instalados na condição de necessidade

No outro lado do conjunto das entrevistas aqui tratadas, encontramos dez homens e mulheres que, por circunstâncias diversas, se encontram instalados na condição de assistidos. Como veremos, o elemento decisivo é aqui a debilidade ou ausência de redes familiares, configurando a não-inserção no eixo sócio-relacional, que vem agravar os efeitos negativos das situações de desemprego, doença mental ou baixos rendimentos.

No caso destes indivíduos, a situação de pobreza e/ou exclusão social remonta a um período de tempo superior a cinco anos. O evento crítico por eles identificado situa-se num intervalo temporal que vai desde os 7 anos até às suas infâncias. De facto, como pudemos ver no Quadro 1, existem 3 casos de pobreza intergeracional, em que os indivíduos identificam paralelismos entre a situação actualmente vivida e as privações por que passaram na infância e juventude. Todavia, se atentarmos no Quadro, verificamos que Almerinda e Jerónimo se enquadram na pobreza persistente intergeracional, enquanto Arnaldo se inclui na pobreza oscilante intergeracional. O que os distingue?

A pobreza persistente intergeracional aqui identificada expressa-se em trajetórias pessoais em que os indivíduos são incapazes de romper com os padrões de fraca qualificação escolar e profissional, privação económica e desagregação familiar. Vejamos o caso de Jerónimo, 36 anos, beneficiário do programa Casas Primeiro. Aos 3 meses de idade foi institucionalizado, após o internamento da mãe a quem foi diagnosticada uma psicose. O irmão foi criado com os avós paternos e Jerónimo perdeu-lhe o rasto. Cresceu em instituições, não tendo conseguido completar mais do que o 1º ciclo de escolaridade. O início da vida activa deu-se aos 15 anos, integrado num projecto da Santa Casa. Com a maioridade veio o fim do apoio social, e Jerónimo iniciou um período errático em que viveu em quartos de pensão, na rua, em albergues e em internamentos psiquiátricos, onde lhe diagnosticaram desordem bipolar. O discurso de Jerónimo é desorganizado e mostra a natureza obsessiva com que pensa na família que nunca teve.

Uns dizem que é crise afectiva, outros disseram que era bipolar. Já me disseram tanta coisa, sei lá! Eu acho que não tenho nada. O que tenho são os pensamentos de ver o que de real está atrás disto tudo. (Jerónimo, 36 anos)

Ao longo destes anos, Jerónimo viveu na instabilidade laboral, tendo tido vários trabalhos pouco qualificados. O que se lembra de mais ter gostado foi ao balcão de uma pastelaria. Lavou vidros, trabalhou nas mudanças, mas gastou todo o dinheiro que ia ganhando. Jerónimo recebe RSI há dois anos e integra o programa Casas Primeiro desde Agosto de 2011. Desde que nasceu até ao momento actual, tem contado apenas com o apoio social do Estado. Família é coisa que não tem: a mãe morreu na instituição onde foi internada há décadas e o irmão desapareceu do seu mapa.

O outro caso de pobreza persistente intergeracional é o de Almerinda, 45 anos. Cresceu com os pais e quatro irmãos num bairro de barracas na zona oriental de Lisboa. A sua família foi realojada na Quinta do Ourives quando Almerinda entrou na escola. O pai não trabalhava devido a doença ('tinha um problema de cabeça') e a mãe ganhava dinheiro a lavar escadas. Lembra-se de passar muitas dificuldades em criança.

Coitado, o meu pai não tinha [dinheiro nem trabalho] e a minha mãe tinha que. Dividir três carcaças pela gente todos, porque às vezes também era difícil para ela arranjar. Comprar pão, três carcaças, tinha que dar para nós os cinco e eles os dois. Passei muita fome. (Almerinda, 45 anos)

Almerinda abandonou a escola aos 11 anos, depois de várias reprovações – “a minha cabeça não dá para o estudo”. Completou o 1º ano do 1º ciclo e não sabe ler nem escrever. Começou a lavar escadas antes dos 16 anos, para ajudar ao orçamento familiar. Com vinte anos, junta-se ao seu primeiro marido e vai viver para um bairro de barracas. Tem dois filhos, trabalha em limpezas. Com a separação, os filhos bebés são entregues a uma tia, com quem ainda vivem. Com vinte e cinco anos começa a trabalhar numa empresa de limpezas e vai viver com o segundo companheiro, de quem terá mais três filhos. Reestruturas na organização da empresa obrigaram-na a sair. Problemas conjugais e instabilidade económica fazem com que os três filhos mais novos lhe sejam retirados pelo tribunal: uma filha fica a viver com a madrinha e os outros dois são institucionalizados em colégios. Para sobreviver, vai fazendo trabalhos de limpeza e engomadoria, sempre de forma precária. Aos 45 anos, vive na mesma casa que o seu ex-marido, apesar de já estarem separados há doze anos. À data da entrevista, tinha começado a trabalhar como ajudante de copa num restaurante em Xabregas, a cobrir informalmente uma baixa de maternidade. Almerinda recebe RSI há 4 anos e foi ao abrigo da medida que fez um curso de costura, onde ‘nada aprendeu’. A pobreza vivida durante a infância e juventude manteve-se ao longo do seu percurso, marcado pela precariedade laboral, debilidade das relações familiares e dificuldades económicas. Todavia, no discurso de Almerinda, o maior problema com que se debate está fora de si e dificilmente o conseguirá resolver com a precariedade financeira em que tem vivido: o problema, nas suas palavras, é o bairro onde vive e onde ‘se estragou toda’ – nem uma palavra sobre a fraca escolaridade, a pobreza, a desagregação familiar e distribuição dos filhos por quem deles pudesse cuidar.

Finalmente, o caso de Arnaldo. Nasceu numa aldeia transmontana numa família com dificuldades económicas, filho de pai sapateiro e mãe costureira. Com a morte do pai, deu-se a lenta agonia e desagregação familiar.

Difícil foi a minha vida toda desde pequenino. O meu pai faleceu tinha eu um ano. E a partir daí a minha mãe abandonou um bocado os filhos. Não gostava do marido, não sei porquê, e quando o marido morreu, nunca mais gostou dos filhos. Eu e os meus irmãos tivemos uma infância à balda. Fome, não passámos, mas ela baldou-se para os filhos. Depois da morte do meu pai nunca mais ligou à gente: nem calçado, nem roupa, nem cortes de cabelo... Pronto, era só o comer, está aí comida. (Arnaldo, 48 anos)

Após um breve período de institucionalização na Casa do Gaiato (“seis meses de terror”) é resgatado por uma tia materna que se apercebe das marcas físicas

de maus tratos. Regressa à casa da mãe e completa o 1º ciclo de escolaridade. Inicia a vida activa aos 11 anos, nas obras. Aos catorze vem para Lisboa pela mão da irmã e do cunhado, e é com eles que vive até ir para a tropa. Os anos seguintes são passados no Algarve e em Lisboa, sempre a trabalhar na construção civil – tanto por conta de outrem, como por conta própria. Em tanto tempo de trabalho, só fez descontos durante 8 meses numa firma no Algarve. O álcool e as drogas entram-lhe pela vida dentro, ao sabor das intermitentes tentativas de desintoxicação em comunidades terapêuticas. Mesmo assim, teve períodos em que ganhou muito dinheiro.

Trabalhava, tinha dinheiro, tinha uma vida porreira. Tive uma altura que tive carro, tive chauffer particular, tinha obras aqui na Alameda. Mas com as drogas eu não parava. Tinha um empregado que sabia que eu não tinha carta, “Então ficas em minha casa e andas com o carro”. E era meu chauffer. Estava em minha casa e trabalhava numa obra que eu tinha na Alameda na altura. (Arnaldo, 48 anos)

Durante 15 anos viveu com uma companheira que o acompanhava na toxicodependência. Após a sua morte, foi viver com o irmão e a cunhada numa pensão em Lisboa. Com o diagnóstico de seropositividade veio a reforma por invalidez que lhe dá 207€ mensais. Abandonou definitivamente a droga há três anos e foi há dois que abandonou o álcool, quando lhe descobriram um “princípio de cirrose”. Aos 48 anos, vive sozinho num quarto de pensão em Santo Estêvão, após a mudança do irmão e da cunhada para um pequeno apartamento próprio. Sempre que a saúde lhe permite, faz biscates de construção. Conta com o irmão para tudo: dinheiro, cigarros, um café e apenas conversa.

Ao contrário de Almerinda e Jerónimo, Arnaldo conseguiu romper o padrão de privação económica de que partira na sua família de origem, constituindo um caso de pobreza oscilante intergeracional. Trabalhou muito e ganhou dinheiro. Como ele mesmo reconhece, a sua vida podia “ter sido bonita” não tivesse caído nas “maluquices de droga e álcool”. O que o salva da total exclusão é a relação emocional próxima que mantém com o irmão, que lhe devolve a humanidade perdida na situação em que agora se encontra. Caso não tivesse problemas graves e incapacitantes de saúde, Arnaldo caberia no sub-perfil *em trânsito em busca de oportunidades*. A vontade de trabalhar e de agarrar oportunidades de reforço financeiro depara-se com a extrema debilidade física em que se encontra, não apenas devido à condição de seropositivo que já tem há cerca de dez anos, mas também devido ao diagnóstico recente de complicações hepáticas.

Olhemos agora para os restantes casos de pobreza persistente, oscilante ou accidental, dentro deste sub-perfil *desafiliados instalados na condição de necessidade*. Quem encontramos nesta categoria?

De entre a heterogeneidade de percursos biográficos destes sete homens e mulheres, destaca-se desde logo um conjunto de indivíduos marcados pela doença mental. Ao isolamento ditado pelas patologias que lhes foram diagnosticadas, somam-se rupturas relacionais ou a morte dos familiares que constituíam as suas redes de apoio. Encontramos nesta categoria Hortense, Ramiro, Jerónimo, Juvenal, Sandro e Abu. Destes cinco, apenas Hortense e Juvenal não têm a sua infância e juventude marcadas por abandono familiar: Hortense viveu com a mãe até aos 37 anos e foi após a morte desta que iniciou a sua queda meteórica, que a tem levado a viver entre a rua, albergues e hospitais psiquiátricos até à idade actual de 55 anos.

A minha mãe tinha o 7º ano do Conservatório de piano. E depois acabou por ficar na miséria, com o divórcio. E o meu tio ofereceu-lhe aquela casa até ela falecer, a ela e à irmã e... a minha mãe foi professora de trabalhos manuais, esteve a trabalhar com uma senhora francesa. Eu trabalhava quando queria, não trabalhava quando não queria. (Hortense, 55 anos)

Ramiro foi criado pela avó paterna e diz ter sido abandonado pela mãe e pelo pai alcoólico quando estes se separaram. A avó morreu quando Ramiro tinha catorze anos e este momento foi um “grande trauma” para si. Estudou até ao 2º ciclo e abandonou a escola. Teve um percurso profissional instável: trabalhou no MacDonald’s e em vários estabelecimentos de restauração. Reconhece a importância da doença mental na sua incapacidade para manter trabalhos com continuidade. À esquizofrenia diagnosticada somou-se um conjunto de afastamentos e rupturas familiares, que o lançaram na rua em 2004.

[Vivia em casa da avó com a irmã] só que era ela que me pagava as coisas, e a minha irmã em 2004 pôs-me fora de casa porque eu não ajudava em nada, não fazia nada. Houve aqui uma fase da minha vida que foi difícil, eu não tinha trabalho e não podia ajudar na questão de dinheiro. E ela pôs-me no meio da rua. Eu arrumo carros em S. Vicente mesmo em frente à casa e ela pôs-me no meio da rua, não tinha outra solução... (Ramiro, 31 anos)

Desde Maio de 2011, Ramiro está integrado no programa Casas Primeiro e vive em Santo Estêvão. É beneficiário do RSI e no início deste ano, aos 31 anos, concluiu o 9º ano ao abrigo das Novas Oportunidades.

Juvenal cresceu no Alentejo com a mãe e os avós, como filho de pai incógnito. Licenciou-se em História e teve uma acidentada carreira como professor, que terminou em 2009 com a demissão da função pública após um longo processo burocrático. A desordem bipolar e a dependência do álcool e droga afundaram uma vida que ficou sem rede após a morte da mãe e dos avós.

Vivo em Lisboa desde 1999. E a vida em Lisboa tem sido o quê? Quartos, que é extremamente caro. Já estive num quarto em que a dona da casa faleceu. Resultado: rua! Rua, albergues. Seguidos não sei, mas foram intermitentes. Mas houve uma vez que estive três

meses na rua com uma crise mista. Até que me encontraram e eu disse quem era o meu médico. Levaram-me ao CAT e eu tresandava a tudo. (Juvenal, 50 anos)

Juvenal é seguido no CAT há 11 anos e foi através dos técnicos que ingressou numa comunidade terapêutica de desintoxicação. Neste momento, é beneficiário do programa Casas Primeiro e prepara o pedido de reforma por invalidez que, pelos cálculos do Sindicato, deverá rondar os 600€. Juvenal é também beneficiário do RSI, e conta com o apoio da Santa Casa no pagamento da medicação que tem de tomar para o manter estável. Está sozinho na vida, já nem sabe há quantos anos.

Sandro é, aos 40 anos, o mais antigo beneficiário do programa Casas Primeiro, que o tirou das ruas em Fevereiro de 2010. Cresceu num subúrbio lisboeta com os pais e quatro irmãos e foi lá que completou o 1º ciclo de escolaridade e iniciou a vida activa aos 13 anos na construção civil. A relação conflituosa com o pai levou-o a sair de casa aos 18 anos. Viveu uma temporada em Espanha a trabalhar em feiras, onde diz ter sido tratado como um escravo. Regressou a Portugal onde passou anos a fio a viver na rua. Sentiu na pele a discriminação violenta a que são votados aqueles que não têm casa.

Viver na rua não é fácil. O sem-abrigo, na rua, é tratado abaixo de cão. Nunca é tratado como ser humano. É tratado como um cão, toxicodependente, um violador. Sei lá, tudo o que é de mal, o sem-abrigo é tratado assim. Só deixa de ser tratado assim, no momento em que tem uma casa ou sai da rua e pensa em trabalhar. Assim, deixa de ser um animal, para ser tratado como pessoa. Durante 20 anos, fui tratado assim. Passava muita fome, passava frio, passava necessidades, chorava muito, para vir o amigo conversar connosco e não temos. Queremos desabafar com alguém e não existir esse amigo. (Sandro, 40 anos)

Neste momento, Sandro recomeça a vida com o programa Casas Primeiro. A esquizofrenia e o isolamento familiar tornaram-no um ser solitário, cuja única amiga é uma pedinte da Baixa Lisboeta com quem conversa quase todos os dias.

Também a vida de Abu é marcada pela doença mental e pelo afastamento familiar. Aos nove anos veio da Guiné-Bissau com uns tios e primos com quem cresceu; no arquipélago, ficou a sua família de sangue. A dificuldade de adaptação a Portugal fê-lo reprovar várias vezes. Aos 22 anos e com o 9º ano completo, vai para o Alentejo trabalhar na construção civil. Emigrou para Inglaterra seguindo um primo e trabalhou numa fábrica de carnes e numa loja de electrodomésticos. Por conselho de um ‘astrólogo’ viu-se enredado num esquema de correio de droga que o levou a cumprir pena em Londres. Foi sem-abrigo nesta cidade e correu alguns centros de acolhimento. Acabou por ser deportado para Portugal e passou uns tempos entre a rua e albergues, incapaz que era de activar a rede com os tios que o criaram. A esquizofrenia e a condição de sem-abrigo levam-

no a ser acompanhado por psicólogos e referenciado para o programa Casas Primeiro, do qual é beneficiário desde Fevereiro de 2011.

Os dois outros entrevistados, da categoria *desafiliados instalados na condição de dependência* há mais de cinco anos, configuram rupturas com o eixo sócio-relacional diversas. Júlio teve uma situação de partida mais desfavorável. Criado com a avó após a morte precoce da mãe quando tinha 6 anos, viu-se obrigado a iniciar a vida activa aos 16 anos, após a morte desta. Com a maioridade vem também o fim da subvenção mensal que o pai, inglês, enviava para si e para o seu irmão. Trabalhou como empregado de mesa e copa em vários restaurantes de Lisboa mas foi forçado a sair da casa onde crescera por se ver impossibilitado de a comprar. Foi acolhido por um amigo, a quem chama de ‘tio’, numa casa num palácio degradado em Lisboa, onde viveu durante mais de 20 anos. Nos períodos de desemprego, sobrevivia com a reforma que o ‘tio’ havia ganho durante a vida de trabalho na Holanda. Júlio não sabe precisar, mas há mais de 10 anos que está desempregado e é beneficiário de RSI. O incidente crítico que o trouxe de novo a uma situação de privação prendeu-se com a morte do ‘tio’ há 4 anos e a derrocada do palácio no início de 2011. Viveu em albergues, até que descobriu uma casa que lhe foi cedida e onde, sem água, vive agora sozinho aos 52 anos. Os problemas com que se debate coloca-os fora de si: falta de habitação, falta de trabalho e falta de apoio financeiro. Da família que lhe resta, o irmão, nada sabe há mais de 4 anos.

Ao contrário de Júlio, Maria Júlia teve uma vida sem grandes privações até à morte da mãe, há cerca de 6 anos atrás. Saída precocemente do sistema de ensino com o 8º ano completo apesar da resistência familiar, Maria Júlia teve a mãe como pilar de apoio durante a sua juventude. Teve dois filhos de maridos diferentes, trabalhou num supermercado e como recepcionista numa clínica, experimentou brevemente a emigração em França. Sempre que as coisas corriam pior, sempre que o desemprego lhe batia à porta, contava com a reforma e o apoio da mãe com quem vivia. Foi após a morte desta que Maria Júlia mergulhou no alcoolismo que a consumiu. Perdeu o trabalho, perdeu a casa materna, perdeu os filhos que foram entregues a familiares.

Eu fiquei mesmo mal. Tive de ir dormir uns dias para uma associação, dessas associações de noite, porque eu naquela altura nem me lembrava que pudesse haver uma assistente social ou qualquer pessoa que me ajudava. Eu saí de casa, era filha única tive de tudo, saí de casa para casar. Tinha marido, eu nunca me vi em dificuldade nenhuma. (Maria Júlia, 39 anos)

Neste momento, aos 39 anos, vive com um companheiro (ambos beneficiários de RSI), após anos de tentativas de desintoxicação. À data da entrevista, não bebia há um mês, depois de uma recaída por altura dos santos populares. O problema, esse, é apresentado como a conjugação da morte da mãe com o alcoolismo que

a enterrou definitivamente na solidão desapegada. Não vê o filho mais novo há três anos, fala com a filha esporadicamente, e foi rompendo com os apoios familiares com que contava – a prima que lhe pagou a primeira desintoxicação afastou-se de Maria Júlia quando percebeu que o seu investimento havia sido deitado para o lixo.

Em resumo, o sub-perfil *desafiliados instalados na condição de necessidade* é constituído por indivíduos que, por um conjunto de circunstâncias, se encontram impedidos de romper com a privação e exclusão social em que vivem. O afastamento sócio-familiar e o isolamento em que vivem impedem-nos de activar um conjunto de recursos (materiais, sociais, afectivos) que poderiam apresentar soluções para o beco em que se encontram.

2. Estratégias de gestão da privação

Como reagem estes homens e mulheres às situações de necessidade pelas quais foram passando na vida? Que papel assumem na resolução dos problemas com que se deparam? Que estratégias adoptam para fazer face à adversidade?

Para responder a estas questões, retomaremos a abordagem conceptual utilizada num estudo recente sobre o perfil dos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Castro et al, 2010), que distingue as seguintes estratégias:

- ▶ Passiva, manifesta na acomodação à situação de privação, como se de uma inevitabilidade se tratasse;
- ▶ Activa solidária, pela qual os sujeitos mobilizam as suas redes sociais e familiares de proximidade por forma a colmatar as carências com que se deparam;
- ▶ Activa, em que os sujeitos activam relações sociais ou institucionais para obterem rendimentos económicos, sob a forma de empréstimos ou subsídios;
- ▶ Autonomizante, em que os indivíduos põem em campo as suas competências para complementar os rendimentos auferidos pela assistência ou para procurar oportunidades de trabalho.

O Quadro 25 resume os rendimentos, os tipos de apoio e as estratégias de cada um dos entrevistados que compõem este perfil. Da sua análise ressaltam alguns elementos que vale a pena realçar:

- ▶ A natureza eminentemente solitária das pessoas que compõem este perfil é verificável na dimensão dos agregados (9 pessoas isoladas), mas também na prevalência da estratégia activa institucional sobre a estratégia

activa solidária. Todos os entrevistados recorrem a instituições de apoio social para ultrapassar a vulnerabilidade em que se encontram. Todavia, são apenas quatro os que mobilizam redes sociais informais: Almerinda vive com o ex-marido de quem se separou há 12 anos, Bernardo divide as despesas com a mãe com quem habita, César regressou à casa onde cresceu, Juvenal come com a generosidade de uns vizinhos que todos os dias lhe levam comida. Os três primeiros configuram apoios indirectos à habitação, por beneficiarem de habitação social cujo titular é um familiar.

- ▶ Quanto aos tipos de apoio recebidos, verifica-se o claro predomínio das prestações pecuniárias. Dos treze entrevistados, doze recebem RSI, um recebe uma pensão de invalidez e Abu recebe uma semana da entidade gestora do programa Casas Primeiro. Mas os apoios institucionais não se esgotam aí: o apoio à saúde sob a forma de consultas ou participação de medicamentos, o apoio em géneros alimentares e o apoio à habitação são também frequentes entre os entrevistados. De notar que o apoio directo à habitação é de três tipos: um caso de habitação social cuja titular é a entrevistada (Ilda), uma residente em albergue (Hortense) e cinco beneficiários do programa Casas Primeiro (Sandro, Ramiro, Abu, Jerónimo e Juvenal).

Nas páginas seguintes iremos ver as formas pelas quais os indivíduos mobilizam recursos para enfrentarem a adversidade. Num primeiro momento, analisar-se-á a acção dos entrevistados no círculo que vai de si mesmos até às pessoas próximas que os rodeiam. Trata-se de compreender as formas que tomam a estratégia autonomizante e activa solidária nas vidas destes sujeitos e o impacto que têm na redução da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Num segundo momento, ir-se-á olhar para os contextos em que a estratégia activa institucional é accionada, bem como as expectativas e impactos que os entrevistados associam à relação de proximidade com instituições de apoio social. Finalmente, procurar-se-á compreender os discursos identitários construídos, entre a afirmação das competências pessoais e profissionais e a resignação à condição de dependentes de apoios sociais. É a partir destas imagens que os sujeitos olham o futuro e se projectam nele.

Quadro 22: Desafiados – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

Zonas	Entrevistados	Idade	Freguesia	Nº elementos da família alargada	Nº elementos da família nuclear	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios (habitação, saúde, géneros)				Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos		
							Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras ent.)			Apoios INFORMAIS (família, vizinhos, amigos)			
							Habitação	Saúde	Géneros			Educação	
Zona 1	Almerinda	45	Marvila		2	RSI € 155 + substituição baixa maternidade (€ 400)	Indirecto (habitação social sogra)			Colégio p filhos	Alimentação	Activa Solidária, Activa Institucional e Autonomizante	
	Bernardo	40	Ameixoeira		2	RSI € 155 + biscates + pensão mãe (100€)	Indirecto (habitação social mãe)	Consultas (CAI)				Activa Solidária, Activa Institucional e Autonomizante	
	César	36	Marvila		1	RSI €152 + biscates	Indirecto (habitação social mãe)				Alimentação	Autonomizante, Activa Solidária e Activa Institucional	
	Hortense	55	Xabregas		1	RSI n.e.	Directo (Albergues)					Activa Institucional	
	Ilda	42	Ameixoeira		2	RSI (€ 65) + pensão viuvez (aprox. € 200) + biscates limpezas	Directo (Habitação social)						Activa Institucional e Autonomizante
Zona 2	Sandro	40	S. Miguel		1	RSI 189€	Directo (Casas Primeiro)					Activa Institucional	
	Ramiro	31	Sto Estêvão		1	RSI 189€ + arrumar carros	Directo (Casas Primeiro)	Medicação			Pequenos empréstimos	Activa Institucional, Autonomizante e Activa Hipotecada	
	Maria Júlia	39	S. Miguel		2	RSI 189€ + RSI companheiro (n.e.) + biscates companheiro (n.e.)		Isenta (alcoolismo)	Roupa, Alimentação			Activa Institucional	
	Abu	34	S. Miguel		1	Semanada (€ 25) dada pela AHEIPS	Directo (Casas Primeiro)	Meditação	Alimentação, Roupa			Activa Institucional	
	Arnaldo	48	Sto Estêvão		1	Pensão Invalidez (€ 207) + biscates		Consultas, Meditação	Alimentação			Activa Institucional, Autonomizante	
	Júlio	52	Sto Estêvão		1	RSI € 189 + arrumar carros			Alimentação			Pequenos empréstimos	Activa Institucional, Autonomizante, Activa Hipotecada
	Jerónimo	36	São Miguel		1	RSI € 130	Directo (Casas Primeiro)		Alimentação, Roupa			Activa Institucional	
Juvenal	50	Sto. Estêvão		1	RSI € 174	Directo (Casas Primeiro)	Meditação, Consultas (CAI)				Alimentação	Activa Institucional e Activa Solidária	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro da Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

2.1. Eu e os outros: entre a estratégia autonomizante e a estratégia activa solidária

Os indivíduos que compõem o perfil *Desafiliados* dependem economicamente de prestações sociais (RSI ou reforma por invalidez) para sobreviver. Todavia, os montantes recebidos não chegam para garantir mais do que a sobrevivência imediata. A questão que se coloca é: que soluções adoptam para fazer face à privação?

Ainda que não seja uma prática seguida por todos, os ‘biscates’ surgem como complemento aos rendimentos auferidos. Esta **estratégia autonomizante**, eminentemente flexível, permite pouco mais do que dinheiro extra e garante a continuidade das prestações sociais recebidas pela natureza informal com que é realizada. Vejamos alguns exemplos:

Tenho feito uns biscates numa empresa no Restelo, conforme vão precisando vão chamando, não é nada. Agora, até disse ao senhor que gasto mais em transportes. Se fosse todos os dias, tirava o passe e dava perfeitamente. Por exemplo, eu comecei no princípio do mês, os primeiros dias fui 3 dias seguidos, eles pagam entre 25 e 30€: se conduzir pagam 30€, se não conduzir pagam 25€. Os primeiros 3 dias fui. Se fosse uma manhã só ou só uma tarde, não compensa, porque gasto 4€ de transporte para ganhar 15€. Não compensa. (Bernardo, 40 anos)

Eu recebo uma média de 190€, tenho de me manter, não vai chegando. Vou até São Vicente de Fora e vou arrumar uns carrinhos, por exemplo agora ali se tivesse arrumava o carro da senhora doutora, para a senhora doutora me dar uma moeda. (Júlio, 52 anos)

Mais rara é a estratégia autonomizante que procura criar formas de distanciamento do apoio social recebido através do mercado de trabalho. Embora vários entrevistados refram querer voltar à vida activa, poucos são os que relatam esforços concretos nesse sentido. De facto, Bernardo é uma das excepções, envolvido que está no processo de **procura de emprego**.

Tenho procurado, mandado currículos, na internet, no jornal, no Centro de Emprego das Caldas já fui uma ou duas vezes ao de Almada. Já tenho tentado, porque sou uma pessoa que profissionalmente tenho experiência em muitas áreas, como papelaria, construção civil, qualquer coisa. Tenho procurado nessas áreas. (Bernardo, 40 anos)

Também Sandro tem passado os últimos seis meses à procura de trabalho. Aos 40 anos e com o 1º ciclo completo, este beneficiário do Programa Casas Primeiro tem-se deparado com as dificuldades inerentes às suas baixas qualificações escolares e profissionais:

Corri Lisboa inteira à procura de trabalho. Pedem currículos, pedem experiência, pedem carta de condução, mais não sei o quê... E eu não tenho nada disso. Mas o que é que um gajo vai lá meter: construção civil, 4.ª classe?... (Sandro, 40 anos)

Tal como vimos nas secções anteriores, os entrevistados que compõem este perfil não possuem um grau de encastramento forte em redes sociais locais e familiares. A doença mental, o alcoolismo, a toxicodependência e as rupturas familiares colocam-nos numa posição de risco no que toca à possibilidade de mobilização destas redes em situação de necessidade. Todavia, apesar do isolamento em que se encerram, podemos discernir exemplos diversos da estratégia activa solidária.

Desde logo, encontramos a possibilidade de coabitação, e a conseqüente redução de custos associados à manutenção de uma residência. Actualmente, são apenas três os entrevistados que se encontram nesta situação: César e Bernardo, *desafiliados em trânsito em busca de oportunidades*, que regressaram à casa materna onde cresceram, e Almerinda (*desafiliada instalada na condição de necessidade*) que divide a casa de habitação social com o ex-marido de quem se divorciou há 12 anos. Enquanto para os dois primeiros existe uma certa naturalidade neste regresso, para Almerinda a vida no Bairro dos Alfinetes é fruto da inexistência de alternativas habitacionais a baixo custo (ainda que, em nenhum momento da entrevista, mencione ter entregue um pedido de habitação social em nome próprio).

Por outro lado, encontramos também apoio alimentar por parte de familiares ou vizinhos. Embora não seja mensurável enquanto rendimento, este tipo de apoio vem aliviar os sujeitos dessa despesa fundamental. Almerinda recebe ocasionalmente comida enviada pela irmã, César desloca-se aos Olivais para comer em casa da mãe. Embora menos referido, o apoio alimentar de vizinhos também existe. Vejamos o caso de Juvenal, beneficiário do Programa Casas Primeiro e residente em Santo Estêvão, que recebe ajuda de uma família de vizinhos:

Eles sabem que eu só tenho 174,7€ para viver por mês. Sabe o que é que eles fazem todos os dias? Levam-me um saco de plástico com *tupperwares* de sopa, *tupperwares* de um segundo prato e fruta. No domingo, tocaram à porta e eram dez e meia da manhã. Era a vizinha: “Olhe, Juvenal, desculpe lá eu vir tocar tão cedo mas eu desconfio que você já não tenha pão” e eu disse-lhe: “Não, por acaso não.” Ela faz dá-me e era um pão de quilo fatiado. (Juvenal, 50 anos)

Também César refere a solidariedade dos vizinhos, mas desta feita no que toca a alimentação da cadela com que vive:

[Na comida para a cadela] tenho sorte também com os vizinhos, porque os vizinhos gostam todos muito dela. Eu vivo num corredor de quatro casas, A, B, C e D e como tem um portão à frente, aquelas quatro pessoas ali são como uma família. Eles ajudam-me todos e gostam muito da cadela. A cadela nesse aspecto está bem cuidada com todos. (César, 37 anos)

A estratégia activa solidária reaparece também sob a forma de cuidados prestados a menores em risco. Tomemos os exemplos de Almerinda, Maria Júlia e Ilda. Como já vimos, estas mulheres foram levadas a entregar os filhos a familiares em

momentos críticos dos seus percursos. Os dois filhos mais velhos de Almerinda, actualmente com 25 e 23 anos, cresceram desde a primeira infância com uns tios; a sua terceira filha foi entregue pelo tribunal há cerca de 12 anos à madrinha. A ausência de rendimentos e a precariedade laboral impediram-na de retomar o papel de cuidadora dos filhos. Também Maria Júlia se viu forçada a entregar a filha mais velha ao pai e o filho mais novo a uma prima, mergulhada que estava num profundo alcoolismo. O caso de Ilda sugere um percurso descendente (com a entrega dos três filhos à sua mãe), seguido de um período sombrio de droga e prostituição que culmina com o nascimento do seu quarto filho. É através da reestruturação da sua vida e do resgate da criança, que lhe foi retirada à nascença, que Ilda se agarra à redenção de uma nova vida.

A análise das entrevistas revela também a presença da estratégia activa hipotecada, pela qual os sujeitos mobilizam estas redes de proximidade como forma de acesso a pequenos créditos quotidianos. É assim que Júlio e Ramiro referem o recurso a pequenos empréstimos com amigos que também recebem RSI. Mas esta estratégia é residual e não assume grande importância no quadro do presente material empírico.

2.2. Vulnerabilidade e instituições: expectativas e impacto dos apoios

Em que circunstâncias recorrem os entrevistados a instituições de apoio social? Que expectativas têm e que relações desenvolvem com as instituições e com os apoios recebidos?

O recurso ao apoio institucional surge habitualmente após se terem esgotado as hipóteses de obtenção de rendimentos através do trabalho ou de ajudas familiares. Tomemos os exemplos extremos de Hortense e Maria Júlia que, como vimos, viveram sob a protecção materna durante a vida adulta. Foi apenas após a morte das respectivas mães que se depararam com necessidades que nunca tinham sequer sonhado.

Fiquei na rua com o que tinha no corpo, não sabia da existência de balneários, porque a minha família nunca recorreu a serviços para pedir... Não tinha conhecimento de balneários públicos. Depois com o andamento vim a saber por pessoas que dormiam na rua, depois acabei por saber. (Hortense, 55 anos)

Para mim a Santa Casa era para aquelas pessoas pobrezinhas que andam nas ruas todas rotas, que iam almoçar e jantar à Santa Casa. Eu não conhecia uma associação que pudesse ajudar as pessoas, que pudesse dar essas ajudas alimentares à semana ou ao mês. Eu não conhecia nada disso, nem sabia que as assistentes sociais me podiam ajudar a arranjar uma casa ou um quarto. Eu não conhecia nada disso... (Maria Júlia, 39 anos)

Hortense e Maria Júlia viram-se obrigadas a recorrer a apoio institucional em situações extremas de desamparo: sem casa, sem trabalho e sem família, restava-

lhes pouco mais do que bater à porta dos serviços do Estado. Os percursos de cada uma junto das instituições sociais são relativamente nebulosos: as datas e o encadeamento dos acontecimentos são imprecisos. Todavia, os seus discursos fazem surgir episódios diversos de aproximação aos serviços sociais, tanto por via de internamentos psiquiátricos, tentativas de inclusão no mercado de trabalho e atribuição de alojamento (quartos e albergues) no caso de Hortense, ou através de apoio pecuniário e na desintoxicação alcoólica de Maria Júlia.

Por outro lado, o pedido de apoio na recuperação da toxicod dependência aparece como um motivo significativo de aproximação aos serviços sociais, tal como aconteceu com Juvenal e Bernardo. À data do tratamento, Juvenal ainda estava integrado na função pública, o seu ordenado foi entregue à comunidade terapêutica e o remanescente foi suportado pelo IDT. O caso de Bernardo foi distinto: beneficiário do RSI, o seu ingresso na comunidade terapêutica foi possibilitado pela acção conjunta da SCML e IDT:

Considero-me uma pessoa com muita sorte, por me terem proporcionado ter feito o projecto na comunidade terapêutica. Parece que não, mas ainda gastaram [muito dinheiro], o IDT participava com 700 e tal euros e a Santa Casa com 140, eu pagava 40€ do RSI, parte que a Santa Casa pagava, o resto era para as minhas necessidades pessoais. Se não fosse ajudado, tinha dificuldades, porque os meus pais são pessoas que não têm muitas possibilidades. Não tinha hipótese de usufruir desse projecto, se não fosse o Estado (Bernardo, 40 anos)

Embora não seja fácil recuperar nos discursos dos entrevistados os históricos de proximidade e recurso aos apoios sociais do Estado, podemos ainda identificar um subgrupo relativamente homogéneo, composto por pessoas portadoras de doença mental, afastadas da família por circunstâncias diversas e lançadas em períodos de vivência de sem-abrigo. Incluem-se nesta categoria Abu, Sandro, Juvenal, Jerónimo e Ramiro, actuais beneficiários do programa Casas Primeiro. Ainda que alguns já tivessem tido contacto com os serviços sociais e tivessem apoios ao nível da saúde e de prestações pecuniárias, outros encontravam-se relativamente distantes do esquema da solidariedade institucional. Tal é o caso de Abu ou Sandro, resgatados da rua pela equipa da organização que gere o projecto. Vejamos de que forma Sandro descreve a incredulidade com que recebeu a proposta do projecto em que actualmente se enquadra:

A partir dos 18 anos até às Casas Primeiro irem falar comigo estive sempre na rua. Se me perguntar o que é drogas não sei, álcool não bebo. Eu estava no Campo das Cebo-las à espera de uma carrinha para comer. Entretanto, estava a falar com uma equipa dos Médicos do Mundo, apareceu-me a Dra. J e o Dr. M, que vieram falar comigo. Ao princípio pensei “Ninguém dá uma casa a ninguém sem pedir nada em troca”. Vim ver a casa: “Eu aceito!”. Só que fiquei com [um pé atrás]. Havia muitas pessoas que diziam: “Eles querem dinheiro! Eles querem não sei o quê! Essas coisas são muito mais exigentes, não é nada como a gente pensa!”. (Sandro, 40 anos)

O grau de isolamento de Sandro era tão grande que foi apenas com a entrada na casa que teve acesso ao RSI. Até esse momento, a sua vida era dormir na rua e comer o que as carrinhas lhe davam. Os beneficiários deste programa são, sem dúvida, os entrevistados que conotam mais positivamente o impacto dos apoios recebidos. A obtenção de uma casa e o acompanhamento pela equipa técnica do programa permitem-lhes aceder a um mundo novo, abrindo-lhes horizontes de inclusão.

O que é que mudou? Temos mais responsabilidade. Vemos as coisas de outra maneira. Aprendemos a conviver uns com os outros e a darmos mais valor às outras coisas. [Tenho a responsabilidade de] manter uma casa limpa. Respeitar uns aos outros. Respeitar os vizinhos. Não fazer barulho. É de tudo um pouco. (Sandro, 40 anos)

Quando me deram esta casa, fiquei contente. Fiquei mais do que contente. Então, achei que tinha que ter um emprego, tinha que regressar ao meu passado e tentar reconstruí-lo de novo, porque é uma oportunidade e acho que uma oportunidade dessas só para agradecer, entre outras. E acho que também aumentou mais a minha fé. (Abu, 34 anos)

Por outro lado, o impacto dos apoios concedidos na área da saúde é também referido como muito positivo pelos entrevistados que deles usufruem. Os casos de doença mental constituem um bom exemplo, pois implicam consultas e participação de medicamentos, ambos onerosos e impossíveis de alcançar para quem não tem recursos financeiros. Sem estes apoios institucionais, os sujeitos ver-se-iam privados daquilo que lhes permite ter uma vida minimamente estável. Vejamos o que sobre isso diz Juvenal:

Eu amanhã vou à consulta com o Doutor, ele passa-me as receitas, eu vou à Santa Casa e segunda ou terça vou buscá-las. Estão carimbadas, venho à Farmácia e eles devolvem-me o dinheiro por inteiro. São cerca de 1000€ que a Santa Casa gasta comigo por mês. Eu sou bipolar, tomo duas injeções por mês. Cada uma custa 187€. Isto é só um remédio. Por exemplo, o Zyprexa custa 120€ um caixa. Tem 28 comprimidos. Eu tomo três por dia. O Abilify custa 110€. Os meus medicamentos são todos assim. (Juvenal, 50 anos)

Mas entre os sujeitos que compõem este perfil há quem recorra às instituições de apoio social em circunstâncias menos radicais, tendo como objectivo suprir uma carência imediata de rendimentos: Almerinda, Bruno, César, Maria Júlia e Júlio entram nesta categoria. De acordo com as entrevistas, Júlio é o indivíduo que tem há mais tempo apoio pecuniário institucional. Vivía em casa do ‘tio’, estava desempregado e tinha pedido apoio alimentar no refeitório dos Anjos. Um dia, decidiu deslocar-se à Santa Casa e tentar a sua sorte:

Eu sabia que a Santa Casa dava subsídios e pedi, “Ó doutora, eu não tenho subsídio de parte nenhuma, etc.”, e ela começou a dar-me 2 contos e 500. Ela sabia que eu estava a viver com uma pessoa e que estava a tratar dela, mas não sabia a vida da pessoa, se tinha reforma da Holanda, se não tinha, isso não sabia a vida dele... (Júlio, 52 anos)

Embora não seja fácil reconstruir a linha temporal da relação de Júlio com o apoio institucional, sabemos que a **ajuda pecuniária** se manteve durante uns tempos, até que o RSI (então RMG) chegou pela mão da técnica. Desde então, Júlio é beneficiário desta medida. Durante os últimos dez anos, tem conseguido sobreviver com esta prestação social pois não pagava alojamento. Júlio confessa que durante a vida do ‘tio’ se deixou cair na inércia e não procurou trabalho com o afnco que poderia ter tido:

Desleixei-me um bocadinho. A culpa também foi minha porque como a pessoa com quem eu morava era o meu tio, e tinha uma reforma boa, eu comecei a encostar-me. Eu faço a comida em casa para mim e para ele, ele dá-me dinheiro, todas as semanas dá-me dinheiro para os meus gastos pessoais, porque ele tinha uma boa reforma de 1000€ e tal por mês, uma média de 1200€, fora as férias e fora o subsídio de Natal. Era uma reforma da Holanda. (Júlio, 52 anos)

Agora, com o desaparecimento do ‘tio’ e a derrocada da casa, Júlio está mais vulnerável do que nunca. Aos 52 anos, perante a dificuldade de integração no mercado de trabalho, resta-lhe a resignação à dependência ou o milagre do acontecimento extraordinário que lhe mudasse a vida. Este exemplo é recuperado porque ilustra a forma como o apoio temporário numa situação de vulnerabilidade pode, em determinadas circunstâncias, tornar-se um modo de vida que se arrasta no tempo. Não se trata apenas, tal como aconteceu com Júlio, de um processo de acomodação na privação que resulta na inércia e debilidade de acção para a mudança. Trata-se também, e sobretudo, de uma acumulação de desvantagens e *handicaps* que dificultam a activação de competências capazes de os devolver a uma vida activa estável: fracas qualificações escolares e profissionais, reduzido acesso ao mercado de trabalho, precariedade da inserção laboral. No caso dos desafiados, estas desvantagens são acrescidas e amplificadas por um conjunto de problemas que, para além da privação material conduzem também a diversas formas de exclusão social: a doença mental, a doença crónica, o risco associado a passados de alcoolismo e toxicodependência e o isolamento social, que vêm agravar e prolongar o vínculo de dependência institucional, diluindo a auto-estima dos indivíduos e reduzindo significativamente as suas oportunidades laborais, económicas e sociais.

Foi a partir das experiências dos nossos entrevistados com a estratégia activa institucional que se construiu o Quadro 23. Nele sumarizam-se os aspectos que estes indivíduos consideram positivos ou críticos na quantidade, qualidade e acessibilidade dos apoios que recebem – ou aqueles que gostariam de receber, mas não conseguem.

Quadro 23: Desafiliados: percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência (Hortense, Sandro, Juvenal, Maria Júlia)	– Insuficiência do valor dos apoios (Almeirinda, Bernardo, César, Sandro, Júlio, Juvenal, Maria Júlia, Ramiro)
QUALIDADE Acompanhamento social	– Disponibilidade e empatia das técnicas (Arnaldo, Sandro)	– Passividade das técnicas (César)
Habitação		– Falta de privacidade dos albergues (Hortense)
Saúde	– Acompanhamento no CAT (Juvenal, Bernardo) – Apoio médico no albergue (Hortense) – Apoio à medicação (Abu, Juvenal, Ramiro)	
ACESSIBILIDADE Habitação	– Acesso a casa individual, Projecto Casas Primeiro (Abu, Jerónimo, Juvenal Ramiro, Sandro)	– Dificuldade de acesso a habitação de custo reduzido (Júlio)
Apoio		– Dificuldade de acesso ao Banco Alimentar (Sandro) – Dificuldade de acesso a prestação social para filho de pai desconhecido (Ilda)
Transporte		– Dificuldade de aceder a transportes públicos (Hortense, Ramiro, Maria Júlia)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> – Promover avaliação e fiscalização das necessidades reais dos beneficiários dos apoios sociais – Articular acção com tecido empresarial para promover criação e divulgação de emprego – Aumentar o valor de apoios pecuniários/pensões e/ ou articulação com outros apoios (ex.alimentares) – Promover apoio à mobilidade através do pagamento de passes sociais 		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro da Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Embora todos os entrevistados reconheçam a importância dos apoios pecuniários de que beneficiam, vários apontam a insuficiência das prestações recebidas, que lhes permite pouco mais do que a sobrevivência.

De uma forma geral, eu acho que este país deixa muito a desejar em termos de políticas sociais. Não somos propriamente a Suécia. Nós temos, como a Dra. deve saber, uma Constituição que é das mais evoluídas do mundo em termos teóricos, serve de exemplo a outros países. Quando querem rever as Constituições vão buscar a Constituição Portuguesa mas depois, na prática, nós fazemos pior do que os outros países. Por exemplo, o rendimento social de inserção. Eu não gosto do nome “rendimento social de inserção”,

porque acho muito eufemístico: rendimento social de inserção. Mas para que servem 175€? A inserção é o que 175€ dá? (Juvenal, 50 anos)

A revisão dos valores destes apoios surge, pois, como uma das propostas que alguns entrevistados deixam para a melhoria dos serviços prestados. Outro aspecto que merece a atenção de quatro entrevistados é a dificuldade de acesso a apoios à mobilidade, através do passe social. Agilizar os serviços no sentido da promoção da mobilidade dos utentes pode, na opinião destes entrevistados, retirá-los do confinamento às respectivas áreas de residência, permitindo o caminho da autonomia na resolução de problemas e na eficácia da procura de trabalho.

Olhando para o Quadro 23, verificamos que uma das propostas mencionadas pelos entrevistados se prende com a necessidade de avaliação e fiscalização das necessidades reais dos beneficiários. Como veremos na secção seguinte, esta proposta baseia-se na ideia de que nem todos aqueles que recorrem aos apoios sociais o fazem porque deles precisam de facto e que tal injustiça denigre a imagem da acção social institucional e dos seus beneficiários.

3. Auto-imagem e futuro

Importa agora compreender de que forma os entrevistados constroem o seu discurso identitário e o articulam com o mundo que os rodeia. A natureza relacional do conceito de identidade implica que a formulação do ‘eu’ se estabeleça não apenas por oposição a um ‘outro’ significativo com quem se procura estabelecer distâncias e diferenças, mas também por contiguidade a outros ‘eus’ que partilham experiências e formas de reacção a determinados contextos. No presente estudo, a elaboração do discurso identitário faz-se no contexto da actual situação de vulnerabilidade. Vemos assim surgir três imagens distintas: a auto-imagem, a imagem que os entrevistados têm do Outro beneficiário e a imagem que julgam existir na sociedade sobre os beneficiários (hetero-imagem).

Quadro 24: Desafiados: Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
O apoio é usado para a sobrevivência, não comete extravagâncias	Muitos usam dinheiro do RSI para comprar carros, droga, álcool.	Preguiçosos, vagabundos que se aproveitam dos descontos alheios para não trabalharem
Doença mental torna-o incapaz para o trabalho e merecedor de apoio do Estado	Pessoas capazes de trabalhar mas que preferem uma vida à conta do Estado	
Apoios dão mais auto-estima e abrem horizontes	Gabam-se do que recebem indevidamente	
Idade como factor de exclusão do mercado de trabalho.	Os jovens capazes deviam ir trabalhar e não receber mais apoios	
Valor como trabalhador, o apoio é situação temporária	Há muitos que se acomodam à vida de apoios sociais e não procuram alternativas	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Como se pode verificar na leitura do Quadro 24, os entrevistados conhecem bem a imagem que a generalidade das pessoas tem daqueles que beneficiam de apoios sociais institucionais. O aproveitamento indevido de recursos públicos, a indolência e a acomodação são ideias comuns que todos reconhecem nos discursos quotidianos de quem vê esse mundo de fora.

Perante a imagem profundamente negativa dos beneficiários que os sujeitos reconhecem existir à sua volta, todos dedicam uma parte dos discursos a um duplo movimento: em primeiro lugar, ao afastamento identitário do ‘Outro’, o beneficiário que não o deveria ser – porque tem carros, porque gasta o dinheiro em droga, álcool e cigarros e outros bens supérfluos, porque ludibria o sistema e se acomoda à simplicidade de receber dinheiro sem trabalhar. No fundo, este primeiro movimento vem legitimar as opiniões que os entrevistados atribuem à generalidade das pessoas: também eles se apressam em enumerar situações concretas de abuso dos recursos públicos, denunciando as injustiças que povoam as filas dos serviços de Acção Social.

E é aqui que surge o segundo movimento do processo identitário, expresso na afirmação da justiça na atribuição dos seus apoios: todos se consideram merecedores das ajudas que recebem, tanto pela privação económica, pela exclusão do mercado de trabalho, por motivos de doença incapacitante ou pela idade. Em nenhuma das treze entrevistas realizadas, em algum momento, os sujeitos se colocam na categoria da qual se afastam enfaticamente.

Os rendimentos estão muito mal distribuídos. Há quem não precise que está a receber, há quem precise, que não está a receber. Dão o rendimento mínimo aos ciganos, que têm carros, não sei quê e não sei quê. São pessoas que não precisam de rendimento mínimo. Conheço velhotas que vão ao Campo das Cebolas, que têm a reforma delas, a reforma do marido, a reforma de não sei quantos, vão ali às carrinhas comer e ainda lhe dão o rendimento mínimo! E nós, dão-nos o quê? 180€ e lá vai! (Sandro, 40 anos)

Perante a afirmação de justeza das prestações que recebem, resta saber de que forma se concebem no que toca à sua situação material: são pobres? São remediados? Vemos, assim, surgir duas formas alternativas nos discursos: os que se reconhecem como pobres, devido à privação material que encolhe o dinheiro tornando-o insuficiente para as necessidades básicas. Entram nesta primeiro grupo Almerinda, Arnaldo e Sandro. Mas mesmo aqui, encontramos graus distintos de adesão à categoria de pobre. Se Almerinda resume a identidade na ideia de que o dinheiro não chega para nada, Sandro enfatiza o facto de agora ter uma habitação ao abrigo do Programa Casas Primeiro (e, portanto, estar menos pobre do que já foi) e Arnaldo salienta o facto de a sua pobreza decorrer das escolhas erradas que fez no passado.

Muito pobre não tem nada. Não tem casa, não tem dinheiro, não tem rendimentos, não tem nada. Eu tenho, pelo menos, uma cama para dormir, sei que posso chegar todos os dias a casa e fazer o meu pratinho de sopa, tenho os meus amigos e tenho a minha dignidade. (Sandro, 40 anos)

Sou pobre pela minha cabeça. Se fosse um daqueles rapazes atinados, ia estar bem, em vez de andar a curtir desde os 18 anos até agora, curtia agora...mas já teria a vida montada, teria casa, teria carro, teria mulher, teria filhos, teria prontos, teria bem na vida, aos anos que trabalhei. Trabalhei muitos anos. Há pessoal que se mete na droga, nisto e naquilo, mas não sabem fazer nada, estão sempre às sopas. Eu sempre trabalhei, ganhei muito dinheiro, aprendi a profissão que tenho, e estou mal, devido à minha cabeça. Se eu tivesse um bocado de juízo, pensasse “ando aqui a trabalhar para quê? Para gastar em álcool? Para ir para o Cais do Sodré? Para ir para aqui? Para ir para ali...”. Guardar o dinheirinho... Podia ter bastante dinheiro, assim, não tenho nada. Sou pobre, não tenho onde cair morto, mas estou vivo. (Arnaldo, 48 anos)

A segunda forma encontrada implica a recusa de entrada na categoria ‘pobre’. Nos discursos dos sujeitos esta recusa traduz-se na relativização da noção de pobreza, através da ampliação do espectro comparativo (pobre é quem anda roto na rua, pobre é quem não tem casa, pobreza a sério só em África), ou pela ênfase num conjunto impreciso de traços de personalidade que, no fundo, traduzem a ideia comum de ‘riqueza de espírito’.

Não, não me considero pobre. Tenho a minha ideia que pobre é aquele roto, nu que anda a dormir nas ruas. Para mim foi sempre essa ideia, foi assim que fui educada (Maria Júlia, 39 anos)

Depois daquilo que já passei, não me considero pobre. Pobres são aqueles que morrem naqueles países no corno de África. As pessoas deviam olhar para isso. A gente se não conseguir comer uma salsicha, come arroz! Quem me dera estar na rua e ter uma panela de arroz para comer. Depende do que é pobreza, a pobreza tem muito que se lhe diga! Há pessoas que não comem e preferem comprar um maço de tabaco. Às vezes, também tem essa coisa, agora também fumo de enrolar, dá para uns três ou quatro dias. Agora, na Europa, não há pobreza. As pessoas querem é tudo. (Jerónimo, 36 anos)

Eu pobre? Sou a pessoa mais rica do mundo. Porquê? Tenho um interior que não consigo encontrar em ninguém. Sabe porquê? Eu tenho aquilo que eles não têm, eles passam e são indiferentes a toda a gente, eu não. Se eu vir alguém a sofrer, perco o meu tempo para ir dar uma palavra amiga. E eu sou a mesma com 5€ ou com 1€. Eles não, quando têm milhões são muito simpáticos, quando não têm nada são uns merdas. (Ilda, 42 anos)

É a partir destas imagens que os entrevistados desenham uma linha identitária temporal que articula a sua condição actual de privação (eu, beneficiário), os passados de trabalho que tiveram (eu, trabalhador) e os futuros que concebem como seus (eu, beneficiário / eu, pensionista / eu, trabalhador). Embora todos mencionem o património de trabalho que carregam dos seus passados, poucos são os que explicitamente se referem a si mesmos como bons trabalhadores, aptos no imediato para o mercado de trabalho. As excepções são poucas: Bernardo, que tudo faz para se libertar do RSI; César, que espera a ida ao dentista para aumentar as possibilidades de encontrar um emprego e Ilda que, informalmente, vai mantendo um pequeno negócio de recuperação de móveis enquanto não obtém a pensão para o seu filho. Todos os restantes vêm esse futuro de autonomização pelo trabalho como relativamente longínquo – pelas características da actual economia que reduz as oportunidades, pela sua reduzida escolaridade e formação profissional, pela doença mental, pela idade. Há mesmo quem não pense sequer em regressar à vida activa: Juvenal, que espera o deferimento do pedido de reforma e Hortense que confessa ter perdido o ‘hábito’ para o trabalho e que pretende solicitar a reforma por invalidez.

A projecção que a maioria faz no futuro é, por isso, uma projecção condicional: se arranjar trabalho, se tiver uma casa minha, se ganhar o euromilhões. Nesse ‘ses’ cabem outros sonhos, mais ou menos distantes: encontrar uma mulher (Ramiro), recuperar os filhos (Maria Júlia), visitar a família na Guiné (Abu), trazer a companheira e o filho dos Açores (Bernardo), alugar uma casa (Júlio) ou ir ao Pólo Norte (Jerónimo).

A figura seguinte permite compreender como se conjuga o olhar sobre os seus problemas e o tipo de estratégia que permitia transformar a sua condição de vulnerabilidade vivida. A conjugação destes dois planos permite identificar cinco combinações:

- Uma Auto-apreciação dos problemas responsabilizante e uma estratégia activa cooperante na qual os entrevistados se responsabilizam pelos seus problemas e consideram que a estratégia para os solucionar resulta da combinação de uma estratégia concertada entre si e o sistema;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa individualizante em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação mas cuja estratégia para sair dela depende apenas de si;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação e a estratégia para sair dela. O posicionamento predominante;
- Uma Auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia passiva em que os entrevistados procuram partilhar com o sistema a responsabilidade da sua actual situação mas crêem-se incapazes para a reverter, atribuindo ao sistema esse ónus;
- Finalmente, uma Auto-apreciação dos problemas responsabilizante e uma estratégia passiva em que os entrevistados se responsabilizam pelos seus problemas mas consideram o sistema o único capaz de accionar uma estratégia para os resolver.

Figura 12: Problemas e estratégias individuais ou societais: a visão dos desafiados para fazer face às vulnerabilidades

		Estratégia	
		Em si	No sistema
Problema	Em si	Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante Maria Júlia, Ramiro, Abu, Juvenal	
	No sistema	Auto-apreciação co-responsabilizante e activa individualizante Arnaldo	Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante Almerinda, César, Sandro, Júlio, Bernardo, Ilda
			Auto-apreciação responsabilizante e passiva Jerónimo
			Auto-apreciação co-responsabilizante e passiva Hortense

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

4. Retratos de desafiados

ARNALDO, 48 anos

Arnaldo nasceu numa aldeia transmontana, filho de um sapateiro e de uma costureira. Com a morte precoce do pai, a mãe desleixou o cuidado dos filhos ('nem um gato se trata assim'). Com seis anos, teve uma breve experiência de institucionalização num tempo que recorda como de 'terror'. Este tempo acabou quando uma tia o visitou e descobriu marcas físicas de maus tratos.

Regressado à aldeia materna, concluiu o 1º ciclo de escolaridade e iniciou a sua vida activa aos 11 anos, na construção civil. O irmão mais velho insistiu para que continuasse a estudar, mas a mãe disse que Arnaldo estaria bem a trabalhar. Com 14 anos veio para casa da irmã em Lisboa e continuou a trabalhar nas obras.

Após a tropa, viveu no Algarve e em Lisboa, onde trabalhou por conta própria e por conta de outrem. Foi no Algarve que teve o seu único período de descontos para a Segurança Social, durante uns breves 8 meses.

Nunca lhe faltou trabalho, mas a dependência das drogas impediram-no de ter a 'vida bonita' que poderia ter tido. Em tempos de prosperidade, chegou a pagar a pagar a um empregado para ser seu motorista.

Com a morte da companheira, há 15 anos, foi viver com o irmão e a cunhada numa pensão em Lisboa. Chegou-lhe o diagnóstico de seropositividade para o VIH e a reforma por invalidez, seu actual meio de subsistência. Foi apenas há 3 anos que abandonou a droga e há 2 anos, com o diagnóstico de um 'princípio de cirrose', largou o álcool. Tem agora pela frente um tratamento penoso para os graves problemas hepáticos com que se depara.

Vive sozinho num quarto de pensão em Santo Estêvão, após a saída do irmão e da cunhada para um pequeno apartamento próprio. A irmã, esquizofrénica, vive num lar na zona de Tomar.

O seu sonho é recuperar a saúde e retomar os biscates na construção civil que lhe dão dinheiro extra e lhe permitem sentir-se uma pessoa completa.

JUVENAL, 50 anos

Juvenal cresceu no Alentejo, com a mãe e os avós maternos, filho de pai incógnito. Ao bom desempenho escolar no liceu, seguiu-se a licenciatura em História em casa de uma tia materna no Porto. Com a conclusão do curso em 1983, começou a trabalhar como professor de liceu, tendo iniciado o que considera ter sido uma 'carreira digna'.

A 'dignidade' da carreira viu-se seriamente comprometida com o abuso de álcool e drogas. O dinheiro que ganhava, desaparecia ao fim de uns dias em cocaína. A desordem bipolar que lhe foi diagnosticada contribuiu decisivamente para o mergulho descendente em que a sua vida se tornou.

Com a morte da mãe e dos avós, Juvenal viu-se sozinho perante os muitos problemas que o rodeavam. Entre muitas dezenas de atestados médicos, a incursão numa comunidade terapêutica e internamentos psiquiátricos, a sua carreira como professor foi-se afundando sem remédio.

Depois de ter faltado à Junta Médica pela sucessão de baixas por atestado, foi-lhe instaurado um processo que culminou, em 2009, na sua demissão da Função Pública.

Acompanhado no CAT há onze anos, foi referenciado para o Programa Casas Primeiro.

Vive agora em Santo Estêvão ao abrigo do projecto, é beneficiário do RSI e é a SCML quem todos os meses lhe paga a medicação. Conta com a solidariedade dos vizinhos que lhe dão comida todos os dias, enquanto prepara o pedido de reforma por invalidez que lhe permitirá maior desafogo económico.

Adia o desejo de tirar o Mestrado em Ciências Documentais até ao momento em que as suas finanças o permitam.

MARIA JÚLIA, 39 anos

Maria Júlia nasceu na Cruz Quebrada e aí cresceu com os pais. Estudou até ao 8º ano e começou a trabalhar pois queria ser independente.

Casou aos 20 e teve uma filha. O divórcio veio seis anos mais tarde e Maria Júlia continuou a viver em casa dos pais. Com a segunda relação amorosa, nasceu o filho mais novo em 1998.

Trabalhou no Pingo Doce durante dois anos e, com a segunda relação que teve, decidiu emigrar para França e trabalhar como empregada de quartos num hotel. O filho pequeno ficou com a sua mãe e a filha mais velha foi entregue ao pai. Tentou levar o filho para França, mas a inadaptação da criança à escola francesa trouxe de novo Maria Júlia e o filho para a casa da mãe na Cruz Quebrada.

Até à morte da mãe, Maria Júlia viveu da reforma auferida pela progenitora. Quando a mãe morreu, há cerca de 6 anos atrás, mergulhou numa fase de profundo alcoolismo. Ficou sem a casa materna e, perante a sua incapacidade em cuidar do filho, este foi entregue a uma prima que reside nas Caldas da Rainha. Maria Júlia não vê o filho mais novo há 3 anos.

Durante anos, viveu em casas diferentes, ao sabor dos companheiros de ocasião que foi tendo. Tentou tratamentos diversos, mas caía sempre de novo no álcool. Um dos tratamentos, pago por uma prima emigrada, terminou com a sua fuga da comunidade terapêutica. A relação com a prima desapareceu após este episódio.

À data da entrevista, vivia com um companheiro numa casa arrendada na freguesia de São Miguel e recebia RSI. A abstinência alcoólica iniciada uns meses antes tinha sido quebrada na época dos santos populares. Maria Júlia refere a vontade de fazer um curso da Santa Casa, embora ainda não relate os procedimentos feitos com esse objectivo. Gostava de voltar a estar próxima dos filhos e de um dia viver outra vez com eles.

C Idosos

A temática do envelhecimento tem assumido uma relevância crescente na discussão pública. Novos padrões da vida pessoal e familiar contribuem para uma diversificação dos modos de envelhecer, revelando diferentes dinâmicas de sociabilização por parte deste grupo particular – as pessoas idosas. Actualmente, o fenómeno do envelhecimento da população representa uma das maiores preocupações das sociedades ocidentais, induzindo forte impacto social em diferentes dimensões da vida pessoal e familiar – em Portugal, a proporção da população com 65 ou mais anos é, em 2011, de 19% (18% em Lisboa); já o índice de envelhecimento do país é de 129, o que significa que Portugal tem hoje mais população idosa do que jovem²⁹. O aumento da esperança média de vida³⁰ parece contribuir para este processo, em particular pela emergência de novas condições de saúde. O estudo desta população parece assim cada vez mais justificável e actual, condição que é reforçada pelo facto de nem sempre se assistir neste percurso à realização de condições favoráveis.

De acordo com a análise do inquérito às condições de vida e rendimento em Portugal³¹, verificou-se entre 2003 e 2008 uma diminuição significativa (8,9%) dos idosos a viver em condições de risco de pobreza, são, no entanto, ainda 20%; proporção que aumenta no caso dos que vivem isolados (32,7%), deixando prever alguma relação entre a condição de pobreza e o facto de ter ou não redes de apoio familiar.

²⁹. O índice de envelhecimento resulta da relação existente entre o número de idosos (população com 65 ou mais anos) e o número de jovens (população com 0-14 anos). Exprime-se habitualmente pelo número de idosos por cada 100 pessoas com 0-14 anos. Fonte: Censos 2011 – Resultados Provisórios; Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa.

³⁰. A esperança média de vida entre 2000 e 2009 subiu a nível mundial de 67,2 para 69,4 anos de idade. Em Portugal, para o mesmo período, subiu de 76,3 para 78,7. Dados: <http://data.worldbank.org/indicador/SPDYNLE00.IN>, acedido a 8 de Dezembro de 2011.

³¹. Relatório do Instituto Nacional De Estatística (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, INE

Em 2010, uma análise aos perfis sociais de utentes do acolhimento social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa identifica no grupo entrevistado 30% de idosos e reformados – um dos perfis analisados – distinguindo-se idosos que vivem sozinhos (por vezes, em situação de pobreza extrema) e idosos a residirem com outros elementos (de quem, por vezes, são os principais cuidadores) (Castro e Guerra et al., 2010). Esta condição encontra-se, em grande medida, relacionada com um enfraquecimento das redes de solidariedade social e de suporte em que os idosos se integram, nomeadamente a família.

“As situações de vulnerabilidade face à pobreza resultam, muitas vezes, de percursos de vida vividos em condições de precariedade, fora da esfera do mercado de trabalho ou com uma presença muito intermitente nesse domínio. A pobreza na velhice acaba por ser, nestes casos, o ‘natural’ corolário de uma vida de carências. Noutros casos, uma posição social ao nível da classe média baixa resvala para uma situação de pobreza perante circunstâncias como a viuvez, a passagem à reforma ou desemprego, aliada à recusa ou impossibilidade de apoio por parte dos filhos” (Castro e Guerra et al., 2010: 254).

Na procura de factores que potenciem esta situação de vulnerabilidade, importa salientar a centralidade do papel do trabalho na vida dos idosos. Para grande parte, sempre foi visto como garantia de sobrevivência, sobrepondo-se ao percurso escolar, o que conduziu a percursos de elevada precariedade laboral e consequente dificuldade de atingir níveis de segurança quanto à garantia de subsistência pessoal.

Realidade bem patente em Portugal, onde se constata um número crescente de idosos em situação de isolamento físico e social, com pensões ou reformas muito reduzidas. Para além do medo decorrente de um reconhecimento de fragilidade física potenciado pelo isolamento, a condição de idoso conduz ainda a uma maior vulnerabilidade à doença e consequentes encargos de saúde. Por outro lado, as especificidades territoriais não contribuem para melhorar a situação, acrescentando ainda mais impedimentos: de acessibilidade em contexto urbano e de mobilidade em contexto rural. Também estes factores contribuem para que este se assuma como um dos grupos mais expostos à pobreza em Portugal, mesmo enquanto beneficiários de apoio social ou enquadrados num contexto de família *sandúiche*³².

Outro ponto relevante que contribui para o reforço da vulnerabilidade dos idosos encontra-se no relacionamento deste grupo com os mecanismos de assistência. Por um lado, algumas pessoas podem revelar dificuldade em aceitar que têm que pedir apoio; por outro lado, podem simplesmente assumir uma posição mais isolada, aceitando a sua condição passivamente. Neste campo, destacam-se

³² Grupos que, beneficiando de demasiados recursos para aceder a prestações sociais e programas especificamente orientados para a luta contra a pobreza e contra a exclusão social, experimentam particulares dificuldades na resposta às suas necessidades, cumprindo expectativas e *naturais* aspirações de vida. Pinto e Guerra et al. (2010).

as vantagens de uma relação de proximidade com profissionais, apoiada numa mobilização de respostas de forma adequada. Esta relação é frequentemente conseguida por meio da acção de serviços de comunidade, que muitas vezes contribuem para a integração num projecto de resposta articulada em diferentes dimensões da vida da pessoa idosa.

Em 2007³³, o primeiro relatório do OLPCCL confirmava a maior vulnerabilidade da população idosa para condições abaixo do limiar de pobreza, justificando a aplicação de medidas que pudessem inverter esta condição. Face às políticas sociais implementadas, verifica-se que da totalidade de respostas sociais existentes em Lisboa, 37% são direccionadas a idosos (77% do total de equipamentos da área de intervenção focada na população adulta). Os principais tipos de respostas sociais que as pessoas idosas encontram são o Lar para Terceira Idade, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia.

No mesmo sentido, as prestações sociais³⁴ tiveram um impacto importante na diminuição da taxa de risco de pobreza³⁵, em grande medida para a população idosa em Portugal. Em particular da cidade de Lisboa, as prestações sociais que abrangiam mais beneficiários correspondiam a pensões de velhice e de sobrevivência³⁶.

Mesmo com resultados positivos observáveis, estas medidas merecem – como qualquer outra – ser entendidas por meio de um processo reflexivo que se centre na mudança social. Como a sua complexidade deixa perceber, a condição de pessoa idosa convoca os decisores para um planeamento de políticas articuladas e diferenciadas, apoiando a manutenção e disponibilização de equipamentos, de forma a suprimir necessidades muito concretas.

Integram o perfil *Idosos* catorze homens e mulheres com idades compreendidas entre os 63 e os 82 anos. Estes idosos residem nas freguesias de Ameixoeira, Marvila, Sto Estêvão, S. Vicente, Santiago e São Cristóvão, oito deles residem sozinhos e os restantes com o cônjuge e/ou outros familiares (filhos ou netos). Independentemente das trajectórias de vida, todos se encontram actualmente em situação de carência económica, sobretudo em resultado dos valores extremamente baixos das pensões ou reformas que auferem³⁷. Esta parece ser a condição inevitável para muitos, dado o longo percurso de vulnerabilidade desde a infância, cuja vida adulta, pautada por condições de precariedade e instabilidade laboral,

³³. *Ibidem*, p. 73.

³⁴. Como as Pensões, as Prestações Familiares, os Subsídios de Desemprego, os Subsídios por Doença e por Maternidade, o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos.

³⁵. Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, p. 17.

³⁶. 31% de beneficiários das pensões de invalidez, de velhice e de sobrevivência de toda a área metropolitana e cerca de 35% de beneficiários do subsídio por assistência à 3ª pessoa.

³⁷. Apenas uma das entrevistadas, Lúcia, com 63 anos, não recebe reforma mas o rendimento social de inserção, encontrando-se a aguardar a idade legal para solicitar a pensão social.

os manteve na condição de pobreza. Existem, no entanto, algumas excepções cujas famílias de origem e percursos de vida não fariam prever a actual situação de vulnerabilidade. Pelo facto de se tratar de uma população mais vulnerável à doença, aos baixos rendimentos acrescem elevadas despesas com a saúde.

Estas reconstituições biográficas servem, em particular no caso dos idosos, como momento de balanço das suas vidas, contudo, fruto da idade e de longos e sinuosos percursos, a narração dos factos é por vezes nebulosa e nem sempre fácil de refazer. Atendendo à informação disponível, procura-se de seguida aprofundar os percursos biográficos destas pessoas, de forma a compreender os factores e contextos potenciadores da sua actual situação de vulnerabilidade, mas também de que forma são geridas e ultrapassadas as suas necessidades actuais.

1. Trajectórias de vida: de uma pobreza constante à pobreza na reforma

Ainda que todos admitam viver actualmente numa situação de vulnerabilidade, quando se procura conhecer os seus trajectos de vida sobressaem três tipos distintos de percursos, como se pode visualizar através do Quadro seguinte:

Quadro 25: Idosos – Percepção da situação de pobreza

Pobreza/exclusão persistente e intergeracional	Mariana, Luísa, Lara, Celestina, Rita, Lúcia, Ângela e Natália
Pobreza oscilante e intergeracional	Anália e Carlos
Pobreza na reforma	Gonçalo, Fátima e Joaquim

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Os entrevistados para quem a vida foi sempre cheia de dificuldades, da infância à actualidade, configuram casos de **pobreza persistente e intergeracional**. Nestas condições estão grande parte das entrevistadas. De facto, os seus discursos demonstram bem as condições de necessidade vividas na infância e juventude, pautadas por famílias numerosas e pelos baixos rendimentos dos pais, circunstâncias agudizadas pela doença, morte ou fuga de um dos progenitores, como é o caso de Rita cujo pai, com doença prolongada, faleceu quando tinha 15 anos e da Mariana cujo pai fugiu para o Brasil.

Lá na quinta foi muita fominha que a gente apanhou que a gente apanhou o Salazar. Muita fome, muita miséria. Nunca tive coisas boas. (Luísa, 81 anos)

O meu pai não tinha para comer e, quando eu queria comer, ia aos homens que estavam a vender na rua, pedia um pepino, dois tomates e punha sal, comia aquilo ou, se olhasse

para baixo de um carro e visse uma carcaça ou um pêro já comido, eu comia, eu comia cascas de laranja, comia tudo. (Natália, 82 anos)

Como seria de esperar, as condições de vida destas famílias de origem não permitiram longos percursos escolares, bem pelo contrário, as habilitações escolares destes entrevistados oscilam entre o analfabetismo e o 1º ciclo. Apenas Ângela concluiu o 2º ciclo, último nível existente no colégio onde a mãe trabalhava como cozinheira. Estas baixas qualificações são justificadas com a necessidade de contribuir com a força do seu trabalho para os magros orçamentos familiares, mas são também entendidas como o percurso habitual, “Acabou a escola foram trabalhar”, circunstância que não surpreende se historicamente contextualizada.

Registam-se no entanto duas excepções: para Lúcia e Ângela o fim da escolaridade não deu lugar à inserção no mercado de trabalho. Os problemas “no sistema nervoso”, de Lúcia, resultado dos tratamentos para a tuberculose diagnosticada com 7 anos, sempre a impediram de trabalhar, a não ser em trabalhos ocasionais de limpezas que foi fazendo ao longo da vida. Ângela foi impedida pela mãe de trabalhar fora de casa, ficou em casa a ajudar as tias, “bordava em casa”, enquanto os irmãos foram trabalhar.

Estes trajectos de vida foram, aliás, prolongados enquanto os progenitores foram vivos. Lúcia nunca casou, cuidou e dependeu financeiramente dos pais, condição que a deixou numa situação de grande vulnerabilidade quando ambos faleceram. Sem rendimentos, recorreu à acção social por indicação de uma prima. Por seu lado, Ângela, natural do Porto, casou e teve quatro filhos, mantendo-se sempre afastada do mercado de trabalho. Viúva, e com 39 anos, tem a quinta filha de um relacionamento mas permanece na casa da mãe. É a morte desta que a deixa sem qualquer rendimento. Ruma a Lisboa para casa de uns particulares para cuidar de uns idosos em troca de sustento para si e para a sua filha, cuidando deles até a sua morte. Tinha então 52 anos, inicia finalmente uma inserção laboral ainda que instável e sem qualquer vínculo, faz trabalhos de costura para fora e limpezas, até que pede a pensão social. Actualmente a residir com a filha e o neto, a sua situação de carência é agravada pelo estado de saúde da filha, que se encontra desempregada e a aguardar uma intervenção cirúrgica, sendo a pensão social da idosa e o salário do neto, empregado de balcão, os actuais rendimentos deste agregado familiar de três pessoas.

Também Rita, com 65 anos, e Natália, com 82 anos, apesar de uma inserção laboral iniciada em tenra idade, evidenciam longos períodos de dependência de terceiros, que se iniciam com o casamento. Rita que aos 11 anos já trabalhava como ajudante de costureira dá conta de dois momentos de desinserção profissional, o primeiro logo após o nascimento do primeiro filho, dos 27 aos 36 anos, por imposição do marido, de quem se divorcia mais tarde. Entre os

36 e os 42 anos é empregada de balcão onde conhece o futuro companheiro. Natural de Coimbra, muda-se para Lisboa onde aquele residia com os seus três filhos. Com o nascimento do quarto filho, fruto desta relação, inicia-se o segundo momento de desinserção profissional, fica em casa a cuidar da família. Abandonada pelo companheiro, permanece na casa dele com o filho menor do casal, mas vê-se obrigada a procurar outros meios de subsistência: começa a fazer limpezas e requer o Rendimento Social de Inserção, à época Rendimento Mínimo Garantido. Desde então vive de trabalhos pontuais e de baixos rendimentos auferidos com as limpezas, do apoio social e de ajudas dos filhos e do irmão. Actualmente, com uma reforma de 274€, é com o apoio pecuniário de 300€ da Santa Casa que consegue pagar a renda de 350€. A situação financeira é agravada pelo seu estado de saúde que lhe consome uma grande fatia do orçamento familiar.

Natália, depois do casamento, deixa o seu trabalho como porteira e dedica-se a cuidar da família e a ajudar o marido deficiente na oficina de relojoaria. Apesar de alguma insistência da sua parte, o marido nunca lhe pagou as contribuições da segurança social, argumentando que quando falecesse o estado ou a Santa Casa tomavam conta dela. O que de facto aconteceu, tem hoje uma pensão social, habitação social, e, da Santa Casa, usufrui do centro de dia, do cartão de saúde e de apoio na compra de medicação. É interessante verificar que, apesar do magro rendimento mensal de que dispõe hoje, 240€, quando compara a sua vida actual com o passado, considera que está melhor.

Passei muita fome. Metia-se na bebida. Ele era nervoso e começou a perder as peças dos relógios. Antigamente, não tinha ajuda, tinha que andar a pedir, agora já tenho quem olhe por mim. Sinto-me amparada mesmo. (Natália, 82 anos)

Há ainda duas pessoas, Anália e Carlos, para quem a vida de sacrifício vivida na infância e juventude deu lugar a algum desafogo financeiro depois do casamento, mas que a velhice fez retornar, uma pobreza oscilante e intergeracional. Anália, apesar do desgosto de não saber ler nem escrever, ela e o marido eram operários numa fábrica de escovas e tinham no local onde viviam -Bairro Chinês – uma barraca e uma oficina onde também produziam escovas por conta própria, o que lhes permitiu durante esse período da vida activa viver desafogadamente. Lamenta que não lhes tenha sido permitido montar a mesma oficina no apartamento de habitação social atribuído no momento do realojamento. Com os actuais problemas de saúde (Anália com problemas de coluna e o marido com problemas do foro oncológico) resta-lhes a dependência das reformas de invalidez e do complemento solidário para idosos, cujos valores estão aquém das necessidades, em grande medida devido às despesas de saúde.

Carlos, com o 4º ano, também dá conta de uma melhoria da sua condição de vida após o casamento. Natural de Avis, a trabalhar desde os 7 anos, migra para Lisboa em busca de uma vida melhor depois de cumprir o serviço militar. O único a trabalhar para o sustento da família, por opção do casal a sua mulher manteve-se em casa para cuidar dos quatro filhos do casal, dá conta, com algum orgulho, da vida desafogada que conseguia alcançar: “*Carro sempre tive. Vim para aqui para este bairro, só estava aqui o meu carro.*” Reside em habitação social na sequência de ter solicitado habitação à Junta de Freguesia no pós-25 de Abril. Reformou-se aos 58 anos por invalidez mas mantém-se a trabalhar mais cerca de 5 anos até ter um AVC. Pelo seu discurso depreende-se que a sua vulnerabilidade está não só relacionada com condições objectivas, as fracas capacidades económicas e físicas em resultado do AVC que sofreu, mas sobretudo a condições subjectivas: o sentimento de solidão, de isolamento provocado pela morte da mulher e pelos fracos laços que mantém com os filhos. Resta-lhe o convívio no centro de dia que frequenta e algum apoio pontual dos netos.

As fracas qualificações destes dois grupos de idosos conduziu-os, desde novos, a trabalhos não qualificados, como limpezas, operários fabris, ajudantes de cozinha ou empregados de mesa. Trabalhos que, pautados por grande rotatividade e precariedade, com carreiras contributivas curtas e consonantes com salários baixos, originaram pensões e reformas todas inferiores ao salário mínimo nacional, muitas delas pensões sociais.

Por oposição, Gonçalo, Fátima e Joaquim, relembram a infância e juventude como períodos de vida sem dificuldades económicas e com contextos familiares desafogados.

Levantei-me algumas vezes às 3h da manhã para ir para a bicha do padeiro. É o habitual. De resto não faltava nada. (Gonçalo, 69 anos)

Para além destes contextos de origem mais promissores, os seus percursos de vida foram também durante a idade activa de desafogo económico. Aquilo que parecia ser o lastro de uma velhice estável desaguou em situações de carência económica.

Os três registam níveis de escolaridade mais elevados por comparação com os restantes entrevistados. Gonçalo, filho de um oficial do exército, frequentou o curso superior de veterinária, todavia, enquanto militar, o fim da guerra colonial obrigou-o a abandonar o curso, fazendo posteriormente no Canadá engenharia de minas; Fátima frequentou o curso de enfermagem em Coimbra mas a inadaptação fê-la desistir e retornar a Lisboa; e Joaquim diz ter abandonado o ensino durante o 3º ciclo por desinteresse, inclusivamente contra a vontade dos pais.

O nível de escolaridade atingido, permitiu a Gonçalo e a Fátima assumirem actividades profissionais mais qualificadas que todos os restantes entrevistados, ainda que com grande rotatividade. Para além desta rotatividade, é também transversal aos três percursos a falta de vínculos profissionais e de contribuições para a Segurança Social. Característica que faz antever reformas com valores reduzidos.

Importa então identificar que incidentes críticos colocaram estes indivíduos, cuja trajectória de vida era aparentemente promissora, na actual condição de vulnerabilidade.

Gonçalo, com uma vida repleta de experiências profissionais considera que o divórcio foi um momento crítico na sua vida. Ruma ao Canadá onde permanece durante 5 anos, refere neste período diferentes actividades profissionais, é aliás no Canadá que tira Engenharia de Minas e um curso de chefe de cozinha. De regresso a Portugal instala-se no Algarve durante 10 anos, onde trabalha como cozinheiro num bar. Em 2010, com 68 anos, altura em que descobre um problema nos pulmões e receoso que seja um problema fatal, regressa a Lisboa para, segundo o próprio, morrer junto dos filhos. Percebe que o problema é menos grave do que previa. Ainda que não totalmente recuperado, pede a reforma e instala-se na cidade, num quarto alugado. Perante aquilo que chama de “*a minha vida aventureira*” lamenta a situação actual, diz mesmo que “*este é dos piores momentos.*” Sobrevive com uma pensão de 365€, dos quais 180€ são para pagar a renda do quarto. É neste contexto que recorre ao centro de dia de S. Cristóvão e São Lourenço, onde para além de frequentar algumas actividades toma as suas refeições diárias.

Também Fátima e Joaquim gozam de rendimentos reduzidos, Fátima dispõe de 370€ de apoios sociais (reforma de 220€ e o complemento solidário para idosos no valor de 150€) e Joaquim de 339€ (reforma de 239€ mais 100€ do CSI). Segundo Fátima este valor seria suficiente para si, já que paga 10€ de renda de casa e que com a sua idade já não tem vícios. Contudo perante o estado de saúde e a dependência financeira da filha, desempregada e com uma doença mental diagnosticada, sente-se obrigada a continuar a trabalhar. Apesar da idade avançada, trabalha aos fins-de-semana como ajudante de cozinha auferindo por cada um deles, 50€. Percebe-se pelo seu discurso que dispensa todo o dinheiro que ganha à filha, tendo ao longo dos tempos vendido muitos dos seus bens. Actualmente, toma banho nos balneários públicos porque vendeu o esquentador e toma as refeições no centro de dia.

No caso de Joaquim, os problemas familiares parecem ter-lhe piorado uma vivência já dificultada pelos baixos rendimentos. Vivia no Bairro das Colónias com a mulher até ao ano 2000, cujo falecimento constituiu um momento de ruptura na sua vida. Sem quaisquer laços familiares de apoio, o seu estado de

desorganização foi tal que deixou de pagar a renda, foi hospitalizado e perdeu a casa onde vivia há cerca de 40 anos, com uma renda comportável para os seus rendimentos. Sobrevive actualmente com os seus magros 339€ dos quais 250€ são destinados à renda da nova habitação. Ora, é no apoio da Santa Casa que encontra forma de sobreviver, através das refeições que toma no centro de dia.

1.1. A habitação social como âncora para uma existência mais facilitada

A diversidade das trajectórias de vida destes idosos funde-se em dois tipos de percursos residenciais: i) um enraizamento alfacinha e ii) um percurso de migração associada a factores económicos e familiares.

Com um enraizamento lisboeta temos seis idosos, ainda que assumam, como veremos adiante, percursos residenciais muito distintos entre si, que se prendem em grande medida com as próprias biografias já exploradas.

Quanto aos idosos com percursos de migração, interessa distingui-los em função das motivações. Dos sete indivíduos que migraram para Lisboa, seis têm por detrás motivações económicas, quatro deles são provenientes de zonas rurais do país. Jovens que na esperança de uma vida melhor, trocaram o trabalho no campo e a casa de família pela casa de uma parente ou de um patrão em Lisboa, onde a independência financeira deu lugar a uma barraca em Lisboa.

Contudo, e como se verificou no ponto anterior, todos permaneceram em situação de vulnerabilidade e carência económica e apenas Carlos conseguiu algum desafogo económico ao longo da sua vida activa, que regrediu com a reforma e a doença. No entanto, todos registam hoje uma situação habitacional estável, residem em habitação social na zona Norte e Oriental da cidade, que remonta há pelo menos 13 anos e com rendas ajustadas aos seus parcos rendimentos. Mariana, que vivia numa barraca no Bairro Chinês é realojada no bairro social de Marquês de Abrantes, na sequência da requalificação urbanística daquela zona. Também Celestina, vivia numa barraca nas Galinheiras, cuja demolição deu lugar ao seu realojamento na Ameixoeira. Já Luísa tinha no pós-25 Abril “apanhado uma casa” num bairro em construção, a sua posterior demolição, nos anos 90, deu também lugar ao seu realojamento num bairro social na Ameixoeira.

Carlos, com um historial de arrendamento no mercado privado em diferentes pontos da cidade, por conselho de um amigo e com quatro filhos, solicita à Junta de Freguesia das Galinheiras uma habitação social, atribuída em 1976.

Ângela reside desde que veio para Lisboa na mesma casa, na zona histórica de Lisboa, freguesia de Santo Estêvão, com a morte das pessoas de quem cuidava, assumiu a titularidade do contrato de arrendamento.

Se aparentemente as expectativas destes indivíduos foram goradas, nenhum se arrepende. O retorno à terra de origem nesta altura das suas vidas parece ser uma possibilidade pouco pensada para uns, mas um desejo para outros. A quebra dos laços e a inexistência de qualquer residência nos territórios de origem constituem as principais razões para a permanência em Lisboa.

Ainda que o regresso às origens não faça parte dos horizontes da maioria destes idosos, o actual local de residência também não é satisfatório. Anália e Luísa, ambas a residirem na Ameixoeira, preferiam locais mais calmos com menos marginalidade, droga, etc. Por oposição, Mariana, a residir em Marvila, diz gostar da sua casa, tomando de imediato por comparação, a barraca onde vivam anteriormente, “cheia de ratos”. Ainda que prefira a actual habitação, lembra com saudade o convívio existente entre as pessoas, perdido com o realojamento.

Por motivos familiares, Gonçalo e Rita instalam-se em Lisboa. Para Gonçalo, esta é uma das muitas vezes que reside em Lisboa, vive actualmente num quarto alugado por 180€ na zona histórica da cidade, zona onde gosta de viver. De entre todos os entrevistados esta é a condição habitacional mais vulnerável, para além do elevado valor que paga, não dispõe de qualquer contrato de arrendamento. Ter uma casa é o seu principal desejo.

Rita muda-se para Lisboa na esperança de uma vida feliz com o novo companheiro e os três filhos. Abandonada por este, vê-se obrigada a procurar uma nova habitação. Apesar de não se sentir acolhida pela comunidade local, consegue uma habitação por 350€ na zona histórica da cidade, valor compartilhado pela Santa Casa. No entanto, Rita dispõe de uma habitação arrendada na sua terra natal, Coimbra, e da casa da sua mãe, recentemente falecida, também arrendada em Coimbra. O regresso a Coimbra, poderia constituir uma solução para o problema habitacional, possibilidade que descartada.

Quanto aos idosos naturais da cidade de Lisboa é possível dar conta de uma grande diversidade de percursos habitacionais, no entanto, todos são titulares do seu contrato de arrendamento, Lúcia e Joaquim no mercado privado, os restantes em habitação social. Anália, a residir numa barraca no Bairro Chinês, com a sua demolição é realojada, na década de 90, no bairro dos Alfinetes, em Marvila. Lara, depois de várias habitações, uma delas uma barraca em Caneças, “apanha uma casa” no pós-25 de Abril num bairro em construção na Ameixoeira. Com a sua demolição, nos anos 90, é realojada num bairro social na mesma zona.

Natália e Fátima, residentes na zona histórica da cidade, também dispõem de habitação social, ainda que apresentem histórias de vida e percursos residenciais muito distintos. Natália improvisou durante 32 anos uma casa para a família na oficina de relojoaria do marido. Consegue finalmente uma casa camarária

na freguesia de S. Vicente quando os serviços sociais do município de Lisboa tomam conhecimento daquela situação.

Aquilo era uma oficina, era um vão de escada, o meu marido tinha a oficina em baixo e uma montrazinha para a rua, na parte de cima o quarto. Era só o quarto e na continuação da oficina era a cozinha, fazia eu de cozinha. Aquilo era tudo de madeira e uma vez os bombeiros foram lá e disseram: – Está aqui um perigo, porque isto é madeira já velha e isto é um perigo! (Natália, 82 anos)

Fátima reside também numa casa camarária, apenas há cerca de um ano, mas na freguesia de Santiago, e em resultado das obras em curso na “casa de família”, casa arrendada pelos seus pais, já falecidos e onde sempre permaneceu.

Era uma casa agradável no Beco do Loureiro, que vai dar à rua de Santo Estêvão. Era uma casa muito grande, antiga e de família. Era ali que se juntavam as pessoas no Natal. Vinha a família do Porto. (Fátima, 80 anos)

Com habitações arrendadas no mercado privado estão Joaquim e Lúcia, esta última numa situação mais favorável. Depois da morte dos pais, troca a habita-

Figura 13: Idosos – Auto-percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

ção onde residia com os eles por uma casa do mesmo proprietário, de menores dimensões mas cuja renda o seu orçamento permite pagar, cerca de 50€ por mês.

Por razões de segurança e barulho, ambos gostariam de mudar de local de residência, Joaquim relembra com saudade os tempos em que podia andar na rua a qualquer hora no Bairro das Colónias, local onde vivia anteriormente, e Lúcia mudaria também de local mas manter-se-ia no bairro, apenas mudaria para um local mais calmo.

Em síntese, independentemente dos diferentes percursos de vida, os baixos rendimentos auferidos são transversais a estes idosos, situações muitas vezes agudizadas pelas despesas de saúde com os próprios ou com os seus familiares. Acrescem a estes problemas outras problemáticas de contexto sistémico ou familiar, como seja a falta de habitação a custos reduzidos ou a dependência física e/ou financeira de familiares destes idosos que lhes agrava a condição de vulnerabilidade vivida.

2. A gestão da vulnerabilidade: do quotidiano às expectativas de futuro

A insuficiência dos rendimentos face às necessidades, onde as despesas com a saúde arrecadam a maior fatia, atravessa o discurso de todos os entrevistados que integram este perfil. Ora, o argumento objectivo da falta de recursos financeiros e dependência de terceiros é por excelência a justificação para se auto-considerarem pobres, assim o referem 6 dos entrevistados.

Outros argumentos, sobretudo de ordem subjectiva, surgem para justificar a não identificação com essa condição e são apontados por Gonçalo, Rita, Mariana e Elisa:

Pobre de espírito não sou, isso garantidamente não sou. Considero-me uma pessoa rica em determinados aspectos, em conhecimentos, em experiência de vida. (Gonçalo, 69 anos)

Não. Porque vejo a luz do dia, vejo a luz da noite, tenho paz no meu lar, tenho quem me ajude, tenho uma fé muito grande e sei que estou sempre acompanhada, sempre protegida, porque tenho tido problemas de saúde e tenho conseguido ultrapassar e tem corrido muito bem, porque peço sempre a Deus! (Rita, 65 anos)

Eu sou uma pessoa que me contento com tudo. Logo que tenha para o dia a dia, logo que tenha um prato de sopa na mesa e um papossecos, já me dou por muito feliz em não dever nada a ninguém. Já sou a mulher mais feliz do mundo. (Mariana, 72 anos)

Rita para além de recusar o rótulo de pobre, evidenciando os aspectos positivos da sua vida, demonstra ainda alguma vergonha em relação à sua carência económica, procurando, sempre que pode, escondê-la.

Eu tenho dias de ir ao mealheiro buscar os troquinhos e depois chego ao café e digo assim: olhe, têm-me dado quase sempre 5 cêntimos todos os dias, quando eu não trago destrocado, tenho 5 cêntimos de troco, tenho isto cheio e agora olhe é a sua vez de receber isto... É a minha desculpa para não mostrar aos outros que preciso e não dizer: olhe, é o único dinheiro que eu tenho para pagar o café. (Rita, 65 anos)

Destacam-se dois posicionamentos opostos que poderão resultar do contexto intergeracional. Por um lado Natália e Lara consideram a condição de pobre um estado permanente, já Joaquim, assume uma postura de fuga perante a questão “considera-se uma pessoa pobre?” ainda que reconheça que “o dinheiro não chega, é curto”. Uma vida de desafogo financeiro desde a infância poderá justificar porque hoje recusa esse rótulo.

Neste sentido, é indispensável compreender como gerem estes idosos as suas necessidades e que estratégias accionam para reverter ou minimizar as situações de carência.

Na procura de tipificar as estratégias accionadas pelos indivíduos em situação de vulnerabilidade e tal como temos vindo a fazer na análise de outros perfis, recupera-se aqui o quadro conceptual utilizado no âmbito do recente estudo sobre os perfis dos utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Castro *et al.*, 2010).

O quadro seguinte procura sistematizar os rendimentos, os tipos de apoio e as estratégias adoptadas por cada um dos treze idosos aqui em análise. A sua apreciação, permite desde já tecer algumas observações:

- ▶ Sobressai a predominância de idosos isolados (nove em treze), cujo isolamento é compensado por alguns com o recurso aos centros de dia, uma estratégia activa institucional;
- ▶ Os rendimentos auferidos para a maioria provem das suas reformas ou pensões sociais, com excepção de uma idosa, que usufrui de RSI e aguarda a idade para requerer a pensão social, uma estratégia activa institucional;
- ▶ Estes rendimentos auferidos são complementados por outros apoios, quer institucionais (como a habitação social ou os centros de dia), quer fruto das redes sociais de proximidade destes idosos (centrado no apoio emocional e material, ainda que assuma na maioria das vezes uma regularidade pontual), uma estratégia activa solidária;
- ▶ Independentemente da diversidade dos apoios de que beneficiam, todos revelam uma atitude de resignação face às dificuldades do dia-a-dia, uma estratégia passiva.

Quadro 26: Idosos – Rendimentos mensais dos agregados familiares (origem, valor e tipo), apoios formais/informais e estratégias de gestão da privação

Entrevistado	Idade	Freguesia	Nº elem. da fam.	Tipo e/ou Rendimento Mensal do agregado *	Outros apoios			Estratégias de gestão de situações de privação desenvolvidas pelos inquiridos
					Apoios FORMAIS (Estado, SCML, outras ent.)		Apoios INFORMAIS (família/vizinhos/amigo)	
					Habituação	Saúde	Géneros	
Zona 1								
Mariana	72	Marvila	1	400€	Hab. social			Passiva
Anália	75	Marvila	2	Cerca de 600€ (ref. de invalidez+CST)	Hab. social			Apoio emocional Passiva, activa institucional, solidária
Luisa	81	Ameixoeira	2	250€ de ref.+CST+ ref. do marido	Hab. social		Alimentação + cabaz de banco alimentar 1/ano	Passiva, activa institucional
Lara	79	Ameixoeira	1	224€ (pensão)	Hab. social	Pensos, Guarda-óculos e prótese dentária		Apoio emocional, material e monetário Passiva, activa institucional, solidária
Carlos	71	Ameixoeira	1	480€ (pensão)	Hab. social		Centro de dia	Passiva, activa institucional, solidária
Celestina	73	Ameixoeira	4	Não especificado	Hab. social	Cuidados de enferm. do centro de saúde		Apoio monetário, material e emocional Passiva, activa institucional, solidária
Gonçalo	69	S. Estêvão	1	365€ (pensão)			Centro de dia	Apoio monetário e emocional Passiva, activa institucional, solidária
Rita	65	S. Estêvão	1	274€ (pensão)	Sub para renda da SCML.	Sub. para medicação	Alimentos da AAA	Apoio monetário e emocional Passiva, activa institucional, solidária
Ángela	81	S. Estêvão	3	Não especificado			Centro de dia	Apoio emocional Passiva, activa institucional, solidária
Natália	82	S. Vicente	1	240€ (pensão)	Hab. social	Medicação e cartão de saúde	Centro de dia	Apoio material e emocional Passiva, activa institucional, solidária
Fátima	80	Santiago	1	370€ (pen.+CST)+biscates – 50€/fim-de-sem	Hab. social		Centro de dia	Activa institucional, activa hipotecada, autonomizante
Lúcia	63	S. Estêvão	1	180 (RSI)			Alimentos da AAA	Passiva, activa institucional, solidária
Joaquim	82	S. Estêvão	1	339€(pensão+CST)			Centro de dia	Passiva, activa institucional, activa hipotecada
Zona 2								

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

2.1. O papel complementar dos laços sociais primários: uma estratégia activa solidária

Tal como foi dito anteriormente, estes idosos dependem economicamente das pensões recebidas. Todavia, os reduzidos valores mensais estão aquém de satisfazer as suas necessidades essenciais. Aliás, percebe-se pelos seus discursos que as condições de vida de alguns destes homens e mulheres regrediram. Se em plena idade activa, uma “vida de trabalho” permitia a alguns uma vida de desafogo financeiro, actualmente resta-lhes gerir da melhor forma o orçamento disponível, assumindo que ficam muitas vezes algumas despesas por cobrir, sobretudo as de saúde. Perante esta realidade, tomada como inevitável, todos assumem uma atitude de resignação, que se reflecte numa estratégia passiva, onde a alternativa é uma gestão eficaz dos recursos, maioritariamente com prioridade para as despesas de saúde.

Para remédios, para pagar a água, pagar a luz, a renda. Não chega. Às vezes nem tenho dinheiro para comprar os remédios. Quantas vezes. (Lúcia, 63 anos)

Complementam os apoios institucionais recebidos, os apoios prestados pelas redes de proximidade, cuja debilidade física destes idosos circunscreve sobretudo aos filhos, irmãos e vizinhos. São sobretudo apoios pontuais, que consistem em apoio emocional, material e por vezes financeiro, limitado às próprias capacidades dos que os prestam. De facto, é principalmente nos filhos que alguns deles encontram um suporte complementar, que permite amenizar as necessidades sentidas no quotidiano, seja apoio material ou financeiro (**estratégia solidária activa**). É disso exemplo, Anália que conta com a filha para as deslocações ao médico ou Lara com algum dinheiro por mês, mas também alguma comida e arranjos na habitação sempre que necessita.

Ajudas, olhe, o meu filho mais novo, este dá-me 30 euros por mês. Às vezes vem ao fim-de-semana e assim. Veio aqui há tempos, só tinha para aí coisas estragadas e ele arranjou tudo. (Lara, 79 anos)

A minha televisão já era muito antiga, já estava velhinha e o meu filho, coitadinho, apareceu-me com uma televisão moderna. – Filho, não andes a gastar o que não podes. – Mãe, eu pago isto a prestações. Mas eu quero que a mãe tenha televisão. (Natália, 82 anos)

Já o apoio emocional parece ser menos frequente, contrariamente a Celestina que reconhece o acompanhamento e cuidado prestado pelos filhos, outros, como Carlos, Luísa e Lara lamentam a “falta de companhia” ou mesmo o desinteresse e despreocupação, denotando-se algum ressentimento quando reflectem sobre o assunto:

Passa-se 2, 3, 4, 5 meses e parece que não está cá ninguém. Tenho um desde de Abril, que eu tenho uma história com ele, nem um telefonema, nem nada. A rapariga mora

atrás do Centro. Ainda um dia desses foi lá matricular a miúda para aquilo dos miúdos. Não foi capaz de subir ao 2º andar, que eu estava lá. (Carlos, 71 anos)

A estratégia activa solidária aparece também pela mão dos irmãos. Tal é o caso de Rita e Gonçalo que dispõem de apoio emocional e financeiro dos irmãos:

A minha filha está a fazer um mês que foi para a Noruega para conseguir ter uma vida melhor, ajudava-me enquanto cá estava. Outras vezes era o meu irmão. (Rita, 65 anos)

A minha irmã apoia-me muito. Foi a minha irmã que pagou um especialista para me tirar os calos dos pés. (Gonçalo, 69 anos)

Todavia, emerge frequentemente nos discursos dos entrevistados as dificuldades económicas com que filhos e irmãos também vivem actualmente e, portanto, a preocupação destes idosos de não os sobrecarregar com as suas próprias necessidades.

Não, não nada. Ela também trabalha...Farta-se de trabalhar. Daí não se pode estar a contar com eles. À minha filha, tomara eu que eu tivesse e que a pudesse ajudar a ela. (Anália, 75 anos)

Independentemente das capacidades financeiras daqueles para lhe prestar apoio, Gonçalo demonstra um sentimento de desconforto perante a sua dependência, preferindo recusar qualquer apoio dos filhos:

Também não posso estar a viver às custas da minha irmã. Ela tem a vida dela e os meus filhos também têm a sua vida. Não pode ser os filhos estarem a dar de comer ao pai! Perguntam se preciso de alguma coisa, respondo que não obrigadinho. Já me ajudaram demais. (Gonçalo, 69 anos)

Os vizinhos são uma fonte de convívio pontual, com quem tendem a não partilhar as suas situações de necessidade. No entanto a boa convivência permite que recorram em situações de urgência, como um problema de saúde ou usufruam pontualmente de algumas ofertas, essencialmente alimentares.

Aquela senhora até tem lá a minha chave. Às vezes posso-me sentir mal de noite e tenho o número de telefone dela. É muito boa gente. É muito boa pessoa, o marido então nem se fala. Estão-me sempre a chamar. Já tenho almoçado com eles, jantado. (Lúcia, 63 anos)

Estes vizinhos surgem apenas pontualmente como prestadores de algum tipo de apoio e numa lógica de segunda linha, constituem por vezes alternativas aos familiares ausentes ou inexistentes. Joaquim, sem qualquer rede de suporte familiar, conta com um vizinho para lhe emprestar algum dinheiro quando necessita, desenvolvendo, assim, uma estratégia activa hipotecada.

Família, não tenho nenhuma, devo ter uns sobrinhos vivos, não sei onde vivem. Os meus irmãos já faleceram os dois. Tenho vizinhos aqui no centro de dia, tenho um vizinho meu, quando estou aflito para comprar tabaco, peço-lhe. Tenho é que lhe pagar. Pois, isso é que tem de ser! (Joaquim, 82 anos)

Contrariamente aos restantes, Fátima diz não mobilizar qualquer rede ou laços sociais em seu proveito. Para além de ser Fátima a prestar apoio emocional e financeiro à filha, diz não confiar em ninguém e não querer impor os seus problemas.

Não digo que não haja uma ou duas, que não possa fazer isso, mas depois fica sempre qualquer coisa. Não sei. Se as pessoas são amigas. Mas tenho pessoas com quem posso contar, mas eu não quero contar com elas. Só confio em mim. Não é que esteja agastada, mas não estou para impor isso às pessoas. Gosto muito das pessoas, gosto muito das minhas comadres, gosto delas e às vezes faço mal não contactar com elas. (Fátima, 80 anos)

Contudo refere a uma dada altura da entrevista que já “deve a sua reforma”, ainda que não se alongue nas circunstâncias deste empréstimo. Assim, para além de recorrer a uma estratégia activa hipotecada para solucionar os seus problemas, acciona também uma estratégia autonomizante, quando necessita de receitas extra, sobretudo, para ajudar financeiramente a filha, através da venda de alguns dos seus bens. Na verdade, diz ter já vendido tudo o que podia, inclusivamente o frigorífico e o esquentador, reduzindo-lhe os níveis de conforto: toma banho nos balneários públicos e usa o frigorífico da vizinha sempre que necessita.

Afastados do mercado de trabalho, pela idade, e circunscritos à sua residência, pela fraca mobilidade que a saúde lhes impõe, resta a estes idosos um afunilamento das suas redes sociais, baseadas actualmente nos familiares directos e vizinhos. Ainda que os filhos e os irmãos sejam por vezes um suporte emocional e financeiro, mais ou menos regular, é nos apoios institucionais que estes homens e mulheres procuram a manutenção da sua sobrevivência e a melhoria das condições de vida, seja na manutenção da habitação social, na frequência do centro de dia ou no recurso a novas prestações sociais que complementem os seus magros orçamentos, como o Complemento Solidário para Idosos, ou ainda apoios para a saúde.

2.2. A estratégia activa institucional como principal alternativa: motivações, expectativas, impactos e propostas

O recurso aos apoios institucionais é a principal forma de suprir as necessidades destes indivíduos. Desde logo, os seus principais meios de subsistência são as pensões, e, excepcionalmente, no caso de Lúcia o Rendimento Social de Inserção.

Ainda que todos tenham em algum momento recorrido a apoios institucionais, as experiências destes entrevistados na mobilização destes apoios é díspar. Neste sentido, é possível dar conta de alguns elementos prévios que conduzirão à análise da estratégia activa institucional destes idosos:

- ▶ Para todos, o recurso a apoios institucionais para suprir algum tipo de necessidades é um facto que remonta à sua idade activa, seja através do realojamento social, seja pela solicitação de alguma prestação social;
- ▶ As prestações pecuniárias – pensões de velhice e de invalidez – são assumidas como um direito social e legal e por vezes desvalorizadas no sentido em que são insuficientes, ainda que associadas a um sentimento de independência. Por oposição, os restantes apoios são valorizados, exactamente na óptica que complementam as necessidades não suprimidas pelos primeiros, no entanto, os apoios de género, sobretudo a alimentação, fazem emergir em alguns um sentimento de dependência que gostariam de dispensar.

Grande parte destes idosos tem uma longa relação com os apoios institucionais, iniciada em plena vida adulta. Para alguns esta relação inicia-se com o processo de realojamento. Mas sobrepõem-se outros apoios sociais. Luísa num momento de carência económica recorre à Santa Casa porque o marido saiu de casa. À época é-lhe atribuído um cheque de mil e quinhentos escudos, dinheiro que diz nunca ter conseguido receber. Rita quando abandonada pelo companheiro requereu RSI. Celestina, também em momentos de carência económica por emprego instável do marido recorre à Santa Casa para obter leite para os filhos.

Para Natália, o recurso a apoios sociais é uma realidade que conhece desde a infância. Com cerca de oito anos dirigiu-se à Junta de Freguesia para pedir comida:

Eu era uma miúda com muito expediente, eu não me atrapalhava. Um dia fui à Junta do Lumiar, havia a sopa do Sidónio, fui pedir e contar que a minha madrasta punha a mesa, punha os pratos para mim e para as minhas irmãs, mas eu não comia. Fui-me queixar à Junta. Tinha 8/9 anos. Eles disseram: – Não te preocupes, vais comer um prato de sopa e, se quiseres outro, comes um quarto de pão. (Natália, 82 anos)

Os restantes acedem, pela primeira vez, a algum tipo de apoio institucional no momento em que requerem as pensões por velhice ou invalidez. Joaquim, Carlos, Celestina e Lara foram reformados por invalidez, os primeiros com 47 e 58 anos, respectivamente, Celestina recorda que ainda não tinha 50 anos e Lara cerca de 60 anos. Os restantes requereram a pensão por velhice: Rita aos 65, Mariana e Gonçalo aos 68 anos e Luísa com cerca de 62 anos. Se o discurso de alguns é claro quanto ao tipo e momento em que requerem estas prestações, para outros, os factos atropelam-se e recordar acontecimentos passados não é tarefa fácil³⁸. Para todos os entrevistados estas prestações sociais não são entendidas como apoios sociais. Ainda que não seja verbalizado, os discursos têm implícita a ideia de um direito legal que estes indivíduos accionam em determinado momento

³⁸. Anália requer a pensão de invalidez mas não se recorda do momento. No discurso de Natália, Fátima e Ângela não é perceptível o momento em que solicitaram esta prestação e qual o seu tipo. Podemos deduzir, pelo menos nos casos de Natália e Ângela, que se trata da pensão social de velhice já que não apresentam carreira contributiva.

da vida, quer seja por incapacidade para o trabalho por motivo de doença, quer seja por idade legal para aceder à pensão por velhice.

Aliás, este entendimento é extensível à habitação social, pois para a maioria dos beneficiários deste tipo de apoio ele não é entendido como tal.

Apenas Celestina e Fernanda consideram um apoio o facto de usufruírem de habitação social, cuja renda é adequada ao seu rendimento. Aliás, para esta última a satisfação relativa com a sua reforma, deve-se exactamente ao baixo valor da renda da habitação.

As magras pensões recebidas pela maioria ou o Rendimento Social de Inserção atribuído a Lúcia, são o garante de sobrevivência e independência destes idosos.

Hoje recebo 240 e qualquer coisa, mas é pouco. Mas desde que dê para pagar as minhas contas... (Natália, 82 anos)

Esta independência é inclusivamente da própria família, em particular dos filhos, cujo apoio prestado, nos casos em que existe, como já vimos no ponto anterior, é apenas complementar e que alguns destes idosos preferem dispensar.

Dada a idade avançada, que os impede de garantir outras formas de sobrevivência, resta-lhes gerir da melhor forma possível o orçamento disponível, procurando completá-lo com outros recursos institucionais, que lhes permitam fazer face a algumas das despesas ou melhorar o seu dia-a-dia. Um desses apoios é o Complemento Solidário para Idosos. Valor que surge exactamente como complementar aos poucos rendimentos e que permite fazer face a algumas despesas ou mesmo evitar outras estratégias, como é o caso de Luísa que antigamente em situações de urgência pedia dinheiro emprestado a uma vizinha e que agora já não necessita.

A Santa Casa assume um papel fundamental nos apoios a este grupo populacional que é manifestado de diferentes formas, nos centros de dia, nos apoios à saúde, como medicamentos e o cartão de saúde, que permite obter consultas de especialidade, mas também o apoio à habitação sob a forma de subsídio de renda.

Os centros de dia são, aliás, um recurso muito valorizado por todos os que os frequentam. Razões que se prendem com a importância que atribuem ao convívio diário, às actividades e passeios realizados, mas também por questões mais pragmáticas, como sejam a alimentação diária que de outra forma teriam dificuldade em assegurar.

[Como seria a sua vida se não fosse para centro de dia?] “Não sei. Não sei. Era triste. Estava dentro de casa sozinha, quando ela [filha] ia trabalhar.” (Ângela, 81 anos)

Eu tenho vivido por causa do Centro. Adoro vir ao baile e a gente dança. Dança o que toca e tudo. Aqui há bailes! Agora, deve haver uma festa lá em baixo. No Santo António houve, fizemos marcha e tudo. Tudo a dançar e elas dançam todas. (Fátima, 80 anos)

Outras entidades locais também contribuem para melhorar a qualidade de vida destes homens e mulheres em idade avançada. É disso exemplo a Associação Auxílio e Amizade que disponibiliza aos habitantes carenciados da zona histórica da cidade de Lisboa cabazes alimentares.

É interessante verificar que estes idosos se mostram gratos por todos os apoios prestados e que as únicas críticas apresentadas se prendem com a quantidade desses apoios, apreciações dirigidas exclusivamente à Santa Casa, que se prendem com a necessidade de óculos, fraldas ou próteses dentárias.

2.3. O estatuto de beneficiário: necessidade e reconhecimento, oportunismo e ingratidão

Como já vimos, a incapacidade para providenciar outras formas de sustento, e com redes sociais cujos recursos são também escassos, coloca estes indivíduos na dependência absoluta dos apoios institucionais. Dependência que reconhecem e valorizam, onde alguns assumem uma posição de gratidão perante os apoios disponibilizados, bem patente nos discursos de 4 destes idosos.

Eu não me dou autorização a mim mesma para me queixar. O que é que eu posso querer mais? Se eu, como empregada de servir, só tinha cama e mesa, aqui [centro de dia] não me falta nada, nada! (Natália, 82 anos)

Este sentimento de adesão aos apoios não é no entanto generalizado. Encontra-se no discurso de alguns entrevistados, como o de Joaquim e Gonçalo, algum desconforto no papel de beneficiários de apoios sociais, em particular no que respeita à dependência do Centro de Dia para as refeições diárias, ainda que o valorizem. Este posicionamento pode ser justificado pela condição de desafogo financeiro que tiveram ao longo das suas vidas, sendo a actual situação nova e constrangedora.

[se pudesse deixava de receber apoios?] Sim deixava. Seria mais uma coisa para a minha independência, em vez de ter a obrigatoriedade de vir aqui. (Gonçalo, 69 anos)

A apreciação dos apoios sociais implica não só apreciação dos apoios usufruídos, mas também uma apreciação mais generalizada sobre os apoios sociais existentes e disponibilizados a outros beneficiários. É, portanto, inevitável uma comparação com os pares.

Quando a temática são os apoios e os seus beneficiários, emerge, de modo geral nos discursos dos entrevistados, os apoios pecuniários e os apoios prestados pelos centros de dia, realidade próxima dos que os frequentam – em particular as questões alimentares.

Assente na necessidade, estes beneficiários de apoios sociais consideram-se seus mercedores. Por oposição, não reconhecem esta necessidade a todos os outros

beneficiários. Ainda que admitam a necessidade de alguns, os discursos alongam-se para descrever as situações de oportunismo e ingratidão. Surgem como argumentos o facto de disporem de outros recursos, como maiores rendimentos de reformas ou trabalho; a fraca iniciativa para procurarem formas alternativas de sobrevivência, como o trabalho no caso de beneficiários mais novos, confiantes num sustento garantido pela acção social; e, finalmente, porque “são pessoas que não reconhecem o que lhes estão a fazer”.

Quanto aos apoios prestados pelos centros de dia, ainda que a necessidade de quem usufrui seja reconhecida é apontada alguma ingratidão, nunca do próprio, evidentemente.

Quanto à habitação social apenas Anália se manifesta com uma postura muito crítica face a outros beneficiários, considerando que nem todos os que dispõem deste apoio têm necessidade dele, já que atendendo às obras de remodelação que fazem nas habitações dispõem de “bons rendimentos”.

Isto foi feito para os pobres. Isto foi feito para os pobres. E acontece que quem vem para cá é ricos porque a Câmara dá uma casa nova com tudo e no dia seguinte tiram tudo: lavatórios, banheiras, torneiras, mandam tudo para o lixo. (Anália, 75 anos)

A combinação entre o que estes entrevistados exteriorizam sobre os outros beneficiários e a opinião que colocam na voz de cidadãos sem qualquer apoio, tende a ser coincidente. Poder-se-á concluir que neste processo identitário estes beneficiários procuram uma aproximação do cidadão não beneficiário por antítese ao estereótipo do beneficiário que ilude e borla o sistema em proveito próprio.

Quadro 27: Idosos – Auto e hetero-imagem dos beneficiários dos apoios sociais

Auto-imagem	Imagem do Outro pelos entrevistados	Hetero-imagem
Tenho porque preciso mas preferia não ter	Recebem o apoio e estão sempre a dizer mal.	
		Têm sorte. Têm apoio. Vou ver se arranjo também para mim
Tenho porque preciso	Umam merecem, mas outras não merecem.	Algumas acham bem, outras acham mal Inveja de quem recebe
	As pessoas vão pedir, é porque precisam.	
	Não vão trabalhar porque recebem apoios Os idosos precisam	Não vão trabalhar porque recebem apoios
	Pessoas que recebem e não reconhecem que estão a ser ajudadas	Há pessoas que pensam bem, outras que criticam, outras que invejam

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Toda esta apreciação em torno dos apoios sociais permite extrair a tese de que as prestações sociais atribuídas a estes idosos são de tal maneira desfasadas das suas necessidades que os restantes apoios, ainda que importantes, não são suficientes para as satisfazer. Importa então, compreender que tipos de apoios seriam necessários para melhorar a situação actual. Quais são afinal as suas necessidades sentidas?

Uma reforma de valor superior, parece reunir o consenso entre os entrevistados, cujas justificações oscilam entre uma dimensão mais material, como a necessidade de comprar bens essenciais, medicamentos e comida, e uma dimensão imaterial, que se prende com a dignidade associada à dependência única e exclusiva da pensão.

Ter uma reforma digna, em que eu não estivesse a sobrecarregar. Pudesse pagar a renda da casa, ter as minhas despesas, ter dinheiro suficiente para comer aquilo (eu já não como aquilo que necessito), eu como aquilo que posso comprar e não vivendo de luxos, porque eu não hei-de viver de luxos, nunca.” (Rita, 65 anos)

Eu precisava de mais um dinheirinho, não é? (...) Para os medicamentos, que são muito caros. Já não falo na comida. (Lara, 79 anos)

São ainda apontados outros apoios em falta, é o caso de Celestina, a residir na freguesia de Ameixoeira, que diz necessitar de um centro de dia que proporcionasse ao marido alguma interacção com outras pessoas, e Carlos que aponta a falta de cuidados de saúde por falta de médico de família.

O quadro seguinte procura sintetizar as apreciações sobre os apoios sociais e propostas na óptica dos idosos, que temos vindo a expor ao longo deste ponto.

Quadro 28: Idosos – Percepção dos apoios sociais e propostas

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE		
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Cobertura mesmo que insuficiente face às necessidades (Rita) – Pagamento de medicação pela SCML e prestação de cuidados de saúde (Natália) 	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficiência ou falta dos apoios atribuídos pela SCML (medicação/fraldas) (Lara, Lúcia) – Despesas de medicação e tratamentos muito caros face aos rendimentos auferidos (Anália) – Insuficiência de cuidados de saúde (falta de médico de família) (Carlos)
Prestações sociais	<ul style="list-style-type: none"> – Cobertura mesmo que insuficiente face às necessidades de sobrevivência (valorização do CSI) (Rita, Anália, Luísa) 	<ul style="list-style-type: none"> – Insuficiência do valor dos apoios/reformas (Mariana, Anália, Lara, Celestina, Rita, Gonçalo, Ângela, Natália, Lúcia, Joaquim)
Apoio à habitação	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio no pagamento da renda por parte da SCML (Rita) – Habitação social (Natália, Fátima) 	<ul style="list-style-type: none"> – Renda de habitação social elevada face aos rendimentos auferidos (Anália) – Pouca manutenção dos imóveis de habitação social pela CM (Natália)
QUALIDADE		
Apoios à saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Cuidados de saúde prestados pelo centro de saúde (Celestina) 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de médico de família (Carlos)
Outros apoios	<ul style="list-style-type: none"> – Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais (ex. alimentos, electrodomésticos, vestuário) (Lúcia) – Apoios disponibilizados pelo centro de dia – alimentação e convívio (Gonçalo, Carlos, Ângela, Natália, Fátima, Joaquim) 	
ACESSIBILIDADE		
Prestações sociais		<ul style="list-style-type: none"> – Rigidez das regras de acesso e manutenção dos apoios sociais (Fátima)
PROPOSTAS		
<ul style="list-style-type: none"> – Mais justiça e fiscalização na atribuição dos apoios (dar apenas a quem precisa) (ex. necessidades de habitação social, fins dos bens alimentares doados) – Maior diversidade de actividades ocupacionais nos centros de dia – Aumento do valor de apoios 		

3. A projecção no futuro

As dificuldades económicas que modelaram a vida de grande parte destes idosos, pautada por importantes momentos históricos, como as duas grandes guerras, um longo período de ditadura e ainda uma guerra colonial, combinada com a idade avançada em que se encontram, os fracos rendimentos de que dispõem, os estados de saúde debilitados, a condição de viuvez ou de separação, a morte de pais, no caso dos que sempre residiram com eles, ou o afastamento de alguns

filhos, colocam estes idosos numa condição de resignação face à sua actual situação que lhes limita a capacidade projectar o futuro ou mesmo sonhar.

Assim, quando confrontados com a visão do futuro surgem sentimentos de desistência em projectar, onde o único vislumbre é a permanência na actual condição:

Não melhorou até à idade que tenho, agora não sei. (Lúcia, 63 anos)

Emergem, no entanto, perspectivas mais negativistas e de descrença com as condições do país, que se projecta, para alguns, no futuro dos filhos:

Eu agora, conforme estou, mesmo que me saísse cinquenta ou cem milhões, eu não comprava nada, nem um tijolo comprava, não comprava nada. Eu não acredito neste país. (Anália, 75 anos)

[A vida dos filhos será melhor?] Ah, não vai ser, não, coitados. O dinheiro deles nunca chega a nada também. (Luísa, 81 anos)

Mais do que recear pelos filhos, Natália receia por si, teme que lhe sejam retirados alguns dos apoios actuais, dado o actual contexto económico do país.

São de facto poucos os que têm esperança num futuro melhor, surgindo apenas Ângela e Celestina com um discurso mais positivo e confiante:

Pode ser que agora com este Governo que entrou que as coisas vão para melhor, mais baratas. Qualquer coisa, não sei. (Celestina, 73 anos)

Descrentes num futuro melhor, restam a alguns os sonhos e os desejos como conseguir ganhar o Euromilhões ou ter saúde. É interessante verificar que são os entrevistados com percursos de vida mais facilitados, com histórias de vida que recordam com saudade, que resistem a perder a capacidade de sonhar, como é o caso de Fátima e Gonçalo.

Olhava pela minha filha e pelas minhas netas e depois era o resto. Para mim, ia logo morar para um hotel, logo imediatamente! Arranjava um quarto num hotel bonito aqui na Baixa para andar sempre a caminhar. (Fátima, 80 anos)

Incapacitados para projectar o seu próprio futuro, onde o único vislumbre é a permanência nesta condição, para alguns, o futuro projecta-se nos filhos:

Ver uma vida estável para os meus filhos, gostava ainda de ver todos eles, ver um filho de cada um, tivesse mais 3 netos, portanto neste caso, eles são três. Continuar a vê-los felizes, com saúde e de ver este país e outros com umas condições melhores, para nós podermos pensar de facto, em coisas positivas e não negativas. (Rita, 65 anos)

4. Retratos de idosos

NATÁLIA, 82 anos

Natália foi entregue pelos pais biológicos a uma família muito pobre que vivia no sótão de um palácio no Paço do Lumiar. Por pobreza da família, não frequentava a escola e pedia porta à porta, “saía às 5 da manhã e só voltava às 7 da noite, para levar alguma coisa” e ainda ajudava o pai adoptivo, doente dos pulmões, na sua actividade: “era funileiro à porta, arranjava painéis e tachos”. Por maus-tratos da mãe, que lhe batia e não lhe dava comida, dirige-se pela primeira vez, com oito anos, à Junta de Freguesia para pedir comida. Com a morte do pai adoptivo é institucionalizada aos dez anos onde conclui a 3ª classe, não completando o 1º ciclo “por causa dos nervos”.

Durante a adolescência, com cerca de 15 anos, é-lhe diagnosticada osteomielite e internada num sanatório da Parede. Quando se preparam para a registar no sanatório dão conta que não havia registo algum do seu nascimento. É-lhe então atribuído apenas o ano de nascimento, 1929, sem dia e mês, ainda hoje lamenta que não tenha um dia de aniversário. Curada, regressa ao colégio de onde sai para servir aos 18 anos. Sem salário, tem apenas cama e comida.

Doente com uma tuberculose é despedida e acolhida por uma amiga onde fica a servir depois de se recuperar. Porque não gosta do ambiente da casa e porque se sente explorada e maltratada, arranja um emprego de porteira onde conhece o futuro marido, com uma deficiência numa perna.

Casa com 25 anos e muda-se para a oficina de relojoaria do marido, onde improvisa uma casa durante cerca de 32 anos, onde cria os seus dois filhos. O sustento da família provinha da actividade de relojoeiro do marido, cada vez menos lucrativa dado o seu estado de alcoolismo. A viver do pouco dinheiro do negócio, posteriormente da reforma do marido e das ajudas de vizinhos e comerciantes da zona, cuidou dele até à sua morte.

Sem carreira contributiva para a segurança social, fica à mercê da acção social com a sua morte. Sobrevive hoje com uma pensão social, reside numa habitação social, frequenta um centro de dia da Santa Casa, com a qual também conta para a compra de medicamentos.

JOAQUIM, 82 anos

Joaquim, filho de um inspetor da polícia judiciária, abandonou o ensino durante o 3º ciclo por desinteresse, inclusivamente contra a vontade dos pais e inicia-se na vida activa como aprendiz de polidor de metais.

Com 17 anos rumo ao Fundão como encarregado de uma oficina de polir metais, onde permanece cerca de um ou dois anos, regressando a Lisboa para desempenhar a mesma profissão, até que se dedica a outras actividades, nomeadamente, fiscal de bilhetes em transportes públicos. Cumpre posteriormente 55 meses de tropa em Macau.

Quando regressa a Lisboa depois de cumprir o serviço militar, casa e exerce várias actividades, sendo a restauração o ramo de actividade onde permanece mais tempo, cerca de 30 anos. No entanto, por problemas de saúde é reformado por invalidez aos 47 anos ainda permanece a desempenhar a mesma função de empregado de mesa, sempre sem descontos para a segurança social.

Esta situação coloca-o mais tarde a si e à sua mulher na dependência de reformas baixas, contudo, com a alimentação disponibilizada por uma instituição e uma renda de casa baixa a sua situação é comportável.

É a morte da sua mulher aos 70 anos que parece ter-lhe piorado uma vivência já dificultada pelos baixos rendimentos. Este é um momento de ruptura na sua vida, sem quaisquer laços familiares de apoio, o seu estado de desorganização foi tal que deixou de pagar a renda, foi hospitalizado e perdeu a casa, no Bairro das Colónias, onde vivia há cerca de 40 anos, com uma renda comportável para os seus rendimentos. Sobrevive actualmente com os seus magros 339€ dos quais 250€ são destinados à renda da nova habitação para onde se mudou quando o seu estado de saúde melhorou. Ora é no apoio da Santa Casa que encontra forma de sobreviver, através das refeições que toma no centro de dia.

RITA, 65 anos

Rita, natural de Coimbra, filha de uma costureira e de um barbeiro doente que nem sempre consegue exercer a sua profissão, abandona o ensino quando termina o 1º ciclo. Para ajudar no sustento da família, já trabalhava como ajudante de costureira aos 11 anos. Casa com 23 anos e com o nascimento do seu primeiro filho afasta-se do mercado de trabalho por imposição do marido, tem ainda mais 2 filhos e divorcia-se com 36 anos, ingressando de novo no mercado de trabalho. Entre os 36 e os 42 anos é empregada de balcão onde conhece o futuro companheiro.

Muda-se para Lisboa com os seus três filhos, onde aquele residia. Com o nascimento do quarto filho, fruto desta relação, inicia-se o segundo momento de desinserção profissional, fica em casa a cuidar da família. Abandonada pelo companheiro, permanece na casa dele com o filho menor do casal, mas vê-se obrigada a procurar outros meios de subsistência: começa a fazer limpezas e requer o Rendimento Social de Inserção, à época Rendimento Mínimo Garantido.

Desde então vive de trabalhos pontuais e de baixos rendimentos auferidos com as limpezas, do apoio social e de ajudas dos filhos e do irmão. Por problemas com o ex-companheiro vê-se obrigada a encontrar uma casa para si. Actualmente, com uma reforma de 274€, é com o apoio pecuniário de 300€ da Santa Casa que consegue pagar a renda de 350€. A situação financeira é agravada pelo seu estado de saúde que lhe consome uma grande fatia do orçamento familiar.

II

POLÍTICAS E APOIOS SOCIAIS: A PERCEPÇÃO DE ENTIDADES E BENEFICIÁRIOS

1. A percepção das entidades sobre as Políticas e modos de intervenção: constrangimentos e propostas

As entrevistas realizadas a um conjunto de entidades que operam ao nível da luta contra a pobreza na cidade de Lisboa permitiram, sobretudo, identificar alguns dos factores mais relevantes que se destacam da intervenção social de algumas das instituições auscultadas, mas também os aspectos críticos e propostas ao nível das políticas sociais para alguns sectores, das formas de organização institucional e dos modos de intervenção social³⁹.

Os aspectos positivos que mais ressaltam da análise destas entrevistas têm como referência algumas das experiências que têm sido desenvolvidas pelas entidades auscultadas ou que estão em vias de ser implementadas decorrentes das necessidades sentidas e dos resultados alcançados.

A um nível muito micro são apontadas várias potencialidades por parte das entidades que operam no contexto de um Programa, como o Casas Primeiro, de projectos específicos (como um CLDS) ou ao nível de uma freguesia (como uma Junta ou Centro de Dia) e que se traduzem nas vantagens associadas ao trabalho multidisciplinar e de proximidade, concretamente no que este permite em termos da:

- Identificação das necessidades individuais ou comunitárias;
- Adequação, articulação e rentabilização dos recursos locais existentes no apoio à população mais vulnerável;
- Mobilização do trabalho voluntário.

³⁹. De referir que o enfoque nestas dimensões não decorreu de uma orientação explícita do guião de entrevista.

A promoção de respostas direccionadas a grupos específicos, trabalhando numa perspectiva de desenvolvimento comunitário tem sido uma aposta em alguns territórios, resultando em níveis elevados de motivação e participação por parte dos destinatários destas acções. No entanto, aqui coloca-se também um dos constrangimentos assinalados, traduzido pela dificuldade de definir os destinatários prioritários de certos projectos, nomeadamente em termos de integração em acções de formação: dar prioridade a quem manifesta necessidade e interesse ou quem silencia as suas necessidades e resiste em integrar determinadas actividades?

A criação e restauração de laços com as comunidades locais são também um eixo de intervenção do Programa Casas Primeiro que permite um suporte adicional aos seus beneficiários.

O centramento do discurso dos entrevistados nos aspectos mais críticos associados ao trabalho desenvolvido na luta contra a pobreza tende a revelar os constrangimentos que se têm levantado ao nível da actuação das entidades auscultadas. O quadro seguinte permite sistematizar um conjunto de fragilidades que se colocam não apenas ao nível da quantidade, qualidade e acessibilidade aos recursos existentes, como também no que se refere às formas de organização institucional e modos de intervenção social.

Quadro 29: Percepção do trabalho desenvolvido na luta contra a pobreza e propostas das entidades

Aspectos críticos	
QUANTIDADE Emprego	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de oportunidades de emprego protegido que vão ao encontro das qualificações adquiridas por via dos cursos profissionais – Restrições no acesso ao crédito para apoiar o empreendedorismo
Rede de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de equipamentos adequados às necessidades de apoio à infância, a idosos e a população portadora de deficiência (actividades de tempos livres, creches e residências assistidas para idosos e população com deficiência)
QUALIDADE Formas de organização institucional	<ul style="list-style-type: none"> – Fraca cultura de monitorização e avaliação de políticas e de intervenções sociais – Instituições e técnicos com um perfil desajustado na luta contra a pobreza – Fraca dinâmica de parceria na luta contra a pobreza
Modos de intervenção social	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade de garantir a sustentabilidade das intervenções assentes em projectos – Dificuldade de fidelizar voluntários a prestar apoio à população – Dificuldade de definir os destinatários prioritários de certos projectos – Fragilidade do papel dos cuidadores informais – Dificuldade de intervir com sucesso ao nível da pobreza intergeracional
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade de intervir na requalificação da habitação nos bairros históricos
Formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de respostas formativas capazes de capacitar as pessoas para a integração do mercado de trabalho
ACESSIBILIDADE Habitação	<ul style="list-style-type: none"> – População imigrante e jovem com dificuldade de aceder ao mercado de habitação público e privado
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de transportes que assegurem a deslocação a equipamentos de saúde
PROPOSTAS	
<p>FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> – Clarificar as noções de articulação e trabalho em rede no contexto de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa – Promover trabalho de articulação entre equipas que desenvolvem trabalho com os mesmos beneficiários – Criar matriz de acompanhamento da articulação entre instituições que permita perceber por território as valências e o tipo de actuação das instituições – Avaliar as respostas sociais inovadoras, divulgá-las e eventualmente promovê-las a medidas de política – Rever diploma que regula o estatuto das ajudantes familiares, no sentido de deixarem de estar incluídas na categoria de trabalhadores independentes – Alargar a abrangência da formação destinada a ajudantes familiares a cuidadores informais – Promover a flexibilidade e adaptação dos serviços às pessoas <p>PROCESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> – Investir na intervenção comunitária numa perspectiva de longo prazo – Disponibilizar apoio monetário formativo e emocional aos cuidadores informais para evitar o perigo das gerações futuras se demitirem do investimento na solidariedade intergeracional – Dar recursos aos técnicos para intervir nas situações de “nova pobreza” – Promover a responsabilidade social das empresas <p>EMPREGO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Maior envolvimento do município na criação de respostas que permitam o emprego, ainda que temporário ou sazonal de beneficiários RSI – Criar respostas de proximidade adequadas às necessidades das pessoas, sobretudo, de bairros sociais que permita em situações de desemprego manter rotinas de trabalho <p>HABITAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> – Necessidade de um novo regime de arrendamento social <p>REDE DE EQUIPAMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> – Criar uma nova resposta para a população sem-abrigo que passe pela concentração de diferentes tipos de recursos a serem disponibilizados a este público em diferentes pontos da cidade – Criação de mais residências assistidas para idosos, enquadradas no seu contexto de vida – Aumentar número de respostas em lar de idosos 	

I. Quantidade

Capacidade de resposta insuficiente por parte dos equipamentos sociais

Falta de equipamentos adequados às necessidades de apoio à infância, a idosos e a população portadora de deficiência

A fraca capacidade de resposta a nível local das necessidades sentidas pela população atinge particularmente as famílias com crianças, com pessoas portadoras de deficiência e idosos.

Ao nível das creches e de acordo com o levantamento efectuado no âmbito do Plano Local de Habitação constatou-se a necessidade de implementar mais do dobro das respostas existentes. Por outro lado, as necessidades sentidas encontram-se desigualmente distribuídas em termos territoriais. Assim, nos bairros mais antigos da cidade tende a haver vagas que acabam por ser preenchidas por população residente noutros pontos da cidade.

Ao nível da institucionalização da população idosa constata-se a dificuldade de encontrar respostas que permitam garantir o enquadramento desta população no seu contexto territorial quer pela inexistência de uma rede abrangente de equipamentos em termos de dispersão geográfica, quer pela fraca capacidade de resposta por parte das instituições com estas valências, que se deve em parte à não revisão dos acordos de cooperação com a Segurança Social. A este nível é também de apontar a inexistência de resposta por parte da maioria das IPSS's em termos do período prestado a apoio domiciliário, havendo necessidade da SCML assegurar períodos do dia ou semanais não cobertos por aquelas instituições.

Em consonância com as necessidades sentidas, são avançadas como propostas a criação de mais residências assistidas e de lares para idosos, enquadradas no seu contexto de vida.

II. Qualidade

Formas de organização institucional e modos de intervenção social

Instituições e técnicos com um perfil desajustado na luta contra a pobreza

A burocratização excessiva, a falta de transparência e hábitos de trabalho desactualizados são alguns traços do perfil organizacional de algumas instituições que tendem a dificultar a luta contra a pobreza que por definição exige proximidade, sensibilidade e agilidade.

Existe alguma resistência por parte do corpo profissional em se adaptar a paradigmas diferentes face às respostas tradicionais, nomeadamente quando se

procura implementar projectos que exigem uma adaptação dos serviços às pessoas em situação de pobreza. É assim, que surge como necessidade promover a flexibilidade e adaptação dos serviços às pessoas.

Fraca dinâmica de parceria na luta contra a pobreza

A existência de uma grande diversidade e quantidade de instituições a operar na cidade de Lisboa na luta contra a pobreza não se traduz numa eficácia e eficiência da intervenção social:

- As dinâmicas de participação e articulação instaladas não produzem os resultados esperados (a capacidade de articulação ao nível dos processos de decisão nem sempre se repercutem em formas eficazes de concretização das acções e vice-versa);
- Dificuldade de operacionalizar o trabalho em parceria no âmbito da rede social de Lisboa. A existência de três instituições de cúpula (SCML, CML e Segurança Social) e mais de 200 entidades ainda não permitiu definir as responsabilidades na execução de objectivos comuns;
- Dispersão dos recursos existentes;
- Organismos públicos que não accionam as respostas existentes, nomeadamente ao nível da saúde (consultas da especialidade); educação (apoio a alunos estrangeiros); emprego (priorização de beneficiários do subsídio de desemprego face a beneficiários do RSI);
- Criação de respostas contrárias ao desenvolvimento social (ex.: carrinhas de distribuição de alimentos à população sem-abrigo tendem a fixar a pobreza em determinados territórios da cidade);
- Projectos com ciclos de financiamento anual que dificultam a operacionalização de um trabalho em rede e de troca de experiências sobre modos de intervenção e resultados alcançados nos mesmos territórios de intervenção.

É dado aqui como exemplo a dificuldade de intervir com sucesso ao nível da pobreza intergeracional, dado o não envolvimento de um conjunto alargado de sectores. E é neste sentido que surge a necessidade de se clarificar as noções de articulação e trabalho em rede no contexto de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa e de se promover trabalho de articulação entre equipas que desenvolvem trabalho com os mesmos beneficiários. Uma resposta possível que é avançada diz respeito à população sem-abrigo, nomeadamente através da concentração de diferentes tipos de recursos a serem disponibilizados a este público em diferentes pontos da cidade.

É sugerida também a criação, por parte do Estado, de uma matriz de acompanhamento do trabalho de articulação desenvolvido pelas instituições que permita perceber, por território, as valências e o tipo de actuação das várias entidades.

Fraca cultura de monitorização e avaliação de políticas e de intervenções sociais

Diferentes factores são apontados para traduzir a fraca cultura de monitorização e avaliação de políticas e de intervenções sociais. Por um lado, a falta de competências técnicas e de tempo dificultam uma caracterização diagnóstica rigorosa do ponto de partida antes de qualquer intervenção, tornando difícil a medição dos seus efeitos e de traçar o caminho a seguir. Por outro lado, as próprias instituições que disponibilizam localmente os recursos tendem a não privilegiar a avaliação das respostas sociais, não tornando possível sistematizar os constrangimentos sentidos na intervenção, no sentido de se encontrarem as soluções desejadas para os problemas identificados. Por fim, ao nível de algumas respostas inovadoras que têm sido criadas não se tem dado o devido enfoque na sua avaliação, não permitindo promovê-las a medidas de política.

A este nível são dados alguns exemplos das consequências desta falta de avaliação, nomeadamente no que concerne ao papel e estatuto associado às ajudantes familiares que prestam apoio domiciliário.

A formação profissional, proporcionada pela SCML às ajudantes familiares que prestam apoio domiciliário, tende a não ser rentabilizada, pois o estatuto de trabalhador independente e a sua precariedade laboral conduzem a uma procura de melhores condições de trabalho junto de outras instituições. Para além dos efeitos negativos associados à grande rotatividade destes profissionais, existe uma necessidade constante de ajudantes familiares, cuja selecção acaba por não ser muito criteriosa e cuja resposta formativa nem sempre existe.

É neste sentido que é avançada a proposta de revisão do diploma que regula o estatuto das ajudantes familiares, com o objectivo de deixarem de estar incluídas na categoria de trabalhadores independentes.

O papel das ajudantes familiares que prestam apoio domiciliário a agregados familiares onde se incluem pessoas idosas ou portadoras de deficiências e que se encontram numa situação de dependência funcional é uma problemática que remete para o isolamento social e para a qualidade dos serviços que são prestados. É neste sentido que são apontados como aspectos críticos a *dificuldade de fidelizar um corpo de voluntários* que prestando apoio a estas famílias permitiria reduzir o seu isolamento, mas também a *fragilidade do papel exercido pelos cuidadores informais*, normalmente familiares que vivem ou não em coabitação nestes agregados.

A este nível as propostas não são coincidentes. Embora se assuma como situação ideal a manutenção da pessoa em situação de dependência no seu contexto familiar, os recursos a disponibilizar tendem a ser diversos. Se por um lado, se reconhece que um familiar que assuma o papel de cuidador informal o deva fazer sem qualquer tipo de contrapartida económica, no sentido de não se quebrar o vínculo solidário intergeracional, garantindo-se outro tipo de respostas que facilite a integração profissional do cuidador, por outro lado, admite-se a inevitabilidade destes cuidados terem de ser prestados pelos próprios familiares, sendo para o efeito necessário disponibilizar apoio monetário, formativo e emocional aos cuidadores informais para evitar o perigo das gerações futuras se demitirem do investimento na solidariedade intergeracional.

Dificuldade de garantir a sustentabilidade das intervenções assentes em projectos

Garantir a sustentabilidade das intervenções assentes em projectos foi outra das preocupações manifestadas. Se, por um lado, se admite a necessária existência de programas de intervenção curtos associados a ciclos políticos, por outro lado, reconhece-se a dificuldade de prever o alcance temporal dos projectos, dificultando um planeamento mais rigoroso da intervenção.

A intervenção comunitária tem sido uma forma de actuação privilegiada no âmbito de projectos de duração limitada no tempo, pelo que uma das apostas passa pelo investimento nesta modalidade de intervenção social numa lógica de longo prazo.

Habitação

Dificuldade de intervir na requalificação da habitação nos bairros históricos

O predomínio da propriedade privada do parque habitacional nos bairros históricos aliado à própria estrutura dos edifícios tem dificultado a intervenção de processos de requalificação habitacional nestas zonas da cidade. Os idosos são uma das populações particularmente afectadas por estas condições habitacionais, registando-se casos de fogos sem as infra-estruturas básicas e sem condições de acessibilidade que dificultam a prestação do apoio domiciliário, a mobilidade e as condições de vida desta população.

III. Acessibilidade

Habitação

Ao nível da habitação constata-se a existência de franjas da população particularmente mais afectadas quer pelo funcionamento do mercado privado de habitação, quer pela inexistência de respostas ao nível do parque público habitacional.

A população imigrante e jovem encontra-se hoje particularmente mais vulnerável neste domínio, uma vez que não têm sido criadas alternativas para famílias jovens. Dois factores tendem a ser enfatizados na explicitação desta situação:

- O mercado social de habitação criou regras muito apertadas de acesso, deixando de fora populações que se encontram acima do limiar de pobreza, mas sem capacidade económica para suportar as rendas praticadas no mercado privado. São cerca de 8 mil os pedidos de habitação registados no município de Lisboa, seja para arrendamento social, seja para aceder ao mercado privado em condições mais vantajosas.
- A existência de 23 mil fogos em regime de cedências precárias, ou seja, em que os contratos de arrendamento celebrados não estabeleceram um prazo para a vigência do contrato de arrendamento tem dificultado a libertação de fogos para as novas necessidades habitacionais.

Aponta-se, assim, como proposta a criação de um novo regime de arrendamento social que permita fixar a população na cidade de Lisboa.

Saúde

Ao nível da saúde é apontada a fragilidade existente por parte de um segmento populacional no acesso à saúde devido às fracas condições de mobilidade geográfica. Perante a incapacidade física de se deslocarem assiste-se a um défice ao nível de transportes adequados a esta população que lhes permita aceder a tratamentos e consultas nos equipamentos de saúde.

2. Beneficiários e entidades: uma visão comparada dos apoios sociais e propostas

Ao longo deste trabalho foi possível apresentar a percepção dos diferentes perfis sobre os apoios sociais no que respeita à sua *quantidade, qualidade e acessibilidade* e as várias *propostas* formuladas. Coube a mesma oportunidade às entidades auscultadas. Neste ponto pretende-se destacar as apreciações e propostas semelhantes, mas também as suas dissonâncias.

No que respeita ao critério *Quantidade* apenas existem apreciações coincidentes sobre a **rede de equipamentos**. Quanto às restantes dimensões não existe discordância apenas focos de apreciação distintos. Ou seja, no que se refere à rede de equipamentos, beneficiários e entidades concordam quanto à necessidade de reforçar a oferta de equipamentos de apoios às crianças, idosos e pessoas deficientes. No entanto, quanto à quantidade de apoios prestados as restantes preocupações parecem distinguir-se. Se os beneficiários, ainda que apreciem positivamente os apoios prestados na área da **saúde, prestações sociais e habitação**, consideram-nos insuficientes, dado que os apoios existentes são maioritariamente de carácter temporário, as respostas do parque habitacional público ficam muito aquém das necessidades e na área da saúde é apontada a sua insuficiente cobertura. Já as entidades centram as suas preocupações naquilo que consideram ser a insuficiência dos apoios ao **emprego**, quer pela falta de oportunidades de emprego protegido quer pelas restrições ao crédito para apoiar o empreendedorismo.

Estes diferentes enfoques evidenciam perspectivas distintas dos apoios sociais. As entidades parecem destacar a dimensão do emprego, assumindo que perante a resolução dos seus aspectos críticos, a autonomização dos indivíduos e famílias seria alcançada. Perspectiva que contrasta com a dos beneficiários, para quem o emprego não surge relacionado com os apoios sociais, e, portanto, perante a

actual dependência dos apoios sociais, por diversas razões, resta-lhes apreciar as dimensões essenciais para a sua sobrevivência, habitação, saúde e prestações sociais.

No que se refere às apreciações *qualitativas* sobre os apoios sociais, ambos voltam a tecer apreciações críticas à habitação. Apesar de serem mencionados pelos beneficiários aspectos positivos que resultam do apoio prestado por algumas Juntas de Freguesia (com a cedência de habitação a um entrevistado e a disponibilização de materiais para a manutenção das habitações) ou ainda os subsídios de renda prestados pela Santa Casa, proliferam os aspectos críticos que se centram nas condições habitacionais: a dimensão desadequada, a fraca manutenção dos imóveis de habitação social e a falta de privacidade nos albergues. Também as entidades reconhecem os problemas habitacionais, em particular na zona histórica da cidade e apontam como principal crítica a dificuldade de intervir na requalificação urbana.

Quanto aos restantes aspectos qualitativos destacados, as partes diversificam as dimensões apreciadas. Por um lado, os beneficiários centram as suas apreciações na saúde e na rede de equipamentos e as entidades na formação profissional. Os primeiros valorizam os apoios prestados, mas não deixam de sublinhar alguns constrangimentos na sua atribuição, como a demora, a escassez e a padronização dos serviços prestados, que nem sempre respondem às necessidades. Os segundos centram as suas críticas na falta de resposta formativas que capacitem este público e potenciem a sua integração no mercado de trabalho.

No que respeita à qualidade dos apoios sociais prestados surge na voz das entidades e dos beneficiários uma outra dimensão – as questões processuais. Para as entidades as críticas recaem sobre as formas de organização institucional e os modos de intervenção. Para os beneficiários o acompanhamento social é um vector fundamental, para quem a empatia de alguns técnicos contrasta com a incompreensão e a inércia de outros, o reduzido poder negocial no âmbito das acções desenvolvidas ou ainda aquilo que consideram ser um excesso de invasão das suas vidas privadas.

Para as entidades, as dificuldades dos modos de intervenção centram-se na garantia de sustentabilidade dos projectos de intervenção, na fidelização de voluntários, na dificuldade de identificar os destinatários prioritários e intervir com sucesso em contextos de pobreza intergeracional. Por outro lado, os aspectos mais críticos nas formas organizativas prendem-se com a monitorização e avaliação da intervenção, o perfil desajustado de algumas instituições e técnicos e a fraca dinâmica de parceria.

A *acessibilidade* aos apoios sociais é também um critério sobre o qual reflectem beneficiários e entidades. Se as entidades colocam no centro das suas críticas a

habitação e a saúde, dando conta da dificuldade da população jovem e imigrante aceder ao mercado de habitação público e privado e da falta de transportes que assegurem as deslocações aos equipamentos de saúde, as pessoas entrevistadas concordam com estas apreciações críticas, ainda que destaquem positivamente o projecto Casas Primeiro, mas estendem as suas críticas à dificuldade de aceder a outros apoios, como as prestações sociais, alimentação, educação e formação profissional. Críticas que se prendem com a rigidez e incompreensão das regras de acesso, onde a discricionariedade na atribuição surge recorrentemente nos discursos, e com a falta de diversidade na oferta formativa e na adequação das propostas de emprego às competências adquiridas nas formações frequentadas.

Perante os diversos aspectos críticos enunciados, as propostas feitas por entidades e beneficiários são vastas e cobrem diversas dimensões dos apoios sociais. Em comum surgem propostas para a habitação, emprego e rede de equipamentos. Propostas que passam pelo acesso facilitado à habitação, a promoção de respostas e incentivo à criação de postos de trabalho e a criação de novas e diversificadas respostas da rede de equipamentos.

São as prestações sociais que reúnem, no caso dos beneficiários, uma maior reflexão ao nível das propostas, onde se destaca o rigor na atribuição, a fiscalização e o aumento do valor. No caso das entidades para além das propostas mencionadas os modos de intervenção e as formas organizativas são as dimensões sobre as quais mais recaem as propostas destes agentes. A articulação do trabalho entre parceiros e equipas, a aposta na inovação, na flexibilidade e na intervenção comunitária, na monitorização e avaliação das intervenções desenvolvidas surgem como as principais orientações que propõem.

1. As dificuldades no entendimento da pobreza: questões políticas e científicas

1.1. O discurso (e a prática) da crise ignora os pobres

Mais de três anos depois de desencadeada a crise financeira, as suas consequências sobre os mais pobres é um debate que se inicia na sociedade portuguesa nomeadamente através da revolta e manifestação pública de vários grupos sociais. No entanto, algumas das medidas de combate à crise são sobretudo gravosas para os que se encontram em situações de maior vulnerabilidade: novas regras de acesso e cortes no RSI, diminuição nos subsídios de desemprego, redução nos acesso à saúde, etc.

As consequências sociais da crise, que são objecto de debate em grande número de países, não emergem com vigor em Portugal e os discursos sobre a inevitabilidade da redução da qualidade de vida são numerosos. São, sobretudo, as instituições de solidariedade social as que aparecem na arena pública e que apelam a um aumento da solidariedade nacional, mas os modos de exercício dessa solidariedade retornaram à assistência (alimentar e outra) dos séculos passados tendo-se banalizado práticas há muito criticadas porque demasiado humilhantes. A emergência e a urgência de situações familiares gravosas parece que tudo justifica e o discurso da crise insiste sobre o seu alargamento às classes médias e sobre o agravamento da situação dos que já estavam em situação de pobreza.

De facto, a crise parece impressionar pela sua dimensão, mas também porque atinge grupos sociais até aqui bem acima dos limiares de pobreza, essencialmente por via do desemprego que atinge níveis históricos esgotando os recursos das associações. A urgência faz esquecer a importância de conhecer com mais detalhe o modo como a crise impacta nas condições de vida de uma percentagem

alargada de famílias portuguesas de formas bem diferentes, com uma diversidade de causas, manifestações e impactos nos modos de vida dos que a protagonizam. No entanto, é o entender dessas causalidades múltiplas e interpenetradas que torna possível adequar as políticas sociais à diversidade dos momentos históricos. Essa foi a razão desta pesquisa.

1.2. Compreender a pobreza ou medi-la? Em defesa de uma postura antropológica

Os discursos sobre a pobreza, e a coesão social, estão difundidos em todos os países e muito particularmente no contexto europeu. As políticas comunitárias há muito que definiram as formas de quantificar a pobreza de forma a monitorizá-la e encontrar termos comparativos entre países. O pressuposto é de que para reduzir a pobreza é necessário começar por defini-la, quer dizer medi-la, e prosseguir com tentativas de compreensão da sua génese de forma a estruturar políticas sociais que combatem as causas e não apenas os efeitos.

Esta simplicidade de raciocínio está frequentemente perturbada pela multiplicidade de noções e de conceitos produzidos nas academias onde, pobreza, exclusão, desqualificação, desafiliação, etc. se relacionam com diferentes quadros interpretativos da pobreza e pretendem influenciar essas mesmas políticas sociais. Os fenómenos da pobreza adequam-se a esse carácter flutuante e impreciso dos conceitos dada a dimensão multiproblemática e a diversidade de causalidades sistémicas que estão na sua génese, bem como a multiplicidade de estratégias pessoais e familiares que são desenvolvidas pelos cidadãos.

Nesta pesquisa optou-se por analisar perfis de pobreza que outros estudos manifestaram como dominantes na cidade de Lisboa (Castro e Guerra, 2010). Esta abordagem por perfis permite aprofundar a diversidade das causas e dos factores que contribuem para a pobreza, e situar a análise nessa complexa relação entre o sujeito – e o seu percurso – e as dinâmicas de desenvolvimento económico, institucional e social de um país. Também ajuda a sintetizar a informação recolhida sobre as fontes de rendimento, padrões de consumo, actividades económicas, acesso a serviços e condições de vida dos pobres, bem como analisar mais de perto a relação entre a pobreza e as características sociais como sexo, etnia ou outras.

A postura antropológica da pesquisa pressupõe uma forma de conhecimento que valorizando a “narração” do percurso de vida dos “pobres” não coloca o entrevistador numa posição *voyeurista* externa ao fenómeno estudado. Aqui, o que se pretendeu foi o desvendar do sentido da vivência individual num contexto societal determinado. Esta atitude de análise crítica questiona profundamente o sentido de neutralidade das ciências sociais e o investigador está preso numa

contradição: ou legitimar o *status quo* ignorando as contradições que estão ocultas, ou desvendá-las formulando de forma crítica as relações sociais nas suas complexas imbricações.

“A análise científica das formas de emancipação ou de dominação não exige a tomada de posição moral ou ideológica sobre os fenómenos de pobreza e de vulnerabilidade que se pressentem. Se essa posição é legítima no campo político, no campo da pesquisa pede-se ao investigador que elucide cientificamente as contradições entre interesses e grupos sociais e clarifique o papel do interventor e dos efeitos das políticas sociais. O conhecimento científico consiste, em larga medida, nesse desvendar do que está oculto e, sem dúvida, o campo da pobreza e da desigualdade é um campo privilegiado de análise das contradições das relações sociais, que são a matéria de trabalho dos investigadores das ciências sociais.” (Guerra, 2011: 9).

As histórias relatadas, se por um lado, naturalizam a pobreza através de uma pretensa banalidade da vida quotidiana, também não a apresentam como uma característica de certos cidadãos que se lhes colou como rótulo estigmatizante para o resto das suas vidas com profundas implicações a todos os níveis das suas interações sociais. As narrativas mostram a pobreza, e as estratégias de sobrevivência de pessoas e famílias como percursos de vida, oscilantes, com emoções e racionalidades várias que evoluem no tempo.

Assim, na narração confronta-se a lógica do investigado e do investigador decifrando as definições contraditórias das situações, procurando tecer para além dos discursos um processo de compreensão que se traduz em categorias e comparações. Assume-se, assim, que o conhecimento antropológico é cumulativo, provisório, em constante evolução e co-construído entre lógicas narrativas e interpretativas muito diferentes.

2. Numa sociedade de risco, a pobreza como processo oscilante e interactivo: entre o sistema e o sujeito

2.1. Pobres iguais a nós

A crise socioeconómica de hoje teve a capacidade de nivelar por baixo – pelos níveis de pobreza – perfis sociais outrora tão diversos. Na pesquisa realizada encontramos desde “pessoas como nós” com habilitações e percursos de vida estáveis até aos perfis tradicionais, fruto de gerações de pobreza (estes são menos de 1/3 do total de entrevistados). Essa proeza é conseguida, em larga medida, devido ao disfuncionamento do mercado de trabalho seguido pela sucessiva diminuição dos apoios sociais ligados ao Estado de bem-estar.

De facto, neste estudo e ao contrário de outros (Castro e Guerra, et al., 2010), a pobreza parece ter mudado de cara e ter-se aproximado de grupos sociais até aqui *integrados* tendo-se a sensação de que, a qualquer momento, nos pode atingir a nós, os *incluídos*. Essa ruptura com a forma como se encarava tradicionalmente a pobreza é visível de forma alargada e vem do acumular de *pequenas mudanças* que recompuseram profundamente a vida de cada um, quer seja nas formas de trabalhar, de aprender, de nos preocuparmos com a saúde ou somente nas relações com os outros. Mas a mudança do rosto da pobreza torna-se mais impressionante pela grande racionalidade que é introduzida no discurso destes “pobres iguais a nós”, que analisam com um misto de exterioridade e de emoção os seus percursos de vida e o esmagamento das suas expectativas. Esta racionalidade toca particularmente os investigadores, dado que os “pobres iguais a nós” emergem no discurso com as mesmas categorias de pensamento e de acção, pois frequentemente pertencem a grupos sociais muito próximos.

São histórias de vida de privação, de oscilação entre a pobreza e o bem-estar, ou de relativa estabilidade de inserção social que torna mais penosa (ou mais leve) a vivência da situação actual. Mas, para todos, é cada vez mais evidente que para elaborar estratégias de redução da pobreza é preciso agir, em simultâneo, no reforço da capacidade de acção do sujeito, mas também na procura das oportunidades sociais que condicionam a saída destas situações, pois é nesse jogo complexo que se geram e que se ultrapassam as situações de vulnerabilidade.

Esta realidade é entendida pela maioria dos entrevistados. De facto 40 entrevistados (em 61⁴⁰) colocam a compreensão da situação em que se encontram nessa relação co-responsabilizante entre eles próprios e o sistema social. Apesar disso, é elevado (12) o número dos que encontram em si a “culpa” da situação em que estão e 9 entrevistados acusam a sociedade de estar na origem da sua situação (cf. Quadro seguinte).

Apesar de se terem escolhido perfis dominantes de pobreza que se considerava desvendarem a diversidade das causalidades e das estratégias, o que se identifica maioritariamente é um olhar complexo sobre as dinâmicas sociais e sobre as suas capacidades sendo que a grande maioria está consciente que só uma estratégia cooperativa entre os seus esforços individuais e os disponibilizados pelas entidades públicas poderá desbloquear soluções para a situação em que se encontram.

⁴⁰. Em relação aos 74 entrevistados, foram analisadas em 61 a apreciação da situação em que se encontram e as estratégias que desenvolvem face ao futuro. Em 13 situações correspondentes ao perfil dos idosos, não foi considerada a relação com o futuro pois desvirtuaria o sentido da apreciação e sobrecarregaria a categoria “passivos”.

Ao contrário de outros estudos que enfatizam as dimensões de dependência⁴¹, nesta pesquisa identificam-se posições proactivas ao nível da auto-percepção da sua situação individual e do desenvolvimento de estratégias de activação na procura de novas oportunidades. Mesmo considerando estar-se ao nível de uma análise do discurso, a análise de conteúdo cruzou uma grande diversidade de justificações e são muito poucos os que se acantonam numa posição passiva.

Assim, se a compreensão complexa da situação de pobreza é entendida num contexto social de depressão e de risco acrescido, os pobres entrevistados estão maioritariamente numa procura activa de oportunidades.

Quadro 30: Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro

Apreciação das responsabilidades pela sua situação	Atitude face à procura de soluções	Nº de entrevistados
Auto-apreciação responsabilizante (de si próprio)	12	
	Activa cooperante	9
	Activa individualizante	2
	Passiva	1
Auto-apreciação co-responsabilizante (sujeito e sociedade)	40	
	Activa cooperante	27
	Activa individualizante	4
	Passiva	9
Auto-apreciação desresponsabilizante (a culpa é da sociedade)	9	
	Activa cooperante	6
	Activa individualizante	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

No cômputo geral, a investigação, identificando alguns perfis individuais de vulnerabilidade, revela sobretudo dificuldades no actual funcionamento do mercado de trabalho e na incapacidade dos sistemas de protecção social para fazerem face aos riscos de forma adequada: desemprego, doença, e problemas familiares que parecem de facto explicar uma parte significativa da situação de necessidade e de apoio social.

⁴¹. Ver, entre outros, Rodrigues, 2010.

2.2. Pobreza não como estádio mas como processo, ou como estamos sujeitos a uma vulnerabilidade acrescida

O que as narrativas nos trazem é antes de mais percursos de construção da vida social onde se entrelaçam capacidades e oportunidades mas que, neste momento histórico, situou estes indivíduos numa situação em que não conseguem sozinhos fazer face às suas necessidades mais básicas. No entanto, atente-se que os percursos de vida narrados não foram sempre assim: a maioria dos entrevistados relata a coerência lógica de uma vida integrada onde acontecimentos estruturantes os pressionaram agora para uma situação de pobreza.

Nesse sentido, parece evidente que a pobreza não emerge como um estádio permanente, mas como um processo de múltiplas facetas na sua génese e na sua manifestação. Esse percurso para muitos, em função das suas características, é sentido como permanente, mas para a maioria a esperança de retoma do percurso anterior é o sentimento que fornece energia suficiente para tecer estratégias de sobrevivência activas.

Assim, se estas narrações tornaram evidente que a pobreza não é um estádio também mostraram que, na sociedade actual, é um processo – oscilante ou contínuo – que acompanha a vida dos indivíduos havendo flutuações nas biografias individuais e familiares com múltiplos coloridos e temporalidades. De facto, se é verdade que cerca de 1/3 dos entrevistados tem forte pobreza persistente, os outros dois terços dividem-se entre pobreza oscilante e episódica.

Para alguns (25), os acontecimentos estruturantes, que geraram a quebra com percursos de inserção mais estáveis, parecem prolongar-se no tempo e provocar facilmente a pobreza persistente sobretudo quando associados a perfis sociais e situações individuais que se tornam permanentes como a doença ou a idade demasiado avançada para ser aceite no mercado de trabalho. Inversamente, um grupo expressivo de entrevistados tem percursos oscilantes (26) mostrando bem a vulnerabilidade da sua situação social e a manutenção de uma vida de risco de desinserção ou considera que a sua situação é apenas accidental (21).

Quadro 31: Percepção da situação de pobreza/exclusão e duração dos incidentes críticos

	<de 5 anos	> de 5 anos	Não refere duração	Total
Pobreza persistente		17	8	25
Pobreza oscilante	15	9	2	26
Pobreza episódica ou accidental	8	10	3	21
Total	25	34	13	72

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Nesse sentido, parece ser de aceitar a proposta de Soulet (2009), que considera ser mais útil na situação de actual crise, raciocinar em termos de *vulnerabilidade* para dar conta dos fenómenos contemporâneos de fragilização de certos indivíduos em lugar de insistir no conceito de exclusão. Não é uma simples passagem de conceitos, na medida em que num momento em que a sociedade se apresenta em profunda remodelação afastando do seu centro uma grande quantidade de cidadãos “normais inúteis” (Donzelot, 1996), o conceito apela sobretudo à vulnerabilidade gerada pelas dinâmicas sociais mais do que à análise dos mecanismos de fragilização identitária.

No entanto, Soulet (2009) insiste na noção de vulnerabilidade por duas ordens de razão que esta pesquisa confirma. Por um lado, porque a vulnerabilidade apela a uma representação da sociedade como um viver em conjunto que supõe a presença do todo societal contemporâneo e não uma “exclusão” entendida como uma noite escura de solidão total⁴². De facto, os entrevistados são na sua grande maioria indivíduos incluídos em múltiplas redes sociais, em primeiro lugar a família, mas também os amigos, a vizinhança, as instituições, etc. Por outro lado, o conceito de vulnerabilidade permitiria ainda dar conta dos dois lados da vulnerabilidade, ser vulnerável ou tornar-se vulnerável, acentuando esta dimensão processual da relação entre sujeito e sociedade de que se falou atrás.

“En proposant de substituer la compréhension d’un processus (l’exclusion) aux déterminations d’un état (la condition de pauvre), en proposant de faire de ce processus la conjonction de facteurs économiques, sociaux et symboliques (la non-insertion sur le marché du travail, la non-intégration dans des réseaux denses de relations sociales et la non-occupation d’une place socialement signifiante) plutôt que chercher les seuils de possession ou d’accès à des biens en deçà desquels les individus chutaient inexorablement dans une condition de pauvreté, le recours sociologique à l’exclusion a ouvert une brèche considérable dans l’appréhension des situations de non-intégration et de marginalité. Elle a ainsi largement contribué à actualiser les questions de solidarité, de socialisation et de citoyenneté, largement abandonnées aux certitudes de sociétés assises sur leurs richesses et leurs valeurs d’autoréalisation individuelle” (Soulet, 2009: 6)

3. O mal-estar identitário. Um indivíduo sofredor e ocupado pelas tarefas ligadas à sobrevivência

Muito se tem dito e escrito sobre a exigência da sociedade actual sobre o sujeito individual onde a cultura dominante parece fragilizar ainda mais os que sentem que, em qualquer momento da sua história individual, não conseguiram apresentar-

⁴². Também Jordi Estivill (2008) revisitando pesquisas realizadas em países como Peru, Brasil, Marrocos e Itália revela como o conceito de vulnerabilidade abre novas perspectivas na explicação da pobreza e da exclusão social. Apesar de não substituir estes dois últimos conceitos, a noção de vulnerabilidade ajuda a examinar alguns processos emergentes e a realidade social daqueles que se encontram mais abaixo e distantes dos centros de poder.

se como vitoriosos sobretudo nas dimensões mais materiais e de consumo, mas também nas dimensões mais identitárias e simbólicas.

A sociedade moderna é muito exigente face ao sujeito, sobre a sua capacidade/resiliência na ultrapassagem dos obstáculos de forma a conseguir a sua inserção num contexto de grande isolamento e de fragilização dos laços sociais. Estamos cada vez mais obrigados a tomar conta de nós (Rosanvallon, 1995), a liberdade não está somente por conquistar, torna-se um imperativo pesado – “sê autónomo”, “sê responsável”, são apelos que se tornaram ordens e que acabaram por nos enfiar no que os psicólogos chamam *doublebind*, uma ligação contraditória entre as coisas e as pessoas.

Da mesma forma, a individualização-emancipação desdobra-se em emancipação e fragilização num contexto onde, simultaneamente, as regras sociais, os comportamentos e as instituições que organizavam, canalizavam e controlavam os nossos comportamentos se diluíram lentamente, deixando uma grande diversidade de valores, de formas de ser e de estar, de estratégias possíveis. O declínio dos corpos intermédios, a profunda mutação da relação entre o individual e o colectivo torna difícil a cada um construir pessoalmente a existência e dar um sentido à sua vida.

Vivemos, assim, um mundo mais aleatório e menos organizado onde a cada momento temos de rever o processo histórico de individualização. Implicando mutações de muitas dimensões da vida social, o individualismo significa: uma evolução moral (o triunfo da lógica de mercado e o fechamento sobre si próprio), um facto sociológico (o esboroar dos corpos intermédios, a fragilização dos laços comunitários e a tendência à atomização social) e um princípio filosófico (a valorização da autonomia e da autenticidade) (Fitoussi e Rosanvallon, 1997).

Como afirma Rosanvallon (1995), a crise que atravessamos é, assim, simultaneamente económica e antropológica: é juntamente crise da civilização e crise do indivíduo. Esta “precariedade transaccional” (Soulet, 2009) realiza-se num regime de grande fluidez social e de um individualismo instável e indefinido caracterizado pela fragilização dos laços de confiança nos outros ou nas instituições.

É neste contexto fluido, de sinais contraditórios que cada um define as suas estratégias de relacionamento, de compromisso, de aceitação ou de rejeição de certas regras do jogo social. Estratégias tão mais difíceis quanto menores são os níveis de capitais que se possuem e, sobretudo, a força ou a fragilidade das redes sociais de suporte. Quem não tem recursos não arrisca, e quem não arrisca frequentemente perde.

É provavelmente por essa razão – porque nem sempre na racionalidade dos discursos é claramente perceptível e aparece mesmo por vezes contraditória – que frequentemente o discurso sofredor parece suplantar o do indivíduo vencedor e que vários dos entrevistados (sobretudo os mais velhos e que já vivenciaram percursos positivos) se assumem como responsáveis da situação em que se encontram e há uma percepção do futuro tão diferenciada.

Mas quando a vida quotidiana não está assegurada, o significado da palavra estratégia tem um impacto quase brutal. É preciso assegurar quotidianamente a sobrevivência diária de si e da sua família. A gestão dos riscos associados à precariedade quase total, a gestão da incerteza, a descoberta, a manutenção ou construção de redes sociais dadoras de recursos vários é de uma enorme exigência psicológica mas também temporal e material (cf. Quadro seguinte).

Muitos têm apontado o facto de as famílias pobres se apresentarem sempre muito ocupadas e terem pouco tempo para se disponibilizarem para as actividades bem intencionadas dos serviços públicos e instituições. Mas é preciso considerar que se a pobreza é essencialmente um risco e a protecção desse risco é muito exigente: diz respeito à procura de trabalho, à manutenção de níveis de angariação de recursos nas várias instituições sociais, à procura das melhores instituições e de mais fácil acesso, à alimentação de redes sociais indispensáveis, a procura de recomendações de vários tipos para se conseguirem contactos, etc.

Quadro 32: Estratégias de gestão do quotidiano

Tipo de estratégia/Perfil	Passiva	Solidária	Activa hipotecada	Activa institucional	Autonomizante
Trabalhadores pobres	1	7	4	11	15
Desempregados	1	8	1	7	4
Cuidadores informais		7	4	11	3
Incapacitados para o trabalho por motivo de doença	11	8	2	11	1
Desafiliados		4	2	13	7
Idosos	12	9	2	12	1

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Trabalhadores pobres: Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; subsídio de renda (SCML) com maior predominância na zona histórica; apoio à educação para crianças e jovens (SASE); RSI; abono de família; apoio à saúde (cartão da SCML); géneros alimentares e bens domésticos

Desempregados: Habitação social como apoio indirecto por não serem titulares do contrato (coabitação), com maior predominância na zona norte /oriental; Apoios à saúde – óculos, medicação (SCML); géneros alimentares; RSI; subsídio eventual (SCML)

Cuidadores informais: Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; RSI; pensão de invalidez de dependente; pensão de viuvez; pensão de velhice do cônjuge; subsídio de apoio à 3ª pessoa; subsídio de SCML; abono de família;

Incapacitados para o trabalho por motivo de doença: Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; apoio à saúde da SCML (cartão de saúde e medicação); géneros alimentares e outros bens domésticos de associações locais; RSI; subsídio de SCML para renda na zona histórica; materiais de construção para manutenção da habitação da Junta de freguesia na zona histórica

Desafiliados: RSI; pensão de invalidez; subsídio dado por AEIPS; apoio à saúde de SCML (medicação); acompanhamento técnico e habitação prestados pelo projecto Casas Primeiras; isenção de taxas moderadoras; consultas médicas (CAT); albergue

Idosos: RSI (apenas para 1 que aguarda a idade legal de reforma); Habitação social; Pensão de invalidez; pensão de velhice; centro de dia; apoios à saúde da SCML (óculos, medicação, fraldas, consultas, próteses dentárias, cartão de saúde); géneros alimentares; alimentação

4. As famílias providência: por inevitabilidade e/ou por amor?

4.1. Apoio da família sim, mas a que custo?

O apoio das famílias alargadas é uma constante em quase todos os estudos sobre a pobreza e também neste. Com alguma excepção no perfil dos *Desafiliados*, são múltiplos os apoios fornecidos pelos familiares mais próximos: apoio financeiro, apoio em géneros, apoio aos filhos menores, acomodação em sua casa, etc.

Apesar de tudo, este é um tema controverso na sociedade portuguesa devido ao potencial interesse político em usar estas solidariedades para substituir alguns apoios das políticas sociais. No entanto, não existem estudos suficientes para entender profundamente a força, o esforço e a lógica afectiva e ética destas solidariedades. Algumas pesquisas no exterior vêm demonstrando que as famílias não ajudam todos os seus membros de igual forma, mas aqueles para os quais a interpretação que é feita da situação parece merecer suporte (Lapierre e outros, 2004). Este é, apenas, um exemplo de como os laços sociais, e a confiança, são relacionalmente construídos, tornando-se necessário aprofundar o conhecimento do potencial que o capital social pode assumir para tornar as cidades melhores lugares para aqueles que nelas vivem. E, neste sentido, os resultados vão ao encontro de desafios deixados também por outras pesquisas que apontam para um aprofundamento de como o tipo de redes produzem capital social consistente e qual o contexto espacial de formação do capital social (Blokland e Savage, 2008).

O pressuposto de que a precariedade económica, e a ajuda nesses contextos, é portadora de relações familiares quentes e solidárias está em larga medida por provar. De facto, os processos de desqualificação material e social arrastam consigo auto-imagens, estigmas e situações de dependência ligadas a um sobre-esforço face às condições de vida, e muito particularmente de habitação que – como se viu – levantam vários tipos de conflitualidade e de mal-estar sobretudo quando as situações se prolongam. Seria ainda necessário aprofundar o impacto que esta ajuda tem no agravamento da situação de pobreza dos familiares que apoiam, mas também as alterações nas relações afectivas de uns e outros ao longo do tempo.

Os resultados vêm assim enfatizar a ideia de que os problemas sociais não podem ser superados apenas através do capital social, contrariando a hipótese de que o fomento das relações de entreajuda num momento de retração do Estado Social é uma das vias possíveis. Este tipo de argumentos tendem a revelar uma crença no potencial individual para mudar o seu próprio destino, não enfatizando os constrangimentos decorrentes do funcionamento do sistema, quer ao nível do mercado de trabalho, quer no que toca à acessibilidade a equipamentos sociais e apoios pecuniários.

As controvérsias que emergiram das entrevistas realizadas a algumas entidades em torno dos apoios monetários a cuidadores informais que prestam apoio a familiares são um bom exemplo desta problemática e revelam como os fenómenos de endividamento acabam por marcar as estratégias de sobrevivência quotidiana destas famílias, quando se nota, que um dos desafios que enfrentam passa por alcançar ou manter a sua independência tanto em relação às redes sociais formais como informais: só aceitam apoio se lhes for dado sem ser pedido, projectam a sua vida numa casa apenas com a família nuclear, recusam solicitar apoio junto dos serviços de assistência...

No discurso dos entrevistados, se bem que agradecendo o apoio, sente-se frequentemente penalizador para a família alargada que o presta e nalgumas situações para a própria família ajudada. Perpassa nos discursos a existência de regras que protegem o dador e o receptor, nomeadamente este face a situações de humilhação e o primeiro face a situações de potencial abuso. Claro que se trata de regras implícitas muito marcadas pelas culturas de uns e outros, mas mesmo no discurso, os entrevistados mostram bem o embaraço desta situação de dependência e nalguns casos os compromissos a que obrigam (sobretudo se é a família do cônjuge que apoia e não a sua própria).

Mas procurar a independência num contexto estruturalmente dependente tende a enfraquecer o desenvolvimento e a manutenção dos laços sociais: recusar apoio pela percepção de não ter capacidade de retribuir o que foi dado, ou manifestar o sentimento de que pelos seus próprios meios se irá conseguir resolver os problemas são alguns exemplos das estratégias que podem ser penalizadoras para o capital social gerando um fechamento individual e familiar por vezes muito penoso.

4.2. Desafiliados? Redes e pessoas de referência

A proposta de Robert Castells (1998) do conceito de *desafiliados* veio colocar em cima da mesa a “dupla vulnerabilidade económica e social” que atinge as pessoas pobres. É verdade que o conceito foi importante para dar conta de como o processo de empobrecimento é bem mais do que a privação material, sendo um processo de desqualificação e de marginalização da rede tradicional de interações sociais sobretudo para os desempregados de longa duração.

No entanto, alguns já tinham questionado a universalidade deste conceito sobretudo adaptado a sociedades fortemente salariais. Se a correlação entre o desemprego e o isolamento relacional parece válido, em muitas sociedades parece ser menos adequado. Em sociedades da Europa do Sul, como Portugal, Itália ou Espanha, Nicolas Roinsard escreve mesmo: «C'est que le phénomène de *pauvreté intégrée* y constitue, selon lui, une véritable alternative à l'intégration salariale; il existe

plusieurs circuits économiques et des solidarités privées destinées à la protection sociale des familles et des groupes d'inter-connaissance.» (Roinsard, 2005: 17).

A pesquisa permite dar conta que a desafiliação ou perda de laços ao nível do trabalho é real não apenas de facto mas também pela perda de rendimentos que alimentavam essa presença, no consumo no café ou nas idas a actividades em conjunto. Mas, em Portugal, as redes de solidariedade vão muito para além do trabalho, há um pressuposto da existência de redes de relações alargadas e baseadas noutros colectivos que não apenas o trabalho: a vizinhança, os amigos, os associativismos, etc. Estas multipertenças permitem aligeirar a desafiliação do contexto de trabalho.

Com as devidas precauções perante a generalização face a uma problemática que mereceria maior aprofundamento, a pesquisa mostra de facto que a omnipresença da família não permite considerar os entrevistados como excluídos das redes sociais – com algumas excepções o perfil dos *Desafiliados*. No entanto, embora estejam presentes ex-colegas de trabalho (importantes na procura de emprego), vizinhos e amigos (cruciais no acesso a informações e às instituições sociais), a presença das redes não familiares não emerge com a força que se esperaria. De facto, as trocas são casuais, não permitindo proporcionar outras oportunidades de vida, nem tão pouco suprir a privação sentida. Para além dos elementos que compõem as redes sociais viverem também em contextos de vulnerabilidade, emergem nos discursos outros factores que condicionam o potencial destas redes. Por um lado, alguns dos relatos revelam como o investimento passado nestas redes não trouxe os créditos esperados para o presente, desmobilizando-se, assim, na promoção de outras relações. Por outro lado, são vários os depoimentos que apontam para a não correlação entre proximidade física e social: não querer nada com os vizinhos e preferir a tranquilidade do lar são posicionamentos presentes em ambos os territórios, ainda que com maior incidência nas freguesias da Ameixoeira e de Marvila, que tendem a revelar um risco de *privatização* das relações sociais, com possíveis consequências ao nível do associativismo, da participação cívica, do conhecimento sobre as necessidades dos residentes de determinada área geográfica da cidade⁴³.

O desgosto do bairro e o gosto pela casa (mais presentes nos contextos de habitação social) ou o gosto do bairro e o desgosto pela casa (tão enfatizado pelos entrevistados residentes nos bairros históricos) são pois factores territorialmente significativos que não podem ser descurados na análise da génese e desenvolvimento das redes sociais.

⁴³. Conclusões semelhantes foram obtidas num estudo – *Landscapes of Poverty* –, realizado entre 1997 e 1999 em Amsterdão e Roterdão (Blokland e Noordhoff, 2008).

É, neste sentido, que se torna relevante enfatizar como o capital social precisa de ser analisado como um processo espacial (Blokland e Savage, 2008). Se os territórios de residência dos entrevistados não tendem a condicionar as possibilidades de mobilidade social – nenhum entrevistado referiu situações estigmatizantes e discriminatórios no acesso a oportunidades por habitar em determinado bairro – o centramento das suas vidas nestes contextos coloca a hipótese da vizinhança ser um dos contextos mais relevantes para o desenvolvimento dos laços sociais das pessoas pobres, desde que acautelada: 1) a qualificação do espaço urbano; 2) formas de urbanismo democráticas e socialmente justas e 3) a “mixité” dos territórios, sem que os processos de *gentrificação* expulsem os residentes mais antigos, quebrando, assim, a hipótese de fazer vencer a ideia de que a “força dos laços fracos” possa ser uma solução para estabelecer pontes que ligam os indivíduos a outros círculos sociais para terem acesso a outras oportunidades.

5. Quando a culpa é do sistema. Quais as oportunidades necessárias?

5.1. O discurso da pobreza está mal colocado: pobreza e desenvolvimento

Parece evidente que a pobreza e a vulnerabilidade, até pela dimensão que adquirem nas sociedades ocidentais, não podem ser reduzidas a um problema individual e que necessitam de reflexão e de acção a nível macro social. Assim, frequentemente, o discurso sobre a pobreza está mal colocado, pois situa-a como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico, o que tem como consequência intensificar a procura de medidas correctivas, transferindo os recursos para uma esfera externa aos “mercados” para a apelidada “esfera do social” (Baptista:2010).

A pobreza assim encarada parece homogénea e coerente e pode ser traduzida estatisticamente quer nas variáveis quantitativas de rendimento quer nas mais qualitativas de apreciação subjectiva do problema. Mas o facto das carências de rendimentos virem associadas a outras “multidimensionais” variáveis (identidade, percursos de vida, estrutura familiar, qualificações, etc.) torna a variável rendimento sem grande potencial explicativo e dificulta o formular de estratégias diferenciadas à medida das reais problemáticas sociais. Apesar disso reconhece-se que há “endemismos” sociais que têm expressão visível na carência de rendimentos mas que têm outros sentidos e “causalidades”.

Mas “a inversão de perspectiva, da problemática da pobreza para a do desenvolvimento coloca a questão do patamar de desenvolvimento social como tradução da componente de investimento em “capital social”, ferramenta de competitividade e de sustentabilidade económica global.” (Baptista, 2010: 9).

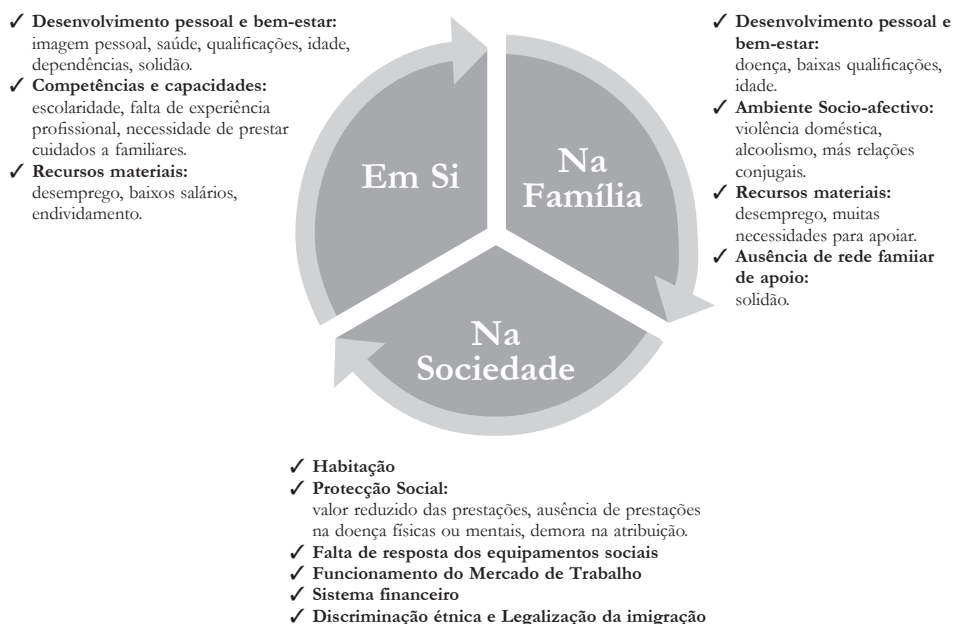
É por isso, que tem sentido falar em vulnerabilidades o que, simultaneamente, apela à lógica societal e às dinâmicas pessoais e familiares. A sociedade de risco decorre de uma sociedade de vulnerabilidades várias e, sobretudo, de grande incerteza e imponderabilidade. Raciocinar em termos de vulnerabilidade – e não apenas de exclusão social – focaliza o olhar sobre os laços sociais e o contrato social que fortalece ou fragiliza as dimensões do viver em conjunto. Nesse sentido, a pobreza, e as vulnerabilidades várias, resultam do accionamento das capacidades do sujeito num contexto de acção caracterizado por um conjunto de recursos mobilizáveis que moldam um sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem (desigualmente visto serem dotados de distintas capacidades). Ora, essas oportunidades/constrangimentos para além de se relacionarem com um processo de desenvolvimento societal, e com percepções que têm os colectivos nacionais para a redistribuição social, têm uma distribuição desigual no espaço e no tempo dotando pois os sujeitos de diferenciais igualdades de oportunidades para concretizarem as suas capacidades. (Pinto et al., 2010).

O interesse desta abordagem no âmbito da pobreza, reside em poder conceber o processo de genealogia das necessidades como um jogo entre um sujeito com determinadas capacidades e um sistema que se apresenta com determinadas oportunidades. As necessidades derivam, então, de processos de desajustamento, de intensidade e frequências variáveis, entre capacidades e oportunidades.

Nos perfis estudados muitas das necessidades insatisfeitas colocam-se do ponto de vista das oportunidades sociais e muito particularmente de emprego, de habitação, de mobilidade, etc. Mas é preciso reconhecer que muitas das capacidades individuais também se encontram diminuídas por percursos de vida difíceis e sem temporalidades que permitam alimentar capacidades de projecto.

Essa percepção é muito claramente expressa pelos entrevistados quando apresentam a auto-percepção dos problemas actuais com que se confrontam: identificando problemáticas relacionadas com: 1) as suas próprias identidades e necessidades: de desenvolvimento e de bem-estar, de capacidades e competências individuais; 2) com as redes de inserção familiar questionando os laços sócio-afectivos que seguram as identidades sociais; e 3) a percepção do sistema social (cf. Figura seguinte). Ao nível do sistema social estão simultaneamente as oportunidades articuladas às dinâmicas de emprego, mas também estão muito presentes as oportunidades relacionadas com o funcionamento e oferta de políticas sociais quer ao nível dos equipamentos quer ao nível da protecção social na adversidade.

Figura 14: Auto-percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

Entender as vulnerabilidades neste jogo entre capacidades e oportunidades significa não colocar em cima do sujeito, e da sua capacidade de acção, a “culpabilidade” da situação em que se encontra, pois o tipo de oportunidades sociais que são oferecidas pelo sistema social e pelos seus níveis de desenvolvimento podem comprometer ou potenciar a aquisição e o exercício dessas capacidades.

5.2. O Futuro depende do jogo entre capacidades pessoais e oportunidades sociais e é encarado de forma activa

A historicidade dessa profunda, e complexa, interactividade entre capacidades individuais e oportunidades sociais marca decisivamente as histórias de vida dos entrevistados. Deste modo, o sistema de oportunidades e de constrangimentos que se oferecem ao longo da trajectória dos indivíduos e as capacidades de que dispõem, permitindo uma determinada inserção dos sujeitos no sistema social, condicionam a apreciação que fazem de si, do mundo e sobretudo do futuro.

Dos 61 entrevistados em quem se analisou esta informação:

- 40 consideram que o futuro depende quer de si próprios quer das oportunidades sociais e destes apenas 9 manifestam estratégias passivas sendo

que a grande maioria (33) desenvolve estratégias activas de procura de soluções;

- Dos 12 entrevistados que se auto responsabilizam pela sua situação e consideram que o futuro depende de si, 11 desenvolvem estratégias activas e apenas 1 está numa situação de passividade;
- Dos que 9 entrevistados que têm uma atitude de distanciamento considerando que a sociedade é responsável da sua situação, todos desenvolvem estratégias activas.

Esta análise mostra mais uma vez a dimensão de activação que os entrevistados têm face ao futuro desenvolvendo estratégias positivas mesmo que apoiados pelas famílias ou instituições. De facto, 51 em 61 entrevistados têm uma atitude activa de procura de soluções.

Quadro 33: Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro segundo o perfil dos entrevistados

Tipo de estratégia/Perfil	Auto-apreciação co-responsabilizante			Auto-apreciação responsabilizante			Auto-apreciação desresponsabilizante	
	Activa coo- perante	Activa Indi- vidualizante	Passiva	Activa coo- perante	Activa Indi- vidualizante	Passiva	Activa coo- perante	Activa Indi- vidualizante
Trabalhadores pobres	8	1	1	3			2	
Desempregados	9							2
Cuidadores informais	4	1		2			4	
Incapacitados para o trabalho por motivo de doença		1	7		2			1
Desafiliados	6	1	1	4		1		
Total	27	4	9	9	2	1	6	3

Nota: Estas variáveis não foram avaliadas para o perfil dos idosos

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

As atitudes base face ao futuro, sendo condicionadas por uma história passada, são elas próprias determinantes das expectativas, até porque as capacidades e os recursos individuais disponíveis – ou mobilizáveis – condicionam também as oportunidades e a forma de acesso aos recursos colectivos dos quais deriva, em grande parte, a possibilidade de satisfação de algumas necessidades actuais.

5.3. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho

Apesar de apenas 1 dos 6 perfis analisados ter sido definido pela sua inserção no mercado de trabalho, mais de metade dos inquiridos tem actualmente relação

com o mercado de trabalho (se considerarmos os inquiridos ou suas famílias) e esse número sobe para a quase totalidade se considerarmos os que já tiveram algum percurso laboral. Essa situação é real mesmo para as mulheres cuidadoras ou para o perfil dos desafiados. A inserção no mercado de trabalho é realizada por via de um emprego mais ou menos formal (perfil dos trabalhadores pobres), por via dos “biscates” ou trabalho temporário de substituição de terceiros.

O mercado de trabalho sempre foi um recurso importante para as estratégias de sobrevivência nas suas múltiplas formas incluindo o trabalho formal, informal, a economia paralela, etc. Se o actual estudo da pobreza na Europa moderna (OCDE, 2010) destaca o papel das estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho salienta ainda: 1) a exclusão gradual dos mais pobres da maioria dos mercados a que tradicionalmente tiveram acesso (devido à crise fiscal, reorganizações urbanas, iniciativas fiscais, etc.); 2) a desregulação das condições de trabalho e de salário; 3) o aumento do trabalho na economia informal; e 4) a sensibilidade de determinados perfis a estes fenómenos: mulheres, os mais velhos, imigrantes e minorias étnicas, etc.

De facto, o trabalho e o rendimento que dele decorre é a primeira “política de inserção” e, nas entrevistas, aparece com alguma evidência que a presença de uma oportunidade de emprego é a grande aspiração motivadora e a procura de emprego ocupa uma parte substantiva da existência.

Mas a fase actual de desenvolvimento económico ligado à globalização, não significa apenas a intensificação da troca de mercadorias, das tecnologias e da comunicação. Ela traduz-se também por uma nova forma de organização do trabalho, transformando as relações de força ao nível das empresas e, desequilibrando as relações entre capital e trabalho. Desde 2000, que o modelo de desenvolvimento seguido não gera trabalho suficiente, fez baixar os rendimentos reais do trabalho que aumentam menos do que o justificaria os ganhos de produtividade, tendo como consequência um crescimento das desigualdades e um empobrecimento generalizado (OIT, 2010).

A lógica de acumulação do modelo de desenvolvimento actual faz-se à custa do factor trabalho, baixando os salários e descolando-o da produtividade, precarizando, piorando as condições laborais e deteriorando o custo da mão-de-obra, obrigando as famílias ao endividamento e ao recurso ao crédito por incapacidade de poupança. Como o capitalismo precisa de mercados internos, o problema da insuficiência de salários foi sendo ultrapassado com o alongamento do tempo de trabalho, diminuição salarial e recurso ao crédito.

Como refere o relatório da OIT (2010), a economia não está a gerar suficiente emprego e a qualidade do trabalho gerado também parece insuficiente. Na Europa, em todos os países, há perdas de emprego. Entre os países onde cresce

o emprego, é, frequentemente, em *part-time* (involuntário) e informal. O número de pessoas que está desempregada há mais de um ano cresceu em quase todos os países, em muitos casos significativamente.

Mas não é apenas a falta e a precariedade do trabalho que cresce, é o próprio sentido social do trabalho que se perde. Muitas pesquisas actuais debruçam-se sobre a perda de sentido do trabalho para trabalhadores em situação de vulnerabilidade, pois a penosidade de trabalho, o excesso de horas e as condições em que é exercido retiram satisfação e reduzem a tradicional identidade forjada no trabalho (Dias et al., 2007).

Ressalta ainda que para além da crise bancária, financeira, imobiliária há também uma crise social de repartição dos rendimentos. A presença de famílias endividadas (15 no universo entrevistado) é mais um sinal do empobrecimento de algumas classes médias, outrora com rendimentos suficientes e crença no futuro para pedirem financiamento a bancos, empresas de crédito pessoal, a familiares e a comerciantes. Mas o endividamento é também um sinal de inclusão social. Assim, se a dívida é uma medida de pobreza, é também um sinal de participação em comunidades sociais, porque os mais pobres são também geralmente os menos endividados.

Mas é preciso não esquecer que o endividamento na sociedade portuguesa, e nos casos estudados, é resultado de rupturas sociais graves e atinge sobretudo públicos de maior vulnerabilidade, como as mulheres atingidas pelo divórcio (no primeiro perfil de trabalhadores pobres as pessoas endividadas são 4 mulheres), desempregados e pessoas que ficaram doentes com gravidade ou que prestam cuidados a terceiros. Por isso mesmo, a crise actual não pode ser encarada como sendo meramente conjuntural. A crise é estrutural naquilo que altera na repartição da relação entre capital e trabalho, engajando um outro modelo de crescimento e repartição dos ganhos da produtividade e agravando o fosso entre uma minoria de ricos e a proletarização empobrecida de quase todos os outros com o crescimento das desigualdades sociais. É nesse sentido, que a pobreza se torna não num estádio, mas num *processo de proletarização* de largas camadas das classes médias.

Parece ser necessário retomar todas as discussões de princípio. Haverá emprego para todos? É preciso partilhar o emprego? É momento de contrariar demasiado tecnicismo que abafa postos de trabalho? Como Olivier Mongin e Marc Olivier Padis (2009) escrevem é preciso retomar as interrogações sobre as transformações da economia de mercado iniciadas por André Gorz e Ivan Illich. Questões que aliás não são apenas económicas mas filosóficas, sobre o bem comum, a confiança, o viver em conjunto.

5.4. Quando a educação falha

O reforço do “capital humano” mostra bem a relação entre as oportunidades fornecidas pelo sistema social através de um sistema nacional de educação, e uma capacidade de activação traduzida no esforço dos cidadãos em ter acesso a uma formação ao longo da vida. Desde meados da década de 50 que a “revolução no investimento humano” foi encarada não apenas como um benefício individual, mas como um contributo para a produtividade e a evolução da economia e da sociedade. Hoje, está interiorizado por todos esse papel da educação no desenvolvimento económico e social, mesmo as famílias que anteriormente não valorizavam a escolaridade dos filhos parecem agora insistir sobre o papel integrador da educação formal.

Ora, sendo um tipo de capital é de esperar que este investimento em capital humano traga benefícios para o país, para as empresas e para os indivíduos. Aliás são inúmeros os estudos que mostram a correlação entre os níveis de formação e os níveis de produtividade e de bem-estar dos países⁴⁴. Nesse sentido, tem-se considerado que as novas gerações estão substancialmente melhor qualificadas considerando que as qualificações académicas são efectivamente um indicador de preparação, para enfrentar os desafios do futuro. Melhor preparadas, estas gerações têm portanto mais expectativas face ao mercado de trabalho, o que agrava os desajustamentos entre oferta e procura, característicos de uma economia em transição (lenta e assimétrica).

Mas, de facto, há que realçar como positivas, apesar das desigualdades persistentes que nos recordam a cada momento o peso estrutural das desigualdades sociais, as transformações ocorridas no plano da educação dos portugueses, que foi um dos sectores onde se registam mais diferenças entre o retrato de hoje e o de há quarenta anos atrás⁴⁵. Acontece que neste momento de crise, é cada vez mais difícil comprovar a relação entre habilitações, acesso ao mercado de trabalho e nível salarial. A redução sucessiva dos custos do trabalho nivela por baixo as exigências de habilitações e coloca dúvidas sobre a empregabilidade mesmo dos detentores de maiores habilitações.

A este nível são três as conclusões mais significativas que a pesquisa assinala. Em primeiro lugar, o aumento significativo de qualificações dos que se apresentam agora como pobres e, portanto, uma maior frustração pela sua exclusão do mercado de

⁴⁴. A medida do efeito da educação sobre a produtividade é problemática pois não pode ser analisada directamente. É frequente utilizar como indicador as diferenças de rendimentos e de produtividade de pessoas com habilitações diferentes. Os estudos em Portugal mostram bem como as habilitações mais elevadas permitem melhores salários (Dornelas, 2010).

⁴⁵. Há uma evolução que demonstra que a taxa real de escolarização tem subido em todos os níveis de ensino: o ensino primário desde o início dos anos 80 que já é praticamente universal, fazendo do analfabetismo um fenómeno crescentemente residual e circunscrito às faixas etárias mais idosas; o ensino básico (2º e 3º ciclo), apesar de obrigatório, ainda deixava de fora, em 2008, 12% e 13,5% dos jovens com idade para frequentar estes ciclos respectivamente; o ensino secundário era em 2008 frequentado por 60% dos jovens entre os 15 e os 17 anos (Pappámikail, et al., 2010).

trabalho e um discurso mais racionalizado e realista face ao futuro. Em segundo lugar, a clara revolta dos maiores de 50 anos que após uma vida de trabalho nem sempre estável, sentem que as dinâmicas do mercado de trabalho os consideram “velhos para o trabalho e novos para a reforma”. Esta situação é tão mais penalizadora quanto a vida activa foi para muitos de orgulho pessoal e de investimento identitário.

Finalmente, apesar das dificuldades de inserção no mercado de trabalho que inclui alguns dos mais qualificados, parece assistir-se nos entrevistados a uma viragem na percepção da importância das qualificações para aceder a um emprego. Muitos lamentam oportunidades perdidas de qualificação e muitos outros aspiram ainda melhorar as habilitações para aumentar as oportunidades. Considera-se que, ser qualificado é sempre uma vantagem no mercado de trabalho, como atestam aliás os valores do desemprego por níveis de qualificação.

Para compreender mais em detalhe o peso das qualificações nos processos de mobilidade social era necessário aprofundar com maior detalhe as categorias sociais e os territórios de exclusão. Mas isso é cada vez mais difícil, as categorias sociais tradicionais perderam sentido, a lisibilidade social complicou-se, fragmentou-se. Os dados estatísticos são cada vez de menos utilidade pois a relação, a natureza das desigualdades mudou e há uma reorganização dos modos de diferenciação e hierarquização social. O conhecimento tradicional sobre a classificação partia do pressuposto de uma sociedade estável. Hoje, os níveis de educação e os tipos de consumo, por exemplo, já não caracterizam um grupo e podem dar uma informação volátil, passageira e as variáveis tipológicas e biográficas tomaram grande importância no conhecimento da sociedade e da sua evolução (Wacquant: 1999).

5.5. As políticas sociais insuficientes

É hoje aceite que, para lutar contra a pobreza, os governos devem estruturar uma dupla dimensão de intervenção. Por um lado, melhorar as condições de acesso e inserção no mercado de trabalho e as medidas de suporte aos rendimentos de forma a tornar a remuneração do trabalho justa e equitativa, face aos jovens, mulheres etc. Por outro lado, os governos devem desenvolver políticas sociais oferecendo apoios e serviços públicos de base universal para neutralizar, na medida do possível, as vulnerabilidades sociais e os acidentes nos percursos individuais e familiares.

O “trabalho para todos” é a primeira “política social”, mas há muito que os países europeus assumiram o compromisso com os cidadãos com base num modelo de Estado Providência que os protegia dos principais riscos. Apesar da sua diversidade na forma de organização da relação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, a Europa demarcava-se dos EUA pelo célebre “modelo social europeu” que visava a protecção dos cidadãos na adversidade através de um processo de redistribuição social regulado pelo Estado.

Até ao princípio do século XXI, o governo moderno agia baseado num contrato social entre os cidadãos e o Estado onde os direitos e deveres eram acordados por todos para promover interesses comuns. Os cidadãos contratualizavam esses acordos através dos impostos e os governos ganhavam legitimidade protegendo os direitos dos povos, através de políticas para o bem de todos.

Os pilares das políticas sociais eram instituídos com base em instrumentos utilizados pelos governos para regular e complementar as instituições do mercado e as estruturas sociais: educação, saúde, emprego, segurança social, etc. Era por via das políticas sociais que os processos de redistribuição e justiça social eram garantidos. Os governos assumiam que os investimentos sociais eram essenciais para modernizar e desenvolver o país, mas também para alcançar coesão social e a estabilidade política, indispensável ao crescimento económico e, nesse sentido, competitividade e coesão eram concebidos como faces da mesma moeda.

No entanto, esta visão idílica é bem mais complexa, evolutiva no tempo e sujeita a fortes pressões e opções sociopolíticas. As políticas sociais pareciam ser necessárias porque os benefícios do crescimento económico não chegavam a todos automaticamente e desde os anos 80 que a Europa reforçou as medidas de combate à pobreza e exclusão social.

Considere-se, no entanto, que as políticas de combate à pobreza são múltiplas e interpenetradas, e vão desde as políticas de criação de emprego, até às políticas de saúde, de habitação ou educação, terminando nas políticas específicas de apoio aos que se encontram com fortes carências materiais, tal como o Rendimento Social de Inserção e outros apoios sociais complementares.

É longa a história da evolução das políticas sociais e sobretudo, a forma como se estabilizaram em Portugal e como foram atingidas pelo actual momento histórico. De facto, mesmo antes de termos um sistema de protecção social estruturado, a crise que se prolonga desde os anos 70 vem minando a estrutura desse modelo. As histórias de vida narradas são exemplares para mostrar as insuficiências das políticas sociais nacionais, não apenas no que se refere à protecção face ao desemprego, mas muito particularmente nas questões do acesso à habitação, à saúde sobretudo em situações de doença ou deficiência prolongada continuando pela “expulsão” escolar⁴⁶.

Nesse sentido, as políticas sociais deveriam ser equacionadas com a mesma importância das políticas económicas e a atenção ao impacto da crise actual sobre a pobreza deveria ser reforçada. A exclusão social não é hoje uma situação minoritária.

⁴⁶ O fraquejar das políticas sociais pode ter efeitos gravosos, não apenas no aumento da pobreza e exclusão social, mas também na insegurança social com o aumento da criminalidade, pois estudos recentes têm vindo a demonstrar a co-relação entre o enfraquecimento do estado providência tradicional e o endurecimento de medidas penais. Para Loïc Wacquant, não se trata de mera correlação existindo mesmo uma relação de causalidade onde o endurecimento penal se substitui às políticas sociais (Wacquant, Loïc, 1999).

Na Europa, a pobreza atinge cerca de 1/3 da população⁴⁷ e constitui uma realidade dramática e dolorosa para milhares de pessoas.

Quadro 34: Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE		
Saúde	– Apoios à saúde por parte da SCML	– Insuficiência da cobertura face às necessidades (medicação, ajudas técnicas...) – Insuficiência de cuidados de saúde (falta de médico de família)
Prestações sociais	– Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência – Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais	– Insuficiência do valor dos apoios – Mudança indevida de escalão do abono de família – Redução da prestação do RSI – Valor das pensões de velhice baixas face a carreira contributiva
Habitação	– Apoio ao pagamento de rendas pela SCML – Habitação social	– Carácter temporário do apoio ao pagamento de renda, SCML – Parque habitacional público não responde às necessidades
Rede de equipamentos		– Cobertura insuficiente para institucionalização de idosos e pessoas portadoras de deficiência – Cobertura insuficiente de creches
QUALIDADE		
Acompanhamento social	– Disponibilidade e empatia dos técnicos – Rotatividade dos técnicos – Apoio emocional	– Incompetência/inércia dos técnicos – Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários – Reduzido poder de negociação no âmbito das acções desenvolvidas – Escassez de recursos/resposta adequados às necessidades – Acompanhamento estandardizado – Demasiada exposição, invasão da privacidade
Habitação	– Disponibilização de materiais de construção pela Junta de Freguesia – Cedência de habitação pela Junta de Freguesia	– Pouca manutenção dos imóveis de habitação social pela CM – Dimensão desadequada da habitação face à composição do agregado – Falta de privacidade dos albergues
Saúde	– Acompanhamento no CAT – Apoio médico no albergue – Cuidados de saúde prestados pelo centro de saúde	– Demora na atribuição dos apoios solicitados – Insuficiência de apoio técnico e psicológico a familiares de doentes e a cuidadoras informais
Rede de equipamentos	– Apoios disponibilizados pelo centro de dia (alimentação e convívio...)	– Respostas sociais de institucionalização muito padronizadas – Creches e estabelecimentos de ensino sem horários compatíveis com o período laboral

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

⁴⁷. Esta percentagem tende a aumentar com a crise social actual e considera a pobreza estimada pelos critérios tradicionais europeus antes da redistribuição permitida pelas políticas sociais. Trata-se de estimativas comparativas entre países para estabelecer limiares de pobreza, o que significa que as famílias que vivem um pouco acima destes limiares formais de pobreza são bem superiores a este número.

5.6. Uma cidade amigável: Habitação e Saúde. Políticas estruturantes do bem-estar

Uma cidade amigável seria aquela que permitiria a todos a capacidade de acesso a uma habitação condigna e aos serviços públicos mais essenciais tais como saúde, educação, recreio, etc.

O alojamento é uma das mais importantes despesas das famílias e quando a limitação de rendimentos emerge, a família alargada recebe os seus membros. Aspecto essencial de reforço ou alívio face às situações de pobreza, o alojamento revela as dimensões objectivas e as percepções subjectivas das vivências da privação⁴⁸. De facto, quer por via do endividamento quer pelo seu custo, ou pelas condições da habitação, o abrigo recolhe uma parte significativa das preocupações dos entrevistados e não são poucos os que fomentam uma estratégia de poupança ou de evitamento de situações mais penosas em termos de vulnerabilidade habitacional recolhendo a casa de familiares (14 dos entrevistados encontraram na coabitação a estratégia residencial possível).

Na pesquisa, o acesso à habitação adquire um papel central quer na sobrecarga das estratégias de sobrevivência traduzidas na procura de uma habitação condigna, quer no esforço de manutenção da habitação actual ou ainda no mal-estar face à situação em que se vive. Os que tiveram de se acomodar em casa dos familiares, ou os que estão nos bairros sociais, ou os que moram nas zonas históricas em arrendamentos mais baixos, todos estão numa situação de insatisfação face à sua situação habitacional considerando que ocupam espaços estigmatizados (por razões diferentes) e que o “direito à cidade” não lhes é garantido, o que provoca custos materiais, psicossociais e simbólicos ao nível do bem-estar das suas famílias.

O alojamento emerge claramente como um indicador de profundas desigualdades no seio das populações mais pobres como carga financeira e/ou como ausência de conforto nas condições de vida com consequências na saúde dos familiares. O acesso à habitação acorrenta uns a bairros sociais de que não se gosta e que se consideram ser prejudiciais à sua estratégia e imagem pública e afasta outros do centro da cidade para habitações cada vez mais precárias mas menos onerosas.

Muitos estudos mostram a relação entre os rendimentos das famílias e certas características do ambiente residencial, enfatizando os “efeitos bairro” nos comportamentos e características das famílias sobretudo dos mais jovens. Nesse sentido, a habitação e a sua localização é uma das variáveis mais presentes nos discursos dos entrevistados como necessidade não resolvida e que reforça a situação de pobreza.

⁴⁸. Estudos recentes em Portugal (INE, Inquérito às Despesas das Famílias, 2011) confirmam que, do total da despesa das famílias, 57% diz respeito a custos com habitação (29,2%), transportes (14,5%) e produtos alimentares (13,3%), “sendo que o peso deste conjunto de despesas não variou muito relativamente aos outros anos”.

Uma verdadeira política social tem de considerar o acesso ao alojamento, em custo mas também em qualidade, sabendo que este é o bem mais caro mas mais essencial para uma vida digna. Trata-se não apenas de aliviar a carga financeira que o alojamento significa para os de menores rendimentos mas também reduzir as desigualdades sociais baseadas na hierarquia espacial. Uma tal política deveria considerar as diferentes situações que emergem neste estudo – arrendatários sociais e de habitações privadas, proprietários endividados, etc., que mostram que estamos perante públicos diferentes com necessidades diferentes face à Habitação.

Também o apoio de saúde é um dos mais sentidos como insuficiente. De facto, a análise dos dados de saúde dos grupos populacionais mais vulneráveis e pobres revela, invariavelmente, valores superiores à média nas taxas de doença, mortalidade, deficiências de origens várias, etc. Todas as evidências apontam assim para que os mais pobres, independentemente do país em que vivem, possuam pior saúde e morram precocemente. Mas, e sobretudo, as condições de saúde são, para estas pessoas, ainda mais centrais na medida em que habitualmente todos os seus rendimentos estão dependentes da sua capacidade para trabalhar.

A pesquisa comprova, mais uma vez, a importância da saúde quer da população em idade activa quer de algum dos seus familiares, pois em caso de doença toda a economia familiar entra numa espiral descendente em que a baixos ou nulos rendimentos se seguem altos custos em cuidados de saúde e em sistemas de protecção dos membros doentes. Quando uma família de rendimentos medianos ou baixos, sofre de problemas permanentes de saúde de um dos seus membros, seja saúde física ou mental, esta é desde logo uma situação de risco e de vulnerabilidade à pobreza.

A falta – ou insuficiência – de cobertura dos riscos de saúde (sobretudo para situações permanentes ou crónicas) é demasiado evidente nas entrevistas só sendo aliviada pelo significativo trabalho da Santa Casa da Misericórdia no apoio aos idosos, nas ajudas técnicas, próteses, participações nos medicamentos, etc. Este apoio, muito reconhecido pelos entrevistados parece estar, no entanto desactualizado face às novas situações de precariedade de saúde de adultos activos para quem os recursos são menos numerosos e a assistência é menos valorizada do que o tradicional apoio aos idosos para o qual uma percentagem significativa dos recursos está orientada.

Assim, o investimento em políticas de Saúde é cada vez mais referido como um importante meio de desenvolvimento económico e um pré-requisito para países desenvolvidos – e particularmente para os pobres desses países – quebrarem definitivamente o ciclo da pobreza. Assim sendo, para além do seu valor intrínseco a nível individual, a Saúde é central para o desenvolvimento humano global e para a redução da pobreza.

5.7. O campo controverso das políticas sociais e as auto-justificações do mérito

A polémica sobre o impacto dos benefícios sociais é transversal à sociedade portuguesa, incluindo aos seus beneficiários mais directos. Muito se tem dito e escrito sobre o impacto das medidas de protecção social e particularmente o RSI/RMG (cf. Farinha, 2007 entre outros) e sobre a paradoxalidade destas medidas e do que implicam como motivação para a inserção no mercado de trabalho, como combate à pobreza e/ou como impacto no esboçar de projectos de vida positivos.

No debate sobre a relação entre pobreza e emprego, as medidas de apoio social são frequentemente convocadas de maneira contraditória. Por um lado, são acusadas de impedir o livre ajustamento da oferta e a procura de emprego, por conseguinte de criar desemprego, e de gerar situações de dependência retirando do mercado de trabalho um número significativo de pessoas incluindo de jovens. Por outro lado, no contexto europeu estas medidas inserem-se em políticas de redução da pobreza, alimentando um ideário de um “modelo social europeu” mais coeso do que noutras sociedades.

No caso português, as medidas de protecção social mais evidentes, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção, têm estado envolvidas, desde o seu lançamento, em polémicas de origem política e social. Inversamente, outras medidas de protecção social como os abonos de família, o apoio escolar (SASE), o apoio em habitação social, entre outras, não parecem alimentar tanto essa polémica e emergem como razoavelmente consensuais.

O Rendimento Social de Inserção tem sido um dispositivo útil para reduzir a pobreza extrema e garantir maior protecção face a grupos de grande vulnerabilidade (Farinha Rodrigues, 2007), mas, apesar de muitos ajustes ao longo do tempo, com justificações diferenciadas, não evitou completamente a armadilha estigmatizante das políticas sociais e uma reduzida eficácia na integração no “mundo do trabalho”: quase metade dos entrevistados (31 em 74) recebe o Rendimento Social de Inserção.

A visão que os entrevistados têm do RSI depende dos vários perfis e histórias de relação com as políticas sociais, mas de forma global a medida é encarada como:

- Uma medida de carácter instrumental destinada a ultrapassar uma fase particularmente negativa associada à exclusão do mercado de trabalho. Trata-se de um rendimento provisório, sobretudo, encarado pelos trabalhadores pobres e desempregados;
- Capaz de apoiar a sobrevivência traduzindo-se num elo de ligação duradouro com as instituições de protecção social, devido a uma combinação

de factores de onde se destaca a inclusão precária no mercado de trabalho que se traduz em baixos rendimentos do trabalho ou os problemas de saúde (maior peso do RSI entre incapacitados para o trabalho por motivos de saúde e desafiados, onde a doença mental está muito presente);

- Uma oportunidade para ingressar em percursos de qualificação escolar e profissional não só devido aos programas de inserção, mas por uma vontade pessoal e uma crença de que esta qualificação trará frutos ao nível da integração profissional.

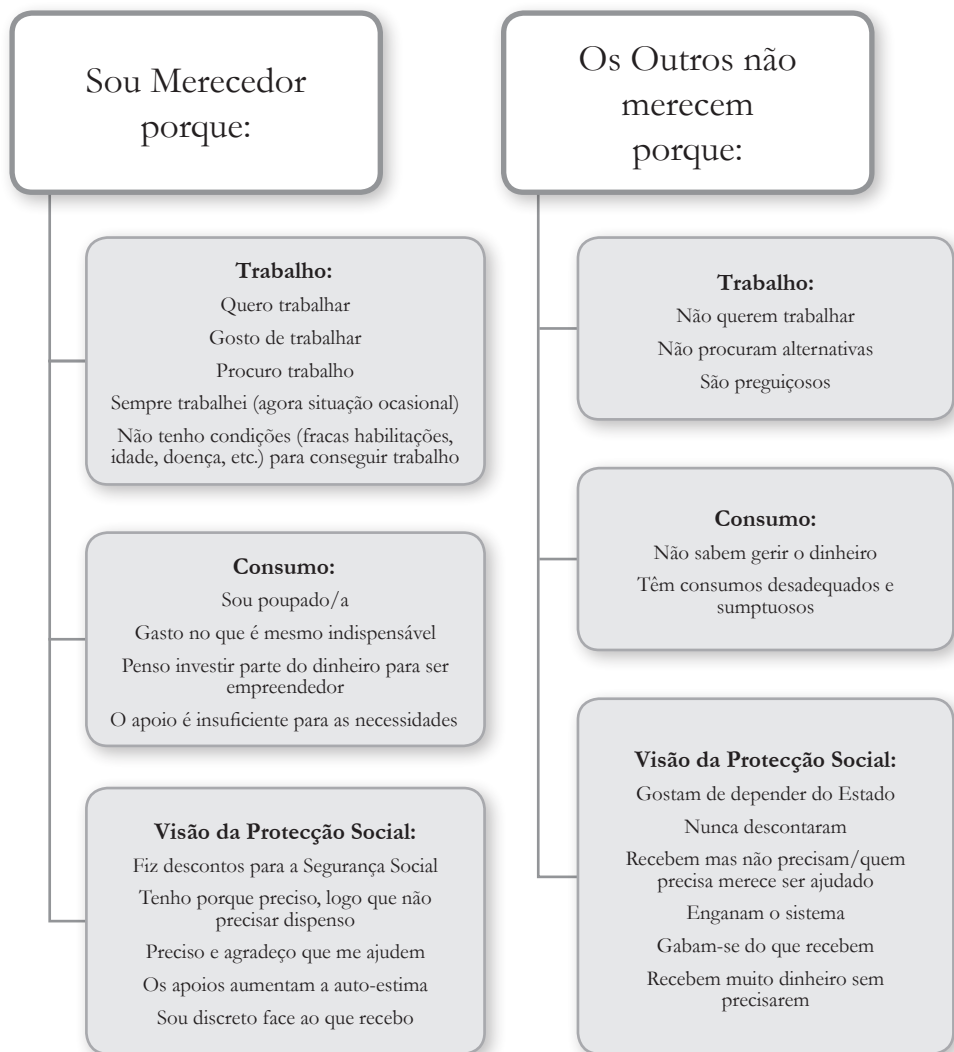
Alguns entrevistados (sobretudo desempregados) afastam a possibilidade de aceder ao RSI, querendo distanciar-se de uma medida que gera uma desvalorização identitária e um estigma público, apostando na inserção profissional, onde os ganhos financeiros esperados seriam mais significativos.

Na pesquisa realizada, há alguma diversidade na auto-justificação dos apoios sociais que se recebem e na imagem que advém do facto de os receberem, mas há uma grande unanimidade na apreciação negativa “dos outros” beneficiários. Dito de outra forma, enquanto se justificam como merecedores das medidas de apoio social recebidos, a quase totalidade considera que os outros que as recebem o fazem quase sempre de forma irregular. Este confronto entre a auto-imagem e a imagem do outro é de tal forma vincado e unânime que só pode ser explicada pela difusão de um “discurso politicamente correcto” de crítica a quem recebe os referidos apoios sociais. Do ponto de vista discursivo constitui, de alguma forma, uma estratégia de demarcação dos entrevistados face a esses outros não merecedores, mas também é uma estratégia de defesa identitária face a uma categoria negativa – ser beneficiário do RSI – que exige a mobilização de um conjunto de recursos simbólicos para reduzir a tensão entre as categorizações dos outros e a forma como se percebem a si próprios⁴⁹.

A argumentação é diversa em função do percurso de vida, e das perspectivas de futuro mas assenta especialmente em dois pilares: a relação com as hipóteses de inserção no mercado de trabalho (anteriores, actuais e futuras) e a relação com o consumo (considerado como responsável e frugal). A apreciação dos outros é exactamente a inversa: atribuindo-lhes culpa pela não pertença ao mundo do trabalho e por terem um consumo irresponsável a que se acrescenta o desmerecimento por enganarem o Estado ao nível dos reais rendimentos.

⁴⁹. Fernando Diogo (2005) explora a diversidade de estratégias que os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido mobilizam para resistir à adesão a uma identidade negativa. Diversas modalidades caracterizam negativamente o beneficiário ideal, desde o texto da lei que relaciona a inserção social com a autonomia por via do rendimento, até à imagem pública negativa massivamente difundida.

Figura 15: Auto-imagem e imagem dos outros quando recebem apoios sociais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2011

5.8. As contradições entre as intenções e as práticas: um acompanhamento social apressado e uma insuficiência e desadequação dos recursos

Francisco Branco (2009) considera que os contratos de inserção do RSI introduziram uma reorganização do campo da Acção Social no nosso país, deslocando o centro de gravidade da acção da ajuda financeira assistencial para as “tarefas de desenvolvimento” assentes na procura de novas formas de articulação entre o económico e o social. Considera-se que a há uma reelaboração do viver em

conjunto que se traduz quer no acompanhamento social quer, de forma prática, na redistribuição dos recursos e que este é um novo contexto na relação contratual subjacente aos apoios sociais na modernidade tardia.

A forma de evitar que estes contratos apareçam como unidireccionais, autoritários ou assistenciais, assenta na capacidade de gerir os constrangimentos de recursos de forma criativa e adequá-los a cada situação difícil de forma progressiva, e inter-relacional. O processo de acompanhamento social não reside no consolar do utente facilitando a sua adaptação à inevitabilidade de uma situação (Giuliani, 2005). Pelo contrário, está previsto que essa transacção accione algo que o direcione para a acção renovando o compromisso dos actores consigo próprios, com as suas redes sociais e com a sociedade. Isto só é possível se estes reagirem como parte integrante nesse processo do viver em conjunto, dotando-o de significado suficiente para merecer novos reinvestimentos.

Na pesquisa, uma relação não muito racionalizada face ao lugar dos direitos – e deveres – e face aos mecanismos de protecção social tem muitas consequências na apreciação quer da adequação dos apoios às suas necessidades, quer dos seus critérios de acesso e de atribuição a si e aos outros beneficiários, quer ainda face ao acompanhamento feito pelos técnicos. A posição maioritária é assaz crítica face à forma como se tem acesso ao apoio social e aos modos de procedimento, nomeadamente denunciando a sua insuficiência e a demora na atribuição, o que arrasta consigo, muitas vezes, a ideia de discricionariedade na sua atribuição, imputada à falta de sorte ou à incompreensão dos técnicos sobre a sua realidade.

Mas se há alguns entrevistados que valorizam de forma significativa o apoio obtido na sua construção identitária e enfatizam a dimensão de suporte existencial que foi (ou ainda é) esse apoio, outros criticam a relação técnica como intrusiva, desrespeitadora e estigmatizante. O principal hiato detectado é o desajustamento entre as expectativas e os recursos disponíveis mas também são referidos o desinteresse pelas situações individuais, a distância afectiva, cultural e simbólica que separa os quadros técnicos prestadores do “serviço de ajuda” e as pessoas com necessidade, o elevado número de pessoas a atender, que torna difícil aprofundar as situações e as trajectórias de vida e a necessidade de ganhar confiança sem a qual é impossível a emergência de um projecto de vida.

Mas e sobretudo, estando numa sociedade de incerteza e de risco permanentes, a questão parece ser menos a de encontrar a melhor solução do que a de saber que dinâmica relacional produzir em tal contexto quando os dados da situação mudam constantemente, quando os acontecimentos se alteram a cada instante e se trata menos de accionar decisões pontuais e mais de desencadear um processo de controlo progressivo de uma situação problemática e saber reagir ao imprevisível aproveitando as oportunidades.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de laços relacionais fortes e permanentes entre técnicos e utentes que permitam encontrar soluções para os problemas, negociar compromissos sem dispor de todo o conhecimento e sem conseguir prever as consequências das decisões. Ora essa dimensão relacional do acompanhamento social parece estar pouco presente e tem como efeito indesejado a perda de confiança, total ou parcial, nas instituições, podendo gerar a quebra dos laços sociais formais, como algumas das histórias de vida o evidenciam.

Fica-se com a ideia de que os entrevistados encaram as políticas sociais como algo de difuso, cujo poder de decisão está na mão de mediadores discricionários, cujas regras de decisão não são por eles controladas e, nesse sentido, tudo se passa numa situação de ter “sorte ou azar” no momento de aproximação aos serviços.

Curiosamente, esta relação difusa é referenciada sobretudo face aos técnicos – supostos mediadores do Estado – e menos face às regras das instituições que se considera não terem obrigações e “ajudarem quem precisa”. Muito haveria assim a aprofundar sobre a imagem que se tem do Estado Social e dos seus servidores, bem como das dinâmicas de protecção social da sociedade civil por via das IPSS’s.

Em síntese, a pesquisa dá um olhar sobre a pobreza num contexto de alargamento da sua base social de pertença na sociedade portuguesa e, nesse sentido não só as situações se diversificam e exigem outros recursos mais adequados aos novos perfis de vulnerabilidade, como a racionalidade com que se apresentam os protagonistas mais recentes abrem outras pistas de participação e de compromisso face às novas políticas sociais.

6. Barómetro e desafios para o futuro

As mais significativas conclusões da pesquisa apresentam um conjunto de desafios para o futuro do Barómetro. O acompanhamento dos processos de vulnerabilização, ou o seu inverso, exigirão o aprofundamento de duas dimensões centrais, que a Figura seguinte pretende sistematizar: no campo das oportunidades, o acesso e apropriação de recursos disponibilizados pelas políticas sociais, e do lado dos sujeitos, os recursos individuais e dispositivos de acção, bem como os seus sonhos e capacidades de projecto.

Figura 16: Barómetro e desafios para o futuro



As estratégias metodológicas seleccionadas, qualitativa e longitudinal, pressupõem o seguimento dos percursos dos entrevistados e o aprofundamento do conhecimento do processo de (des)vulnerabilização na sua relação com o contexto societal e as capacidades dos indivíduos no enfrentamento das situações nesse contexto.

A abordagem longitudinal abre campo para uma avaliação com maior profundidade dos impactos dos acontecimentos estruturantes e uma análise mais detalhada da articulação dos eventos nas trajectórias dos indivíduos e nas suas relações de causalidade. Trata-se, enfim, de dar conta da relação complexa entre o sujeito e o seu percurso biográfico com as dinâmicas de desenvolvimento económico, institucional e social nacional e local.

O actual contexto socioeconómico tem sido assinalado por várias e rápidas mudanças que impactam não só nos apoios sociais directos, como noutras acções políticas mais alargadas na área do emprego, educação, matérias fiscais, reorganizações administrativas que tendem a repercutir-se numa redução das oportunidades na inserção das populações mais vulneráveis. Estes impactos têm vários graus de intensidade e assumem diferentes níveis de escopo: desde as políticas sociais nacionais até aos regimes locais de inserção. Tornar-se-á assim necessário, no futuro, escrutinar não só as alterações na quantidade, qualidade e acessibilidade

das respostas institucionais às necessidades manifestas e actualizadas do grupo de entrevistados, como também acompanhar os efeitos da desregulação das condições de trabalho e da diminuição dos salários.

No campo dos dispositivos de inserção será possível aprofundar a dissonância, que os entrevistados manifestaram ter entre a imagem das instituições e os seus operacionais, assim como o impacto das redes sociais de proximidade entre instituições e pessoas.

Uma das evidências desta pesquisa consistiu, por um lado, na relação significativa entre os recursos individuais e as disposições para activação e, por outro na diversidade de estratégias de gestão de privação do quotidiano.

A permanência e a intensidade das dinâmicas de vulnerabilização constituem elementos que contribuem de forma decisiva não só para a configuração dos problemas e necessidades como para a capacidade de agir. Esta realidade sugere, no futuro, a identificação de mudanças nos recursos dos indivíduos e a eventual reconfiguração de problemas e necessidades nas suas trajectórias de permanência ou saída da zona de vulnerabilidade.

Este questionamento é particularmente pertinente para os indivíduos que se encontravam numa situação de pobreza há menos de cinco anos, e tiveram continuidade ou viram agravar este percurso: há medida que aumenta a permanência em situação de privação surgem novas necessidades? Serão repensadas as estratégias de acção futura cientes na retoma do percurso anterior? Será que a exposição contínua a contextos de pobreza e exclusão diminui os recursos pessoais? Provoca erosão na capacidade de acção?

As redes de suporte, elemento mediador no jogo entre as capacidades individuais e as oportunidades, nem sempre, como se constatou, oferecem de forma igual e com a mesma intensidade os apoios esperados. O aprofundamento do potencial do capital social e da sua resistência às dificuldades do contexto de crise emergem como prioridades a considerar no acompanhamento dos processos de (des)vulnerabilização dos entrevistados. Trata-se de melhor compreender a relação entre a mobilização de recursos, materiais e afectivos, nas redes sociofamiliares, o tempo de permanência na vulnerabilidade e os impactos da crise no apoio solidário.

É conhecida a associação entre qualificação escolar e capacidade de inserção no mercado de trabalho. No discurso de uma parte dos entrevistados o ingresso em processos de qualificação escolar e/ou profissional constitui-se como uma estratégia de acção futura capaz de melhorar a sua empregabilidade. Será interessante acompanhar estes indivíduos e perceber se a manifestação desta vontade encontrou eco no actual sistema de oportunidades, e se estas intenções se concretizaram em acções concretas, identificando os factores facilitadores ou constrangedores.

Mas se as estratégias de gestão do quotidiano, de angariação de recursos materiais e afectivos e as estratégias de acção futura são fundamentais há também que considerar as estratégias identitárias que influenciam a capacidade de (re) investimento em si e se aproximam (ou não) dos pressupostos, apanágio das actuais políticas sociais, no sentido da activação, participação e comprometimento com um projecto de autonomia. Outro aspecto a aferir é a forma como evolui a apreciação do «outro» beneficiário das políticas sociais: será que o acentuar das dificuldades intensificará a estratégia de demarcação e colagem a um discurso politicamente correcto do «pobre que engana o Estado»?

Para além dos recursos e dispositivos de acção com que os indivíduos contam para sobreviver ou ultrapassar as dinâmicas de vulnerabilização existe ainda um outro «motor» ao nível dos sonhos e capacidades de projecto que os animam e são parte fundamental dos seus percursos biográficos. A capacidade de projecção no futuro exerce uma influência não negligenciável nas suas hipóteses de ingressar em processos de desvulnerabilização e onde as racionalidades e expectativas se adaptam continuamente.

Uma das conclusões deste trabalho apontou no sentido da existência de emoções e racionalidades várias dos indivíduos das quais decorrem percepções de futuro diferenciadas. A questão estará em perceber que ajustamentos são realizados, ao longo do tempo, às dinâmicas de vulnerabilização e desvulnerabilização e, se a esperança manifestada de retoma de um percurso anterior, sobretudo dos protagonistas mais recentes, se manterá ou desvanecerá à medida do seu tempo de permanência em situação de pobreza.

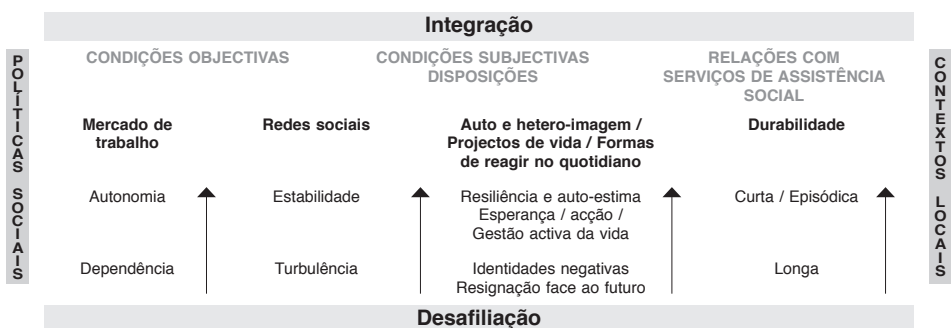
Por outro lado, questiona-se de que forma o actual contexto societal de incerteza e de risco permanentes quanto ao futuro, não só individual, como colectivo impacta na projecção de si no futuro e na clarificação do seu lugar do mundo.

1. Eixos analíticos estruturadores da definição dos perfis de potenciais entrevistados

A estruturação dos perfis a entrevistar baseou-se no estudo concluído para a SCML (Castro e Guerra et al., 2010) e que assentou em torno de três eixos analíticos:

- ▶ Um eixo que remete para as **condições objectivas de existência** e que assenta no estatuto dos indivíduos em função das suas possibilidades de pertença à lógica do mercado de trabalho e das redes sociais.
- ▶ Um segundo eixo ancorado nas **dinâmicas subjectivas dos sujeitos**, ou seja, o conjunto de competências e disposições em torno do sentido da dependência e/ou de activação face aos mecanismos de protecção social. Este eixo procura, assim, detectar como a auto e hetero-imagem, as formas de reagir no quotidiano e os projectos de vida dos beneficiários de apoios sociais interferem na sua integração nas esferas do trabalho e das redes sociais.
- ▶ Um terceiro eixo assente na duração da **relação dos sujeitos com os serviços de protecção social**, no sentido de se compreender o efeito dos recursos disponibilizados na suspensão e inversão de situações de trajectórias de pobreza e vulnerabilidade.

Figura 1: Eixos analíticos estruturadores da definição dos perfis de pobreza



Perante os três eixos analíticos identificados partiu-se para um primeiro agrupamento de perfis em torno da possibilidade, em função da idade e condição de saúde, de pertencerem ou não ao mercado de trabalho. Posteriormente discutiu-se com um conjunto de actores institucionais os perfis que mais estariam representados na cidade de Lisboa, sobressaindo, os seguintes:

- ▶ Trabalhadores pobres ou com inserção intermitente no mercado de trabalho;
- ▶ Jovens fora do mercado de trabalho;
- ▶ A permanência na condição de desempregados;
- ▶ Mulheres domésticas em idade activa;
- ▶ Idosos vulneráveis;
- ▶ Pessoas com problemas de saúde que impedem/dificultam o exercício de uma actividade profissional;
- ▶ Desafiados.

No âmbito do Barómetro e na impossibilidade de abarcar todos os perfis, sobretudo por razões orçamentais, optou-se, num primeiro momento, por considerar cinco dos sete perfis, tal como se encontram descritos no quadro seguinte:

Quadro 1: Caracterização dos perfis de pobreza

<p>PERTENÇA À ORDEM DO TRABALHO</p>	<p>Trabalhadores pobres</p> <p>Indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos, com percursos de inserção laboral continuados e estáveis, habitualmente pouco qualificados, cujos rendimentos do trabalho não se revelam suficientes para cobrir todas as suas necessidades, necessitando de recorrer a apoios sociais estatais ou da sociedade civil, concretamente através de medidas/acções de apoio à família.</p>
	<p>A permanência na condição de desempregados</p> <p>Indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos que se encontram desempregados há 2 ou mais anos por ainda não terem ingressado no mercado de trabalho, por ocorrência de um incidente crítico (encerramento / reestruturação de firmas e empresas, rupturas familiares, etc.) ou no culminar de um percurso instável no mercado de trabalho.</p>
<p>NÃO PERTENÇA À ORDEM DO TRABALHO</p>	<p>Idosos vulneráveis</p> <p>Indivíduos com mais de 65 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, quer seja devido a baixas reformas, fracas redes sociais/familiares de suporte, problemas de saúde e/ou encargos familiares que agravem de alguma forma a sua capacidade de autonomia relativa.</p> <p>Podem distinguir-se dois tipos fundamentais neste grupo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Idosos a residirem sós 2. Idosos a residirem com outros elementos (familiares ou não)
	<p>Desafiliados</p> <p>Indivíduos, entre os 18 e os 64 anos de idade, com fragilidade ou ausência de redes e capital social. São pessoas isoladas, desligadas da vida social e desinseridas de qualquer estrutura. Podendo não ter nenhuma condição objectiva que as afaste da integração pelo trabalho, estão longe de uma aproximação a esta esfera pela inexistência de laços e competências sociais. Trata-se de situações dominadas pelo isolamento social e pela inexistência de referências pessoais que orientem as trajectórias de vida destes indivíduos, encontrando-se no limiar da integração social.</p>
	<p>Mulheres Domésticas em Idade Activa</p> <p>Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos de idade. A vulnerabilidade resulta de uma ausência de rendimentos por falta de participação no mercado de trabalho devido a uma vivência da condição feminina como estando exclusivamente adstrita ao cuidado da família e do lar. Incluem-se aqui mulheres que nunca tentaram ingressar na esfera do trabalho e que, tendo concluído a trajectória escolar se dedicaram à vida familiar, e as mulheres que após algumas tentativas com maior ou menor sucesso de entrada no mercado de trabalho acabaram por desistir de tal projecto, quer por via da maternidade, quer por via do sentimento de frustração aliado ao insucesso dessas incursões. Apresentam-se, ainda, situações em que a existência de dependentes a cargo é objectivamente impeditiva do equacionar de um projecto profissional.</p>

2. Tipologia de territórios

Também no âmbito de um estudo realizado para a SCML em 2010, produziu-se um “Mapa das Vulnerabilidades Sociais de Lisboa”, onde se procurou explorar de que forma é que os padrões de segregação espacial na cidade de Lisboa se encontravam interligados com os níveis de desigualdade social. A recolha de dados foi feita ao nível da freguesia e estruturada em torno de nove domínios de observação: estrutura demográfica, estruturas familiares, condições de habitação, emprego, educação, participação política, rendimentos, imigração e deficiência. A análise dos dados permitiu:

- ▶ construir um índice de vulnerabilidade para classificar as freguesias de acordo com a sua situação no conjunto dos indicadores seleccionados;
- ▶ estabelecer rankings de freguesias para cada indicador por referência à média do concelho de Lisboa;
- ▶ criar uma tipologia socioeconómica das freguesias do concelho de Lisboa, através de uma Análise de Clusters⁵⁰. Delimitaram-se 4 segmentos de freguesias segundo o grau de semelhança que apresentavam quanto a um conjunto de indicadores referentes a diferentes dimensões chave da caracterização socioeconómica e, ao mesmo tempo, heterogéneos entre si – o mais distintos possível dos restantes territórios.

A principal diferenciação encontrada através desta análise combina essencialmente um eixo diferenciador da população residente no concelho de Lisboa que diz respeito à sua estrutura etária (juventude/envelhecimento) com as vulnerabilidades sociais apresentadas em termos relativos (face ao peso da população residente em cada uma das freguesias).

O primeiro segmento de freguesias distingue-se dos restantes porque associada a uma estrutura etária marcada pela sua juventude apresenta uma situação de *vulnerabilidade social*. Este grupo de territórios diferencia-se por uma maior presença de crianças e adolescentes (em média 16% da população tem menos de 14 anos), por um nível médio de habilitações baixo (em média 46% da população com mais de 14 anos tem menos que o ensino básico), por maior presença de estruturas familiares que tendem a ser mais vulneráveis (em média 11% são famílias alargadas) e por fracos recursos económicos e habitacionais (em média 8% da população destas freguesias é beneficiária do Rendimento Social de Inserção e 40% dos alojamentos é de habitação social). Neste segmento, os desafios apontam para a integração social de jovens e famílias tendencialmente pouco qualificados, com dificuldades económicas acentuadas e residentes em contextos

⁵⁰. Tendo em conta o número de casos (53 freguesias) e o tipo de variáveis (quantitativas) em análise utilizou-se o *Hierarchical Cluster Analysis*, enquanto método para a construção dos clusters e o método de agregação *Ward's*.

territoriais (bairros de realojamento) onde essas vulnerabilidades tendem a estar concentradas.

Nos três clusters seguintes a temática central é o envelhecimento associado, com graus diferenciados, a fenómenos de exclusão social. Nos três subgrupos de freguesias encontra-se um peso elevado de idosos (29%, 27% e 28%), indivíduos em situação de dependência (63%, 58% e 64%) e de famílias unipessoais (44%, 38% e 33%), indicadores associados à problemática do envelhecimento em contexto urbano.

Os grupos 2, 3 e 4 distinguem-se essencialmente pelas diferenças ao nível do grau de vulnerabilidade social. O último grupo é aquele que apresenta os resultados mais positivos ao nível das condições de habitação, participação política, qualificações e emprego. Trata-se de freguesias cujas populações são mais escolarizadas, com maior nível de rendimentos e em profissões de maior estatuto socioeconómico.

No segmento 2 concentram-se as situações de maior vulnerabilidade ao nível das qualificações (66% dos indivíduos com mais de 14 anos não têm o ensino básico completo e 9% da população é analfabeta), do emprego (21% dos trabalhadores são não qualificados), da participação política (41% dos eleitores não participou nas eleições legislativas de 2005) e, sobretudo, ao nível da habitação (22% dos alojamentos estão sobrelotados e 17% tem uma ou mais das infra-estruturas básicas em falta). Trata-se de um segmento especialmente vulnerável, são freguesias cujos indicadores apontam para uma acumulação de diferentes formas de vulnerabilidade social, associados ao envelhecimento da população.

Por fim, foi possível recortar um conjunto de territórios – *Grupo 3* – cujo perfil estatístico, à semelhança do segmento anterior, aponta para diferentes dimensões da exclusão social, mas a intensidade dos fenómenos em causa é inferior. Trata-se de um segmento intermédio, que apresenta vulnerabilidades ao nível das condições de habitabilidade (7% dos alojamentos tem em falta pelo menos uma das infra-estruturas básicas) e das qualificações (50% da população com 14 ou mais anos tem menos que o ensino básico).

3. A selecção dos potenciais inquiridos e a realização das entrevistas

Os potenciais inquiridos foram seleccionados após contactos com as várias entidades que operam ao nível de cada uma das freguesias seleccionadas, contando-se para o efeito com a colaboração da EAPN. Neste sentido, elaborou-se uma base de dados com um número de contactos (160) que permitisse colmatar possíveis constrangimentos, nomeadamente: recusa em ser entrevistado, inadequação ao perfil pretendido e dificuldades de expressão oral.

Uma outra preocupação presente na construção da base de potenciais inquiridos prendeu-se com a procura de diversidade dentro de cada um dos perfis relativamente à caracterização dos entrevistados e das medidas de apoio social das quais beneficiavam ou tinham beneficiado. O aprofundamento qualitativo das vulnerabilidades deveria simultaneamente incluir: perfis de pobreza, tipologia de problemas, tipologia de soluções/políticas actuais. A forma de acesso à habitação foi transversal aos vários perfis. Enquanto medida de política social afigurou-se particularmente pertinente pesquisar os diferentes níveis de apoio existentes nesta área. Desde a ausência de apoio, passando pelo acesso à habitação social ou apoios específicos de apoio à renda, como é o caso do Programa «Casas Primeiro» dirigido especificamente a pessoas sem-abrigo com problemas de saúde mental.

Entre o conjunto de instituições abordadas foram fornecidos contactos por 14⁵¹. A diversidade de tipologia de instituições constituiu uma opção estratégica, na medida em que desta forma seria possível abranger um conjunto de entrevistados que beneficiassem de medidas de política social diversificadas, tal como já acima referido.

O contacto com os potenciais entrevistados revelou algumas dificuldades que fizeram prolongar no tempo o período previsto para a realização de entrevistas, nomeadamente a recusa de algumas pessoas em participar no estudo, a inadequação da situação face ao perfil pretendido, a ausência de contactos telefónicos e ainda elevadas dificuldades de comunicação, por motivos de saúde mental.

Foi possível ultrapassar estes constrangimentos através de uma persistente pesquisa de contactos junto das instituições sociais, pela permanência das investigadoras nos territórios de inquirição e, através da utilização da metodologia «bola de neve». Assim, a aproximação a 11 das pessoas inquiridas não foi mediada por qualquer instituição, o que exigiu um maior acautelamento para garantia do futuro contacto.

Acresce referir que intencionalmente se optou por entrevistar duas pessoas que tinham sido inquiridas num estudo realizado para a SCML entre 2007 e 2008 e involuntariamente surgiu entre as pessoas entrevistadas uma pessoa que tinha sido inquirida também no âmbito de um outro estudo⁵². Esta opção deveu-se à possibilidade de nestes percursos de vida ser possível, neste pri-

⁵¹. Associação Lusófonia, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, GEBALIS, Associação de Moradores dos Bairros dos Alfinetes e Salgadas, Associação Apoio e Amizade, K'cidade, Associação de Moradores do Bairro Marquês de Abrantes e Salgadas, Centro de Dia da Sé/SCML, Centro de Acolhimento de Xabregas, Centro Polivalente de Sto. Estevão e São Cristovão, Centro Polivalente do bairro da Flamengo, AEIPS-Programa Casas Primeiro.

⁵². Após a análise da entrevista foi possível perceber que se tratava de uma entrevistada do estudo realizado pela equipa para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 2010 (Castro et al., 2010).

meiro momento de inquirição, ensaiar o modelo comparativo protagonizado pelo estudo em painel.

As entrevistas tiveram lugar em três tipos de locais: no domicílio dos entrevistados, nas instalações de algumas das instituições que cederam contactos e ainda, mais pontualmente, em cafés. Importa mencionar que as entrevistas decorreram na generalidade de forma bastante positiva. Para a maioria destas pessoas a exposição da sua história de vida e das suas vulnerabilidades não parece constituir um constrangimento. Refra-se, no entanto, algumas dificuldades de compreensão e posteriormente de análise, dos entrevistados com doenças do foro mental, sendo por vezes difícil distinguir a realidade da ficção nas suas histórias de vida.

As entrevistas duraram em média cerca de 90 minutos e decorreram entre 30 de Junho de 2011 e 9 de Outubro de 2011. No sentido de facilitar a reconstrução das trajectórias de vida recorreu-se, em situação de entrevista, à aplicação de *lifelines*. Este recurso metodológico revelou-se extremamente útil no decorrer da situação de entrevista por permitir a visualização gráfica do cruzamento do eixo temporal das fases de um percurso de vida com as áreas consideradas mais relevantes para a compreensão dos mecanismos e processos que ao longo das trajectórias conduziram a situações de vulnerabilização social e/ou de construção da autonomia / dependência dos sujeitos.

ADÃO e SILVA, Pedro (1998), “O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova Questão Social”, *Sociedade e Trabalho*, n.º 3, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

ALDEGHI, Isa, OLM, Christine (2003), *Les méthodes pour connaître les allocataires du RMI: données d'enquête et fichiers administratifs*, CRÉDOC.

ASTIER, I. (2007), *Les nouvelles règles du social*, Paris: PUF.

ASTIER, I., e Duvoux, N. (2006), “L’institution de la dignité dans la société contemporaine: réflexions à partir du cas français”. In I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction à Vivre Dignement*. Paris: L’Harmattan. (pp. 15-31).

BATISTA, António, 2010, *Do discurso da pobreza ao investimento no “Capital social”, Cidade Solidária*, Revista da Santa casa da Misericórdia de Lisboa, 2010.

BLOKLAND, Talja e SAVAGE, Mike (2008), “Social capital and networked urbanism”, in Blokland e Savage (eds) *Networked urbanism. Social capital in the city*, Hampshire, Ashgate, pp. 1-20.

BLOKLAND, Talja e NOORDHOFF (2008), “The weakness of weak ties: social capital to get ahead among the urban poor in Rotterdam and Amsterdam”, in Blokland e Savage (eds) *Networked urbanism. Social capital in the city*, Hampshire, Ashgate, pp. 105-125.

BOSSE, Y.L. (2003), «De l’«habilitation» au «pouvoir d’agir»: vers une appréhension plus circonscrite de la notion d’empowerment», *Nouvelle Pratique Sociale*, 16, 30-51.

BRANCO, Francisco (2009), “Acção Social, Individuação e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº17, pp. 81-91.

BRETAGNE, Valérie (2002), “Vulnerabilité sociale et stratégie d’acteur” in SOULET, Marc-Henry ; CHATEL, Vivianne (eds) *Faire face et s’en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires.

CAMILLERI, C. et al. (1990), *Stratégies identitaires*, PUF, Paris.

CAMPENHOUDT, Luc Van et al (2005), *La méthode d’analyse en groupe – applications aux phénomènes sociaux*, Paris, Ed. Dunod.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1998), “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades” in VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.

CARMO, Renato (org.) (2010), *Desigualdades social 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.

CASTEL, Robert et al. (1991), “De l’indigence à l’exclusion: la désaffiliation” in DONZELOT, J. (ed.) *Face à l’exclusion. Le modèle français*, Paris, Esprit.

CASTEL, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social*, Petrópolis, Vozes.

CASTEL, Robert (2009), *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l’individu*, Seuil, Paris.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; BRANCO, Francisco; VILAS-BOAS, Carolina; SILVA, Elsa; AMARO, Inês; COSTA, Sónia (2008), *Acolhimento Social e Construção da Autonomia dos Clientes na Santa Casa da Misericórdia*, CET, Relatório de Pesquisa.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; SANTOS, Marta, BRANCO, Francisco; AMARO, Inês (2010), *Os Caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, SCML, Lisboa.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; SANTOS, Marta, BRANCO, Francisco; AMARO, Inês (2010a), *Mapa das Vulnerabilidades na Cidade de Lisboa*, CET, Relatório de Pesquisa.

CLAVEL, Gilbert (1998), *A Sociedade da exclusão – Compreendê-la para dela sair*, Porto, Porto Editora.

DIAS, João (coord.), CERDEIRA, Maria da Conceição e KÓVACS, Ilona (2007), “Salários e condições de trabalho em Portugal”, in *Cadernos de emprego e relações de trabalho*, n.º 06.

DIOGO, Fernando (2005), “N’être pas comme les autres: résistance à l’imposition identitaire dans un contexte difficile”, Communication au *Colloque International Diffraction normative, comportements cachés et identités transverses*, Sesimbra, 3-5 Novembre 2005, AISLF.

DIOGO, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Lisboa, Celta Editora.

DONZELOT, Jacques (1996), “L’avenir du social”. *Esprit*, pp.219-230.

DORNELAS, António (coord.) (2010), *Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal*, Lisboa, MTSS.

DUBET, François e Antoine VÉRÉTOUT (2003), “Reducing’ Actor’s Rationality: Why Go Off the RMI Welfare Program?”, *Revue Française de Sociologie*, vol 44, 79-108.

DUBET, François (2009), *Le travail des sociétés*, Seuil, Paris.

DUBET, François (2010), *Les places et les chances*, Editions Seuil, Paris.

DUVOUX, Nicolas (2007), *Liens sociaux et rapports de minima sociaux avec les institutions: réflexions sur une corrélation*, disponível em <http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/demo/documents/Duvoux.pdf>, acedido em 11.05.10.

DUVOUX, Nicolas (2008), *L’Autonomie, Fiction Necessaire de l’insertion?*, disponível em http://www.CIP-IDF.org/Article.PHP?ID_Article=4026, acedido em 20.12.09.

ECKERT, Denis (1996), *Évaluation et prospective des territoires*, Paris, Reclus – La Documentation Française, 255 p.

ESTIVILL, Jordi (2008), “Vulnerabilidades, una nueva conceptualización?” *Revista Servicios Sociales y Política Social*, nº 81, Vijas e Nuevas Pobrezas.

FARINHA RODRIGUES, Carlos (2007), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Portugal nos Anos 90*, Coleção Económicas, Série II, nº 5, Coimbra, Almedina.

FITOUSSI, Jean-Paul e ROSANVALLON, Pierre (1997), *A era das desigualdades*, CELTA.

FOUCART, Jean Jean (2009), *Fluidité Sociale et Précarité Transactionnelle: Souffrance et Accompagnement*, Ciclo Conferências, Mestrado de Serviço Social 2008/09, pp. 12-27 http://www.cesss-ucp.com.pt/Public/Actas/files/Actas%20Ciclo%20Conf_MSS.pdf

FRANSSEN Abraham, (2003), «Le sujet au coeur de la question sociale», *La Revue Nouvelle, Bruxelles*, décembre 2003, pp. 10 – 61.

GAULEJAC e TABOADA LÉONETTI (1994), *La lutte des places*, Paris, Desclée de Bower.

GRUPO DE ECOLOGIA SOCIAL (2000), *Habitat e minorias: O lugar do habitat num quadro de interação entre grupos étnicos minoritários e a sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário. Apresentação dos resultados da pesquisa empírica*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

GUERRA, Isabel (1993), “Modos de vida – Novos percursos e novos conceitos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº13.

GUERRA, Isabel e CHITAS, Herondina (1998), *Programa de inserção: reflexões metodológicas*, Lisboa, Comissão Nacional do Rendimento Mínimo.

GUERRA, Isabel (1999), “A nova Acção Social: certezas e perplexidades” in *A Acção Social em debate*, Lisboa, MTS/DGAS/CRSS.

GUERRA, Isabel; ANTUNES, M. José Lobo, Castro, Alexandra; FARINHA, Carlos; COSTA, Sónia e outros (2009), *Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão Social nos Açores: Análise de 10 anos de Percursos de Inclusão Social (RMG/RSI)*, CET, Relatório de Pesquisa.

GUERRA, Isabel (2011), Prefácio in SILVA, Pedro Gabriel, SACRAMENTO, Octávio, PORTELA, José (coord.), *Etnografia e intervenção social: por uma praxis reflexiva*, Lisboa, Edições Colibri.

GUILIANI, F. (2006), «La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: quand les usagers et intervenants sociaux ont á organiser l'expérience de situations sans qualité » In I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction á Vivre Dignement*, Paris, L'Harmatttan, pp. 195-212.

INE, *Censos 2011, Resultados Provisórios*; Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa.

INE (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, INE, 200 p.

JENKINS, Stephen P., MICKLEWRIGHT, Jonh (2007), *New Directions in the analysis of inequality and poverty*, Institute for Social and Economic Research, Working Paper, 2007-11.

LAPIERRE, Nicole et al. (2004), “Le RMI et les solidarités familiales”, *Cahiers de recherche de la MiRe*, 17, pp. 62-67.

MACLOUF, Pierre (1992), “L’insertion, un nouveau concept opératoire des politiques sociales?” in Castel, Robert *Le revenu minimum d’insertion: une dette sociale*, Paris, Ed. L’Harmattan.

MATISSE (2001), *Les régimes locaux d’insertion – principes de justice et transitions sur le marché du travail des bénéficiaires du RMI*, MATISSE, Université Paris I, 2001.

MESSU, Michel (2000), “Les dispositifs de l’assistance sociale comme espace de négociation d’identités sociales” in SOULET, Marc-Henry ; CHATEL, Vivianne (eds) *Faire face et s’en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires.

MONGIN, Olivier, PADIS, Marc OLivier (2009), *L’introduction : une crise qui n’est pas économique*, *Esprit*, Disponível em <http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=15481&folder=1>

NINACS, 2003, NINACS, W. (2003), *L’empowerment et l’intervention sociale*, disponível em http://www.sepsac.org/uploads/media/Empowerment_et_intervention_sociale_-_ninacs.pdf

NAUZE-FICHET, Emmanuelle (2008), «Regards des bénéficiaires de minima sociaux sur le travail, le chômage et les allocations» in Michèle Lelièvre e Emmanuelle Nauze-Fichet (org) *RMI, l’état des lieux 1988-2008*, Paris, La Découverte, pp.271-281

NIOCHE, J.-P. (1990), «L’évaluation des politiques publiques : une définition» in HORBER-PAPAZIAN, K. (dir.) *Évaluation des politiques publiques en Suisse : pourquoi ? par qui ? comment ?*, Laussane, Presses Polytechniques Romandes, 206 p.

OCDE (2010), *Divided we stand: why inequality keeps rising*, OCDE ED.

OIT (2010), *From one crisis to the next*, OIT.

OLIVEIRA, Luísa e CARVALHO, Helena (2010), “Desigualdades geracionais: os jovens e a precariedade de emprego na UE”, in CARMO, Renato (org.) (2010) *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.

PAPPÁMIKAIL, Lia et. al. (2010), “Portugal: na encruzilhada entre mudança e continuidade”, in *À tona de água. Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 318p.

PATTARONI, Luca (2002), «Les compétences de l’individu: travail social et responsabilisation», in Chatel, V., Soulet, M.-H. (eds) *Faire face et s’en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires, 107-114.

PAUGAM, Serge (1991), *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.

PAUGAM, Serge (1993), *La société française et ses pauvres*, Paris, PUF.

PAUGAM, Serge (2000), *La Salarié de la Précarité*, Paris, PUF.

PINTO, Teresa; GUERRA, Isabel; MARTINS, Marta; ALMEIDA, Sara (2010), *À tona de água. Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 318p.

POLLAK, Catherine ; GAZIER, Bernard (2008), “L’apport des analyses longitudinales dans la connaissance des phénomènes de pauvreté et d’exclusion sociale” in *Les Travaux de l’Observatoire national de la pauvreté et de l’exclusion sociale 2007-2008*, La documentation Française.

PORTES, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia – problemas e práticas*, nº33, Lisboa, Celta, pp. 133-158.

REAPN, SOCIUS/ISEG – UTL e Amnistia internacional (2010), *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal, Algumas considerações e recomendações*, Disponível em http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/RelatorioPobreza_com_indice.pdf

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), *Escassos caminhos. Os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Porto, Edições Afrontamento.

ROINSARD, Nicolas (2005), *Une sociologie des ré-affiliations: les effets sociaux du RMI à La Réunion*, Tese de Doutoramento.

ROMÃO, Ana; PEREIRA, Andreia (2008), Cuidadores informal de idosos. Conhecer os colaboradores da SCML, Cidade Solidária, 41-42, pp. 40-43.

ROSANVALLON, Pierre (1995), *La Nouvelle Question Sociale*, Le Seuil, Paris.

SANTOS, Boaventura de Sousa; (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento, Porto.

SANTOS, Elizabeth, ESTIVILL, Jordi e AIRES, Sérgio (2007), *Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*; REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, Lisboa.

SOULET, Marc-Henry (2000), “Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração?” In *Da não-integração*, Quarteto, Coimbra.

SOULET, Marc-Henry (2004), «Faire face et s'en sortir vers une théorie de l'agir faible» in *Agir en situation de vulnérabilité*, Vivianne Châtel & Marc-Henry Soulet (dir.), Québec, Presses de l'Université Laval.

SOULET, Marc-Henry (2009), *Reconsidérer la Vulnérabilité, Ciclo Conferências do Mestrado de Serviço Social 2008/09*, pp. 5/12, Disponível em: http://www.cesss-ucp.com.pt/Public/Actas/files/Actas%20Ciclo%20Conf_MSS.pdf

VELHO, Gilberto (1983), *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro, Zahar.

WACQUANT, Loïc (1999), *Prisons of Poverty*. Paris, Raisons d'agir.

WUHL, S. (1996), *L'Insertion. Les politiques en crise*, Paris, PUF.

Este livro apresenta a pesquisa realizada pelo Dinâmia/CET, do ISCTE-IUL para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, promovido pela EAPN Portugal.

O barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável no Concelho de Lisboa tem como finalidade monitorizar a evolução da pobreza na cidade. Pretende-se com este estudo conhecer o impacto de políticas, medidas, programas e iniciativas promovidas pelo Estado e pela Sociedade Civil de combate à pobreza e a intensidade e qualidade desse impacto, bem como tipificar percursos de inclusão / exclusão, suas causas, processos e estratégias das famílias em situação de pobreza. Como resultado último, espera-se que tal instrumento e sua continuidade possa contribuir para: (1) melhorar as condições de vida de quem se encontra em situação ou em risco de pobreza, (2) definir e/ou afinar políticas e programas de combate à pobreza e (3) contribuir para a definição de metodologias que promovam a participação das pessoas em situação de pobreza.

Este estudo procurou dar cor, luz e forma aos números e estatísticas sobre a pobreza - na realidade tão escassos, sempre desactualizados e com tão fraca capacidade de nos fornecer uma visão da realidade, sobretudo quando importa captar, ao longo do tempo, os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas da pobreza. É, além disso, um exercício de participação, de dar voz a quem quase nunca a tem, de permitir que a pobreza fale na primeira pessoa.

2012

